

Forças Armadas e Defesa no Brasil

Anuário 2022

Organizadoras

Marina Vitelli

Juliana Bigatão



Observatório
Brasileiro de
Defesa e
Forças Armadas
EPPEN-UNIFESP



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Sumário

Apresentação	3
Equipe	4
Como ler este Anuário	5
Análise quantitativa	6
Cronologia	11
Ameaças à democracia	18
As forças armadas e o meio ambiente	82
As forças armadas sob escrutínio	88
Ditadura	94
Militares no governo	114
O Sete de setembro	128
Política externa e defesa	133
Segurança pública	143

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede *Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas*, coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), criado em 2001.

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e, entre seus campos prioritários de observação, estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. No *Anuário 2022 - Forças Armadas e Defesa no Brasil*, apresentamos uma sistematização dos materiais que constituem os Informes Brasil publicados semanalmente em 2022 pelo *Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas*¹, catalogados de forma temática e cronológica. Além disso, oferecemos uma análise quantitativa das matérias que formam a base de construção do Informe Brasil: reportagens, colunas opinativas, editoriais e entrevistas que, ao longo do ano, abordaram temas referentes à defesa nacional e à atuação das forças armadas brasileiras.

Os redatores e as redatoras do Informe Brasil realizam diariamente a leitura e coleta de material em três periódicos: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense. Os dois primeiros estão entre os três jornais de maior circulação diária no Brasil, já o último é um jornal sediado na capital do país e que apresenta um noticiário político mais detido aos órgãos da administração federal. O Informe Brasil abarca o período de sete dias de trabalho dos redatores (do sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Na escrita dos resumos, estamos sempre atentos para especificar de qual periódico foi extraída cada informação e qual tipo de texto está sob escrutínio, pois entendemos que um editorial não pode ser resumido da mesma forma que uma reportagem. O mesmo vale para as colunas opinativas, que sempre levam a assinatura do articulista. Os resumos do Informe Brasil reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, e não a opinião de quem está resumindo.

Para a construção deste *Anuário*, contamos com uma equipe que desenvolveu uma ferramenta para a catalogação dos resumos dos 45 Informes Brasil publicados em 2022, os quais foram separados de acordo com o tema predominante. A ferramenta também sistematizou os materiais jornalísticos de forma a possibilitar a análise quantitativa da frequência dos assuntos em cada periódico e de outras informações consideradas relevantes, como o perfil dos autores e autoras das colunas.

Além do *Anuário*, que apresenta o noticiário factual e as problematizações da própria imprensa sobre defesa e forças armadas no Brasil, o *ObDEF* também elaborou Informes Temáticos com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como a grande imprensa constrói as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Nos Informes Temáticos – disponíveis no site do GEDES e no Repositório Institucional da Unifesp – buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Convidamos os leitores a apreciarem tanto o *Anuário* quanto os Informes Temáticos. Tais publicações refletem nossa avaliação de que, no ano de 2022, infelizmente, foram alcançados novos patamares na deterioração do quadro de relações civis-militares no Brasil.

Juliana Bigatão e Marina Vitelli

¹ Para receber os informes semanais, inscreva-se no nosso newsletter no endereço www.gedes-unesp.org



Equipe

Anuário 2022: Forças Armadas e Defesa no Brasil

Organizadoras

Marina Vitelli (UFRRJ)
Juliana Bigatão (Unifesp)

Equipe técnica

Gabriel Lucas Cardoso Torres (Eppen-Unifesp)
Leonardo Dias de Paula (GEDES)
Marianna Braghini (PPGRI STD)
Jonathan Cesar Tavares Moutinho (UFRRJ)
Arthur José Sales Aguiar Paixão (UFRRJ)

Redatores Informe Brasil

- Abrahão Henrique Alves de Lima
- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasião Campos
- Davi Campos Matos
- Giovanni Nunes de Aguiar
- Grazielly Dourado Santos
- Leticia Beneves
- Marcela Furlan de Cena
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Supervisorxs do Informe Brasil

Heed Mariano Silva Pereira
Ismara Izepe de Souza
Juliana Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Coordenador do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas

Héctor Luis Saint-Pierre (Unesp)

Para citar este Anuário:

VITELLI, Marina; BIGATÃO, Juliana (org). Anuário 2022: forças armadas e defesa no Brasil. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, Universidade Federal de São Paulo, 2023.



Como ler este Anuário

Análise quantitativa

Nesta seção, nossos leitores e leitoras encontram dados quantitativos sobre o material jornalístico analisado pela equipe do ObDEF. Na primeira parte do Anuário podem ser apreciadas informações estatísticas sobre o tipo de material publicado, os temas abordados, a relação entre as temáticas e os momentos do ano, os perfis dos colunistas, entre outros indicadores.

Capítulos temáticos

Na sequência, o Anuário apresenta capítulos temáticos preparados a partir da classificação dos resumos dos informes semanais. Cada seção começa com uma síntese dos fatos e segue com o texto na íntegra dos resumos sobre o tema, ordenados de forma cronológica.

Se você está fazendo uma pesquisa sobre um desses temas ou simplesmente tem interesse no assunto, sugerimos a leitura do capítulo temático. A análise sobre o assunto é aprofundada no informe temático correspondente, disponível no site do GEDES.

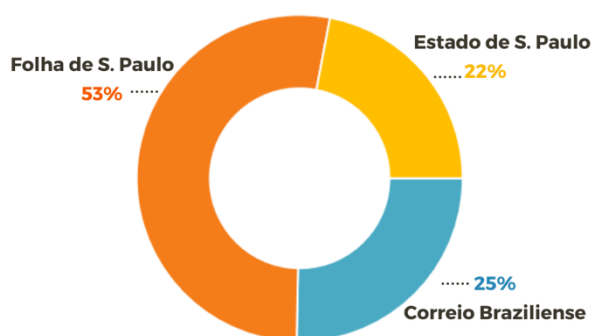


Análise quantitativa

No ano de 2022 a equipe do Informe Brasil, do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas analisou 763 peças de material jornalístico, incluindo reportagens, colunas opinativas, editoriais e entrevistas, relacionadas ao tema de defesa e forças armadas no país, em três periódicos diferentes: *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. O material analisado semanalmente foi sintetizado em 45 informes publicados ao longo do ano. O trabalho realizado possibilitou a apresentação em números do tratamento midiático sobre a temática no país.

45	Informes semanais
307	Resumos
3	Jornais
763	Peças de material jornalístico
528	Reportagens
176	Colunas e análises
42	Editoriais
17	Entrevistas

DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL POR PERIÓDICO - 2022



Elaboração: GEDES

Material por jornal

Dentre o total do material analisado, observou-se que o periódico *Folha de S. Paulo* foi o que mais veiculou matérias a respeito, registrando sozinho 53% de todas as publicações, seguido por *Correio Braziliense*, que publicou 25% das notícias. *O Estado de S. Paulo*, segundo o levantamento, foi o que menos veiculou notícias abordando a questão, representando os outros 22% do total captado.

Tipo de material publicado

69% do material publicado pelos periódicos tratava-se de *Reportagens*, seguidas por *Colunas e análises*, correspondentes a 23% do total. Já os *Editoriais* e as *Entrevistas*, somados, corresponderam a 8% dos materiais analisados.

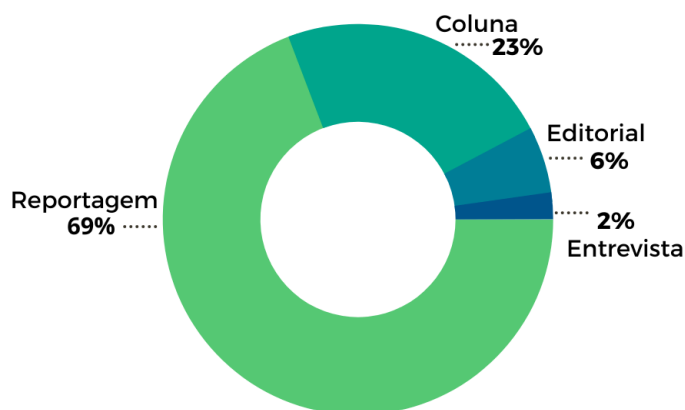
Frequência de temas

Dentre os temas abordados pelos periódicos, a categoria de Democracia em risco foi a que mais apareceu no material analisado, representando mais da metade de todas as categorias abordadas pelos periódicos, sendo 53% deste total.

O segundo tema mais recorrente nos periódicos se refere à categoria Militares no governo, cuja frequência foi de 17%. A categoria que retomou temas referentes ao período da Ditadura, apareceu em terceiro lugar (8%), seguida pelo tema Indústria e orçamento (6%). Durante o ano, os temas menos abordados pelos periódicos foram referentes ao envolvimento dos militares na administração da pandemia de Covid-19 e questões relativas ao Meio ambiente, com ambas categorias registrando apenas 1% dos temas tratados nas publicações dos periódicos.

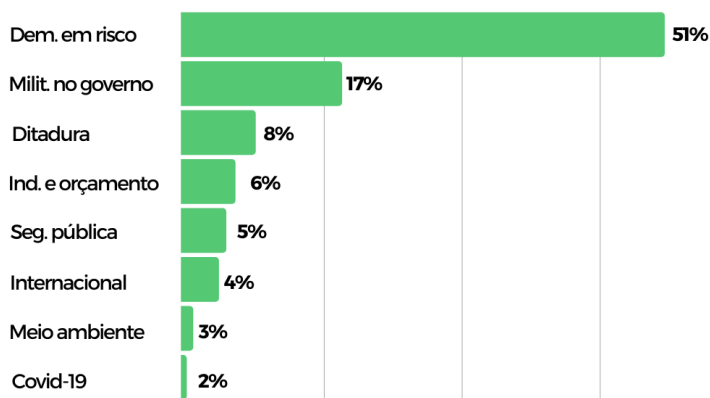
Em 2022, o ranking dos três temas mais frequentes nos jornais analisados coincidiu, conforme mostra a figura. Nota-se que nenhum dos três assuntos responde à concepção tradicional da defesa e do papel precípua das forças armadas: a defesa externa. Pelo contrário, eles indicam que os acontecimentos envolvendo forças armadas no Brasil em 2022 são assuntos de política interna, salientando o envolvimento cotidiano dos militares na política doméstica, sua participação em acontecimentos que colocam as regras democráticas sob ameaça e retomando questões relativas ao período da Ditadura Militar no país.

DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL POR TIPO - 2022



Elaboração: GEDES

FREQUÊNCIA DE TEMAS - 2022



Elaboração: GEDES

PRINCIPAIS TEMAS NOTICIADOS POR PERIÓDICO - 2022



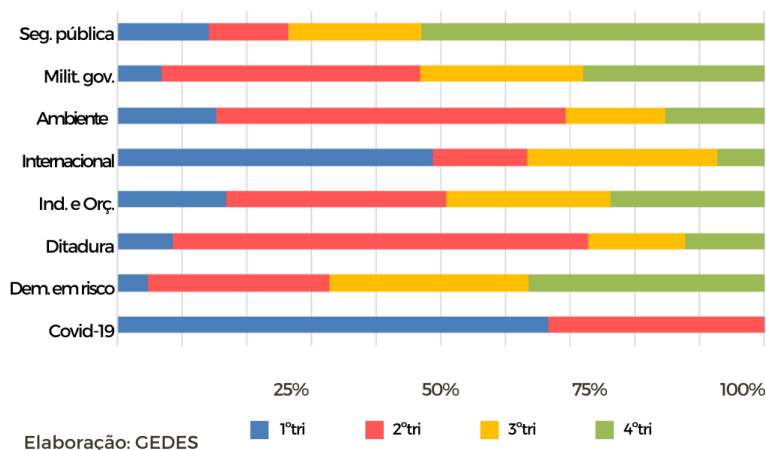
Elaboração: GEDES

Frequência de temas por período do ano

Pensando nos temas que se destacaram em diferentes períodos do ano, podemos perceber que o tema *Ameaças à democracia* teve três picos, todos associados com o papel das forças armadas nas eleições. Os dois primeiros refletem declarações cruzadas entre os ministros que exerceram a presidência do TSE e oficiais superiores das forças. Já o último corresponde ao papel desmedido dos militares na fiscalização do pleito eleitoral, tema abordado em detalhes no capítulo “Ameaças à democracia” deste anuário.

No caso da categoria de *Ditadura*, houve um pico no final de março e início de abril devido ao aniversário do golpe militar de 1964.

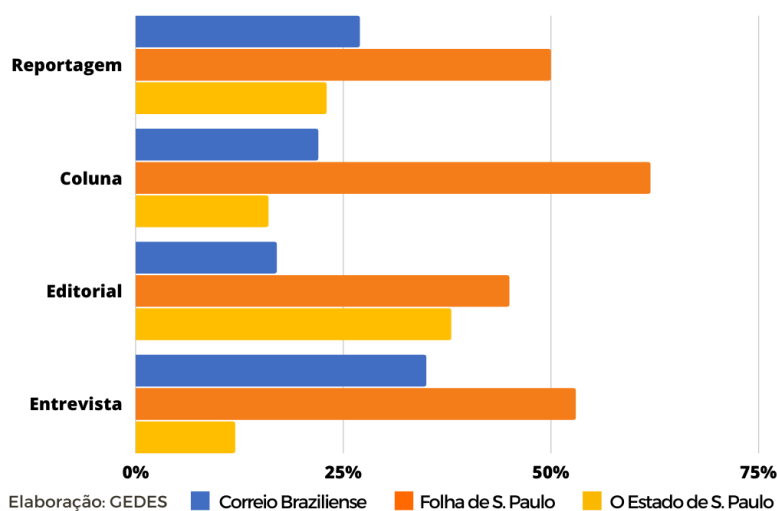
FREQUÊNCIA DE TEMAS POR TRIMESTRE - 2022



Tipo de material por jornal

Ao analisar a presença dos quatro tipos de materiais jornalísticos analisados, a *Folha de S. Paulo* representa 45% dos Editoriais sobre defesa e forças armadas publicados em 2022. Seguido pelo total publicado por O Estado (38%) e Correio (17%). Metade das Reportagens captadas foi publicada pela Folha de S. Paulo, sendo 50% deste total. O Correio publicou 27% das reportagens e Estado, 23%. No caso das Colunas e análises, 62% foram publicadas pela Folha de S. Paulo, ranking seguido por Correio, com 22% e o Estado, com os restantes 16% das colunas. Ao analisar o total de Entrevistas, a maior parte foi publicada pelo periódico Folha de S. Paulo (53%), seguido por Correio (35%) e O Estado (12%).

DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE MATERIAL POR PERIÓDICO - 2022



Reportagens

Em números absolutos

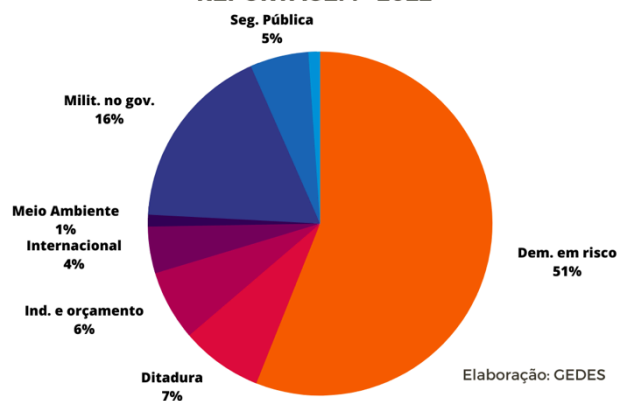
FSP: 265

OESP: 122

CB: 141

Total: 528

Distribuição dos temas por tipo de material
REPORTAGEM - 2022



Editoriais**

Em números absolutos

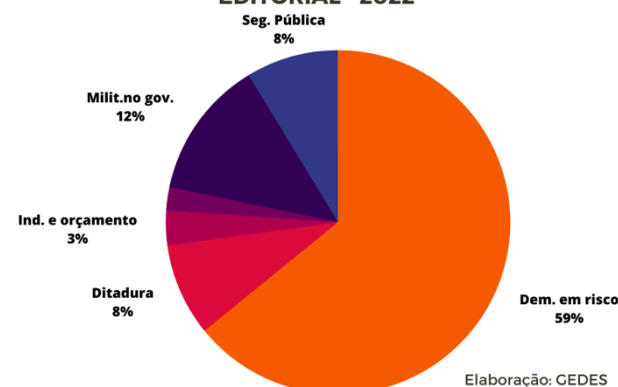
FSP: 19

OESP: 16

CB: 7

Total: 42

Distribuição dos temas por tipo de material
EDITORIAL - 2022



Entrevistas

Em números absolutos

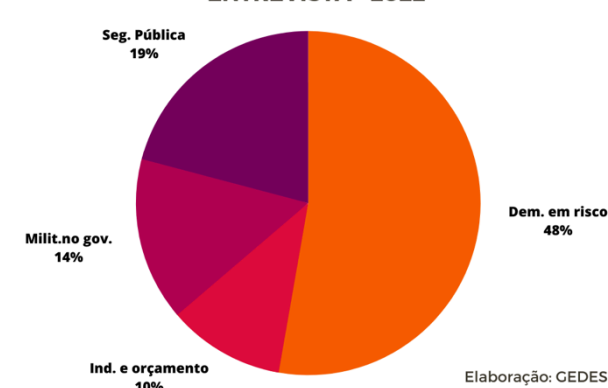
FSP: 9

OESP: 2

CB: 6

Total: 17

Distribuição dos temas por tipo de material
ENTREVISTA - 2022



Colunas e análises

Em números absolutos

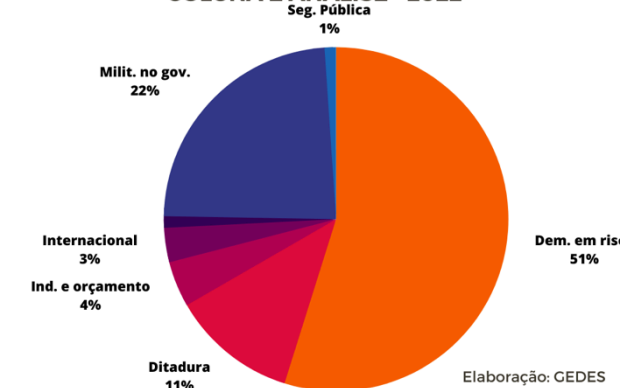
FSP: 109

OESP: 28

CB: 39

Total: 176

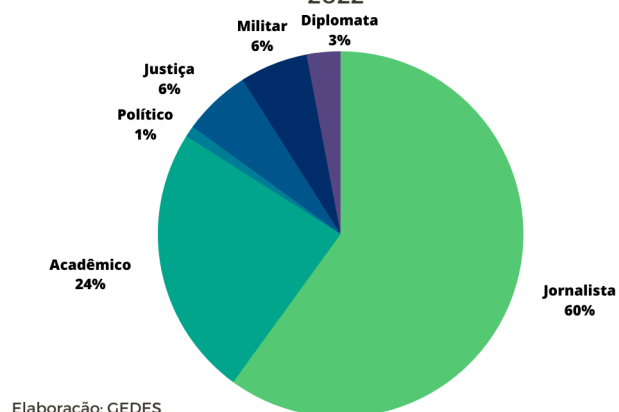
Distribuição dos temas por tipo de material
COLUNA E ANÁLISE - 2022



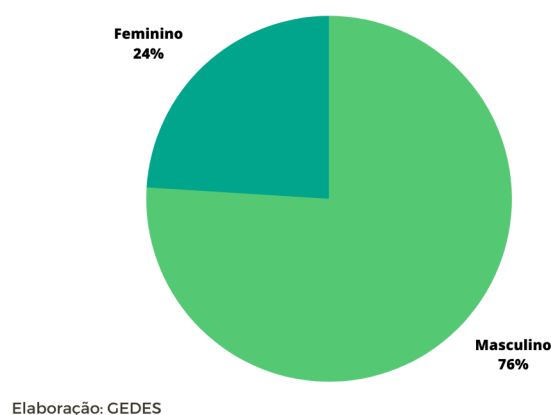
** Esta categoria inclui as peças do O Estado de S. Paulo assinadas pelo jornalista Antônio Carlos Pereira

Perfil das autorias dos textos de opinião e análise

PERFIL DE COLUNISTAS SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO - 2022



PERFIL DE COLUNISTAS SEGUNDO GÊNERO - 2022



Os colunistas com mais peças publicadas

- 1° - Luiz Carlos Azedo (CB)
 - 2° - Eliane Cantanhêde (OESP)
 - 3° - Janio de Freitas (FSP)
 - 4° - Elio Gaspari (FSP)
 - 5° - Bruno Boghossian (FSP)
 - 6° - Fábio Zanini (FSP)
 - 7° - Cristina Serra (FSP)
 - 8° - Álvaro Costa e Silva (FSP)
 - 9° - Ruy Castro (FSP)
- Total de colunistas: 75



Cronologia

- 6 de janeiro** Diretrizes do Exército para combate à pandemia que incluíam imunização contra a covid-19 gerou repercussões envolvendo o comandante da força, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, e o presidente da República, Jair Bolsonaro
- 19 de janeiro** Ex-presidente Lula declarou a jornalistas que Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde do governo Bolsonaro, “jamais poderia ser general”
- 21 de janeiro** Governo Bolsonaro manteve sigilo de 100 anos ao processo disciplinar do Exército que não puniu o general Eduardo Pazuello por participar de ato político ao lado do presidente, em maio de 2021. Pedido de vista ao processo foi feito pelo jornal Folha de S. Paulo
- 27 de janeiro** Força Aérea Brasileira lançou edital para a aquisição de dois aviões de transporte de longo alcance Airbus A330, com previsão de gasto de 80 milhões de dólares
- 27 de janeiro** Jair Bolsonaro nomeou o vice-almirante Anatalício Risten Jr para a diretoria-geral de Itaipu Binacional
- 30 de janeiro** Militares foram apontados como responsáveis por falhas na distribuição de vacinas infantis
- 2 de fevereiro** Força Aérea Brasileira comprou novos mísseis e manifestou intenção de comprar mais 30 caças suecos Gripen
- 4 de fevereiro** Comandante da Força Aérea Brasileira afirmou que militares prestariam continência a qualquer candidato eleito em 2022
- 4 de fevereiro** Lula defendeu a remoção de 8 mil militares de cargos governamentais comissionados
- 5 de fevereiro** Lula afirmou que sua relação com militares está normalizada
- 7 de fevereiro** Estoques de hidroxiquina vindos dos EUA ficaram sob a guarda do Exército
- 8 de fevereiro** Jair Bolsonaro manifestou preferência por um militar como vice para compor sua chapa de reeleição à presidência da República
- 12 de fevereiro** General Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, foi interrogado pela Polícia Federal por ter recebido no Planalto extremistas que pediam intervenção militar
- 15 de fevereiro** Sargento da Aeronáutica foi condenado por tráfico internacional de drogas
- 15 de fevereiro** Exército foi acionado pelo governo federal devido ao estado de calamidade pública em Petrópolis, Rio de Janeiro
- 18 de fevereiro** Código Penal Militar atualizado foi aprovado pela Câmara dos Deputados
- 18 de fevereiro** Tribunal de Contas da União apontou fraude em licitações das Forças Armadas para produção de cloroquina
- 22 de fevereiro** Pesquisa apontou que cobertura vacinal contra a covid-19 é menor nos militares se comparada à população adulta
- 25 de fevereiro** Hamilton Mourão, vice-presidente da República, manifestou repúdio à invasão russa na Ucrânia

- 28 de fevereiro Força Aérea Brasileira colocou aviões à disposição para repatriamento de brasileiros na Ucrânia
- 7 de março Generais participaram de reunião com ministérios e presidência para definir posição do Brasil frente à guerra entre Rússia e Ucrânia
- 10 de março Força Aérea Brasileira concluiu ação de resgate de brasileiros na Ucrânia, denominada "Operação Repatriação"
- 12 de março Justiça Militar aceitou rever julgamento que levou à absolvição de policiais militares por estupro
- 13 de março Força Aérea Brasileira manifestou intenção de desativar, até o fim de 2022, 12 helicópteros de ataque, modelo Mi-35M, fabricados na Rússia
- 15 de março Militares manifestaram apoio ao presidente da Petrobrás, general Joaquim Silva e Luna
- 17 de março Assinado decreto que prevê aumento nas gratificações de militares
- 18 de março Ex-presidente da FUNAI devolveu honraria em sinal de protesto pela mesma medalha ter sido oferecida a Jair Bolsonaro
- 18 de março Militar nomeado para FUNAI foi preso pela Polícia Federal sob acusação de intermediar arrendamento de terras indígenas a pecuaristas
- 22 de março Bolsonaro sinalizou para a escolha do general Walter Souza Braga Netto para vice em sua chapa para o pleito de 2022
- 22 de março Empresa brasileira de Defesa Mac Jee assinou parceria com governo da Arábia Saudita
- 28 de março Ministro da Defesa, Braga Netto, cotado para ser vice, não compareceu ao ato informal de lançamento da candidatura de Bolsonaro à reeleição
- 28 de março De maneira sigilosa, general Braga Netto se filiou ao Partido Liberal
- 28 de março Bolsonaro demitiu general Joaquim Silva e Luna do comando da Petrobras
- 31 de março Ministério da Defesa defendeu golpe militar de 1964, sendo alvo de críticas de entidades da sociedade civil e do Ministério Público
- 31 de março Jair Bolsonaro fez elogios à ditadura militar em cerimônia que marcou a saída de ministros que concorrerão ao pleito de 2022
- 31 de março General Walter Souza Braga Netto deixou a pasta da Defesa
- 1 de abril General Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira assumiu o comando do Ministério da Defesa
- 3 de abril Eduardo Bolsonaro zombou de tortura sofrida pela jornalista Miriam Leitão
- 8 de abril Oficiais do Exército tiveram páginas banidas das redes sociais por espalhar notícias falsas
- 8 de abril Faleceu Dalmo Dallari, jurista que defendeu os direitos humanos e se opôs à ditadura militar
- 13 de abril Marinha resgatou, no Pará, seis naufragos que haviam lançado bilhete de socorro ao mar
- 14 de abril Vítimas da ditadura pediram que juiz fosse considerado suspeito para julgar casos que envolvam o regime
- 14 de abril Jair Bolsonaro voltou a levantar suspeitas sobre as urnas eletrônicas, defendendo a participação de entidades e das Forças Armadas em sua fiscalização
- 17 de abril Militares indiciados na CPI da Covid entraram na corrida eleitoral

- 18 de abril Gravações do Superior Tribunal Militar indicaram tortura durante o regime militar e o vice-presidente, Hamilton Mourão, debochou das investigações
- 19 de abril Áudios do Superior Tribunal Militar confirmaram ilegalidade na cassação do deputado federal Márcio Moreira Alves que, em 1968, fez discurso considerado ofensivo às Forças Armadas
- 20 de abril Estudiosos apontaram a importância dos áudios do Superior Tribunal Militar para a identificação de violações cometidas por membros da ditadura militar
- 22 de abril Clube Militar do Rio de Janeiro publicou nota com críticas ao Supremo Tribunal Federal, no contexto da prisão do deputado Daniel Silveira (PTB)
- 24 de abril General Carlos Alberto dos Santos Cruz afirmou que se colocou à disposição do partido Podemos para concorrer à presidência da República
- 24 de abril Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal, declarou em palestra que há no cenário político brasileiro intenção de usar as Forças Armadas para atacar o processo eleitoral
- 28 de abril Bolsonaro defendeu participação de militares na apuração eleitoral
- 29 de abril Alemanha pediu ao Exército brasileiro auxílio para viabilizar doação de blindados à Ucrânia
- 1 de maio Deputado Rui Falcão (PT) pediu ao Conselho Nacional de Justiça afastamento do presidente do Superior Tribunal Militar, general Luís Carlos Gomes Mattos
- 1 de maio Jair Bolsonaro participou de atos antidemocráticos que pediram intervenção militar
- 2 de maio Januário Antunes Maciel, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, faleceu aos 100 anos
- 4 de maio Forças Armadas enviaram ao Tribunal Superior Eleitoral vários questionamentos sobre a segurança das eleições
- 5 de maio Jair Bolsonaro voltou a atribuir aos militares o papel de tutelar o processo eleitoral
- 6 de maio Membros do Judiciário e do Legislativo manifestaram críticas à participação dos militares no processo eleitoral
- 7 de maio Periódico apontou que presidente do Superior Tribunal Militar gastou recursos e altos valores em diárias de viagens
- 9 de maio Inquérito da Polícia Federal concluiu que militares utilizaram instituições públicas para buscar informações negativas sobre as urnas eletrônicas
- 11 de maio Major do Exército foi preso por desobediência ao manifestar apoio a Bolsonaro em suas redes sociais
- 11 de maio Ministro de Minas e Energia, general Bento Albuquerque, foi exonerado
- 12 de maio Sargento detido com cocaína na Espanha foi excluído da Força Aérea Brasileira
- 14 de maio Comandante da Marinha defendeu auditoria das urnas eletrônicas
- 15 de maio Jair Bolsonaro voltou a desacreditar as urnas eletrônicas
- 15 de maio Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), vetou projeto de alteração de nome de praça que homenageia ministro da ditadura
- 16 de maio Comissão Nacional da Verdade completou 10 anos e historiadores avaliaram seu legado
- 22 de maio Acordo informal entre Jair Bolsonaro e Elon Musk sobre a Amazônia gerou controvérsia nas Forças Armadas

- 26 de maio Vice-presidente, Hamilton Mourão, considerou “implausível” o questionamento do resultado das eleições por parte dos militares
- 29 de maio Mídia alemã divulgou que Volkswagen foi denunciada na justiça brasileira por utilizar trabalho escravo durante a ditadura
- 1 de junho Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apontou que número de militares em cargos civis no governo federal triplicou desde 2013
- 7 de junho Ministério da Defesa e Forças Armadas foram mobilizados para a busca de indigenista e jornalista desaparecidos na Amazônia
- 13 de junho Tribunal Superior Eleitoral respondeu nota do Ministério da Defesa reafirmando a necessidade de “diálogo institucional”
- 13 de junho Movimento contra alistamento militar obrigatório processou Exército na representação de jovem que reivindicou dispensa por “objeção de consciência”
- 14 de junho Dossiê denunciou militarização da FUNAI
- 20 de junho Presidente do Tribunal Superior Eleitoral repetiu convite às Forças Armadas para reunião sobre transparência nas eleições
- 24 de junho Frente ao assassinato do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, União dos Povos Indígenas do Vale do Javari acusou Exército de atuação “anti-indígena”
- 26 de junho Bolsonaro anunciou general Braga Netto como vice na chapa à reeleição
- 29 de junho Ministério da Defesa compartilhou lista de militares responsáveis por fiscalizar o processo eleitoral
- 1 de julho General Braga Netto se exonerou da Assessoria Especial da Presidência da República para se dedicar à campanha de Jair Bolsonaro
- 3 de julho Exército afirmou não poder informar o número preciso de armas e munições sob poder de caçadores, atiradores e colecionadores
- 5 de julho Em reunião com Forças Armadas, Bolsonaro voltou a questionar o processo eleitoral
- 7 de julho Ministro da Defesa afirmou que as Forças Armadas têm condições de coibir eventuais manifestações violentas no contexto do processo eleitoral
- 8 de julho Edson Fachin e Joaquim Barbosa repudiaram interferência das Forças Armadas no processo eleitoral
- 8 de julho Congressistas americanos pediram investigação sobre possível interferência das Forças Armadas nas eleições brasileiras
- 9 de julho Tribunal de Contas da União constatou superfaturamento na aquisição de Viagra pelas Forças Armadas
- 12 de julho Auditoria da Controladoria Geral da União apontou irregularidades em cargos ocupados por militares no governo
- 12 de julho Militares solicitaram ao Tribunal Superior Eleitoral dados sobre as urnas para planejarem programa de fiscalização
- 16 de julho Tribunal Superior Eleitoral convidou militares para receberem orientações sobre a fiscalização das urnas
- 24 de julho Em convenção do Partido Liberal, que oficializou sua candidatura, Bolsonaro atacou o Supremo Tribunal Federal
- 25 de julho Teve início, em Brasília, a XV Conferência de Ministros da Defesa das Américas
- 27 de julho Lula afirmou que militares não apoiam golpismo de Bolsonaro

- 4 de agosto Comando de defesa cibernética do Exército adquiriu ferramenta para acessar celulares
- 5 de agosto Ministério da Defesa ignorou solicitação de auxílio para remoção de invasores
- 8 de agosto Militares avaliaram a possibilidade de realizar contagem extraoficial de votos nas eleições
- 9 de agosto Legisladores norte-americanos travaram venda de mísseis ao Exército brasileiro
- 11 de agosto Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) lançou Carta aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito
- 11 de agosto Deputado Federal, Elias Vaz (PSB), identificou “supersalários” de militares
- 14 de agosto Alto Comando do Exército se reuniu para abordar casos de violência nas eleições
- 17 de agosto Edson Fachin, ministro do Tribunal Superior Eleitoral, incluiu nove militares no grupo que pretendia realizar inspeção no código-fonte das urnas eletrônicas
- 19 de agosto General Carlos Alberto Santos Cruz aceitou convite da ONU para comandar investigação na Ucrânia
- 20 de agosto Datafolha apontou que apoio à ditadura esteve em menor patamar desde 1989
- 23 de agosto Exército cancelou desfile de 7 de setembro no Rio de Janeiro
- 23 de agosto Alto escalão das Forças Armadas criticou fala de Lula sobre as Forças Armadas e o Itamaraty serem “(...) aquilo que o governo quiser que seja”
- 28 de agosto Fiscalização do Exército apontou irregularidades em clube de tiros, locais de venda de armas e registros de caçador, atirador e colecionador de armas
- 31 de agosto Durante comício em Curitiba, Bolsonaro pediu a apoiadores que baixassem as faixas pró-golpe militar
- 1 de setembro Marinha do Brasil recebeu novo submarino, S-40 Riachuelo, fruto de cooperação com a França
- 6 de setembro Paraquedistas militares se feriram em acidente durante preparativos para a comemoração do Bicentenário da Independência
- 6 de setembro Estados solicitaram ao Supremo Tribunal Federal apoio das Forças Armadas para coibir violência nas eleições
- 7 de setembro Eventos marcaram os 200 anos da independência do Brasil e Jair Bolsonaro fez discurso político-eleitoral
- 12 de setembro Definida a participação das Forças Armadas na apuração paralela de 385 urnas eletrônicas durante as eleições
- 16 de setembro Supremo Tribunal Federal determinou que Exército suspendesse autorizações para aquisição de armas restritas
- 17 de setembro Supremo Tribunal Federal decidiu suspender, no período eleitoral, decretos que flexibilizavam armas e munições
- 18 de setembro Tribunal Superior Eleitoral aprovou participação de militares na segurança do primeiro turno das eleições
- 21 de setembro Tribunal de Contas da União questionou militares sobre os critérios de checagem das urnas eletrônicas
- 22 de setembro Ministério da Defesa solicitou ao Ministério da Economia acréscimo de R\$1,3 bilhão em seu orçamento
- 24 de setembro Encerrada a disputa pelo Campo de Marte, com grande área destinada ao Ministério da Defesa

- 27 de setembro Ministério da Defesa solicitou ao Tribunal de Contas da União maior prazo para responder sobre checagem paralela das urnas
- 1 de outubro Tribunal de Contas da União apontou que flexibilização de normativas viabilizou porte de armas por atiradores esportivos
- 2 de outubro Primeiro turno das eleições foi realizado e militares efetivaram ações fiscalizatórias
- 3 de outubro Tribunal Superior Eleitoral divulgou que teste de integridade das urnas eletrônicas realizado por militares apontou inexistência de fraude
- 3 de outubro Observadores internacionais atestaram segurança e transparência do processo eleitoral
- 3 de outubro Foram eleitos 16 deputados federais e 8 senadores que defendem a pauta armamentista
- 10 de outubro Especialistas em segurança pública apontaram falhas no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas do Exército
- 19 de outubro Ministério da Defesa afirmou que entregaria relatório sobre urnas eletrônicas somente após o segundo turno
- 25 de outubro Exército abriu processo administrativo contra o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), por irregularidade em porte de arma
- 27 de outubro Tribunal de Contas da União voltou a cobrar Ministério da Defesa por relatório sobre as urnas fiscalizadas
- 27 de outubro Ministério da Defesa encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral sugestões de melhorias para a fiscalização do segundo turno das eleições
- 29 de outubro Generais endossaram críticas ao Tribunal Superior Eleitoral, mas negaram ingerência no processo eleitoral
- 31 de outubro Derrotado, Jair Bolsonaro conversou com militares sobre fiscalização das urnas
- 1 de novembro Grupos antidemocráticos bloquearam rodovias em contestação ao resultado das eleições
- 2 de novembro Manifestações golpistas clamaram por intervenção militar em frente a quartéis militares
- 5 de novembro Oficial investigado pelo Supremo Tribunal Federal por movimentações financeiras ilegais ligadas à Presidência da República foi transferido do Palácio do Planalto para comando de batalhão do Exército em Goiânia
- 9 de novembro Ministério da Defesa entregou ao Tribunal Superior Eleitoral relatório de fiscalização do sistema eletrônico de votação
- 14 de novembro Ministério Público Federal cobrou investigação de responsáveis por atos antidemocráticos em frente ao quartel-general do Exército em Brasília
- 15 de novembro Promotoria e Polícia do Maranhão apontaram falhas em sistema de controle do Exército, que permitiram circulação de munição ilegal no país
- 17 de novembro Equipe de transição do governo Lula não chegou a consenso sobre estabelecimento de grupo de trabalho para a Defesa
- 18 de novembro Lula afirmou sua pretensão em normalizar relações entre o governo e as Forças Armadas
- 19 de novembro Soldado da Força Aérea Brasileira foi morto por colega de profissão
- 24 de novembro Bolsonaro reuniu-se com comandantes das Forças Armadas após Tribunal Superior Eleitoral condenar seu partido (PL) por litigância de má-fé
- 25 de novembro Comandantes das Forças Armadas anunciaram intenção de deixar o cargo antes da posse de Lula

-
- 26 de novembro Em silêncio, Bolsonaro participou de cerimônia de formatura de aspirantes a oficial-general na Academia Militar das Agulhas Negras
 - 30 de novembro Movimento suprapartidário pediu simplificação no processo de requisição de dispensa do alistamento militar obrigatório
 - 30 de novembro Alto Comando do Exército avaliou punir militares que assinaram texto apócrifo de apoio a atos antidemocráticos
 - 2 de dezembro Defensoria Pública da União recomendou ao governo eleito a revisão da política de militarização das escolas
 - 7 de dezembro Tribunal de Contas da União analisou possível ilegalidade na contratação de militares para cargos no Instituto Nacional do Seguro Social
 - 6 de dezembro Justiça bloqueou compra de blindados pelo Exército
 - 7 de dezembro Ministro da Defesa propôs a ampliação de gastos com Defesa para os próximos anos
 - 9 de dezembro Presidente eleito anunciou José Múcio Monteiro Filho como futuro ministro da Defesa. Julio Cesar de Arruda, Marcos Sampaio Olsen e Marcelo Kanitz Damasceno foram anunciados como novos comandantes militares, respectivamente, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica

1 Ameaças à democracia

Eleições democráticas com fiscalização militar

Nesta seção do Anuário, incluímos uma série de fatos que sinalizam os diversos problemas existentes em matéria de influência das forças armadas na política no Brasil. Conquanto as tentativas de golpes de Estado representam a ameaça mais óbvia que militares podem fazer contra uma democracia, outras condutas mais sutis evidenciam práticas de tutela e interferência na política também danosas para o funcionamento de um regime democrático.

Nesse sentido, o capítulo reúne uma coletânea bastante diversa de notícias que retratam fatos que com distintas intensidades mostram formas nas quais o envolvimento das forças armadas enfraquece a lógica democrática.

Sem dúvidas, o fato mais marcante do ano neste assunto – sobre o qual versam a maioria dos resumos aqui reunidos – foi o papel desmedido que as forças armadas tiveram na fiscalização das eleições. Desde a democratização, as forças armadas brasileiras auxiliam na logística das eleições no país. Entretanto, em 2022 o Brasil teve o primeiro processo eleitoral com fiscalização realizada pelas forças armadas, em um contexto de altíssima politização da instituição, de interferência dos militares na política e de ataques rotineiros à credibilidade das urnas feitos pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Em 2021, o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, convidou o Ministério da Defesa (MD) para compor a Comissão de Transparência das eleições, órgão da corte formado por especialistas para reforçar a fiscalização do processo eleitoral. A função foi ocupada pelo general Heber Garcia Portella, responsável pela área de defesa cibernética do Exército. Além disso, em dezembro daquele ano, o ministro Barroso convidou o ex-ministro da Defesa e general de Exército da reserva, Fernando Azevedo e Silva, para o cargo de diretor-geral do TSE. Entretanto, no dia 17 de fevereiro de 2022, Azevedo e Silva desistiu de assumir o posto alegando problemas de saúde e questões familiares.

Em 22 de fevereiro, Barroso foi sucedido como presidente do TSE pelo ministro Luiz Edson Fachin, que manteve um discurso de resistência contra tentativas do MD para extrapolar suas atribuições como integrante da Comissão de Transparência. Apesar de não ter limitado essa participação, as declarações de Fachin foram interpretadas com desagrado pelas forças armadas. Uma situação similar ocorreu quando Barroso, durante evento público, criticou o movimento político que, em sua avaliação, tentou usar as forças armadas para atacar o processo eleitoral brasileiro. As declarações de Barroso foram respondidas em nota pública, no mesmo dia, pelo então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira.

O presidente Bolsonaro continuou fazendo declarações de suspeita sobre as eleições, desta vez sugerindo a existência de uma “sala secreta” onde supostamente se fabrica o resultado do pleito e propondo uma contagem paralela dos votos no TSE feita através de um computador das forças armadas. Apesar de ser conhecido o fato da total inexistência dessa sala, a fala de Bolsonaro chamou a atenção visto que as demandas do MD para melhorar a transparência das eleições começaram a replicar a ideia da apuração paralela sob comando militar.

O envolvimento de militares no questionamento ao sistema eleitoral não incluiu apenas a participação autorizada das forças armadas na fiscalização. Em maio, vieram à tona indícios de envolvimento de militares na tentativa de produzir evidências contrárias à confiabilidade das urnas. O jornal Folha de S. Paulo noticiou que um inquérito da Polícia Federal (PF) apontou o envolvimento do general Luiz Eduardo Ramos e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ligada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e chefiada pelo general Augusto Heleno, no uso das instituições públicas para buscar informações contra as urnas eletrônicas, desde 2019. Em depoimento à PF, o técnico eletrônico Marcelo Abrieli relatou ter sido procurado naquele ano pelo general Ramos, então ministro da Secretaria-Geral da Presidência, para participar de uma reunião com Bolsonaro no Planalto sobre “indícios de fraudes nas urnas”. Também em reportagem, a Folha informou que os relatórios que o Exército brasileiro produziu a respeito das urnas eletrônicas foram compartilhados com a cúpula do MD por um integrante do alto comando das forças armadas, com informações que foram usadas por Bolsonaro para contestar o processo eleitoral de 2022.

Nesse contexto, em 12 de maio, o ministro Fachin se posicionou em tom de advertência contra “quem investe contra o processo eleitoral” e “incita intervenção militar”, destacando ainda que “quem trata de eleições são forças desarmadas”, além de declarar que a Justiça Eleitoral “está aberta a ouvir, mas não está aberta a se dobrar a quem queira tomar as rédeas do processo eleitoral”. Mais uma vez, a fala foi recebida com desagrado pelas forças armadas.

As tentativas do ministro Fachin por manter limitada a participação das forças armadas na fiscalização do pleito eleitoral continuaram a ser desafiadas pelo MD. No mês de julho, a pasta solicitou ao TSE acesso a todos arquivos das urnas eletrônicas referentes aos anos de 2014 e 2018. Algumas semanas mais tarde, Fachin decidiu pela negativa parcial ao pedido, informando mediante ofício que entidades fiscalizadoras - como as forças armadas - "não possuem poderes de análise e fiscalização de eleições passadas, não lhes cumprindo papel de controle externo do TSE".

Essa negativa não significou, entretanto, a imposição de limites à participação dos militares nas diversas etapas do processo previsto pelo TSE. Em 16 de julho, as forças armadas receberam convite para participar do evento de apresentação das orientações relacionadas à fiscalização do processo eleitoral. Já no início de agosto, nove militares enviados pelo MD participaram do início da inspeção do código-fonte das urnas eletrônicas. No entanto, no dia 9, o ministro Fachin decidiu pela expulsão do coronel do Exército Ricardo Sant'Anna da Comissão de Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação, após o mesmo disseminar mentiras sobre as urnas, o que levou seu perfil a ser deletado das redes sociais. Apesar de permitir ao MD substituir o militar, o Exército brasileiro, após criticar em nota a decisão, decidiu renunciar à indicação de substituto.

O episódio ocorreu dias antes da posse do ministro Alexandre de Moraes na presidência do TSE, que se reuniu com o ministro da Defesa a fim de tratar sobre a segurança das urnas eletrônicas e a fiscalização do processo eleitoral. Logo após a posse de Moraes, no dia 29 de agosto, o TSE iniciou as últimas fases de verificação das urnas eletrônicas, entre elas a lacração dos sistemas. O fato de tais etapas finais terem sido principiadas antes que as forças armadas e a Polícia Federal finalizassem suas análises do código-fonte das urnas foi alvo de crítica dos militares, os quais "argumentam que um código malicioso pode fraudar as urnas sem ser detectado em testes realizados no dia da eleição". Cabe esclarecer que tais entidades possuíam o código à disposição desde outubro de 2021.

A equipe de militares apresentou a Moraes a proposta do emprego da biometria de eleitores em urnas que passariam por testes de integridade no dia das eleições. De acordo com eles, este formato evitaria a atuação de um código malicioso que poderia alterar o funcionamento do equipamento que não fosse ativado pelo dado do eleitor real. A proposta foi aceita pelo ministro, porém, apenas como projeto-piloto em 56 das 640 urnas que passariam pelo teste de integridade, sendo que o teste tradicional, sem a biometria, seria o único considerado válido.

Além disso, em setembro foi noticiado que as forças armadas participariam da apuração paralela de 385 urnas durante as eleições, por meio de presença de militares "para tirar fotos do QR code dos boletins de urna a serem enviados ao Comando de Defesa Cibernética do Exército, em Brasília, para realizar um trabalho paralelo de contagem dos votos" e depois contrastado com os dados do TSE. Frente à inédita apuração paralela militar, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu realizar uma checagem própria dos votos no dia das eleições usando os dados de mais de 4.000 urnas nos 26 estados e Distrito Federal, ou seja, uma amostra bem mais robusta que aquela das forças armadas, no intuito de ser utilizada, eventualmente, como uma contraprova à análise dos militares.

Assim, no dia do primeiro turno das eleições, em 2 de outubro, as forças armadas realizaram: checagem inicial dos boletins que confirmam que as urnas não possuíam votos, antes da votação ser aberta; teste de integridade das urnas, para verificar se o voto depositado foi gravado corretamente, com uma pequena amostra usando biometria dos eleitores voluntários; e registro de fotos de boletins de cerca de 400 urnas, após o encerramento da votação, para conferir se os votos que constavam não sofreriam mudanças ao chegarem ao TSE.

A apresentação dos resultados da fiscalização militar ocorreu apenas dez dias após o segundo turno, em 30 de outubro, quando o MD divulgou relatório em que atestava a ausência de evidências de fraudes, acompanhado por uma nota extremamente dúbia, que reforçou a narrativa falsa da fraude eleitoral repetida pelos grupos antidemocráticos que acamparam na frente dos quartéis e depredaram os prédios dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

As manifestações em frente a instalações militares em diversas cidades brasileiras tinham como pautas o voto impresso, a intervenção militar, a prisão dos ministros do STF e o impedimento da posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de serem pautas de ameaças diretas contra as instituições democráticas e o estado de direito, o ministro da Defesa classificou o movimento como ordeiro e pacífico, enquadrado no direito de livre manifestação e reunião, garantidos pela Constituição.

Ainda sobre as eleições, este capítulo traz notícias que reportam as dificuldades da chapa Lula-Alckmin para conseguir interlocutores nas forças armadas. Esse fato é duplamente problemático: por um lado, sinaliza existência de preferências ideológicas da caserna; por outro, cabe lembrar que nenhuma chapa deveria estabelecer um diálogo prévio com os militares, visto que, se eleita, as forças deveriam às novas autoridades obediência incondicional, nos marcos da lei.

O segundo fato marcante sobre ameaças à democracia foi a publicação, em maio de 2022, do documento "Projeto de Nação: o Brasil em 2035", elaborado por três instituições com forte presença de militares da reserva: o Instituto General Villas Boas, o Instituto Sagres e o Instituto Federalista. A publicação – coordenada pelo general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva – foi lançada em evento realizado no Instituto Villas Boas e contou com a participação do

vice-presidente, general Hamilton Mourão. Tal como analisado por jornalistas e acadêmicos, o documento apresentou uma proposta de país pautada no autoritarismo, no conservadorismo social e na negação do pluralismo democrático.

Outras notícias expressam a militarização da política, tendência que enfraquece a lógica democrática. Neste sentido, o capítulo traz as notícias sobre a escolha do general Walter Souza Braga Netto para ser vice-presidente na chapa de reeleição de Jair Bolsonaro, bem como a continuidade da tendência dos últimos anos de candidaturas militares, muitos dos quais acabaram sendo eleitos, como os generais Mourão e Eduardo Pazuello, respectivamente para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados

Por fim, após a eleição e a vitória da chapa Lula-Alckmin, ocorreram fatos que expressam a continuidade da autonomia das forças armadas, bem como comportamentos de contestação por parte das cúpulas militares e de resistência das forças armadas a aceitar o resultado da eleição e prestar obediência às novas autoridades. Estas notícias incluem a não criação do grupo de transição sobre Defesa devido à resistência dos militares ao diálogo com civis; a nomeação de um ministro da Defesa visto como excessivamente conciliador; e a saída antecipada da posse dos novos comandantes das forças.

Marina Vitelli

Docente do curso de Rel. Internacionais da UFRRJ

Carolina Condé de Lima

Doutoranda no PPGRI San Tiago Dantas

FEVEREIRO

Em entrevista, comandante da FAB afirmou que militares prestarão continência a qualquer candidato eleito em 2022

Em entrevista concedida ao periódico O Estado de S. Paulo, o comandante da Força Aérea Brasileira (FAB) Carlos de Almeida Baptista Júnior afirmou que os militares prestarão continência a qualquer candidato eleito para a Presidência da República em 2022, inclusive ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O comandante, que assumiu o cargo em abril de 2021 durante a crise da cúpula do Alto Comando das Forças Armadas, declarou ter receio da polarização e radicalização da sociedade frente às eleições de 2022, reiterando que a FAB e as Forças Armadas se manterão dentro daquilo para o que foram destinadas constitucionalmente. Além disso, afirmou que ao entrar nas Forças Armadas, os militares aprendem que a continência visa autoridade, por isso, "iremos prestar continência a qualquer comandante supremo das Forças Armadas, sempre." Ao ser questionado sobre um possível dano às Forças Armadas pela associação ao governo de Jair Bolsonaro, o comandante afirmou que não acredita ter havido dano, ressaltando que as Forças sempre foram respeitadas pela sociedade como instituição de Estado apartidária, com a qual "a sociedade sabe que pode continuar contando". Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, a jornalista Cristina Serra alegou que a entrevista concedida pelo comandante ao jornal "ofende os fatos e a lógica", pois é apenas a repetição de um discurso de não envolvimento dos militares em assuntos políticos. A jornalista mencionou episódios que contradizem a fala do comandante, como a nota intimidatória do ministro da Defesa Walter Braga Netto à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 e o tuíte publicado pelo comandante do Exército Eduardo Villas Bôas ameaçando o Supremo Tribunal Federal em 2018, às vésperas da votação do habeas corpus do ex-presidente Lula. Ademais, a autora questionou se a comparação do comandante sobre a atuação de militares no governo do presidente da República Jair Bolsonaro à de acadêmicos no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a de sindicalistas no de Lula é uma demonstração de cinismo ou ignorância. Para sustentar seu debate, a jornalista mencionou a análise do historiador Manuel Domingos Neto sobre o tema em seu artigo "A Terra é Redonda", em que aborda a dependência das Forças Armadas de fornecedores de equipamentos e armas que reforçam o poder de potências imperiais e não defendem o Brasil, e também a série "O Canto Livre de Nara Leão", que resgatou o episódio em que a cantora, em plena ditadura militar (1964-1985), afirmou que o Exército não servia para nada. Em coluna opinativa para o jornal O Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde afirmou que membros do Exército, Marinha e Aeronáutica trabalham, nos bastidores, com vários cenários para o período após as eleições presidenciais, incluindo a possibilidade de convulsão social em caso de derrota de Jair Bolsonaro ou de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo a jornalista, setores militares e bolsonaristas consideram que as ameaças do presidente contra a democracia, apesar de mais explícitas, são menos críveis. Já Lula, de acordo com esses setores, "está ressentido depois de preso e conta com MST,

sindicalistas e radicais, com capacidade para produzir tumultos de rua”. A jornalista fez a ressalva de que não acredita nessa possibilidade, mas a registrou por temer que os setores bolsonaristas utilizem esse cenário para legitimar algum tipo de “reação à altura”. (Folha de S. Paulo - Poder - 31/01/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 01/02/22; O Estado de S. Paulo - Política - 04/02/22)

Lula afirmou que relação com os militares está normalizada

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva considera sua relação com os militares normalizadas, apesar da aproximação da categoria com o atual presidente, Jair Bolsonaro. No entanto, existiria uma apreensão por parte da classe política sobre a reação das Forças Armadas a uma eventual eleição de Lula. Para o jornal, o posicionamento dos militares pode ser visto nas sinalizações das últimas semanas, a exemplo do Exército ter criado punições para a divulgação de notícias falsas acerca da pandemia e adiantado todos os exercícios militares para dispor de tropas em caso de distúrbios durante a eleição. Além disso, somar-se-ia o fato do almirante Antonio Barra Torres, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ter desafiado o presidente, enquanto que na Força Aérea Brasileira (FAB), o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista disse à Folha que os militares prestarão continência a qualquer vencedor do pleito. Ademais, de acordo com a reportagem, os militares têm como objetivo afastar o temor ao risco de algum tipo de intervenção armada a favor de Bolsonaro, principalmente depois da demissão de toda a cúpula militar em março de 2021 e dos discursos golpistas do presidente durante as celebrações do 7 de setembro. Apesar disso, de acordo com o periódico, Lula disse não ver motivos para tentar uma aproximação por ora, pois ainda existem atritos entre o ex-presidente e os militares, principalmente devido ao episódio em que o general Eduardo Villas Bôas, ex-comandante do Exército, pressionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para que um habeas corpus não fosse concedido à Lula, e também em relação à Comissão Nacional da Verdade, criada durante o governo Dilma Rousseff. O jornal ainda ressaltou o desenvolvimento militar promovido pelos governos petistas, destacando os grandes projetos militares da época, como o acordo Brasil-França, que trouxe helicópteros e novos submarinos às Forças Armadas. (Folha de S. Paulo – Política – 05/02/22)

Bolsonaro assume preferência por um vice militar para compor sua chapa

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, em meio a decisões acerca de quem deveria assumir o posto de candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro no pleito de 2022, os ministros do chamado “centrão” pressionaram pela indicação da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, enquanto o atual presidente deseja um novo militar, o ministro da Defesa Walter Braga Netto. O jornal apurou que Bolsonaro confia na ministra, mas prefere a indicação do general Braga Netto, com quem “se sente mais à vontade”. De acordo com o Estado, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, também se movimentou almejando o posto, e em conversas reservadas o presidente afirmou que ele seria como um “seguro” contra processos de impeachment. Apesar das tensões com o atual vice, o general Hamilton Mourão, Bolsonaro se referiu a ele como um cunhado e afirmou que “você casa e tem que aturar o cunhado do teu lado. Você não pode mandar o cunhado embora”. O senador Flávio Bolsonaro (PL- RJ), filho do presidente, se posicionou a favor da indicação de Tereza Cristina, e não outro militar. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/22)

General Heleno foi interrogado pela Polícia Federal por receber grupo extremista no Planalto

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, o general da reserva Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, foi interrogado pela Polícia Federal (PF) e admitiu ter escolhido um oficial militar para manter relações com um grupo extremista acusado de patrocinar atentados contra o Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, na oitiva, Heleno disse que se reuniu com tal grupo no Palácio do Planalto, alegando que tentou dissuadi-los pois “vislumbrava possibilidade de conflito”. As declarações do general foram colhidas pela delegada da PF Denisse Dias, no âmbito do inquérito sobre milícias digitais, uma investigação do STF sobre possíveis “ações orquestradas” para promover desinformação e atacar adversários e instituições democráticas. De acordo com o jornal, o grupo extremista, intitulado “300 do Brasil”, participou de manifestações antidemocráticas em 2020. Em um dos atos, o presidente da República Jair Bolsonaro discursou a milhares de manifestantes em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília, que clamavam por uma intervenção militar. O general negou, ainda, ter dado qualquer

tipo de orientação ou apoio aos ataques feitos contra membros do STF em 2020. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/02/22)

Bolsonaro envolveu cúpula militar em ataques às urnas eletrônicas

Em coluna opinativa ao periódico Folha de S. Paulo, o jornalista e mestre em ciência política Bruno Boghossian afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, envolveu o Exército em seus ataques contra o processo eleitoral. De acordo com o colunista, uma reportagem da revista Veja revelou que a cúpula militar elaborou, para Bolsonaro, uma análise do sistema de votação na qual as “falsas suspeitas de fraude” por parte do presidente em relação às urnas eletrônicas eram justificadas. A pauta das urnas estaria sob o comando do atual ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, possível vice na chapa de Jair Bolsonaro à reeleição. Para Boghossian, “a investida renovada” contra o processo eleitoral junto às Forças Armadas, além de tumultuar a votação, também revela o temor do presidente em perder as eleições presidenciais já no primeiro turno. Segundo editorial do jornal Folha de S. Paulo, em uma transmissão ao vivo pela internet, Bolsonaro alegou que foram detectadas vulnerabilidades nas urnas eletrônicas no final de 2021 pelos militares, que apresentaram questionamentos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Durante a transmissão, o presidente lembrou que é o comandante chefe das Forças Armadas, insinuando que suas acusações não receberam a devida atenção do Tribunal, e mencionou que mandou Braga Netto cobrar explicações. Após as acusações, o TSE, segundo o periódico, disse ter recebido um pedido de informações técnicas por parte do general Heber Garcia Portella, responsável pela área de defesa cibernética do Exército e membro da Comissão de Transparência das Eleições, órgão da corte formado por especialistas para reforçar a fiscalização do processo eleitoral, mas que este não apontou nenhuma falha. Além disso, o TSE esclareceu que uma resposta ainda não havia sido elaborada por conta “do recesso de fim de ano e da complexidade das questões”. De acordo com os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, o Tribunal divulgou, no dia 16/02/22, o conteúdo das perguntas feitas pelas Forças Armadas à Corte sobre o processo eleitoral e as urnas eletrônicas, com as respectivas respostas. Conforme colocado pelas reportagens, o objetivo da publicação seria o de enfraquecer a narrativa, corroborada por Bolsonaro, de que os militares são os garantidores da lisura do pleito de outubro. O jornalista Bruno Boghossian, em mais uma coluna à Folha de S. Paulo, reafirmou a intenção de Bolsonaro de tumultuar as eleições, encontrando uma brecha no convite aos militares para integrar a Comissão de Transparência. Segundo o jornalista, o presidente insinuou que as eleições só poderiam ser consideradas limpas com a aprovação das Forças Armadas, mas alguns deles trabalham com o presidente justamente para lançar dúvidas sobre o processo. Já o ministro Luiz Edson Fachin, que tem posse prevista na presidência do TSE para a noite de 22/02/2022, em entrevista para a Folha de S. Paulo, afirmou manter “uma mão estendida” para o presidente Jair Bolsonaro, mas que o tribunal não vai “tolerar os intolerantes” que insinuam fraudes nas urnas eletrônicas. Ele ainda lamentou que, por motivos de saúde, o general e ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, não vá assumir o cargo de diretor-geral do TSE. Fachin lembrou que o general fez elogios à estrutura do tribunal e à segurança das urnas eletrônicas, e afirmou que sua ausência não vai prejudicar o diálogo entre o TSE e as Forças Armadas, elogiando também o setor de segurança cibernética do Exército. Por sua vez, em sua última entrevista à frente da presidência do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso defendeu, segundo O Estado de S. Paulo, que a participação das Forças Armadas na Comissão de Transparência das Eleições é para proteger a democracia, “não um presidente que quer atacá-la”. (Correio Braziliense - Política - 17/02/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 13/02/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 15/02/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 18/02/22; Folha de S. Paulo - Política - 18/02/22; O Estado de S. Paulo - Política - 17/02/22; O Estado de S. Paulo - Política - 18/02/22)

General abriu mão do cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral

Conforme veiculado pelo periódico Correio Braziliense, o ex-ministro da Defesa e general de Exército da reserva, Fernando Azevedo e Silva, desistiu de assumir o cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alegando problemas de saúde e questões familiares. Contudo, de acordo com a reportagem, a recusa do cargo teria sido motivada pelo desconforto causado pelos ataques do presidente da República, Jair Bolsonaro, à lisura do sistema eleitoral. (Correio Braziliense - Política - 17/02/22)

Bolsonaro foi alvo de críticas por uso político das Forças Armadas

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o presidente da República, Jair Bolsonaro, está sendo alvo de críticas por fazer uso político das Forças Armadas contra o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE). No dia 16/02/22, o chefe do executivo declarou que os militares encontraram “diversas vulnerabilidades” nas urnas eletrônicas e foi prontamente desmentido pelo TSE. Diante do fato, o ex-ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, em entrevista ao Correio Braziliense, afirmou que considera que as atitudes de Bolsonaro são irresponsáveis e que o presidente utiliza o prestígio das Forças Armadas para validar suas falas à população. Além disso, Santos Cruz comentou que considera absurda a participação das Forças Armadas na Comissão de Transparência Eleitoral, pois para o ex-ministro o papel do Exército é a defesa nacional, e não qualificar o processo eleitoral. O jornal também entrevistou outros militares sob a condição de anonimato, que afirmaram que apesar da estratégia de Bolsonaro de cooptar militares, as Forças Armadas estão se afastando da imagem política para atuar como uma instituição de Estado. Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, a jornalista Cristina Serra afirmou que o TSE caiu em uma arapuca ao convidar militares para a Comissão de Transparência das Eleições e também ao indicar o ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, para ocupar a direção geral do TSE (cargo que ele desistiu de assumir na véspera da posse). Para a colunista, as duas medidas conciliatórias serviriam para combater a campanha de Bolsonaro contra a urna eletrônica, no entanto seu êxito dependeria da capacidade do presidente de jogar limpo a nível institucional, o que ele não tem. (Correio Braziliense – Política – 19/02/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 19/02/22)

MARÇO

Lula evita embate do PT com militares

Em análise assinada pela repórter Vera Rosa, o periódico O Estado de São Paulo afirmou que o ex-presidente da República e pré-candidato ao cargo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva deseja evitar confrontar os militares no programa de governo. Segundo o texto, há divergência dentro do partido quanto à defesa da revogação do artigo 142 da Constituição, que afirma que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por garantia de qualquer destes, da lei e da ordem”. Alas internas do PT defendem que Lula envie uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para supressão do artigo, num movimento batizado de “PEC antigolpe”. Lula, por outro lado, tem buscado quebrar resistências dentro das Forças Armadas, evitando discutir propostas polêmicas que possam desagradar seus membros. O periódico relembrou, no entanto, que a relação do PT com os militares não é amistosa, citando dois episódios: a Comissão da Verdade, criada em 2012 no governo de Dilma Rousseff para investigar abusos cometidos no período da ditadura militar (1964-1985) e violações dos direitos humanos; e uma história em quadrinhos produzida pelo PT em fevereiro de 2022, vista pelo Alto Comando do Exército como uma “afronta”. Segundo o jornal, um dos capítulos da publicação inclui uma caricatura do general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, que sofre de Esclerose Lateral Amiotrófica, com tubo de respiração em uma cadeira de rodas, ao lado de uma polêmica mensagem postada por ele no Twitter em 2018, defendendo o “repúdio à impunidade”, visto à época como uma forma de pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) dias antes do julgamento que poderia ter salvo Lula da prisão e permitido sua candidatura para as eleições daquele ano. (O Estado de S. Paulo – Política – 18/03/22)

Jair Bolsonaro sinaliza a escolha de Braga Netto como vice-presidente no pleito de 2022

Segundo os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro deu novos sinais de que escolherá o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, para compor sua chapa como vice em 2022. Em uma entrevista à rádio Joven Pan, o presidente não citou o nome de Braga Netto, mas declarou que seu vice “é nascido em Belo Horizonte e fez colégio militar”, e o general nasceu na capital mineira e fez carreira no Exército. Na mesma entrevista, Bolsonaro afirmou que o nome de seu vice será divulgado a partir do dia 31/03/2022, e que não queria adiantar o nome. O general da reserva Paulo Chagas avaliou que o presidente quer alguém que obedeça suas ordens ao escolher um candidato sem projeção como Braga Netto, e que tenha “(...) a disciplina intelectual do militar: essa é minha missão? Vou fazer. Não tem nada a ver com militares, isso é um problema político. O militar cidadão, cada um tem opinião, como instituição, não tem opinião”. Outro militar (anônimo) entrevistado pelo Correio, afirmou que “Braga Netto é general, não é tão político”. (Correio Braziliense - Poder - 22/03/22; O Estado de S. Paulo - Política - 22/03/22)

Ministro da Defesa não compareceu a ato do Partido Liberal ligado à candidatura de Jair Bolsonaro à reeleição

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e Correio Braziliense, vários ministros do governo do presidente da República Jair Bolsonaro participaram do ato informal de lançamento

de sua candidatura à reeleição promovido pelo Partido Liberal (PL). Entretanto, os jornais informaram que o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, não compareceu, embora esteja cotado para ocupar o lugar de vice-presidente na chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022. Segundo a Folha, o possível motivo de sua ausência seria o fato de que ainda era ministro da Defesa, o que poderia gerar questionamentos sobre a "atuação política dos fardados." (Correio Braziliense - Política - 28/03/22; Folha de S. Paulo - Política - 28/03/22)

ABRIL

Ex-presidente Lula defendeu a remoção de 8 mil militares de cargos comissionados

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou em reunião da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no dia 04/02/2022 que pretende remover 8.000 militares de cargos comissionados caso seja eleito, pois são "pessoas que não prestaram concursos", declarou. Na reunião, o pré-candidato à presidência mencionou a necessidade de uma base forte da esquerda no Congresso Nacional, para desafios como "desfazer o desmonte de instituições que eles fizeram", ao se referir aos militares no governo de Jair Bolsonaro. Segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2020, o número de militares em cargos no governo federal mais do que dobrou em relação ao governo de Michel Temer (2016-2018): de 2.765 em 2018, para 6.157 em 2020. Um levantamento do Poder360 no mesmo ano (2020) apontou 8.450 militares em cargos comissionados, a partir de dados coletados via Lei de Acesso à Informação. (Correio Braziliense - Política - 05/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 05/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 05/04/22)

Bolsonaro defendeu Ministério da Defesa e Forças Armadas em encontro com oficiais-generais promovidos

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, discursou em encontro com militares no Palácio do Planalto, na cerimônia de cumprimento aos oficiais-generais promovidos. Em seu pronunciamento, Bolsonaro se dirigiu diretamente às Forças Armadas, ao dizer que "Se a pátria um dia voltar a nos chamar, por ela tudo faremos. Até mesmo em sacrifício da própria vida". Embora não tenha feito comentários diretos sobre a eleição, Bolsonaro mencionou uma batalha do "bem contra o mal", sem especificar qual é essa batalha ou quem está em cada lado dela. O presidente também defendeu a função do ministro da Defesa, caracterizando-a como aquela capaz de "fazer o país rumar em direção à normalidade, ao progresso e à paz", sendo que parte importante disso seria o fato do ministro da Defesa possuir "a tropa em suas mãos". Nesse mesmo sentido, Bolsonaro elogiou a posição do Ministério da Defesa no combate à covid-19, pois segundo ele, esse foi o primeiro Ministério a se apresentar para tal missão. O jornal pontuou que ao tratar sobre a pandemia, Bolsonaro também elogiou a gestão do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, durante a crise no Amazonas que ocorreu no início de 2021. Além disso, afirmou que não há corrupção em seu governo e que esse mal foi praticamente vencido no país. Por fim, Bolsonaro também culpou os "interesses pessoais de alguns poucos que podem muito". Segundo o presidente, as questões ideológicas tornam conturbada a vida no país; e afirmou que "lá atrás foi mais difícil e vencemos. Agora, venceremos também", de novo sem especificar a que tempo estava se referindo. (Folha de S. Paulo - Política - 06/04/22)

Comentários sobre a possível candidatura à vice-presidência do general da reserva Braga Netto, que se filiou em segredo ao Partido Liberal

Em entrevista ao periódico Folha de S. Paulo, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, comentou acerca da possível chapa para concorrer às eleições presidenciais de 2022, formada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e o ex-ministro da Defesa, general da reserva Walter Braga Netto. De acordo com o ministro da Casa Civil, a chapa Bolsonaro-Braga Netto representaria o que "está dando certo para o país", uma vez que retrataria a união entre os militares e o chamado "Centrão" que, para Nogueira, "é o caminho [que] as pessoas estão aprovando". Quando questionado sobre a possibilidade de fazer um convite para que Braga Netto se filie ao seu partido, o Progressistas (PP), o atual ministro da Casa Civil disse que "existe a expectativa" de que o general da reserva seja o vice-presidente na chapa e que ainda não há confirmações. Já o jornalista Reinaldo Azevedo, em coluna opinativa também para a Folha de S. Paulo, comparou Braga Netto e o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, possíveis candidatos à vice-presidência na chapa com Bolsonaro, a Geraldo Alckmin, que foi aprovado pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) para vice na chapa com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O jornalista observou que Alckmin, adversário histórico de Lula, "é a opção que decorre de uma aliança e significa um aceno ao diálogo"; Braga Netto e Heleno, por outro

lado, “valem por uma ameaça” de novos confrontos entre Bolsonaro e seus adversários. Conforme publicado pelo periódico O Estado de S. Paulo, Braga Netto se filiou ao Partido Liberal (PL) em um ato secreto, no dia 28/03/2022. Desde então, o general está legalmente habilitado para assumir a candidatura à vice-presidência de Bolsonaro, que também pertence ao partido. Segundo o jornal, a filiação do general ocorreu sem a ciência até mesmo de líderes do partido, sendo resultado de uma operação encabeçada por Valdemar Costa Neto e pelo próprio Bolsonaro, que querem formar uma chapa “pura” nas eleições presidenciais. Segundo o Estado, a tentativa de manter secreta a filiação de Braga Netto visou evitar expor ainda mais a preferência do presidente pelo nome do general para a chapa, ainda que Bolsonaro já tenha dado inúmeras indicações de que o ex-ministro será seu vice. A assessoria de imprensa do PL confirmou a filiação de Braga Netto, mas não pretende emitir nota oficial ou publicar fotos do ato nas redes sociais. (Folha de S. Paulo - Política - 10/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 15/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 14/04/22)

Bolsonaro voltou a levantar suspeitas sobre as eleições

Conforme informações do periódico O Estado de S. Paulo, em 14/04/22, o presidente da República, Jair Bolsonaro, voltou a levantar suspeitas sobre a segurança das urnas eletrônicas e do processo de apuração dos votos para as eleições de 2022. Bolsonaro propôs que a transmissão dos dados em Brasília pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ocorra mediante a presença das Forças Armadas, da Controladoria-Geral da União (CGU), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e aproximadamente dez instituições convidadas. O periódico também lembrou que em fevereiro, o ministro Luís Roberto Barroso, então presidente do TSE, criticou o uso político das Forças Armadas nas eleições. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/04/22)

Periódico analisou sobre a possibilidade de uma “nova Frente Ampla”

Em coluna opinativa do periódico Folha de S. Paulo, o jornalista, professor e escritor, Ricardo Viveiros, analisou sobre a possibilidade de uma aliança entre um conjunto de líderes, “sem vaidades ou pretensões” com a finalidade de derrotar o presidente da República Jair Bolsonaro, e se unir em um só nome para candidato à presidência da República. O jornalista lembrou as articulações formadas após o golpe militar de 1964 formando uma Frente Ampla em oposição à ditadura. Joao Goulart não aceitava se unir a Carlos Lacerda, até que depois de reunião intermediada pelo deputado Federal Renato Archer do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro (MDB-RJ) em setembro de 1967 ambos abandonaram as desavenças, levando boa parte dos parlamentares do MDB a aderir a Frente Ampla, e depois com o Ato Institucional nº 5, esses opositores sofreram as consequências de se opor ao regime. Ao fim, Viveiros refletiu que a “coesão de esforços para vencer um opositor é caminho válido, mas o que a história registra é frustrante”, chegando até os dias atuais, questionando a possibilidade de candidatos como Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista e João Dória, do Partido da Social Democracia Brasileira, deixarem seus próprios interesses e constituírem uma Frente Ampla. (Folha de S. Paulo – Opinião – 19/04/22)

Militares indiciados na CPI da covid-19 entraram na corrida eleitoral

Segundo o jornal Folha de S. Paulo em decorrência da falta de responsabilização judicial dos indiciados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, realizada no ano passado, militares como o ex-ministro da Saúde e general de divisão do Exército, Eduardo Pazuello, concorrerão a uma vaga na Câmara dos Deputados. Além dele, o ex-titular da Defesa, general Walter Braga Netto, que pretende compor a chapa com o presidente da República Jair Bolsonaro. O jornal ainda explicou sobre a paralisação do relatório na Procuradoria Geral da República (PGR) responsável por processar criminalmente os envolvidos, visto que o processo está há quase um semestre em “fase preliminar”. (Folha de S. Paulo - Política - 17/04/22)

Pré-candidatos às eleições se posicionaram sobre as Forças Armadas

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro, durante evento em homenagem ao Dia do Exército, afirmou que o comando do Exército marcou a história em 2016, embora não tenha explicado a qual episódio se referia. Além disso, o presidente questionou o sistema eleitoral, dizendo que “Não podemos, jamais, ter eleições sobre as quais paire o manto da suspeição”, e declarou que as Forças Armadas “sabem o que é melhor” para o Brasil. Por outro lado, de acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, emissários do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva têm sondado generais do

Exército. O objetivo dessa sondagem seria descobrir se Lula conseguiria tomar posse, caso eleito nas urnas. Segundo o periódico, a resposta do Exército foi de que nada impedirá o vencedor das eleições de assumir a presidência. Nelson Jobim, ex-ministro da Defesa e atual interlocutor de Lula e dos militares de alta patente, disse ao jornal: “A impressão que fico, nessas conversas, é a de que as Forças Armadas são totalmente legalistas”. (O Estado de S. Paulo - Política - 20/04/22)

Coluna avalia carreira política de Mourão

Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Alvaro Costa e Silva comentou sobre a atuação do atual vice-presidente da República, general da reserva Hamilton Mourão, que irá concorrer ao cargo de senador pelo estado do Rio Grande do Sul nas próximas eleições. O jornalista comentou que, no início do mandato, Mourão era apelidado de “Mozão” e visto como um homem cordial, racional e democrático, diferente da imagem de general “linha-dura” que anteriormente possuía. O general teria passado a representar o “poder moderador” no país, no sentido de que a presença do Exército no Palácio do Planalto conseguiria conter o autoritarismo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o texto, essa atuação não seria mais do que uma falsidade, uma vez que Mourão, quando presidia o Clube Militar, exaltava o golpe militar de 1964 e o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, não surpreendendo ao fazer uma piada com a tortura de opositores políticos do regime. (Folha de S. Paulo - Opinião - 23/04/22)

Decreto presidencial de indulto concedido a deputado federal repercutiu entre militares

Condenado a oito anos e nove meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) recebeu indulto por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia 20/04/2022. De acordo com reportagem do periódico Correio Braziliense, após a concessão do perdão ao deputado, o Clube Militar do Rio de Janeiro publicou uma nota escrita pelo general da reserva Eduardo José Barbosa, na qual tanto a condenação quanto os ministros do STF eram criticados: “[é] lamentável termos no Brasil, ministros cujas togas não serviriam nem para ser usadas como pano de chão, pelo cheiro de podre que exalam”, afirmou o general Barbosa na nota. Para o colunista do periódico, jornalista Luiz Carlos Azedo, o apoio que o presidente recebeu do Clube Militar com a publicação da nota vai ao encontro do apoio que “Bolsonaro espera ter dos comandantes militares”, ademais de revelar um “mal-estar generalizado” da cúpula militar com a anulação da condenação do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pelo STF. Já em coluna ao Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde defendeu que ainda seria preciso “saber se as Forças Armadas [como instituição] apoiam o ataque do presidente [...] ao Supremo, para defender um tipo como Daniel Silveira”, uma vez que, durante o governo Bolsonaro, a instituição tem “produzido notícias constrangedoras” que podem abalar o seu status como uma das “instituições mais confiáveis e admiradas pela sociedade” brasileira. (Correio Braziliense - Poder - 24/04/22; Correio Braziliense - Política - 24/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 24/04/22)

General Santos Cruz se dispôs a ser candidato à Presidência

Em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz afirmou ter colocado seu nome à disposição do partido político Podemos para a disputa presidencial, após a saída do ex-juiz federal Sergio Moro do partido. Para Santos Cruz, sua candidatura poderia redirecionar para si o “eleitorado identificado com Moro e com os militares que, segundo as pesquisas, havia migrado em parte de volta para Bolsonaro”, surgindo, assim, como uma opção na terceira via. No entanto, a candidatura do general ainda não foi aprovada pela convenção do Podemos. O jornal informou que no início do governo de Jair Bolsonaro, Santos Cruz foi ministro-chefe da Secretaria de Governo, mas acabou deixando o posto alguns meses depois e “passou à oposição ao governo”. (O Estado de S. Paulo - Política - 24/04/22)

Participação das Forças Armadas no processo eleitoral causou atrito entre poderes Executivo e Judiciário

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso criticou o movimento político que, em sua avaliação, intenta usar as Forças Armadas para atacar o processo eleitoral brasileiro. Segundo os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, Barroso disse em um evento na universidade alemã Hertie School: “É preciso ter atenção a esse retrocesso cucaracha de voltar à tradição latino-americana de colocar o Exército envolvido com política”. O ministro completou dizendo que as Forças Armadas devem resistir ao invés de serem objetos das “paixões políticas”. No mesmo dia, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de

Oliveira, divulgou uma nota dizendo que repudia “qualquer ilação ou insinuações, sem provas, de que as Forças Armadas teriam recebido orientação para efetuar ações contrárias aos princípios da democracia”. De acordo com os periódicos, Barroso citou as trocas de ministros feitas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e sua participação nos atos antidemocráticos do ano passado. O ministro também convidou militares para integrar a Comissão de Transparência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que analisa a apuração eleitoral e o uso das urnas eletrônicas. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, outros militares membros do governo Bolsonaro também reagiram às falas de Barroso. Dentre eles, o vice-presidente da República Hamilton Mourão, que afirmou que as “Forças Armadas não são crianças para serem orientadas”. Além dele, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, o general da reserva Luiz Eduardo Ramos, compartilhou a nota da Defesa alegando que é dever das Forças Armadas defender a soberania nacional, reiterando a importância de sua participação para “eleições democráticas e transparentes”. Ademais, o também general da reserva Paulo Chagas acusou o ministro do STF de crime militar de ofensa às Forças Armadas, baseando-se no artigo 219 do Código Penal Militar, que prevê pena de um mês a até seis anos por propagação de mentiras que desacreditem ou abalem a confiança do povo nas Forças Armadas. Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* comparou as reações da Defesa à fala de Barroso aos repúdios de envolvimento de militares nas eleições da Colômbia, reafirmando que, mediante os conflitos de opinião entre os envolvidos, é necessário lembrar a necessidade de apartidarismo e neutralidade de magistrados e militares no processo eleitoral. (*Correio Braziliense* - Política - 26/04/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 26/04/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 25/04/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 26/04/22)

Bolsonaro cobrou participação dos militares na apuração eleitoral

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no decurso do evento “Liberdade de Expressão”, que ocorreu no Palácio do Planalto em 27/04/22, o presidente da República, Jair Bolsonaro, sugeriu a “suspeição” das eleições de 2022 se ocorrer algo “anormal”. Conforme Bolsonaro, isso afetaria o pleito para todos os cargos eletivos, englobando governos e Assembleias Legislativas estaduais, além da Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Bolsonaro apontou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) convidou as Forças Armadas para verificar o processo, no entanto, teriam se esquecido de que ele é o chefe das Forças Armadas. O presidente ainda sugeriu que haveria uma “sala secreta”, onde supostamente se fabricam o resultado das eleições. Segundo Bolsonaro, uma alternativa sugerida pelas Forças Armadas seria uma contagem paralela dos votos no TSE, “uma ramificação um pouco à direita”, feita através de um computador das Forças Armadas. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o evento promovido por Bolsonaro reforçou os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e cobrou a participação dos militares na apuração das eleições. O periódico relacionou as falas do presidente às tensões que envolveram o perdão presidencial ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), que havia sido condenado pelo Supremo, e a uma declaração do ministro do STF Luís Roberto Barroso de que as Forças Armadas estariam sendo conduzidas a atacar as eleições. Segundo o periódico, Bolsonaro cobrou que o TSE corrobore as sugestões das Forças Armadas para o processo eleitoral, afirmando que apenas dessa forma será possível confiar nas eleições. Ainda de acordo com o *Correio Braziliense*, o deputado federal Israel Batista (PSB-DF) ingressou com uma notícia-crime no STF contra o presidente, acusando-o de crime contra o Estado democrático de direito por ameaçar as eleições. Ele também comentou sobre a politização dos militares: “as Forças Armadas devem defender pessoas. A política é feita por homens e mulheres desarmados, para resolver nossas divergências pela lei e pelas eleições”. Ainda de acordo com o *Correio Braziliense*, o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), rebateu as críticas ao presidente: “Ele tem uma posição clara quanto a isso. Acho que foi aquela manifestação do Barroso sobre as Forças Armadas que causou essa reação”. (*Correio Braziliense* - Política - 28/04/22; *Correio Braziliense* - Política - 29/04/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 28/04/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 29/04/22)

MAIO

Periódicos e colunistas discutiram a relação entre Bolsonaro, eleições e Forças Armadas

O periódico *Correio Braziliense*, por meio de reportagem, repercutiu a convocação do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), para manifestações no dia 1º de maio. Em meio a tensões com o Supremo Tribunal Federal (STF). Auxiliares do presidente teriam solicitado que ele não participasse do evento, evitando um maior atrito com o judiciário e possíveis repercussões de discursos golpistas, como nas manifestações de 07/09/2021. Em Minas Gerais, Bolsonaro discursou para sua base com participação dos militares do Exército Tarcísio Freitas e Walter Braga Netto. Em coluna opinativa do *Correio*, o jornalista Antônio Machado apontou que Bolsonaro “é o que se vê: tosco e de baixo saber”, visto que atua como “um sindicalista

dos militares de baixa patente”, várias vezes fazendo apologia ao Ato Institucional n.º 5 (AI-5), “que deu poderes ditatoriais para os militares fecharem o Congresso”. O autor lembrou que, durante os 28 anos em que foi deputado, Bolsonaro apenas ficou conhecido por elogiar o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, questionar a segurança das urnas eletrônicas e sugerir a suspensão das eleições e a contagem paralela dos votos pelas Forças Armadas. Por outro lado, o jornal Folha de S. Paulo comentou a cobrança feita por Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que aceite as sugestões das Forças Armadas acerca do processo eleitoral. Segundo a reportagem, uma das sugestões seria que as Forças Armadas acompanhassem a apuração final dos votos no dia da eleição. Por fim, a reportagem ainda respondeu algumas dúvidas como a confiabilidade das urnas eletrônicas e se as Forças Armadas poderiam dar sugestões ao TSE, resumindo um pouco da atuação dos militares nesse comitê que, assim como os demais membros, podem sugerir melhorias ao plano de ação do Tribunal. Em coluna opinativa no jornal Folha de S. Paulo, o colunista Vinicius Sassine comentou sobre a politização das Forças Armadas, afirmando que existe um alinhamento político do Ministério da Defesa aos ideários golpistas do presidente, citando a nota do ministro e general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, na qual a segurança do processo eleitoral é questionada. Ademais, de acordo com o colunista, a nota coincide com comentários de Bolsonaro, que sugeriu a realização de uma contagem paralela dos votos pelas Forças Armadas. Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo classificou como uma “audácia” a atitude do presidente em “pugnar até por uma ‘apuração paralela’ do resultado das urnas pelas Forças Armadas”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 30/04/22; Correio Braziliense - Economia - 01/05/22; Correio Braziliense - Política - 01/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 01/05/22; Estado de S. Paulo - Opinião - 03/05/22)

Menções ao Exército marcaram os atos de 1º de maio

Segundo reportagens do periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), participou de atos com viés antidemocrático no feriado de 1º de maio. Pela manhã, em Brasília, o presidente cumprimentou apoiadores presentes na manifestação na Esplanada dos Ministérios. O general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), foi o único ministro a acompanhar Bolsonaro. De acordo com a matéria, havia cartazes com pedidos pela destituição de todos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e discursos críticos ao Poder Judiciário. O presidente também participou de manifestação realizada em São Paulo, de maneira virtual. Conforme reportagem da Folha, Bolsonaro afirmou ser o chefe de um governo que “respeita os militares, defende a família e deve lealdade a seu povo”. O ato na Avenida Paulista foi marcado ainda pela exaltação da Polícia Militar e do Exército. (Folha de S. Paulo - Política - 02/05/22)

Sociólogo classificou Exército como arma de Bolsonaro

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, o doutor em sociologia Celso Rocha de Barros analisou a nomeação do deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) como o novo vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, após ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por estímulo a atos antidemocráticos e ataques às instituições. Segundo o sociólogo, o STF não reagiu ao indulto concedido a Silveira pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), por temer que as Forças Armadas deem um golpe de Estado em seu apoio: “Ninguém tem medo do Jair. O medo é do Exército. Como se viu no último 7 de setembro, quando o Exército não aparece para brigar por ele, Jair se senta no chuveiro e chora.” De acordo com Barros, as Forças Armadas aceitaram ser a arma para Bolsonaro cometer seus crimes ao garantir que, daqui em diante, presidentes possam soltar condenados pela Justiça: “Imagino que os militares não sejam todos golpistas. Se fossem, o 7 de setembro de 2021 teria dado certo. Não deu. Nenhum militar apareceu. Isso é excelente. Mas também é óbvio que há uma facção de desertores nas Forças Armadas que apoia o golpe de Bolsonaro, ou, ao menos, tem interesse em se deixar usar como ameaça sempre que Bolsonaro comete um crime”, . (Folha de S. Paulo - Política - 02/05/22)

Colunista alertou para disseminação de discurso antidemocrático entre militares

Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, a jornalista e comentarista Eliane Cantanhêde dissertou acerca da fragmentação de setores que apoiam o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), e da disseminação de seus discursos entre esses setores, especialmente as Forças Armadas. A jornalista recordou os efeitos do discurso bolsonarista, disseminado nas redes sociais, em grupos de militares de diversas patentes, da ativa e da reserva, que, outrora reativos aos atos golpistas, recentemente “vêm baixando a guarda e

sendo capturados por teses delirantes”. Cantanhêde afirmou ser esta uma questão-chave nas eleições, pois qualquer ameaça de golpe em caso de derrota eleitoral, “sem os militares e o Centião não prospera.” Por fim, Cantanhêde destacou que é preciso tomar cuidado com a massificação do discurso antidemocrático, que “nasce no gabinete presidencial e cresce como erva daninha nas redes sociais”. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/05/22)

Encontro entre líderes do Supremo Tribunal Federal e do Ministério da Defesa sucedeu crise entre as instituições

De acordo com reportagens dos periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, se encontrou com o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. Segundo nota institucional publicada pelo STF, “o ministro da Defesa afirmou que as Forças Armadas estão comprometidas com a democracia brasileira e que os militares atuarão, no âmbito de suas competências, para que o processo eleitoral transcorra normalmente e sem incidentes”. Nesse mesmo sentido, em nota publicada pelo Ministério da Defesa, afirmou-se que “durante o encontro, foram discutidos temas institucionais, tal como o respeito entre as instituições. Também foi tratada a colaboração das Forças Armadas para o processo eleitoral. O ministro da Defesa reafirmou, ainda, o permanente estado de prontidão das Forças Armadas para o cumprimento de suas missões institucionais”. O encontro entre as lideranças ocorreu após a intensificação de atritos entre as Forças Armadas e o Judiciário, com fala do ministro do STF Luís Roberto Barroso sobre as Forças Armadas estarem sendo orientadas a desacreditar o processo eleitoral. Prontamente, Nogueira considerou a afirmação irresponsável e ofensiva às instituições militares. Anteriormente, Nogueira havia participado de encontro do Alto Comando das Forças Armadas, onde estavam presentes o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o general Walter Braga Netto, provável candidato a vice-presidente. (Correio Braziliense - Política - 04/05/22; Correio Braziliense - Política - 04/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 04/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 04/05/22)

Forças Armadas questionaram segurança das eleições em ofícios enviados ao Tribunal Superior Eleitoral

Segundo reportagem do periódico O Estado de S. Paulo, nos últimos oito meses as Forças Armadas enviaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cinco ofícios sigilosos, contendo 88 questionamentos sobre supostos riscos e vulnerabilidades do processo eleitoral. Os ofícios são assinados pelo general Heber Garcia Portella, membro da Comissão de Transparência do TSE por indicação do então ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. De acordo com o jornal, as inquirições podem ser divididas em cinco grupos temáticos: questionamentos sobre o teste de integridade das urnas eletrônicas; perguntas sobre o nível de confiança nos sistemas de votação e apuração dos votos; solicitação de documentos, listagens, relatórios e outras informações sobre as políticas do tribunal; indagações gerais sobre o funcionamento das urnas; e propostas de aperfeiçoamento da transparência da Corte. Desses ofícios, quatro já receberam resposta do Tribunal. A falta de resposta para as outras inquirições se deram, segundo o TSE, por chegarem após a conclusão do “Plano de Ação Para Ampliação da Transparência Eleitoral”, que visa aprimorar os processos da instância superior da Justiça Eleitoral. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, o ministro Edson Fachin, presidente do TSE, afirmou que a corte eleitoral não se opõe à divulgação dos documentos enviados pelos militares à Comissão de Transparência das Eleições (CTE). No dia 05/05/2022, o general Paulo Sérgio Nogueira, atual ministro da Defesa, solicitou ao TSE a publicação dos documentos, alegando que a “ideia é dar maior transparência aos atos da gestão pública”. De acordo com a Folha, não seria a primeira vez que esses questionamentos seriam publicados: Em fevereiro de 2022, o TSE publicou em seu site um documento com as respostas a uma série de questionamentos das Forças Armadas, que tinham sido feitos em dezembro de 2021. Um novo documento, que está sob sigilo, foi enviado pelos militares, mas agora pode ser tornado público. Segundo o Correio Braziliense, o pedido de divulgação foi referendado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que afirmou que o Partido Liberal, pelo qual concorrerá à reeleição, contrataria uma empresa para realizar a auditoria das urnas, e a esta seriam apresentados os documentos preparados pelas Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 04/05/22; Correio Braziliense - Política - 06/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 06/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/05/22)

Participação das Forças Armadas no processo eleitoral repercutiu negativamente

Conforme coluna no periódico Folha de S. Paulo, o convite do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à participação das Forças Armadas na Comissão de Transparência para o pleito de 2022 gerou

críticas entre membros dos poderes Legislativo e Judiciário. Na visão do senador Renan Calheiros (MDB-AL), a decisão foi um equívoco e uma ingenuidade: "o presidente Jair Bolsonaro e setores militares do Ministério da Defesa acabaram assaltando e aparelhando a sua participação nessa comissão", e acrescentou: "Se aproveitaram da boa vontade do ministro Barroso". Entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o TSE, também houve quem avaliasse que o convite aos militares foi um erro, e que "a atuação dos militares no colegiado tem sido no sentido de fortalecer a retórica de Bolsonaro de questionar a segurança do pleito". Em conversas reservadas, magistrados avaliaram que o convite acabou se tornando um "verdadeiro tiro no pé". A opinião contrária ao convite se estendeu também sobre as próprias Forças Armadas: na visão de integrantes do Exército, a participação acaba sendo um constrangimento por inevitavelmente politizar a instituição, explicou o periódico. Em coluna opinativa, o professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), Oscar Vilhena Vieira, ressaltou que "[o convite] não transferiu e nem poderia ter transferido competência exclusiva do Poder Judiciário às Forças Armadas, à OAB ou ao Tribunal de Contas da União, presentes na Comissão. Propor o contrário sinaliza intenção de sabotar o processo eleitoral e usurpar competência do Poder Judiciário". Na visão de Eliene Cantanhêde, jornalista e colunista, a participação dos militares permitiu que Bolsonaro estivesse "dentro do TSE", destacando que o presidente foi bem-sucedido em unir as Forças Armadas e o "centrão" na sua "sanha contra as eleições". (Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 06/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 06/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/05/22)

Diretor de Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos teria discutido eleições brasileiras com generais

Segundo publicação dos periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, William Burns, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, veio ao Brasil em julho de 2021 e se encontrou com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, e com o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem. Na visita, Burns reforçou que "as eleições não são um tópico com o qual deveriam brincar e que Bolsonaro deveria cessar as críticas ao sistema brasileiro". A publicação do *Correio* retomou uma reportagem feita pela agência de notícias Reuters, que destacou não ser comum a CIA dar "recados políticos". Segundo o *Correio*, Heleno afirmou que a conversa com Burns "jamais ocorreu" e que a notícia da Reuters não era verdadeira. (*Correio Braziliense* - Política - 06/05/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 06/05/22)

Forças Armadas e as eleições I: presidente da República falou em nova atuação dos militares no processo eleitoral

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, anunciou no dia 05/05/2022 uma tarefa para as Forças Armadas nas eleições presidenciais: "As Forças Armadas não vão fazer papel de chanceler apenas o processo eleitoral, participar como espectadoras do mesmo", disse Bolsonaro. O Estado afirmou que, com tal pronunciamento, o presidente feriu a Constituição que jurou defender, ao ameaçar o processo eleitoral. Segundo o jornal, as Forças Armadas estão restritas a um número de funções, segundo a Constituição, destinando-se "à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Dessa forma, a tutela de eleições não estaria incluída. De acordo com o periódico, Bolsonaro tem cometido crimes de responsabilidade, segundo a lei 1.079/1950, ao incitar e autorizar a Marinha, o Exército e a Aeronáutica a agirem fora de suas competências constitucionais. O jornal também pontuou que o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ao pedir que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgasse as propostas feitas pelas Forças Armadas sobre o processo eleitoral revelou um total desconhecimento sobre o funcionamento de um Estado Democrático de Direito, pois aceitar esse tipo de pressão agrediria diretamente a independência do poder Judiciário e estaria além das competências previamente estabelecidas para as Forças Armadas. Quanto a essas propostas, segundo reportagem do periódico *Correio Braziliense*, os militares sugeriram um processo aleatório para a escolha das urnas a serem submetidas aos testes de integridade, que atualmente ocorre por entidades fiscalizadoras, como os próprios partidos políticos. Sobre essa hipótese, o TSE afirmou que a sugestão não é inviável e pode vir a ser utilizada no futuro, mas essa mudança exige o crivo das entidades fiscalizadoras, já que implica na supressão de um direito conquistado por elas em prol da transparência e da efetividade do processo eleitoral de 2022. (*Correio Braziliense* - Política - 10/05/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 07/05/22)

Forças Armadas e as eleições II: a reação da imprensa

Em reportagem, o jornal Folha de S. Paulo afirmou que o elemento militar sempre esteve presente nas ações do presidente da República, Jair Bolsonaro, como forma de assegurar um poder que ele nunca teve nos anos de serviço ativo das Forças Armadas. A questão sobre as perguntas do Exército ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelou uma instituição disposta e a serviço de seu comandante-em-chefe. Em conversa com oficiais-generais, o jornal revelou que a tendência dos militares é a de manter um discurso de que ninguém irá apoiar uma escalada autoritária. Além disso, militares de alta patente das três armas afirmaram repudiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas sobre a corrida eleitoral, além de não acreditarem em uma terceira via viável. Segundo a Folha, inspirado pelo ex-presidente americano Donald Trump e pela invasão do Capitólio de 2021, Bolsonaro pode não conseguir dar um golpe, mas certamente criará uma crise. Em coluna opinativa à Folha, a jornalista Cristina Serra comentou sobre o papel dos militares durante o governo de Bolsonaro e suas estratégias para a eleição de 2022. Serra disse que o governo empregará a mesma estratégia que utilizou durante a pandemia, o negacionismo, que dessa vez ataca a urna eletrônica. Segundo a jornalista, o general da reserva e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, atuou no auge da pandemia como o “executor do trabalho sujo” do governo Bolsonaro, o que contribuiu para o aumento da morte de brasileiros. Atualmente, o papel de “capataz do assalto à democracia” foi ocupado pelo ministro da Defesa, o general da reserva Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Segundo Serra, Pazuello transgrediu regulamentos militares quando participou de um ato político a favor de Bolsonaro, dias após ter prestado depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Naquele momento, Oliveira, enquanto comandante do Exército, deixou o ex-ministro da Saúde passar impune e ainda aplicou um sigilo de cem anos ao processo disciplinar. Sobre isso, a jornalista questionou Oliveira, que cobrou transparência do TSE sobre questionamentos das Forças Armadas à votação eletrônica. Serra afirmou que o ministro da Defesa possui um perfil “ousado e provocador” por atacar o poder civil juntamente com Bolsonaro, que anunciou auditoria privada das urnas. A jornalista também destacou que o TSE caiu em uma armadilha ao convidar militares para participar da Comissão de Transparência Eleitoral. Ao final, Serra sustentou que “Militares não são tutores nem moderadores do poder civil para serem chamados a dar pitaco em assunto que não lhes diz respeito” e que, na realidade, eles possuem uma dívida com o Brasil, com a democracia e com os direitos humanos pelos 21 anos de ditadura militar (1964-1985). O jornalista e escritor Ruy Castro, em coluna à Folha, afirmou que o chefe do Executivo tem criado situações conflituosas com as instituições republicanas desde o dia em que tomou posse e, quando estas reagem às provocações, conduz as Forças Armadas a promover desfiles de canhões e sobrevoos militares na capital do país. Na perspectiva do autor, o Exército já foi mais rígido, visto que os generais do regime militar (1964-1985), apesar de tudo o que custaram ao país, ao menos eram ciosos com o crescimento econômico, a Petrobras e a Amazônia. Em contrapartida, não haveria nenhuma preocupação ou zelo por parte do presidente em relação a esses assuntos. Castro apontou que, certos ou errados, os militares possuíam uma concepção de desenvolvimento e de modernização do Brasil. De forma contrária, sob Bolsonaro, o país já se aproximaria do crescimento zero, da desmoralização estatal e da destruição da floresta amazônica. O texto rememorou a declaração do general Ernesto Geisel em 1993, em que pontuava que Bolsonaro era um caso fora do normal, e um mau militar. O jornalista concluiu que, na época, o atual presidente da República era apenas um deputado federal, mas hoje é o “mau militar” que as Forças Armadas têm de obedecer. Além disso, segundo editorial do periódico O Estado de S. Paulo, a utilização do prestígio das Forças Armadas entre a população pelo governo de Bolsonaro é um grave erro, pois direciona sua utilização para fins incompatíveis com suas atribuições constitucionais. De acordo com o editorial, esses desvios da função militar instigados pelo presidente demonstram seu desalinhamento com os fundamentos da instituição: disciplina, hierarquia e obediência à lei, concluindo que Bolsonaro “foi um mau militar”. Ademais, segundo o jornal, além de não caber às Forças Armadas a função de revisar uma votação, também a manobra do TSE de convidar o Ministério da Defesa para participar da Comissão Externa de Transparência da Justiça Eleitoral com um representante possuía os motivos corretos, isto é, fortalecer a confiança da população no sistema eleitoral, mas não os meios, pois não cabe aos militares atuar em matérias de natureza essencialmente civil. Em editorial, a Folha de S. Paulo afirmou que a transparência do TSE é o antídoto para as “sugestões estapafúrdias” do presidente da República. Desde o início dos ataques à suposta vulnerabilidade das urnas eletrônicas, o “TSE tem aperfeiçoado os dispositivos que garantem a segurança das máquinas e da contagem dos votos”, chegando a inclusive convidar um representante das Forças Armadas para a comissão, que em nenhum momento endossou as “maluquices propostas pelo presidente”. De todo modo, para o

periódico, o “engajamento de representantes das Forças Armadas na pantomima encenada pelo [presidente] [...] causa desalento”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 07/05/22; Folha de S. Paulo – Política – 07/05/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 08/05/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 12/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 10/05/22)

Forças Armadas e as eleições III: bastidores do convite para a comissão do Tribunal Superior Eleitoral

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o convite para os militares participarem da comissão para ampliar a transparência nas eleições criada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi visto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela própria corte eleitoral como um erro. É a primeira vez que os militares integram oficialmente uma comissão desse tipo. A proposta do então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, no ano de 2021, era aproximar os militares do processo eleitoral, para que pudessem defender o sistema eletrônico de votação contra os ataques bolsonaristas. De acordo com a Folha, Barroso, quando fez o convite, esperava que um almirante da Marinha, especialista em tecnologia da informação, fosse indicado para participar da comissão. O militar afirmou que era preciso a anuência do então ministro da Defesa, o general da reserva Walter Braga Netto, para que pudesse participar. No final, Braga Netto encaminhou para o tribunal apenas o nome do general Heber Portella, chefe de segurança cibernética do Exército. Além disso, o Ministério da Defesa enviou um ofício ao presidente do TSE, Edson Fachin, pedindo que as perguntas feitas pelas Forças Armadas sobre o sistema eleitoral se tornassem públicas. Em resposta, o TSE publicou em seu site um documento com uma série de respostas às questões da Força. Os questionamentos foram elaborados pela segurança cibernética do Exército, chefiada por Portella e que, segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, foram colocados em “segredo por cinco anos e classificado[s] como reservado[s]”, mostrando que as Forças Armadas identificavam o risco que o material poderia causar à “segurança das instituições”. Tanto ele, quanto o general Guido Amin Naves, chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, estiveram em reunião com Bolsonaro, acompanhado por Braga Netto. O periódico recordou que esta não foi a única tentativa do TSE de buscar apoio das Forças Armadas, citando o episódio em que o ex-ministro da Defesa de Bolsonaro, general Fernando Azevedo e Silva, foi convidado pelo TSE para ser o diretor-geral da corte. O general aceitou o convite inicialmente, mas depois renunciou alegando problemas de saúde. Em coluna opinativa para a Folha, a jornalista Mônica Bergamo destacou o comentário do senador Renan Calheiros (MDB-AL), segundo o qual o tribunal “acabou sendo ingênuo e abriu um precedente para legitimar essas ações que vêm de fora”, e que “Bolsonaro e setores da Defesa se aproveitam disso”. (Folha de S. Paulo - Política - 07/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 08/05/22)

Forças Armadas e as eleições IV: Defesa e Judiciário buscaram estancar a crise

Em coluna opinativa ao periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Janio de Freitas afirmou que as Forças Armadas “estão submetidas à orientação de Bolsonaro, inexistindo uma afirmação convincente, vinda das casernas, de compromisso com a Constituição” e que, nesse sentido, existe uma pretensão por parte desse setor em interferir na condução do processo eleitoral. O colunista fazia alusão ao contexto de divulgação de uma nota, em nome do ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Oliveira, que ia em “desencontro” à nota publicada pelo ministro Luiz Fux em nome do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o encontro dos dois ministros. Segundo a nota do ministro do STF, “os militares [iriam atuar apenas], no âmbito de suas competências, para que o processo eleitoral transcorra normalmente”. Segundo o jornalista, Fux teria sido contrariado pela nota do Ministério da Defesa, que reafirmava a intenção das Forças Armadas em participar e intervir no processo eleitoral. Para Freitas, tal “desalinho” das versões da conversa entre os ministros simbolizou a inexistência de um compromisso dos militares com o processo eleitoral e com a democracia. De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, contudo, o Ministério da Defesa e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) trabalharam para amenizar a crise causada nas últimas semanas, o que demonstraria que a ruptura pretendida por Bolsonaro não seria facilmente realizável. Por parte da Defesa, a estratégia do ministro Paulo Sérgio Oliveira de deslocar para si toda a interlocução com a Comissão de Transparência das Eleições do TSE objetivou retirar o elemento militar puro, representado pela pessoa do então representante das Forças Armadas no órgão, general Heber Portella. Segundo os jornais, contudo, sendo Paulo Sérgio um general de quatro estrelas, diversos políticos viram a ação como uma forma de escalar a crise, ainda que interlocutores do ministro tenham apontado para o oposto, isto é, a esfera do Ministério como governo de natureza civil. O movimento do ministro teria tido o aval do Alto-Comando do Exército, ainda que alguns integrantes tenham reprovado as perguntas adicionais feitas por Portella ao TSE, em

particular a pergunta que cobra da corte medidas em caso de suspeita de fraude. Segundo os especialistas do TSE, muitos questionamentos enumerados pelos militares são apenas “opiniões” e “advém de equívocos” e “erros de premissa”, a ver pela crença que a totalização dos votos de todo o país é feita em uma “sala escura” em Brasília, conhecida também como “sala secreta” por Bolsonaro e seus apoiadores. Já o plenário do TSE buscou despachar o mais rápido possível a questão, dando rápidas negativas aos questionamentos adicionais de Portella e considerando encerrar o trabalho da comissão. De acordo com as reportagens, a situação desagradou parte da cúpula militar, que devido ao “corporativismo não quer ver um general humilhado”, ainda mais se tratando do chefe da defesa cibernética do país. Todavia, a junção dos dois movimentos poderá fechar “esse vazamento no dique institucional abalroado por Bolsonaro”, ponderou a Folha de S. Paulo. Considerando que a crise entre militares e TSE seja solucionada, alguns dos operadores políticos que estão envolvidos na tentativa de resolução creem que haverá um “script” para enfrentar a tensão de outubro. Haveria consenso entre eles de que o atual presidente da República não aceitará algo além da vitória, e que procurará o alvoroço, ansiando que o problema caia na sua mesa, como na eventual necessidade de utilizar as Forças Armadas contra violência nas ruas, na tentativa de realizar um autogolpe. (Folha de S. Paulo - Política - 08/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 12/05/22; O Estado de S. Paulo - Opinião - 12/05/22)

Forças Armadas e as eleições V: o inquérito da Polícia Federal sobre a atuação dos militares

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, um inquérito da Polícia Federal apontou o envolvimento do general Luiz Eduardo Ramos e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ligada ao Gabinete de Segurança Institucional e chefiada pelo general Augusto Heleno, no uso das instituições públicas para buscar informações contra as urnas eletrônicas, desde 2019. Atualmente, com o apoio do presidente da República, Jair Bolsonaro, as Forças Armadas passaram a questionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre supostas fragilidades nas urnas eletrônicas, criando uma tensão com o Judiciário. De acordo com o jornal, a Polícia Federal convidou para depoimento o técnico eletrônico Marcelo Abrieli, responsável pela elaboração de uma planilha com os números de votos da eleição de 2014, utilizada por Bolsonaro como prova de suas acusações de fraude nas eleições. Em seu depoimento, Abrieli relatou que foi procurado em 2019 pelo general Luiz Eduardo Ramos, atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência, para participar de uma reunião com Bolsonaro no Planalto sobre “indícios de fraudes nas urnas”. Além disso, o técnico informou também que posteriormente o coronel Eduardo Gomes da Silva, responsável pela apresentação das suspeitas de fraude na transmissão ao vivo realizada por Bolsonaro, entrou em contato alegando trabalhar com o general Ramos na coleta de informações sobre as urnas. Também em reportagem a Folha informou que os relatórios que o Exército brasileiro produziu a respeito das urnas eletrônicas foram compartilhados com a cúpula do Ministério da Defesa por um integrante do Alto Comando das Forças Armadas, e estas informações estão sendo usadas por Bolsonaro para contestar o processo eleitoral de 2022. De acordo com a Folha, o militar responsável por compartilhar as informações com Bolsonaro é o general do Exército Guido Amin Naves, que comanda o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) no Quartel-General da Força em Brasília. Ainda segundo o periódico, Naves participou de uma reunião no Ministério da Defesa no dia 03/05/2022, que também contou com a participação de Bolsonaro; do ministro da defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; dos comandantes das três Forças Armadas; do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças, general Laerte de Souza; e do general Walter Braga Netto. A pauta da reunião teriam sido as eleições de 2022. O ministro da Defesa publicou uma foto do encontro nas redes sociais com a legenda “foram discutidos assuntos de interesse da defesa nacional”. Para a Folha, os integrantes da Defesa acreditam que existem problemas na segurança do processo eleitoral, pressuposto que sustenta as falas ofensivas de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Política - 09/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 10/05/22)

Forças Armadas e as eleições VI: Fachin subiu o tom contra Bolsonaro e os militares

Segundo os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, durante o último Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação (TPS), realizado em 12/05/2022, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edson Fachin subiu o tom em resposta a “quem investe contra o processo eleitoral” e “incita intervenção militar”. O Estado de S. Paulo apontou que essa declaração seria um recado ao presidente da República, Jair Bolsonaro, que tem acusado, sem provas, a Justiça Eleitoral de ter o poder de manipular os resultados das eleições e propôs que as Forças Armadas fizessem uma apuração paralela. Já o Correio Braziliense afirmou que Fachin enquadrou os militares, uma vez que a declaração

ocorreu após o TSE responder, em 09/05/2022, a uma lista com 88 questionamentos sobre o processo eleitoral enviada pelo Ministério da Defesa. Os periódicos deram destaque à declaração de Fachin, segundo o qual “quem trata de eleições são forças desarmadas” e que a Justiça Eleitoral “está aberta a ouvir, mas não está aberta a se dobrar a quem queira tomar as rédeas do processo eleitoral”. No mesmo dia, em transmissão ao vivo em suas redes sociais, Bolsonaro declarou que Fachin foi “descortês”, afirmando que o presidente do TSE vê “esse fantasma de que as Forças Armadas querem intervir”. Os periódicos informaram que o presidente negou que haja ataque às eleições e baixou o tom. Bolsonaro argumentou, ainda segundo os jornais, que a participação dos militares na Comissão de Transparência das Eleições (CTE) foi um convite do próprio TSE, feito por portaria do então presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, em 2021, e que Fachin tem poder para revogá-la. Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a iniciativa de Barroso de levar os militares para dentro da CTE e para perto do processo eleitoral tinha o objetivo de conseguir o respaldo deles na defesa da votação. No entanto, a retomada dos ataques à credibilidade do sistema eleitoral por Bolsonaro fez com que integrantes da Corte passassem a considerar o convite um erro. Ainda de acordo com a Folha, a sugestão de revogar a portaria seria uma provocação de Bolsonaro ao TSE para que “desconvide” as Forças Armadas e legitime sua narrativa de falta de transparência nas eleições. O Correio Braziliense informou que militares ligados ao Ministério da Defesa consideraram a manifestação de Edson Fachin “desnecessária”. O Estado de S. Paulo lembrou que este é apenas mais um episódio na relação conturbada entre o TSE e os militares, citando o convite às Forças Armadas para integrarem a CTE; os questionamentos enviados pelos militares; a manifestação de Barroso em abril, afirmando que há movimento político para usar as Forças para atacar o processo eleitoral; a reação do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Oliveira, que classificou a fala de Barroso como “ofensa grave”; a acusação de Bolsonaro, também em abril, de que há uma “sala secreta” no TSE para manipular as eleições; e a declaração de Bolsonaro, em maio, de que as Forças Armadas “não vão participar como espectadoras”. Já em editorial, o jornal Folha de S. Paulo afirmou que Bolsonaro é “o único que teima em manifestar inconformismo” com a capacidade da Justiça Eleitoral conduzir as eleições de 2022. Segundo a Folha, o TSE reafirmou o óbvio nas respostas à lista de 88 questionamentos sobre as urnas eletrônicas, e que se tratavam de indagações originadas de cálculos equivocados, confusões conceituais, desinformação e despreparo dos militares. O periódico concluiu que o ministro da Defesa parece ter sido levado a “refletir melhor” sobre os ataques ao TSE diante do constrangimento. (Correio Braziliense – Política – 13/05/22; Folha de S. Paulo – Política – 13/05/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 13/05/22; O Estado de S. Paulo – Política – 13/05/22)

Periódico comentou sequência de escândalos nas Forças Armadas

O periódico Correio Braziliense lembrou os escândalos ocorridos nas Forças Armadas, como a compra de alimentos de alto custo, de próteses penianas e de remédios para disfunção erétil com recursos públicos, além de pontuar o crescente envolvimento dos militares em movimentos que colocam em dúvida o resultado das eleições presidenciais de 2022. De acordo com o jornal, desde que as Forças Armadas se aliaram ao governo Bolsonaro sua credibilidade com a população brasileira diminuiu. O Correio também apresentou falas de dois entrevistados, o professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e especialista em Segurança Nacional, Gunther Rudzit, que acredita ainda haver tempo de frear o estrago na imagem das Forças Armadas, e o general da reserva Paulo Chagas, que afirmou que as notícias divulgadas têm como propósito afetar o prestígio das Forças Armadas perante a sociedade civil. (Correio Braziliense – Política – 09/05/22)

Major do Exército foi preso por desobediência

Segundo O Estado de S. Paulo, o major do Exército João Paulo da Costa Araújo Neves foi preso por determinação judicial pelo crime de desobediência. O oficial da ativa se manifestava em suas redes sociais em apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro, em desobediência à portaria do Comando do Exército, publicada em 2019 pelo então comandante Edson Pujol. Além da portaria, o regulamento do Exército e o Estatuto dos Militares vetam manifestações político-partidárias de militares da ativa. De acordo com O Estado, a decisão foi do juiz Rodolfo Menezes, da Auditoria Militar da 10ª Circunscrição Judiciária, e envolveu o descumprimento de outras ordens. (O Estado de S. Paulo - Política - 11/05/22)

Comandante da Marinha defendeu auditoria das urnas eletrônicas

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, em entrevista ao jornal O Povo, mostrou apoio ao presidente da República, Jair

Bolsonaro (PL), acerca da auditoria das urnas eletrônicas. De acordo com o militar, o processo fará com que "(...) os brasileiros tenham certeza de que o voto deles vai valer, de que quem eles colocarem na urna vai ser contado e quem eles escolherem de uma forma limpa, transparente, como demanda a Constituição Federal e as leis nacionais, será validado". Ademais, de acordo com o periódico, a declaração do almirante sinaliza mais uma vez o apoio das Forças Armadas à Bolsonaro, que fez declarações recentes questionando o processo eleitoral. (Folha de S. Paulo – Política – 14/05/22)

Colunistas discutiram golpismo de Bolsonaro e das Forças Armadas

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Antônio Machado comparou a situação ocorrida após a derrota de Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, com o que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), pode realizar em sua tentativa golpista. A diferença, comentou o autor, seria que Trump tentou aliciar as Forças Armadas sem sucesso. Segundo Machado, teria sido um erro acreditar que, incluindo o Exército na comissão técnica do processo eleitoral, Bolsonaro cessaria os ataques às urnas eletrônicas. Para ele, atualmente não há mais dúvidas nas Cortes superiores e no Congresso Nacional de que Bolsonaro é induzido, sobretudo pelo "generalato palaciano", e induz os setores militares a pressionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, solicitou pedido de audiência com o atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, para tratar de assuntos relativos ao tribunal e ao Exército, sendo respondido por Edson Fachin que eleição é assunto para "forças desarmadas". Por outro lado, em coluna opinativa na *Folha de S. Paulo*, o jornalista Jânio de Freitas avaliou que o comentário tecido pelo ministro Fachin teria sido o que os bolsonaristas precisavam ouvir. Ademais, Freitas ressaltou as diferenças entre as Forças, com a Marinha e a Aeronáutica num "silêncio espectador". Por fim, o colunista relatou que a responsabilidade constitucional das Forças Armadas é proporcionar livre exercício do direito ao voto, em que a segurança que lhes cabe é física e objetiva. Complementarmente, o doutor em Filosofia e professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Wilson Gomes, comentou a relação entre os militares e Bolsonaro. Segundo o professor, analistas políticos acreditam que os comandantes das tropas e quem fala em nome delas compartilham do mau sentimento que seria um golpe, mas a verdade seria que, enquanto os dois generais bolsonaristas Augusto Heleno e Luiz Eduardo Ramos se dispõem a intimidações e ameaças, o golpismo se garante nos porões, com utilização do jornalismo para entregar suas ameaças, emitidas no conforto dos bastidores. Gomes lembrou o tuíte do general Villas Boas em abril de 2018 como indício de que o governo sempre foi golpista, e de que haveria dois golpes: uma ameaça arbitrária de tomada do poder e mudança das regras do jogo, e um golpe por meio de "tramoia, farsa, embuste, logro, fraude". (*Correio Braziliense - Opinião - 15/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 15/05/22; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 15/05/22*)

Periódico detalhou inquérito da Polícia Federal contra militares

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que a Polícia Federal investiga militares e civis do governo federal por suposta organização criminosa que praticou ataques às instituições e disseminação de informações falsas. O inquérito tem como base a transmissão ao vivo do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), no dia 29/07/2021, na qual realizou o maior ataque ao sistema eleitoral brasileiro, segundo a reportagem. Além de Bolsonaro, os generais Luiz Eduardo Ramos e Augusto Heleno também compõem a lista de investigados, além do coronel do Exército Eduardo Gomes da Silva, responsável por apresentar as suspeitas de fraudes durante a transmissão. (*Folha de S. Paulo - Política - 15/05/22*)

Bolsonaro se pronunciou sobre posicionamentos antidemocráticos de seus apoiadores e voltou a levantar suspeitas sobre as urnas eletrônicas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), no dia 15/05/22, fez uma visita ao comércio de Brasília e participou de um ato pró-governo no Lago Paranoá. Ele se pronunciou sobre o caráter antidemocrático das manifestações em apoio a seu governo, dizendo que "Só um psicopata ou um imbecil para dizer que os movimentos de 7 de setembro e 1º de Maio atentam contra a democracia. Quem diz isso é um psicopata ou imbecil". Quando questionado sobre os ataques ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário ocorridos durante protestos de seus apoiadores, respondeu que "Um maluco levanta uma faixa lá: AI-5, existe AI-5? Tem que ter pena do cara" e minimizou os pedidos de intervenção militar feitos por eles: "Está atentando contra a democracia quem falar de 'Forças Armadas, faça isso, faça aquilo?'". Na visita ao comércio no Guará, no Distrito Federal, e à Feira dos Importados de

Brasília, Bolsonaro estava acompanhado pelo ex-ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e por Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, ambos generais da reserva. Já no evento que reuniu barcos e lanchas na região do Lago Paranoá, segundo a Folha, o presidente reafirmou que não quer dar um golpe. "Eu já sou presidente, vou dar golpe em mim mesmo? Que idiotice", disse ele. O jornal ressaltou que Bolsonaro tem ampliado insinuações golpistas, ataques às urnas e levantando dúvidas sobre o sistema eleitoral. Nas palavras do presidente: "As Forças Armadas foram convidadas a participar [da discussão do Tribunal Superior Eleitoral sobre o pleito], não estamos nos metendo lá". E complementou: "Sugeri ao ministro da Defesa que, com vocês, da mídia, se discuta publicamente as sugestões apresentadas pelas Forças Armadas para que vocês tomem conhecimento sobre o que está acontecendo". A Folha e o Correio Braziliense também noticiaram que Bolsonaro discursou, aos gritos e usando palavrões, a empresários no Aspas Show, em São Paulo. Na ocasião, o presidente novamente levantou suspeitas acerca do processo eleitoral e declarou que podemos ter eleições "conturbadas" em outubro. Também teceu críticas ao TSE por não acatar as sugestões apresentadas pelas Forças Armadas à Comissão de Transparência nas Eleições (CTE). Em resposta às investidas do presidente contra o TSE, o grupo Coalizão para a Defesa do Sistema Eleitoral - composto por mais de 200 entidades e organizações da sociedade civil - apresentou uma carta protesto ao presidente da corte, Edson Fachin. (Correio Braziliense - Política - 17/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 16/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 17/05/22;)

Professor direcionou perguntas ao Ministério da Defesa

Em coluna opinativa no periódico Correio Braziliense, o professor emérito da Universidade de Brasília (UNB), Cristovam Buarque, que também ocupou cargos políticos ao longo da carreira, direcionou perguntas ao Ministério da Defesa após as Forças Armadas levantarem suspeitas a respeito do sistema eleitoral. Buarque apontou que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), vem deslegitimando as urnas como pretexto para um possível golpe. Além disso, supondo que a real intenção das Forças Armadas seja de fato aperfeiçoar o sistema eleitoral, o professor endereçou perguntas ao Ministério da Defesa, por possuir uma breve experiência militar e por ter sido membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Dentre as dez perguntas, Buarque indagou: "A demora para vacinar a população após o desenvolvimento das vacinas teve algum impacto negativo na garantia de nossa defesa?" e "Depois de 33 anos de democracia, não seria do interesse da nossa defesa que nossas Forças Armadas continuassem com o comportamento profissional exemplar que vinham tendo, deixando que nossos políticos civis e nossos juízes togados cuidem do processo eleitoral, como prevê nossa Constituição?". (Correio Braziliense - Opinião - 17/05/22)

Colunista comentou perfil de militar originalmente indicado para Comissão do Tribunal Superior Eleitoral

Em sua coluna para o jornal Folha de S. Paulo, a jornalista Mônica Bergamo traçou o perfil do contra-almirante Marcelo Gurgel de Souza, indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a Comissão de Transparência Eleitoral. A ação chegou a receber aval do comando da Marinha. O militar é graduado em Ciências Navais pela Escola Naval e em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além disso, é especialista em engenharia de software pelo Instituto Militar de Engenharia. Apesar da inicial aprovação, a indicação foi vetada pelo ministro da Defesa à época, o general da reserva Walter Braga Netto. Em seu lugar, Braga Netto indicou o general Heber Garcia Portella, comandante de Defesa Cibernética do Exército. Segundo a jornalista, tal atitude causou estranhamento, visto que as urnas eletrônicas não estão ligadas à rede, ou seja, não podem ser alvos de ataques virtuais. (Folha de S. Paulo - Opinião - 21/05/22)

Major do Exército foi preso após manifestar opiniões político-partidárias em redes sociais

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o major da ativa do Exército João Paulo Costa Araújo foi preso no 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina, no estado do Piauí, após ter compartilhado em suas redes sociais vídeos e fotos de cunho político-partidários, o que viola a Constituição Federal. O major, é pré-candidato a deputado federal pelo Partido Liberal (PL) e adepto do bolsonarismo, tendo compartilhado postagens nas quais atacava ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e duvidava das urnas eletrônicas. Alvo de procedimentos disciplinares e inquéritos, Costa Araújo teve sua prisão pedida "pelos seus superiores da 10ª Região Militar", e desde então a defesa do militar não apenas solicitou ao Superior Tribunal Militar (STM) a concessão de um Habeas Corpus, como também fez um apelo ao presidente da

República Jair Bolsonaro, pedindo que este se manifeste “a favor de quem sempre o defendeu”. (O Estado de S. Paulo - Política - 22/05/22)

Militares elaboraram documento com previsões para o bolsonarismo até 2035

Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, o jornalista Marcelo Godoy comentou sobre o documento do Instituto Villas Bôas intitulado “Projeto de Nação, O Brasil em 2035”, apresentado em um evento com a presença do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, após ter sido apoiado por ele e pela estrutura dos Ministérios. O texto de 93 páginas teve sua elaboração coordenada pelo general da reserva Luiz Eduardo da Rocha Paiva, “ex-presidente do grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), ONG do coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra”, e retrata um cenário de domínio do bolsonarismo no Brasil até 2035, abordando “37 temas estratégicos”, como Saúde, Educação, Defesa Nacional, no qual está incluída a discussão a respeito da integração da Amazônia, tecnologia e outras temáticas. De acordo com Godoy, ao longo do documento o grupo de militares se apoia no pilar ideológico da extrema-direita de ataque ao “globalismo” como uma ameaça à nação, com “imposições autoritárias” disfarçadas de “socialmente corretas” e que possuiria, segundo seus proponentes, poderosos apoiadores no Brasil. Nesse sentido, o documento prevê o início do pagamento de mensalidades nas universidades públicas e o fim do Sistema Único de Saúde (SUS) como um sistema de saúde gratuito a partir de 2025, ou seja, em um eventual segundo mandato do presidente da República Jair Bolsonaro. Ademais, no campo da educação, o jornalista alegou que o plano traça limitações da liberdade de debate acadêmico, espaço que afirmam estar “dominado por esquerdistas”, “impondo sua visão de mundo a estudantes e professores”, sendo necessária, portanto, uma suposta “desideologização”. O jornalista destacou que a diretriz contida no documento para combater a corrupção também passaria por “coibir a pregação ideológica radical nos três níveis da Educação”, ironizando que a corrupção “não existe no ouro dos pastores da Educação, no orçamento secreto, na compra de caminhões de lixo e na rachadinha”. Godoy abordou as teses para o desenvolvimento da Amazônia, fundamentadas nos conceitos de integração e ocupação dos anos 1970, condenando o que os militares nomearam “restrições” das legislações indígenas, que atualmente limitam as possibilidades de atividades exploratórias, da mineração e do agronegócio na região. Por fim, o jornalista apontou que o documento silencia sobre “o fim dos privilégios das corporações da burocracia civil e militar, o acúmulo de salários, a aposentadoria integral de militares e as gratificações e auxílios deles e de carreiras, como a dos magistrados”, sendo assim “só uma pimenta jogada nos olhos dos outros.” (O Estado de S. Paulo - Política - 24/05/22; O Estado de S. Paulo – Política – 25/05/22)

Vice-presidente da República Hamilton Mourão considerou “implausível” o questionamento acerca da lisura das urnas eletrônicas

Segundo reportagem do periódico Correio Braziliense, o vice-presidente da República Hamilton Mourão, declarou que o Exército não será posto nas ruas para questionar o resultado do pleito eleitoral de 2022. Em conversa com empresários, gestores e assessores de investimentos da empresa RPS Capital, Mourão considerou incabível a consumação de um golpe, e teceu críticas àqueles que compactuam com esse pensamento. De acordo com o general e pré-candidato ao Senado Federal pelo estado do Rio Grande do Sul, não faria sentido questionar a legitimidade das urnas eletrônicas sem apresentar provas, como tem feito o presidente da República Jair Bolsonaro. Apesar de não acusar explicitamente as urnas de serem fraudulentas, Mourão defendeu o voto impresso no evento. O vice-presidente afirmou ainda que, após conversar com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Luís Roberto Barroso, lhe teria sido sugerido convidar as Forças Armadas para participarem da Comissão de Transparência das Eleições. Mourão declarou que as Forças Armadas não estão intervindo, posto que, após criarem o relatório e executarem o trabalho, o assunto agora “está encerrado” e a próxima função das Forças Armadas “é a distribuição das urnas e garantir a segurança do processo eleitoral”. Sobre a disputa eleitoral de 2022, o general expôs sua descrença na terceira via, afirmando que a disputa será entre o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e Bolsonaro. Ainda declarou que tentará um lugar no Senado Federal para “lutar pelas ideias que transmito” ao invés de “pendurar as chuteiras”. (Correio Braziliense - Cotidiano - 26/05/22)

Colunista traçou paralelos entre militares brasileiros e personagem de João Ubaldo Ribeiro

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Sérgio Rodrigues traçou paralelos entre a realidade brasileira e a obra do escritor João Ubaldo Ribeiro “Viva o povo

brasileiro". O colunista afirmou ter "conversado" com "um dos maiores militares progressistas da história do Brasil, o general Patrício Macário", na realidade uma personagem da obra de Ubaldo Ribeiro. Rodrigues apontou que, na semana em que militares do Instituto Villas Boas redigiram um documento com um "projeto de nação", Macário seria um tipo diferente de militar, contrário aos "valores antipovo" disseminados pelo bolsonarismo, que foram transformados em bandeiras. O "general do povo", de acordo com o jornalista, posicionar-se-ia contrário à atuação repressiva do Exército contra a própria população para proteger facções políticas, "uma elite que despreza o país". Macário "é um general peculiar", que acredita que a ética militar, sua bravura e disciplina, só podem ser justificadas se servirem aos mais vulneráveis. Segundo Rodrigues, "ouvindo Macário falar, a gente tende a achar que ele se refere aos indígenas assassinados por garimpeiros ilegais sob a omissão incentivadora do Estado. [...] Ou a qualquer dessas notícias rotineiras num país primitivo que envergonha profundamente todos os que aqui nasceram." (Folha de S. Paulo - Política - 26/05/22)

JUNHO

Distanciamento entre a chapa Lula-Alckmin e as Forças Armadas preocupou colaboradores

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, a chapa à presidência da República composta pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ex-governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin não tentou, ao menos publicamente, aproximar-se das Forças Armadas, por entender que os militares estavam "ariscos [e] refratários ao diálogo". A minimização dessa relação foi, no entanto, vista com preocupação por colaboradores do ex-presidente, principalmente por integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), que segundo a Folha "temem que os militares cruzem os braços diante de um eventual arroubo autoritário de Bolsonaro". (Folha de S. Paulo - Política - 05/06/22)

Coluna opinativa comentou o papel das Forças Armadas no Brasil

Em coluna opinativa publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, intitulada "Um novo Nero entre Nós", o procurador de Justiça Roberto Livianu fez uma breve reconstrução da participação das Forças Armadas na política brasileira, lembrando momentos como a ditadura militar (1964-1985). Livianu reforçou o caráter autoritário do presidente Jair Bolsonaro, que estaria sinalizando em direção à tirania ao pedir a volta do voto impresso e ao colocar em dúvida o resultado das eleições de 2022. O autor da coluna indagou se Bolsonaro não seria um novo Nero, que ateria fogo em Roma apenas para se inspirar. (O Estado de S. Paulo- Opinião - 06/06/22)

Cresce número de militares nas eleições

O periódico Folha de S. Paulo publicou que, de acordo com o deputado federal Roberto Sebastião Peternelli Junior (União -SP), conhecido como General Peternelli, 50 militares manifestaram interesse em concorrer nas eleições deste ano, podendo esse número aumentar. O Rio de Janeiro é o estado com maior número de candidatos, seguido por Distrito Federal e São Paulo. Segundo a Folha, os partidos escolhidos para filiação dos candidatos militares situam-se entre o Centro e a Direita. (Folha de S. Paulo - Política- 06/06/22)

Braga Netto fará parte do núcleo da campanha do Bolsonaro

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o general da reserva Walter Braga Netto (PL), fará parte do núcleo de campanha de reeleição do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o periódico, Braga Netto, um dos principais contatos do presidente com os militares, é o principal nome para ser o vice de Bolsonaro, e o núcleo de campanha, composto por Ciro Nogueira (PP-PI), Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Valdemar Costa Neto (PL), o quer próximo para conter a influência de auxiliares mais "ideológicos". (Folha de S. Paulo – Política – 11/06-22)

Ministro da Defesa expressou que as Forças Armadas sentem desprestigiadas no contexto eleitoral

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, declarou que as Forças Armadas "não se sentem devidamente prestigiadas", no contexto em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontou erros de cálculos e confusões conceituais em sete propostas feitas pelos militares para a alteração nos procedimentos das eleições. De acordo com o periódico, para Nogueira, o TSE não se dispôs a uma discussão técnica sobre as propostas do Ministério da Defesa e não sinalizou o aprofundamento do debate sobre as sugestões elaboradas pelas forças armadas. Ademais, segundo o general, as propostas apresentadas são "plausíveis, em vários níveis, desde o técnico até o de governança" e afirmou

que qualquer sistema eletrônico deve ser atualizado, não bastando apenas a observação visual do processo eleitoral por observadores nacionais e estrangeiros. Em resposta às declarações do ministro da Defesa, o TSE afirmou que "analisará todo o conteúdo remetido, realçando desde logo que todas as contribuições sempre são bem-vindas e que preza pelo diálogo institucional que prestigie os valores republicanos e a legalidade constitucional", além de reiterar que a "(...) Justiça Eleitoral está preparada para conduzir as eleições de 2022 com paz e segurança". A reportagem destacou também que o convite para que um representante das Forças Armadas integre a Comissão de Transparência das Eleições (CTE), feito pelo então presidente da instância jurídica, Luís Roberto Barroso, é avaliado como um erro por parte dos ministros do TSE, pois permitiu a Jair Bolsonaro ampliar os ataques ao sistema eleitoral. A Folha destacou que, segundo as atas dos três encontros da CTE, o general Heber Portella, representante das Forças Armadas na comissão, quase não se manifestou. Apenas no encontro de 25/04/2022, Portella pediu acesso ao cálculo feito pelo TSE para medir o "índice de confiabilidade" do teste de integridade das urnas eletrônicas e consultou sobre a possibilidade da realização de uma auditoria caso haja um resultado diferente nos testes de integridade. Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), a Folha informou que os militares formalizaram questionamentos sobre o sistema eletrônico de votação apenas em 2021. Isso significa que desde 1996 (quando foi implantado o sistema de urnas eletrônicas) o TSE "não recebeu contribuições anteriores [a 2021] do Ministério da Defesa, a fim de aperfeiçoamento do processo eleitoral informatizado", informação dada pela própria instância jurídica. Já a partir de 2021, os militares apresentaram 88 questionamentos e sete sugestões de alterações nos procedimentos das eleições, propostas em sua maioria rejeitadas assertivamente pelo TSE. A Folha também reportou que o jornal estadunidense New York Times (NYT) deu destaque para o fato dos militares terem se somado à Bolsonaro nas suspeitas sobre o sistema eleitoral, "apesar da pouca evidência". A reportagem do NYT avaliou que: "De um lado, o presidente, alguns líderes militares e muitos eleitores de direita argumentam que a eleição está aberta à fraude. Do outro, políticos, juízes, diplomatas estrangeiros e jornalistas estão soando o alarme de que Bolsonaro prepara o cenário para tentativa de golpe". O jornal estadunidense fez menção à declaração do presidente do TSE, ministro Edson Fachin: "Esses problemas são criados artificialmente por aqueles que querem destruir a democracia brasileira. O que está em jogo no Brasil não é só uma urna eletrônica. O que está em jogo é manter a democracia". Ademais, a Folha resgatou a pesquisa Datafolha divulgada em 27/05/2022, segundo a qual mais da metade dos respondentes afirmou concordar com a participação das Forças Armadas na contagem dos votos da eleição: 58% dos eleitores responderam concordar (totalmente, 45%, ou em parte, 13%) com a afirmação de que os militares devem ter um papel na totalização dos votos. (Folha de S. Paulo – Política – 11/06/22; Folha de S. Paulo - Política - 13/06/22)

Presidente do TSE respondeu nota do Ministério da Defesa

De acordo com reportagens dos periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), Edson Fachin, decidiu assumir uma posição de estima e diálogo com as Forças Armadas ao responder no dia 13/06/2022 a um ofício remetido pelo Ministério da Defesa no dia 10/06/2022, após análise do TSE que apontou "erros de cálculos e confusão de conceitos" nas propostas dos militares. Em um período de oito meses, foram enviadas 88 perguntas ao TSE, nas quais militares pediram informações e questionaram o processo eleitoral, reproduzindo suspeitas do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), sem embasamento técnico. Na mais recente nota publicada pelo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, alegou-se que as Forças Armadas se sentem "desprestigiadas" no processo eleitoral. Das 44 sugestões enviadas por entidades, instituições e pessoas - incluindo as Forças Armadas - à Comissão de Transparência das Eleições, 32 foram total ou parcialmente acatadas, 11 serão estudadas no ciclo eleitoral de 2023-2024, e uma foi rejeitada. Já das 15 sugestões enviadas pelos militares, 10 foram acolhidas. Em sua resposta, Fachin decidiu evitar escalar a crise com os militares, e frisou a necessidade de "diálogo institucional" para o fortalecimento da democracia, e não repetiu o argumento de que eleição é um "assunto civil". O presidente do TSE ainda manifestou elevada consideração às Forças Armadas e agradeceu "a apresentação de contribuições ao aprimoramento do processo eleitoral por parte desse Ministério da Defesa". Ainda no tema das eleições, o periódico Correio Braziliense reportou que Bolsonaro voltou a desacreditar o processo eleitoral; dessa vez, em encontro com investidores e empresários na abertura do 5º Fórum de Investimentos Brasil 2022, em São Paulo. O presidente afirmou que após os militares terem apontado "vulnerabilidades" no sistema das urnas eletrônicas, "o TSE não quer mais conversa". No mesmo encontro, de acordo com a Folha de S. Paulo, Bolsonaro sugeriu que o Poder Judiciário conspira contra ele e disse que as "eleições são "questões de segurança nacional". (Correio

Braziliense - Política - 14/06/22; Correio Braziliense - Política - 15/06/22; Folha de S. Paulo - Política - 14/06/22; Folha de S. Paulo - Política - 15/06/22; O Estado de S. Paulo - Política - 14/06/22)

Editorial comentou resposta de Fachin a ministro da Defesa

Em editorial intitulado “Defesa e ataque”, o periódico Folha de S. Paulo apontou acontecimentos acerca da relação entre o presidente Jair Bolsonaro, as Forças Armadas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério da Defesa, afirmando que o presidente sempre procurou se associar ao estamento fardado. A Folha pontuou que Bolsonaro busca usar as Forças Armadas a seu favor, como em Sete de Setembro passado, marcando um embate entre as instituições, com o TSE do outro lado buscando desarmar o presidente, chamando militares para participar da Comissão de Transparência das Eleições de 2022, mas que, por fim acabou recebendo 88 perguntas, boa parte em “tom conspiratório descabido”. Segundo o editorial, novamente o TSE tentou pôr um fim na situação, acatando sugestões dos militares, porém recebeu no dia 10/06/2022 um ofício com “insinuações sobre os rumos da eleição e com uma reclamação de desprestígio”, com o ministro Edson Fachin enaltecendo o “diálogo institucional” em resposta, evitando um embate com as Forças. (Folha de S. Paulo - Política - 12/06/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 14/06/22)

Professor aponta sinais de golpe no Brasil

Em coluna opinativa ao periódico Correio Braziliense, o professor emérito da Universidade de Brasília (UNB) e membro da comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação, Cristovam Buarque, discutiu as relações entre os últimos acontecimentos políticos na Bolívia e no Brasil. O professor iniciou sua coluna citando a última carta enviada pelo ministro da Defesa ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que continha a “arrogância usual de pessoas armadas, insinuando desconfiança quanto a transparência do processo eleitoral”, com a data de envio coincidindo com a condenação da ex-presidente boliviana a 10 anos de prisão por contestar resultados eleitorais que levaram a vitória do presidente Evo Morales. A Bolívia é lembrada pelos mais velhos como o símbolo da “democracia de banana”, com presidentes sendo destituídos por militares ou civis, até que com a redemocratização o país passou a adotar um maior rigor e respeito aos resultados, enquanto no Brasil, segundo Buarque, temos um presidente se preparando para sua derrota, com um roteiro pronto para “dar um golpe e continuar no poder”, levantando suspeitas acerca da apuração das urnas eletrônicas, podendo ao fim, alegar fraude. Todo esse processo, seria assegurado pelas Forças Armadas, que possui “tradição que se presta a esse tipo de intervenção”, mas destacou que o presidente, comandantes militares e parlamentares civis devem se conscientizar que desta vez não terá “anistia” e todos irão acabar presos, tomando como exemplo a prisão da ex-presidente interina Jeanine Áñez na Bolívia, e as investigações acerca da tentativa de golpe do ex-presidente Donald Trump nos Estados Unidos. Buarque citou o livro “Por que falhamos: O Brasil de 1992 a 2018”, que coloca o presidente Jair Bolsonaro como resultado da falta de julgamentos de crimes contra a democracia e a liberdade em 1964, e que os democratas devem considerar o que o presidente, seus ministros e as Forças Armadas pretendem fazer, que é denunciar fraude e não aceitaram a derrota. Por fim, Buarque alertou que “não é momento para divisão no primeiro turno” e sim de as “urnas silenciarem as armas”. (Correio Braziliense - Opinião - 14/06/22)

Bolsonaro como um “fantoche militar”

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista e escritor Alvaro Costa e Silva questionou qual será a posição do ministro da Defesa frente à nova tentativa de golpe, programada para Sete de Setembro, visto a preocupação com as urnas eletrônicas. Segundo Costa e Silva, o golpe será um movimento militar, que invalidará a votação desfavorável ao atual presidente Jair Bolsonaro (PL), um “ditador de mentira” com as mãos manchadas com o sangue de Dom Phillips e Bruno Pereira. O plano abrange a presença dos militares no governo até 2035, contabilizando 16 anos no poder. Na avaliação do jornalista, a busca pela invalidação das urnas se estende desde 2019, com seu pico na “live-bomba”, que é investigada no inquérito das Fake News. Costa e Silva lembrou que Bolsonaro se comparou a Jeanine Áñez, condenada a 10 anos de prisão após arquitetar um golpe de Estado na Bolívia e ter se autodeclarado presidente portando uma Bíblia na mão, com o adendo que a condenação também envolveu o ex-comandante das Forças Armadas e o ex-chefe da polícia boliviana, concluiu o jornalista. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 14/06/22)

Candidato a deputado federal, general Eduardo Pazuello manterá discurso de Bolsonaro

De acordo com reportagem do jornal Correio Braziliense, diversos aliados do presidente Jair Bolsonaro que disputarão cargos nas eleições de 2022 seguirão uma “cartilha” de pautas que se assemelham à campanha de Bolsonaro. Um destes aliados é o general do Exército e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, pré-candidato a deputado federal, que junto a outros candidatos, segundo o jornal, buscarão replicar a campanha de Bolsonaro à presidência de 2018, atacando as instituições e focando nos costumes, além de aproveitarem-se do antipetismo. Encontros no Rio de Janeiro entre os pré-candidatos já indicam a presença de tal “cartilha”, onde gritos de Pazuello e demais apoiadores contra o Supremo Tribunal Federal foram ouvidos, apontou a reportagem. (Correio Braziliense - Política - 18/06/22)

Ex-presidente Lula comentou sobre a relação das Forças Armadas com presidente Bolsonaro

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, durante ato público em Aracaju, estado de Sergipe, no dia 18/06/2022, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou sobre a relação das Forças Armadas com o presidente da República, Jair Bolsonaro. O ex-presidente afirmou ficar triste ao ver as Forças Armadas batendo continência para Bolsonaro, que foi expulso do Exército brasileiro por mau comportamento. No evento, Lula também sinalizou que pretende “aumentar o leque de alianças” de sua pré-candidatura a fim de “reconstruir o país”. Segundo a Folha, essa sinalização vai ao encontro da preocupação com a criação de canais de diálogo com as Forças Armadas, defendida por colaboradores do Partido dos Trabalhadores. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/22)

Presidente do TSE repete convite às Forças Armadas para participação em reunião sobre a transparência das eleições

Segundo reportagem do Correio Braziliense, o ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), reiterou seu convite às Forças Armadas para a reunião da Comissão de Transparência Eleitoral (CTE) e do Observatório de Transparência das Eleições (OTE). Segundo o periódico, o ministro afirmou que pretende contar com a participação do representante do Ministério da Defesa, general Heber Portella, na CTE. O jornal também informou sobre as críticas que o presidente da República, Jair Bolsonaro, fez ao TSE, por não ter levado em conta todas as sugestões de alterações no sistema eleitoral feitas pelas Forças Armadas. (Correio Braziliense - Política - 20/06/22)

Campanha eleitoral de Bolsonaro pretende manter proximidade com militares

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, a campanha de reeleição do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), tem atribuído papel de protagonismo ao general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa, que deixou o cargo em abril de 2022 e se filiou ao Partido Liberal (PL) pela possibilidade de compor a chapa com Bolsonaro como vice-presidente, a fim de manter a proximidade entre a campanha e os militares. De acordo com o periódico, o referido general tem participado de reuniões do comitê de campanha, gerando especulações sobre sua possível incumbência de reunir os dados dos ministérios para a construção de um planejamento de governo para os próximos quatro anos. Entretanto, segundo a Folha, a vice-presidência não está garantida para o ex-general devido à pressão dos partidos do “centrão” pela indicação da ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (PP), para o cargo. (Folha de S. Paulo - Política - 21/06/22)

As consequências da participação das Forças Armadas no processo eleitoral

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, em reunião virtual exclusiva com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ocorrida em 20/06/2022 e requisitada pelo Ministério da Defesa para discutir as eleições, o representante das Forças Armadas na Comissão de Transparência Eleitoral (CTE), general Heber Portella, não ativou a câmera ou o microfone, sendo sua presença notada somente pelo nome de usuário na sala virtual. Segundo o periódico, a reunião foi a primeira entre a CTE e o Observatório de Transparência das Eleições (OTE) e teve um clima de apreensão, uma vez que, desde da rejeição do TSE às sugestões das Forças Armadas para aprimoramento do sistema eleitoral, existe uma tensão entre o colegiado eleitoral e os militares. Desde a criação da comissão, segundo a Folha, os militares apresentaram sete sugestões de alterações no processo eleitoral e mais de 80 questionamentos, tendo “quase a totalidade das propostas rejeitadas de forma assertiva pelo TSE”. De acordo com a reportagem, o coordenador da associação civil Educafro, Frei David,

solicitou que as Forças Armadas ajam com “humildade” e aceitem uma reunião entre a sociedade civil organizada e o Ministério da Defesa, demanda que não foi respondida pelo general Heber Portella em reunião. A decisão de envolver as Forças Armadas no processo eleitoral, advinda do ex-ministro do TSE, Luís Roberto Barroso, é entendida, de acordo com o periódico, como um erro. Segundo conversas de magistrados, ao invés dessa participação aumentar a confiabilidade no processo e resultado, ela serviu de auxílio para as Forças Armadas “inflarem ainda mais o discurso de Bolsonaro contra o sistema eleitoral brasileiro”, conforme noticiado pela Folha. (Folha de S. Paulo - Política - 21/06/22)

Bolsonaro escolheu o general Braga Netto como vice na sua chapa à reeleição

De acordo com o periódico Correio Braziliense, Jair Bolsonaro declarou, em transmissão ao vivo em seu canal do Youtube, a escolha do general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil, como vice de sua chapa candidata à reeleição para a Presidência da República. O atual presidente destacou a atuação do general nas Forças Armadas, mencionando seu tempo de serviço no Exército, além de seu desempenho enquanto ocupava o Ministério da Defesa. Bolsonaro também citou o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, como nome cotado à vice-presidência. De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, deputados federais aliados do presidente demonstraram insatisfação com a escolha do general como vice, apesar de ser visto por Bolsonaro como uma “escolha segura” em caso de processo de impeachment. Os aliados defendiam a escolha da ex-ministra da Agricultura e deputada federal Tereza Cristina para ocupar a posição, atraindo o eleitorado feminino e suavizando a imagem do presidente, vista como radical, enquanto a escolha por Netto, segundo eles, reforça o perfil militar e não atrai votos, por ter aproximado a ala militar do governo federal. O general deixou o cargo de ministro da Defesa dentro do prazo para compor a chapa, e já chegou a afirmar que a ditadura militar (1964-1985) estabeleceu “marco histórico da evolução política brasileira”, mas chegou a ser reconsiderado frente ao cenário de estagnação de Bolsonaro nas pesquisas. Reportagem do periódico Correio Braziliense realçou a opinião do vice-presidente da República Hamilton Mourão, que avalizou a escolha de Bolsonaro e afirmou não estar chateado. Segundo o vice, a escolha por Netto não é uma tentativa de conseguir apoio nas Forças Armadas, visto que o presidente já possui uma base bem consolidada entre os militares. (Correio Braziliense - Política - 27/06/22; Correio Braziliense - Política - 28/06/22; Folha de S. Paulo - Política - 28/06/22; O Estado de S. Paulo - Política - 28/06/22)

Periódico comentou simpatia de Bolsonaro à ditadura militar

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, toda a trajetória política do presidente da República Jair Bolsonaro é marcada pelo sentimento de revanchismo contra a Constituição Federal de 1988. O editorial destacou a indignação do atual presidente com o fim da ditadura militar (1964-1985) e a redemocratização, afirmando ser ele uma das pessoas públicas que mais fizeram apologia do regime. O jornal citou ainda a simpatia do bolsonarismo pelo Ato Institucional n.º 5 (AI-5), afirmando haver, por um lado, uma profunda identificação com o decreto, e, por outro, uma divergência quanto à concepção de liberdade expressa na Constituição, uma vez que, de acordo com o texto, Bolsonaro e seus aliados entendem a liberdade como “autorização irrestrita para cada um, de maneira irresponsável e impune, fazer o que bem entender, sem respeitar os outros e seus direitos.” O texto concluiu afirmando que as batalhas atuais tanto contra as eleições, quanto contra instituições brasileiras como o Supremo Tribunal Federal (STF), expressam a posição autoritária e antirrepublicana do presidente. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 27/06/22)

Pesquisa mostrou reduto militar de Bolsonaro no Rio de Janeiro

Segundo reportagem do periódico O Estado de S. Paulo, o jornal, em parceria com a agência especializada em geoinformação Geocracia, desenvolveram mapas de votos interativos, onde o usuário pode “pesquisar votações proporcionais e majoritárias por estado, município ou zona eleitoral”. A plataforma “Geografia do Voto” uniu dados de mais de 5 bilhões de votos válidos nominais desde 1966 e mostrou informações de pleitos passados dos chamados “redutos eleitorais”. O presidente da República Jair Bolsonaro ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados por 30 anos, e os dados da plataforma mostram que uma considerável parte dos votos que o elegeram em seus pleitos são originários dos redutos militares no Rio de Janeiro, especialmente no sul fluminense. Essa concentração de votos se originou antes mesmo da formação de um governo federal com participação militar, nos “municípios de Resende e Itatiaia, onde se localiza a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e Mangaratiba, onde

está o Colégio Naval, de formação de aspirantes à Marinha”, bem como em São Pedro da Aldeia, que abriga uma importante base aeronaval da Marinha. (O Estado de S. Paulo - Política - 28/06/22)

Ministério da Defesa compartilhou lista de militares responsáveis por fiscalizar o processo eleitoral

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o Ministério da Defesa publicou uma lista contendo os nomes dos militares responsáveis pela fiscalização das eleições de 2022. No documento enviado ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, as Forças Armadas são mencionadas como “entidades fiscalizadoras do sistema eletrônico de votação” e que teriam legitimidade para participar do processo eleitoral. Ademais, o texto redigido pelo ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, traz agradecimentos ao presidente do TSE por “manifestações de apreço e consideração”, além de reafirmar o trabalho conjunto entre a corte eleitoral e a pasta da Defesa. Dentre os escolhidos para tal tarefa, encontram-se majores, coronéis, tenentes-coronéis e capitães das três Forças Armadas. O coronel do Exército, Marcelo Nogueira de Souza, será o chefe da equipe. (Folha de S. Paulo - Política - 29/06/22)

JULHO

Braga Netto foi exonerado para se concentrar na campanha de Bolsonaro

De acordo com reportagem do periódico Folha de S. Paulo, no dia 01/07/2022 a Presidência da República exonerou o Assessor Especial da Presidência Walter Braga Netto, general da reserva do Exército, para assumir a vice-presidência na chapa do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, na campanha de reeleição. Segundo reportagem do Correio Braziliense, o general já recebeu a “bênção” do atual vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e de outros contemporâneos das Forças Armadas para participar das eleições como vice. No entanto, a escolha do general da reserva como segundo nome na chapa desagradou o “Centrão”, formado por congressistas identificados com o espectro político de centro, que esperava que Bolsonaro expandisse sua base de apoio com a escolha de um dos membros do bloco, alcançando, desse modo, partidos que ainda estejam indecisos. (Correio Braziliense - Política - 03/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 02/07/22)

Ministro da Defesa disse não estar preocupado com eventuais ações violentas nas eleições de outubro

Conforme reportagem publicada pelo periódico Folha de S. Paulo, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, afirmou durante uma audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) da Câmara dos Deputados que as Forças Armadas não estão preocupadas com uma possível ação violenta de grupos contrários ao processo eleitoral brasileiro, como o episódio do ataque ao Capitólio nos Estados Unidos, após a derrota de Donald Trump. Segundo o ministro, as Forças Armadas possuem sistemas integrados de inteligência para monitorar possíveis ameaças ao processo eleitoral, mas não vê risco de atos violentos. O general pontuou que não tem contestado a lisura do processo eleitoral brasileiro, todavia entende que “nenhum sistema está imune a falhas ou fraudes e que as urnas eletrônicas podem ser aperfeiçoadas”. Por fim, o ministro tentou demonstrar independência na atuação das Forças junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmando que os militares foram convidados a fazer parte do processo apenas com o objetivo de aperfeiçoar o sistema eleitoral. (Folha de S. Paulo - Política - 07/07/22)

Edson Fachin e Joaquim Barbosa cobraram que as Forças Armadas não interfiram no processo eleitoral

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, afirmou em palestra no Wilson Center, em Washington, nos Estados Unidos, que as Forças Armadas são bem-vindas a colaborar nas eleições de outubro de 2022, mas não devem interferir no processo de apuração dos votos: “Quem coordena as atividades eleitorais é a autoridade civil do Poder Judiciário Eleitoral. Ninguém mais. Diálogo, sim e sempre. Mais que isso significaria submeter a autoridade civil a qualquer tipo de outra autoridade”, disse. Por sua vez, segundo o Correio Braziliense, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, respondeu ao ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira que a insistência na pressão sobre a Justiça Eleitoral revela uma atitude de “vassalagem” das Forças Armadas ao atual presidente da República, candidato à reeleição, que tem reiteradamente questionado o processo eleitoral e a segurança das urnas eletrônicas. Barbosa afirmou que essa atitude sinaliza

ao mundo que o Brasil caminha para um golpe de Estado. (Correio Braziliense - Política - 08/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 08/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 08/07/22)

Bolsonaro voltou a questionar processo eleitoral em reunião com Forças Armadas

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, voltou a criticar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a questionar a segurança das urnas eletrônicas em reunião ministerial ocorrida no Palácio do Planalto em 05/07/2022, que contou com a presença do ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, dos comandantes do Exército e da Aeronáutica, e do secretário-geral da Marinha. Conforme o periódico, Oliveira falou sobre as propostas feitas pelas Forças Armadas ao TSE e disse que vai cobrar respostas do Tribunal. Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, o jornalista Bruno Boghossian questionou a própria presença dos militares na reunião ministerial que, inicialmente, teria o objetivo de melhorar o desempenho eleitoral de um candidato político. Além disso, classificou como um “péssimo trabalho” a tentativa de militares graduados tentarem alegar que as Forças Armadas rejeitam embarcar na conspiração de Bolsonaro, uma vez que o próprio ministro da Defesa faz eco às falsas suspeitas do presidente. Por fim, definiu a situação como um caso de “abuso de poder: um candidato e militares aliados usam seus cargos para tentar interferir numa eleição”. Já o periódico O Estado de S. Paulo informou que o Ministério da Defesa planeja enviar um ofício ao TSE cobrando respostas a questionamentos das Forças Armadas sobre a segurança do sistema de votação e insistindo numa reunião entre militares do Comando de Defesa Cibernética e técnicos civis da Justiça Eleitoral. Segundo o periódico, a última resposta do presidente do TSE, Edson Fachin, foi que todas as entidades integrantes da Comissão de Transparência das Eleições (CTE) devem ter as mesmas oportunidades de se manifestar, o que foi entendido como uma negativa ao pedido de uma reunião técnica. Além disso, o periódico pontuou que os representantes de mais alto nível da Defesa e do TSE não se falam nem por telefone nem pessoalmente e que, para os militares, Fachin se isolou. (Folha de S. Paulo - Política - 08/07/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 08/07/22; Estado de S. Paulo - Política - 08/07/22)

Congressistas americanos exigem investigação sobre possível interferência das Forças Armadas do Brasil nas eleições

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, deputados democratas propuseram uma emenda ao Orçamento de Defesa dos Estados Unidos para 2023 que exige uma investigação sobre todas as ações tomadas pelas Forças Armadas do Brasil com relação às eleições presidenciais de outubro de 2022. A Folha e O Estado detalharam que os pontos a serem investigados incluem interferência na contagem de votos, manipulação para tentar reverter o resultado, promoção de desconfiança sobre o processo eleitoral e encorajamento de manifestações golpistas. A comprovação de um desses pontos pode fazer com que o Brasil seja enquadrado na Seção 7008 do Orçamento, que prevê o fim da assistência de segurança dos Estados Unidos a países em que haja golpe de Estado, colocando em risco a condição do Brasil de aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), obtida em 2019. (Correio Braziliense - Política - 08/07/22; Folha de S. Paulo - Mundo - 08/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 08/07/22)

Jornais apontam risco de golpe e discutem o posicionamento das Forças Armadas perante o cenário eleitoral

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, há um temor por parte de membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que o presidente da República, Jair Bolsonaro, use novamente a retórica golpista do 7 de setembro de 2021. O jornal acrescentou que existem dois agravantes que podem radicalizar o dia da independência em 2022: o primeiro é a proximidade das eleições, marcadas para outubro; e o segundo é a comemoração do Bicentenário da Independência, que deve justificar um desfile militar de maiores dimensões. Desta forma, os presidentes do STF, Luiz Fux, e do TSE, Edson Fachin, iniciaram diálogos para reforçar os esquemas de segurança, aventando a convocação das Forças Armadas para proteger prédios públicos, como o próprio STF, inclusive com a aprovação de uma operação de garantia da lei e da ordem (GLO). Por outro lado, a Folha apurou que Fux foi aconselhado a não discutir uma GLO, visto que “diante de uma retórica golpista por parte de Bolsonaro, não seria inteligente deixar a segurança do Supremo sob responsabilidade dos militares”. A Folha também avaliou que há autoridades que entendem que o clima de 2022 não reflete a tensão do 7 de setembro do ano anterior, quando Bolsonaro proferiu uma série de ataques às instituições e a membros do Judiciário. Em nota, o Comando Militar do Planalto

informou que ainda não há detalhes sobre o desfile militar de setembro. O editorial do periódico O Estado de S. Paulo apontou que os receios de ruptura institucional são justificados, uma vez que Bolsonaro “vem ameaçando e confrontando o sistema eleitoral e o Poder Judiciário”, situação nunca vivenciada no Brasil desde a Constituinte de 1988. O jornal considerou que o regime democrático brasileiro enfrenta enormes desafios, principalmente em razão da normalização do desrespeito à Constituição Federal. Adicionalmente, o Estado assinalou que Bolsonaro “tentar envolver as Forças Armadas em tramoias inconstitucionais”. Também em editorial, o Correio Braziliense ressaltou que com a proximidade do início oficial da campanha eleitoral, a palavra “golpe” recebe grande destaque não só no país como também no exterior. O jornal ponderou que não foi por acaso que recentemente um congressista estadunidense colocou na pauta um projeto que proíbe colaborações entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e as brasileiras, considerando a hipótese de os militares brasileiros embarcarem no golpismo de Bolsonaro e apoiarem a ruptura democrática. Na avaliação do Correio, este caso constitui um alerta da forma como o mundo olha para o Brasil atualmente. (Correio Braziliense – Opinião – 10/07/22; Folha de S. Paulo – Política – 10/07/22; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 10/07/22)

Braga Netto integra campanha eleitoral de Bolsonaro

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o general da reserva e ex-ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, foi escalado para a função de coordenador operacional da futura campanha à reeleição de Jair Bolsonaro (PL). O convite teria sido feito pelo núcleo duro da campanha governista, composto pelo presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, e pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Segundo a apuração da reportagem, o ex-secretário Especial de Comunicação Social (Secom) do Ministério das Comunicações, Fabio Wajngarten, também foi incorporado ao grupo para “ajudar a unificar a narrativa oficial, abrir pontes com a imprensa e destravar gargalos operacionais”. A matéria afirmou ainda que a nomeação de Braga Netto facilita o contato entre o conselho de comunicação, liderado por Flávio Bolsonaro, e o presidente. Este grupo é o responsável pela elaboração das estratégias e narrativas de Bolsonaro como, por exemplo, a decisão de pressionar os governadores a baixar o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) dos combustíveis. (O Estado de S. Paulo - Política - 11/07/22)

Militares solicitaram dados sobre as urnas e preparam programa de fiscalização para as eleições

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, as Forças Armadas solicitaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acesso a todos arquivos das urnas eletrônicas referentes aos anos de 2014 e 2018, marcando mais um episódio de questionamento ao sistema eleitoral e mostrando novamente um posicionamento alinhado às falas do presidente Jair Bolsonaro (PL), que constantemente profere ataques ao sistema eleitoral, sem nenhuma prova além de teorias conspiratórias. Em transmissão ao vivo do dia 07/07/22, o presidente Bolsonaro afirmou que vai convidar embaixadores de outros países para falar sobre o sistema eleitoral brasileiro, ocasião na qual apresentaria um powerpoint com “tudo que aconteceu nas eleições de 2014, 2018, documentado”. O jornal afirmou que não é possível definir o que as Forças pretendem com os dados solicitados, mas que estes podem ser utilizados para realizar uma auditoria apontando possíveis problemas. Ao ser questionado, o Ministério da Defesa afirmou que os dados são necessários para que os militares possam estudar o sistema eleitoral e “realizar os trabalhos de fiscalização de forma técnica, séria e colaborativa”. Especialistas consultados pela Folha declararam que se o objetivo é se preparar para as eleições, uma “amostra fictícia dos dados” seria suficiente, e o ano de 2020, o mais apropriado, visto que os dados provavelmente estão mais atualizados. A solicitação foi assinada pelo coronel do Exército Marcelo Nogueira de Sousa, chefe da equipe das Forças Armadas que irá participar da fiscalização durante as eleições, e pelos coronel da Força Aérea Wagner Oliveira da Silva, do Exército, coronel Ricardo Sant’ana, e capitão de fragata da Marinha, Marcus Rogers Cavalcante Andrade. Segundo reportagem de O Estado de S. Paulo, após os mais de 80 questionamentos enviados ao TSE depois de 25 anos de silêncio acerca do sistema eleitoral, os militares desenvolveram seu próprio programa de fiscalização paralelamente, dividido em oito etapas, passando pela “lacração das urnas, pelos testes de autenticidade e integridade e pela verificação da utilização dos votos”, chegando até mesmo a possibilidade de cobrar a Corte que os equipamentos sejam testados. A equipe montada pelo Ministério da Defesa é composta por oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. No momento, não há diálogo entre o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, e o presidente do TSE, Edson Fachin, mantendo apenas a troca de ofícios. Conforme publicação do Correio Braziliense, a justificativa militar para o pedido é que este é baseado em dados técnicos e que se trata de uma solicitação “sem viés político”.

O ministro da Defesa afirmou que as Forças Armadas jamais “seriam revisoras de eleições”, e que tudo foi feito conforme as resoluções do TSE. (Correio Braziliense - Política - 15/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 12/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 15/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 12/07/22)

Editorial criticou a atuação do Ministério da Defesa

Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo criticou a atuação do Ministério da Defesa no governo de Jair Bolsonaro, principalmente no que tange ao processo eleitoral. Segundo o editorial, o Ministério da Defesa tem criado tensões e embates com a Justiça Eleitoral, sobretudo a partir do momento em que foi convidado a integrar a Comissão de Transparência das Eleições e atribuiu a si mesmo o papel de revisor das eleições. Para o jornal, essa pretensão é inconstitucional. O editorial ressaltou que o papel institucional do Ministério da Defesa é assegurar que a condução dos assuntos militares e da Defesa esteja integrada à administração geral do Estado, e submetida ao poder civil. Desse modo, o editorial apontou que a atuação do Ministério da Defesa no processo eleitoral é errônea, já que as eleições não são matéria de competência do Executivo. Além disso, ao envolver-se no tema eleitoral, o órgão transmite a ideia de que as Forças Armadas têm a pretensão de interferir nas eleições. Por último, o jornal atribuiu aos três comandantes das Forças Armadas a tarefa de reiterar seu compromisso com a Constituição, e ao Ministério Público o papel de defender a ordem jurídica e o regime democrático. Em coluna ao Estado, a jornalista Eliane Cantanhêde analisou que “a atual cúpula das FA [Forças Armadas] se mete onde não deve e se presta a enfraquecer a democracia e a própria imagem”. A colunista comentou sobre o enfraquecimento da democracia brasileira, não mais por meio de “tanque nas ruas”, mas por meio do descrédito às instituições - modo pelo qual os “golpes modernos” ocorrem, segundo Cantanhêde. Por fim, a colunista questionou: “e se os resultados oficiais do TSE não baterem com os números ‘paralelos’ dos militares?”. (O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 13/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 15/07/22)

TSE convidou Forças Armadas para receberem orientações sobre a fiscalização do processo eleitoral e jornais avaliam a presença militar neste cenário

De acordo com reportagem do periódico Correio Braziliense, Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), convidou as Forças Armadas para participarem de evento de apresentação das orientações relacionadas à fiscalização do processo eleitoral, e para o qual foram convidadas outras 15 entidades fiscalizadoras, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público Federal (MPF). Ainda de acordo com o jornal, as Forças Armadas estão representando a pauta do presidente Jair Bolsonaro, ao desconfiarem das urnas eletrônicas. A Folha de S. Paulo também noticiou que militares que questionam as urnas eletrônicas repetem o discurso do presidente, ao invés de impedirem “sua cruzada contra a Justiça Eleitoral”. Recentemente, as Forças Armadas pediram ao TSE todos os arquivos das eleições de 2014 e 2018, o que reforçou, de acordo com a Folha, “a retórica de fraude do presidente”. Mas, apesar da descrença generalizada no processo eleitoral, especialistas ouvidos pela Folha disseram acreditar que as ações contra as urnas eletrônicas no TSE “não devem prosperar, pois necessitariam de provas de fraude”. O entrevistado pelo Correio Braziliense, Giuseppe Janino, ex-secretário de Tecnologia do TSE e um dos criadores da urna eletrônica, afirmou que “não há sequer um caso de fraude” quando questionado sobre a confiabilidade das urnas nos últimos 26 anos. Também em entrevista ao Correio, Guilherme Amorim Campos Silva, doutor em direito constitucional, afirmou que o convite para os militares apresentarem sugestões em hipótese alguma os legitimam a questionarem a confiabilidade do processo eleitoral. Em coluna opinativa para a Folha, o doutor em sociologia Celso Rocha de Barros questionou o papel dos militares nas eleições, afirmando que “há gente nas Forças Armadas tentando roubar a eleição para Jair Bolsonaro”. Para o colunista, se um militar está dando palpite nas urnas eletrônicas, é porque é um político bolsonarista infiltrado nos quartéis. O colunista indagou: “você são um exército que eu compartilho com meus compatriotas de direita, ou são o braço armado dos meus adversários nas eleições?”. Rocha de Barros também lembrou o episódio em que, em 1982, os militares se envolveram na tentativa de fraudar as eleições para governador no Rio de Janeiro, ao corromperem a Proconsult, empresa contratada para contabilizar os votos. (Correio Braziliense - Política - 16/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 17/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 18/07/22)

Colunista discutiu o apoio das Forças Armadas ao golpismo de Bolsonaro

Em coluna opinativa na Folha de S. Paulo, o jornalista Reinaldo Azevedo discutiu a possibilidade de o presidente da República Jair Bolsonaro dar um golpe de Estado para se manter na

presidência. Azevedo considerou que Bolsonaro imagina dispor de um “dispositivo militar” que atuará em seu favor numa tentativa de golpe de Estado. Comparando a expectativa de Bolsonaro à do ex-presidente João Goulart, que em 1964 esperava contar com membros das Forças Armadas para se proteger do golpe que inaugurou a ditadura militar (1964-1985), Azevedo afirmou que os militares não costumam se mexer para perder e que sua fidelidade é relativa quando “a vaca já foi para o brejo”. Além disso, Azevedo observou que o presidente submete as Forças Armadas a um “ridículo ímpar”, ameaçando seu prestígio. Ressaltou ainda que “as Forças Armadas dependem de prestígio ou viram sucata”. (Folha de S. Paulo - Política - 22/07/22)

Bolsonaro ataca STF e destaca papel dos militares em convenção do PL

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, atacou o Supremo Tribunal Federal (STF) convocando atos contrários à instituição para o dia Sete de Setembro. As falas ocorreram durante a convenção do Partido Liberal (PL) na qual oficializou sua candidatura à reeleição. No evento também foi oficializada a candidatura à vice-presidência do ex-ministro da Defesa, general da reserva Walter Souza Braga Netto, que foi mencionado no discurso de Bolsonaro: “Esse, Braga Netto, é o nosso exército. É o exército do povo, o exército que está do nosso lado, que não admite corrupção, não admite fraude. Esse é o exército que quer transparência, quer respeito. Quer, não. Merece e vai ter”. O presidente afirmou ainda que “Nós, militares, juramos dar a vida pela pátria. Todos vocês aqui juraram dar a vida por sua liberdade”, justificando a escolha de um general como seu vice sob o argumento de que precisa de alguém que “não conspire”. As falas de Bolsonaro na convenção do PL também foram assunto da coluna opinativa da *Folha de S. Paulo* assinada por Fábio Zanini, que afirmou que apesar da impressão inicial de que o discurso do presidente seguiria o padrão eleitoral, os ataques ao STF, as insinuações de fraude e as referências ao Exército se fizeram presentes. Zanini indicou que nenhum destes tópicos teve efeito sobre a plateia como a convocação de atos para o dia Sete de Setembro, nos quais a população estaria “dando a vida e o sangue pela defesa da liberdade”. O repórter ponderou que o pronunciamento “teve um pouco para todos os componentes do vasto guarda-chuva bolsonarista”, mencionando ainda os duros ataques ao ex-presidente Lula, que incluíram associações ao perigo comunista, à “bandidolatria”, à liberação do aborto, à ideologia de gênero e à corrupção. (*Correio Braziliense* - Política - 25/07/22, *Folha de S. Paulo* - Política - 25/07/22, *Estado de S. Paulo* - Política - 25/07/22)

Periódicos comentaram protagonismo de militares no governo Bolsonaro em campanha de reeleição de Bolsonaro

Segundo matéria do periódico *Correio Braziliense*, os integrantes das Forças Armadas que integram o governo de Jair Bolsonaro têm ocupado lugar de destaque na campanha pela reeleição à presidência. A jornalista Luana Patriolino afirmou que a tendência é de que os militares continuem em posições-chaves no governo, caso o atual presidente vença as próximas eleições. A matéria cita um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2021, no qual é demonstrada que a presença de militares em cargos federais mais que dobrou no mandato de Bolsonaro, resultando em cerca de seis mil integrantes das Forças Armadas na administração pública. O cientista político André César afirmou que o alinhamento político-ideológico do presidente com os militares é baseado, principalmente, nas pautas conservadoras, além da própria formação militar do chefe do Executivo. César acredita que esta ligação se estenderá no caso de reeleição: “Setores da sociedade compram esse discurso de que os militares têm a melhor agenda para o país. E ele consegue vender isso. Quando coloca Mourão e, quatro anos depois, Braga Netto como vice, é porque deu certo, e dobrou a aposta. Na minha avaliação, entre os dois, Braga Netto é muito mais radical do que o atual”. O cientista político Leandro Gabiati apontou que a participação das Forças Armadas em assuntos que deveriam estar limitados à sociedade civil é uma particularidade da democracia brasileira, citando o regime militar e a maneira como este administrou o próprio regime democrático. Já Marcelo Pimentel, oficial do Exército na reserva e mestre em ciências militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, destacou que o protagonismo dos militares no governo tem sido visto como negativo e reflete nas pesquisas de intenção de voto para as eleições: “É péssimo sob qualquer ótica que se possa observar. Isso não é o meu achar. Basta ver o protagonismo muito claro no governo pela quantidade de militares, pela projeção política. A aprovação do governo é baixíssima”, diz ele. Pimentel defendeu que o excesso de interferência dos militares no governo tornou o país instável. A matéria também aponta que Bolsonaro tem usado as Forças Armadas para encampar suas teorias conspiratórias sobre o processo eleitoral, destacando a sugestão de que os militares apurem paralelamente os votos, causando mais

tensão entre os três Poderes. Por fim, o advogado constitucionalista Guilherme Amorim Campos da Silva avaliou que os militares estão agindo fora dos limites constitucionais: "Os anteriores convites para seus representantes apresentarem sugestões não os legitimam, em hipótese nenhuma, a questionarem abertamente a confiabilidade do processo eleitoral e o sistema das urnas eletrônicas", e acrescentou que "as Forças Armadas constituem uma instituição de Estado, e não de governo, que estão a serviço do presidente da República para politizar o debate". (Correio Braziliense - Política - 25/07/22)

Planalto tenta convencer TSE a adotar sugestões dos militares para a segurança das urnas eletrônicas

Conforme publicado pelo periódico O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, deflagrou uma operação nos bastidores para tentar convencer o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a adotar propostas das Forças Armadas a respeito da segurança das urnas eletrônicas nas eleições de outubro de 2022. Com o diálogo dificultado entre o Ministério da Defesa e a atual presidência da Corte, ministros da Casa Civil, das Comunicações e da Advocacia-Geral da União (AGU) buscaram contato direto com o Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente com o ministro Alexandre de Moraes, que chefiará a Justiça Eleitoral durante o período eleitoral. Em coluna ao periódico O Estado de S. Paulo, a professora do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) Laura Karpuska comentou que "não precisamos do aval dos militares para seguir com as eleições neste ano", criticando a postura do governo de pressionar o TSE a aceitar as sugestões militares. De acordo com a professora, essa atitude "legitima a participação das Forças no processo eleitoral", além de dar suporte "aos devaneios golpistas do presidente e de seu governo". (O Estado de S. Paulo - Política - 28/07/22; O Estado de S. Paulo - Economia&Negócios - 29/07/22)

Lula diz que militares não apoiam golpismo de Bolsonaro

Em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que as falas golpistas do presidente da República, Jair Bolsonaro, não têm apoio dos militares e que não acredita na possibilidade de uma ruptura democrática no país. Lula disse não ter queixas acerca do comportamento das Forças Armadas durante sua gestão e que não acredita na possibilidade de golpe: "As Forças Armadas não criam caso. Tenho certeza que as bobagens que o Bolsonaro fala não têm apoio do alto comando e dos militares da ativa. Não acredito em golpe, não acredito que as Forças Armadas aceitem isso e que a sociedade brasileira permita. Se ele começar a brincar com a democracia ele vai pagar um preço muito caro". Além disso, o ex-presidente afirmou que, caso seja eleito, designará um civil no comando do Ministério da Defesa, como fez em suas gestões. (Folha de S. Paulo - Política - 28/07/22).

AGOSTO

Jornais analisaram a relação entre o Tribunal Superior Eleitoral e as Forças Armadas

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o ministro Alexandre de Moraes, que assumirá a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 16/08/2022, terá a incumbência de melhorar a relação da Corte com as Forças Armadas, assim como trabalhar com vistas a evitar atritos que possam interferir no processo eleitoral. De acordo com o periódico, Moraes possui uma aproximação dos militares e um sólido relacionamento com generais das Forças Armadas. O periódico exemplificou diversos momentos da carreira do ministro em que ele esteve próximo de militares. Além do mais, segundo a reportagem, funcionários do Ministério da Defesa apontaram a expectativa de que, ao assumir a presidência do TSE, Moraes autorize uma reunião de técnicos do TSE com representantes das Forças. Ainda de acordo com a Folha, no dia 03/08/2022 o Ministério da Defesa mandou nove militares ao TSE, para que se iniciasse a inspeção do código-fonte das urnas eletrônicas, com previsão de encerramento em 12/08. Os militares acompanharam a apresentação de técnicos do TSE sobre o sistema eleitoral, e reservadamente presenciaram a análise do código-fonte em uma sala montada no subsolo do tribunal. A União Interamericana de Organismos Eleitorais (UNIORE), responsável pela observação internacional no Brasil neste ano, deseja se reunir com o Ministério da Defesa. Lorenzo Vianello, membro da União e conselheiro-presidente do Instituto Nacional Eleitoral do México, declarou que a presença das Forças Armadas é normal em eleições na América Latina, mas em atividades voltadas para a segurança e logística. Vianello ainda declarou que a UNIORE quer ouvir as sugestões dos militares e "formar um juízo próprio". De acordo com o TSE, quatro entidades já fizeram a inspeção do código-fonte, sendo: a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério Público Federal (MPF), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Senado Federal. A Política Federal deve realizar a análise dos dados entre 22/08 e 26/08/2022. Além disso, o Partido Liberal (PL), ao qual o presidente é filiado, e o Partido Verde (PV) se

inscreveram, mas ainda não fizeram a análise, segundo o TSE. Em nota, a Defesa declarou que a inspeção acontece em data agendada e que o carimbo de “urgentíssimo” foi utilizado no documento encaminhado ao TSE por conta do pouco tempo disponível até as eleições. O tribunal relatou que o “período de inspeção do código está aberto desde outubro de 2021”, e que avisou em outubro do ano passado às Forças Armadas que estas informações estavam à disposição para inspeção, expôs a Folha de S. Paulo. Desde então, um silêncio de 25 anos a respeito das urnas eletrônicas foi encerrado pelos militares, que apresentaram mais de 80 questionamentos ao tribunal, além de inúmeras propostas de mudanças para as eleições. A tensão entre o TSE e as Forças Armadas tem se intensificado. Em maio, o presidente do TSE, Edson Fachin, declarou que o pleito é tema de “forças desarmadas”. Por outro lado, ainda numa escalada das tensões, o Correio Braziliense relatou que Bolsonaro afirmou estar “buscando impor, via Forças Armadas, eleições transparentes”. Segundo o periódico, o presidente fez essa afirmação durante uma reunião com pastores da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), em 04/08/2022, e um áudio com o trecho circulou pelas redes sociais. Já em coluna à Folha de S. Paulo, o jornalista Reinaldo Azevedo afirmou ter pouca esperança que os militares enviados pelo Ministério da Defesa para inspeção do código-fonte das urnas eletrônicas anunciem que “nada consta contra as urnas”, hipótese essa, frisou, em que Bolsonaro ficaria isolado no questionamento à lisura do processo eleitoral. Pelo contrário, afirmou o colunista, o Ministério da Defesa e o ministro Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira se converteram em “vozes do governo a espalhar obscurantismo sobre o sistema eleitoral”, dedicando-se não à inspeção, mas ao proselitismo político, que é vetado por lei. (Correio Braziliense - Política - 05/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 01/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 04/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 05/08/22)

Apoiadores temem que o tom golpista dos desfiles de 7 de setembro consolide rejeição ao presidente Bolsonaro

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, após a confirmação de presença de Jair Bolsonaro (PL) no desfile militar na cidade do Rio de Janeiro em 7 de setembro e sua declaração de que o evento, tradicionalmente realizado na avenida Presidente Vargas, neste ano ocorreria na avenida Atlântica –local em que costumam ocorrer manifestações favoráveis ao presidente–houve o aumento da apreensão de seus aliados políticos. De acordo com o periódico, a possibilidade das festividades do dia da independência serem substituídas por novos atos golpistas preocupa os simpatizantes do presidente, que temem que os ataques às urnas eletrônicas possam consolidar sua rejeição e desencadear uma nova reação de diferentes setores econômicos. Durante a convenção que lançou Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro de seu governo, como candidato ao governo de São Paulo, Bolsonaro declarou que, pela primeira vez, as Forças Armadas desfilarão em Copacabana. Apesar de uma publicação do dia 04 de agosto no Diário Oficial do Município manter o desfile na região central, Bolsonaro reafirmou, no dia 6 de agosto, que no feriado participaria do ato em Copacabana. Porém, nesta última declaração, não fez referências à participação das Forças Armadas. A Folha afirmou que os aliados avaliam que o uso do Bicentenário da Independência para tentar repetir os ataques contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e para espalhar teorias da conspiração sobre as urnas eletrônicas se constituem em “um novo tiro no pé”, perspectiva exemplificada pela reunião realizada com embaixadores no Palácio da Alvorada no dia 18 de julho, a qual se sucederam manifestações contrárias da cúpula do Judiciário, de servidores de diversos órgãos do governo e até mesmo de governos estrangeiros. A adesão de parte do empresariado e da sociedade civil à carta em defesa do Estado de Direito, organizada pela Faculdade de Direito da USP, também foi resultado, de acordo com os próprios aliados de Bolsonaro, do discurso feito na reunião. A reportagem ainda informou que o candidato à vice na chapa, general Walter Braga Netto, teria sido escalado para conversar sobre o tema com Bolsonaro, pois, por mais que este desconfie do sistema eleitoral, não tem demonstrado interesse em incendiar a relação com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o STF, dizem assessores. A Folha também recordou o teor golpista das manifestações favoráveis ao atual presidente no último 7 de setembro, suas recentes declarações contrárias às instituições como o STF, e as convocatórias de protestos. (Folha de S. Paulo - Política -08/08/22)

Militares avaliam a possibilidade de realizar contagem extraoficial dos votos da próxima eleição

Em reportagem, o jornal O Estado de S. Paulo noticiou que integrantes do Ministério da Defesa estão avaliando a possibilidade de realização de uma contagem extra-oficial dos votos da eleição que ocorrerá em outubro, iniciativa cobrada por Jair Bolsonaro (PL) desde abril. O plano de fiscalização, ainda não oficializado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), provavelmente utilizará os boletins impressos pelas urnas eletrônicas (registros do resultado de cada

equipamento que indicam a quantidade de votos recebida por candidato e partido, nulos e brancos) após o encerramento da votação. Segundo a matéria, um general afirmou que a oficialização ao TSE depende de uma decisão política a ser transmitida pelo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. O Ministério alega que age de forma técnica, para contribuir com o aperfeiçoamento da segurança e transparência do sistema de votação. Para o periódico, tais argumentos abastecem a campanha política de descrédito das eleições empreendida por Bolsonaro. De acordo com O Estado de S. Paulo, embora a contagem de votos pelas Forças Armadas seja uma missão não prevista na Constituição e nas diretrizes de Defesa Nacional, os militares compreendem que a apuração realizada por eles, a partir de dados oficiais do TSE, está incluída em suas possíveis atividades de auditoria. (O Estado de S. Paulo - Política - 08/08/22)

Tensões entre o TSE e os militares I

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, optou por duas decisões que tendem a aumentar a tensão entre o órgão e os militares. A primeira se refere à expulsão do coronel do Exército, Ricardo Sant'Anna, da Comissão de Fiscalização do Sistema Eletrônico de votação, após o mesmo disseminar mentiras sobre as urnas, o que levou seu perfil a ser deletado das redes sociais. Segundo o presidente do TSE, as mensagens compartilhadas eram de conteúdo falso e "se prestaram a fazer militância contra as mesmas urnas eletrônicas que, na qualidade de técnico, este solicitou credenciamento junto ao TSE para fiscalizar". O ofício também foi assinado pelo ministro Alexandre de Moraes, que assumirá o comando do referido tribunal no dia 16/08/22. No documento, Edson Fachin, além descredenciar o militar, também declarou que outro nome pode ser indicado, e o Ministério da Defesa afirmou em nota que buscava outro militar para substituir o coronel na função, ao passo que militares buscam abertura de procedimento disciplinar contra Sant'Anna. O favorito a substituir o coronel na comissão, escolhido pelo Comando do Exército, o tenente-coronel Gleyson Azevedo da Silva, também já fez postagens de viés político em suas redes sociais, criticando o Partido dos Trabalhadores (PT) e os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, o que deve levar o seu nome a também ser descartado. A segunda decisão de Fachin se refere à negativa parcial ao pedido das Forças Armadas para o acesso a arquivos de pleitos passados, das eleições de 2014 e 2018, que foi enviado ao ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. O ofício assinado por Edson Fachin informa que entidades fiscalizadoras - como as Forças Armadas - "não possuem poderes de análise e fiscalização de eleições passadas, não lhes cumprindo papel de controle externo do TSE". Além disso, o prazo limite para apresentação de pedido se limitava a 13/01/2015 para o pleito de 2014, e 17/01/2019 para o de 2018. Os pedidos se referem justamente aos anos em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) alega ter havido fraude, mesmo sem apresentar nenhuma prova, além de suas teorias conspiratórias, o que demonstra a influência do presidente sobre as Forças Armadas. Por diversos momentos os militares questionaram a eficácia e a veracidade dos resultados das urnas, incomodando a corte ao encerrar um silêncio de 25 anos sobre as urnas eletrônicas. Uma série de documentos já foi solicitada pelos militares, sendo que, em uma das requisições mais recentes, pediram dados dos boletins de urnas dos anos de 2014 e 2018, o que já é disponibilizado no Portal dos Dados Abertos do TSE. Este tribunal, por sua vez, respondeu com o link onde as informações se encontram. As Forças Armadas solicitaram, com o carimbo "urgentíssimo", o acesso ao código fonte das urnas, o que também já está disponível desde 2021 às entidades fiscalizadoras. Segundo a colunista do Correio Braziliense, Denise Rothenburg, a decisão de expulsar o coronel demonstra a falta de diálogo entre as instituições e o meio político, visto que, por um lado, o Exército considerou a atitude "no mínimo indelicada", o que levou o ministro a perder uma chance de diálogo, mas, por outro, os militares poderiam ter deixado clara sua intenção de substituir o coronel, o que teria evitado o desgaste. (Correio Braziliense - Política- 09/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 09/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 09/08/22)

Tensões entre o TSE e os militares II

Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo chamou a atenção para os riscos de contaminação política das Forças Armadas, dada a instrumentalização do Ministério da Defesa e do Exército em prol de oferecer ao presidente da República, Jair Bolsonaro, elementos para lançar suspeitas absurdas sobre o sistema eleitoral brasileiro. O jornal criticou a má conduta do coronel Ricardo Sant'Anna nas redes sociais, uma vez que não se trata de um "comportamento esperado de um militar e, menos ainda, de alguém a quem foi confiada a importantíssima tarefa de atestar a segurança do sistema eletrônico de votação". Para o Estado a situação é extremamente

lamentável, haja vista que os militares não podem fazer militância política, pois “as Forças Armadas, como instituições de Estado, devem ser rigorosamente apolíticas, e os militares, nessa condição, devem guardar para si suas preferências políticas. Permitir o contrário é abrir as portas dos quartéis para a indisciplina, ferindo um dos pilares da vida militar”. Conforme publicado em reportagens pelos periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o Exército brasileiro criticou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e anunciou que não indicará substituto para a vaga do coronel Ricardo Sant’Ana, que foi excluído do grupo de militares que participa da fiscalização das eleições por divulgar fake news sobre as urnas eletrônicas. Por meio de uma nota, o Exército considerou a decisão da corte eleitoral unilateral e baseada em apuração da imprensa. A instituição concluiu a nota afirmando que, “o Exército não indicará substituto e continuará apoiando tecnicamente o MD [Ministério da Defesa] nos trabalhos julgados pertinentes”. De acordo com publicações da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o Ministério da Defesa pediu que o TSE aprove a participação de mais nove militares na inspeção dos códigos-fonte do sistema eleitoral. O pedido foi realizado no mesmo dia em que a nota, na qual o Exército recusou a indicação de um substituto para Sant’Ana, foi publicada (10/08/22). Esses militares, conforme requisição da Defesa, atuarão na inspeção dos códigos-fonte das urnas eletrônicas temporariamente. Com isso, dentre os fiscalizadores, as Forças Armadas são a entidade que mais tempo passará inspecionando os códigos-fonte. (Correio Braziliense - Política - 11/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 11/08/22; O Estado de S. Paulo - Notas e informações - 11/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 11/08/22)

Repercussões da Carta em Defesa da Democracia

Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo avaliou as leituras das Cartas em defesa do regime democrático de direito, ocorridas no dia 11/08/2022, contextualizando que tal movimento ocorre em paralelo às tensões causadas por atos e discursos das Forças Armadas e do presidente da República em relação ao pleito de outubro. Foram lançados dois manifestos: um elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e outro pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP). Segundo o periódico, “o presidente Jair Bolsonaro envergonhou profundamente o País ao difamar a democracia” e acrescenta: a “leitura em defesa do regime democrático e do Judiciário mostrou que o País não está dividido em relação à democracia”. Em coluna opinativa ao Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo lembrou que a leitura feita em 2022 ocorreu em uma situação completamente diferente daquela vigente em 1977, quando um protesto na mesma Faculdade de Direito ocorreu durante o regime militar. O colunista argumentou que o poder moderador é exercido pelo Supremo Tribunal Federal, e não pelas Forças Armadas, “embora o atual ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, se comporte como se fosse xerife das eleições”. (Correio Braziliense – Política – 12/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 12/08/22).

Colunistas comentaram sobre a possibilidade de golpe e o apoio das Forças Armadas

Em coluna opinativa ao jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Jânio de Freitas afirmou que a Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito, escrita pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), foi uma resposta às ações do presidente da República, Jair Bolsonaro, e das Forças Armadas. Segundo Freitas, a participação de generais e coronéis na “preparação golpista [de] acusação fraudulenta de vulnerabilidade da votação eletrônica” provocou apreensão em relação à possibilidade de um golpe de Estado. Para o colunista, o golpe “só pode ser dado pelas Forças Armadas, o Exército como atacante básico”. De modo similar, em entrevista ao periódico Correio Braziliense, José Geraldo de Souza Júnior, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), comentou que os atos em defesa da democracia, mobilizados após a publicação da carta, foram necessários devido a episódios como a tentativa de monitoramento do processo eleitoral por parte dos militares. Todavia, em coluna ao Correio, o jornalista Antonio Machado disse ser “difícil” a concretização de um golpe e contestou a possibilidade de apoio dos militares: De acordo com Machado, as Forças Armadas fizeram “chegar a ouvidos certos que nada têm a ver com o assanhamento dos colegas fardados aposentados que Bolsonaro recrutou”. (Correio Braziliense - Cidades - 14/08/22; Correio Braziliense - Economia - 14/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 14/08/22)

Exército afirmou estar se preparando para evitar episódios de violência eleitoral

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o Alto Comando do Exército se reuniu na primeira semana de agosto para discutir e avaliar a conjuntura política e eleitoral do país.

Durante o encontro, os 16 generais presentes evidenciaram o aumento nos casos de violência eleitoral devido à atual polarização política. A fim de evitar episódios futuros, o Exército está montando esquemas de segurança junto aos batalhões regionais. Em eleições anteriores, os batalhões foram mobilizados no dia de votação em estados em que a ajuda federal foi solicitada – que, em geral, não estava relacionada a casos de violência derivada do processo eleitoral em si. Além da atuação nas áreas de segurança e do auxílio logístico, os generais também trataram do desgaste da imagem das Forças Armadas. De acordo com o jornal, o Alto Comando quer “afastar a imagem de que as Forças poderiam apoiar uma eventual ruptura democrática capitaneada por Bolsonaro”. (Folha de S. Paulo - Política - 14/08/22)

Ministro do STF incluiu nove militares em grupo que realiza a inspeção do código-fonte das urnas eletrônicas

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edson Fachin, em seu último dia como presidente do órgão, atendeu ao pedido do Ministério da Defesa e autorizou a entrada de nove militares no grupo que inspeciona o código-fonte das urnas eletrônicas. Segundo o periódico, as Forças Armadas têm um grupo de militares que atua na fiscalização de diversas etapas das eleições, e o novo grupo, composto por três militares da Marinha, três da Aeronáutica e três do Exército, deve reforçar a equipe durante a inspeção do código-fonte. De acordo com a Folha, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, solicitou a entrada deste novo grupo “diante da necessidade de dispor de conhecimentos específicos em linguagem de programação C++ e Java”. Fachin também ampliou o prazo para as Forças Armadas concluírem esta análise de 12 para 19 de agosto, também a pedido do ministro da Defesa. (Folha de S. Paulo - Política - 17/08/22)

Número de candidaturas militares nas eleições de 2022 se mantém expressivo

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, a quantidade de agentes de forças de segurança concorrendo a cargos nas eleições cresceu pela segunda vez consecutiva. São 1.858 policiais, bombeiros e militares concorrendo em 2022, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um aumento de 27,5% em relação ao ano de 2018. No entanto, o número de candidatos membros das Forças Armadas, ativos ou reformados, permaneceu estável, com queda de 305 para 300 neste ano. (Folha de S. Paulo - Política - 17/08/22)

Ministro do Supremo Tribunal Federal classificou como “loucura” e “suicídio” a defesa de golpe de Estado

De acordo com o periódico Correio Braziliense, Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), considerou a defesa de um golpe de Estado por parte de empresários como “suicídio” e “loucura”. Segundo o jornal, o magistrado frisou que um atentado contra a democracia é crime e traria consequências econômicas negativas ao Brasil, acarretando sanções e saída de capitais do país. (Correio Braziliense - Política - 14/08/22)

Segurança das urnas voltou a ser discutida entre órgãos do governo federal e Tribunal Superior Eleitoral

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, a Polícia Federal (PF) estuda apresentar uma proposta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) defendendo um teste de segurança de urnas semelhante ao que os militares já defendem. Os policiais veem a proposta como prudente pela possibilidade de “acalmar os ânimos” na crise entre a Corte e os militares promovida pelo presidente da República Jair Bolsonaro. O TSE considera a medida desnecessária, alegando que a mesma não traria ganhos de segurança, além de confundir os eleitores. Durante a semana, segundo os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o atual presidente do TSE, Alexandre de Moraes, se reuniu com o Ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, a fim de tratar sobre a segurança das urnas eletrônicas e a fiscalização do processo eleitoral. A conversa entre Moraes e Nogueira durou cerca de uma hora, e ambos não se pronunciaram a respeito do encontro. Generais com conhecimento do assunto afirmaram que a reunião foi cordial, e reabriu discussões sobre a proposta das Forças Armadas de revisão do teste de integridade das urnas. Entretanto, fontes próximas a Moraes afirmaram que o magistrado indicou que a mudança não deve ser aceita, de modo que o assunto ainda pode ser discutido entre técnicos do TSE e militares, mas com baixa margem para qualquer alteração. O teste de integridade referido acontece no dia da eleição para verificar se as urnas eletrônicas estão computando os votos devidamente. Já a proposta dos militares é que o teste seja realizado na seção eleitoral, com a biometria de eleitores. (Correio Braziliense - Política -

24/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 24/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 23/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 24/08/22)

Alto escalão das Forças Armadas criticou fala dos ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva declarou em evento que as Forças Armadas e o Itamaraty "serão aquilo que o governo quiser que seja". De acordo com o mesmo jornal, em reportagem do dia seguinte, a alta-cúpula militar se mostrou descontente com a fala do ex-presidente Lula: "O Itamaraty será aquilo que o governo decidir que ele seja. Como as Forças Armadas serão, como todas as instituições do Estado, serão aquilo que o governo quiser que seja". Segundo membros dos círculos de oficiais gerais ouvidos pelo periódico, a frase do ex-presidente demonstrou uma falta de entendimento do que é uma instituição de Estado e se assemelha à postura de instrumentalização das Forças Armadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Política - 23/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 24/08/22)

Forças Armadas na campanha eleitoral I: número de candidaturas ligadas às forças de segurança cresceu no Distrito Federal

Segundo reportagem do jornal Correio Braziliense, cresceu o percentual de candidatos ligados às forças de segurança que disputarão as eleições no Distrito Federal. Essa categoria profissional representa cerca de 10% de todas as candidaturas na capital federal e inclui policiais e bombeiros militares, policiais civis e integrantes das Forças Armadas, que, em geral, reivindicam direitos às próprias categorias e defendem suas instituições. De acordo com a notícia, embora tenha havido uma queda no número absoluto de candidaturas, o número de candidatos vinculados às forças de segurança é proporcionalmente maior e tem aumentado desde 2014 no Distrito Federal. (Correio Braziliense - Cidades - 28/08/22)

SETEMBRO

Forças Armadas na campanha eleitoral II: Bolsonaro pediu que apoiadores abajassem faixa pró-golpe em comício

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) pediu a apoiadores, durante comício em Curitiba, em 31/08/2022, que abajassem uma faixa pró-golpe militar com os dizeres: "Presidente, acione as FFAA. Nova constituição anticomunista". Segundo a reportagem, a faixa ainda tinha outra frase, mas não foi possível registrá-la no local. O periódico lembrou que a equipe de campanha de Bolsonaro tem aconselhado que ele reveja a estratégia de confrontar a Constituição, o Poder Judiciário e atacar o processo eleitoral. (Folha de S. Paulo - Política - 02/09/22)

Forças Armadas na campanha eleitoral III: general Braga Netto, candidato a vice-presidente, fez evento de campanha em Mato Grosso

Conforme reportou o periódico Folha de S. Paulo, o general Walter Braga Netto, candidato a vice na chapa do presidente da República Jair Bolsonaro (PL), fez visita ao Mato Grosso, onde tentou consolidar alianças com o agronegócio, fez acenos ao eleitorado feminino, foi recebido por pastores evangélicos e abraçou uma pauta conservadora. O periódico registrou que foi a primeira agenda de Braga Netto fora dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro desde o início do período eleitoral. (Folha de S. Paulo - Política - 02/09/22)

Ministério da Defesa continua se posicionando sobre segurança das urnas eletrônicas, embora militares não tenham emitido relatório sobre o código-fonte dos equipamentos

Conforme reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciou, no dia 29/08/2022, as últimas fases de verificação das urnas eletrônicas que serão utilizadas no pleito de 2022, entre elas a lacração dos sistemas. Porém, o jornal destacou que tais etapas finais foram principiadas antes que as Forças Armadas e a Polícia Federal finalizassem suas análises do código-fonte das urnas, ressaltando que tais entidades possuem o código à disposição desde outubro de 2021. A Folha pontuou que os militares apresentaram nos últimos meses uma série de questionamentos ao TSE quanto à segurança das urnas, ponto este que o presidente da República, Jair Bolsonaro, alega ser um problema. Embora as Forças Armadas não possuam qualquer obrigação quanto à verificação do código-fonte das urnas, o jornal lembrou que militares "argumentam que um código malicioso pode fraudar as urnas sem ser detectado em testes realizados no dia da eleição". Adicionalmente, representantes das Forças Armadas sugerem que o TSE reformule o teste de integridade da urna feito no dia do pleito.

Para tanto, o jornal informou que o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, reuniu-se no dia 31/08/2022 com o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, junto ao coronel Marcelo Nogueira de Sousa, coordenador da equipe de militares que fiscaliza o pleito, e ao general Rodrigo Vergara, assessor do ministro. Segundo a Folha, Moraes “reabriu o diálogo com a Defesa e as Forças Armadas” e indicou que avaliará a possibilidade do emprego da biometria de eleitores em urnas que passarão por testes de integridade no dia das eleições, porém não confirmou detalhes. O jornal também pontuou que ministros do governo de Bolsonaro possuem expectativa positiva quanto ao posicionamento de Moraes no atendimento das demandas das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo – Política – 31/08/22; Folha de S. Paulo – Política – 01/09/22)

Para jurista, as Forças Armadas não possuem papel moderador

Em coluna opinativa no periódico O Estado de S. Paulo, Miguel Reale Júnior, jurista e ex-ministro da Justiça (2002), questionou a menção do presidente Jair Bolsonaro ao artigo 142 da Constituição e a interpretação de que este autorizaria as Forças Armadas a agirem como poder moderador no caso de conflito entre os Poderes. Para Reale Junior, não se justifica o entendimento de que as Forças Armadas sejam um poder moderador, pois estão submetidas ao comando político da nação e só podem atuar na garantia da ordem e da lei por iniciativa de qualquer um dos Poderes. Segundo o jurista, historicamente verifica-se que os militares intervieram em episódios de confronto e jamais de conciliação. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 03/09/22)

Estados solicitaram apoio das Forças Armadas para reforçar segurança nas eleições

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, 12 Estados da Federação solicitaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) ajuda das Forças Armadas no reforço da segurança, por temerem uma intensificação das tensões políticas durante o primeiro turno das eleições, que ocorrerá em 02/10/2022. O jornal lembrou que, em 2018, as Forças Armadas se movimentaram na segurança e logística em 369 zonas eleitorais, quando 11 Estados pediram o auxílio dos militares. Já neste ano, há um aumento das requisições da presença de militares nas ruas durante o pleito, e o número ainda pode crescer, segundo o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro, Elton Leme, em razão da “polarização ideológica que tem resultado em recorrentes casos de violência política”. Os estados da Paraíba e Acre foram alguns dos que solicitaram essa ajuda, que é uma prática comum em pleitos eleitorais, regulada no Código Eleitoral. A Folha também apontou uma preocupação do Alto Comando do Exército, que teme atos de violência eleitoral, como o que ocorreu com a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, além do assassinato de Shinzo Abe, ex-premiê japonês. Porém, o jornal destacou que essas tensões não são os únicos motivos para a presença militar, já que militares são mobilizados em áreas onde as forças de segurança estaduais apresentam gargalos, como em “reservas indígenas e áreas de população ribeirinha”, declarou o diretor geral do TRE do Pará, Felipe Brito. (Folha de S. Paulo - Política - 06/09/22)

Exército “fecha portas” a contato com presidentiáveis

Segundo publicação do O Estado de S. Paulo, as tentativas do ex-presidente da República e candidato à eleição Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), de dialogar com os militares não foram bem-sucedidas. Diferindo da postura nas eleições de 2018, nesse ano o Exército deixou de receber presidentiáveis. Uma das justificativas para a decisão de se isolar do assunto, pelo menos no que tange ao contato com os candidatos, é o alto grau de polarização na política brasileira, elucidou o jornal. (O Estado de S. Paulo – Política – 09/09/22)

Ministro do STF afirmou que a chance de golpe no Brasil é nula

Conforme publicado pela reportagem do jornal Correio Braziliense, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou que não há a menor possibilidade da instituição se intimidar frente a qualquer tentativa golpista no Brasil, caso algum candidato não aceite o resultado das urnas. A declaração foi feita após discurso do presidente da República Jair Bolsonaro, no 7 de setembro, no qual disse que a história pode se repetir, remetendo ao golpe militar de 1964. Segundo o ministro, “a história sempre venceu o mal” e, portanto, não há possibilidade de se afrontar a Constituição, já que a democracia tem grande apoio no Brasil. (Correio Braziliense - Política - 08/09/22)

Forças Armadas nas eleições: apuração paralela de votos e teste em urnas com biometria

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, as Forças Armadas participarão da apuração paralela de 385 urnas durante as eleições que acontecem em outubro de 2022. Com isso, diversas seções eleitorais do país contarão com a presença de militares “para tirar fotos do QR code dos boletins de urna para o Comando de Defesa Cibernética do Exército, em Brasília, que fará um trabalho paralelo de contagem dos votos”. Ainda segundo o periódico, o resultado dos boletins apurados pelos militares será verificado com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O periódico lembrou, porém, que qualquer pessoa pode fazer o mesmo para checar os boletins de urna com os dados disponibilizados pela Justiça Eleitoral. A novidade, segundo a Folha, é a disposição dos militares em fazer isso pela primeira vez desde o início do uso das urnas eletrônicas nas eleições brasileiras, num momento em que o presidente da República e candidato à reeleição Jair Bolsonaro questiona a lisura do pleito. O periódico também informou que serão feitos testes de integridade em 640 urnas no dia das eleições, incluindo 56 com uso da biometria dos eleitores. Essa parte do teste foi reformulada, segundo o periódico, para agradar as Forças Armadas, em acordo costurado pelo ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE. De acordo com os militares, este formato evitaria a atuação de um código malicioso que poderia alterar o funcionamento do equipamento que não fosse ativado pelo dado do eleitor real. Sem citar as Forças Armadas em seu pronunciamento, Moraes afirmou que esse teste será apenas um projeto-piloto, que servirá para “ver se vale a pena ou não” usar a biometria. O teste tradicional, sem a biometria, é o que será considerado válido. O Correio Braziliense informou que a prova será realizada no Distrito Federal e em cinco estados, a serem definidos pela Presidência da República, dependendo da logística e da questão financeira. Segundo o Correio, os militares defendem que o teste de integridade use a biometria de eleitores reais para, segundo eles, simular de forma mais fiel o pleito e para que seja feita dentro das seções eleitorais, e não nos tribunais regionais eleitorais (TREs). A Folha lembrou que o teste de integridade é feito desde 2002 e nunca encontrou falhas nas urnas eletrônicas. Além disso, segundo a reportagem, as Forças Armadas foram inseridas pelo próprio TSE em 2021 no grupo de entidades que fiscalizam as eleições e desde então romperam um silêncio de 25 anos sobre as urnas eletrônicas, com dúvidas e sugestões que têm sido usadas por Bolsonaro para colocar em dúvida a integridade das eleições e fazer insinuações golpistas. Ainda conforme o periódico Folha de S. Paulo, o candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a atuação dos militares como “fiscais das urnas eletrônicas” é um “desmando” de Bolsonaro e que “as Forças Armadas têm missões muito mais nobres para cumprir em defesa da nossa soberania, cuidar das nossas fronteiras para evitar qualquer problema de inimigo externo”. (Correio Braziliense - Política - 14/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 12/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 16/09/22)

General Augusto Heleno fez publicações em favor de Jair Bolsonaro

Conforme o periódico Correio Braziliense, o general da reserva do Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da presidência da República, fez publicações em suas redes sociais com pedidos de “voto útil” para o candidato à reeleição Jair Bolsonaro. Segundo o Correio, Heleno afirmou que Ciro Gomes e Simone Tebet não irão para o segundo turno das eleições e “votar neles é ajudar” o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O periódico comparou a campanha de Heleno à que o PT faz em suas redes, afirmando que o voto em Gomes ou Tebet ajuda Bolsonaro. (Correio Braziliense - Política - 16/09/22)

Forças Armadas nas eleições I: Tribunal Superior Eleitoral aprovou participação de militares na segurança do 1º turno das eleições

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, autorizou o envio de membros das forças de segurança federais, entre eles militares, para o reforço da segurança no primeiro turno das eleições em 561 municípios de 11 estados. A reportagem afirmou que nos pedidos, os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) citaram o acirramento da disputa eleitoral, o cenário de polarização política e as dificuldades logísticas. As autorizações ainda serão validadas no plenário do TSE. O jornal Correio Braziliense noticiou que a participação de militares em processos eleitorais no Brasil é tradicional, principalmente no “apoio logístico e no transporte de urnas eletrônicas, pessoas e materiais para locais de difícil acesso”. A Folha lembrou as eleições de 2018, quando as Forças Armadas auxiliaram na segurança e logística de 369 zonas eleitorais situadas em 11 estados diferentes. Além disso, pontuou que há um receio por parte do Alto Comando do

Exército de que as eleições de 2022 sejam marcadas pelo aumento de casos de violência eleitoral. Ademais, a Folha destacou que neste ano os militares foram convidados pelo TSE para discutirem as regras do pleito, rompendo um “silêncio de 25 anos sobre as urnas”, “apresentando diversas dúvidas e sugestões ao tribunal”. A reportagem apontou que aproximadamente de 30 mil militares devem integrar o sistema de segurança das eleições de 2022. (Correio Braziliense – Política – 18/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 19/09/22)

Forças Armadas nas eleições II: Tribunal de Contas da União questionou militares sobre os critérios da checagem paralela das urnas, da qual também participará

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o Tribunal de Contas da União (TCU), planeja realizar uma checagem paralela dos votos no dia das eleições usando os dados de mais de 4.000 urnas nos 26 estados e Distrito Federal. A mesma checagem será feita pelas Forças Armadas, só que em 385 urnas. A reportagem ainda informou que técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estimularam o TCU a ampliar a quantidade de sessões eleitorais a serem aferidas, visando uma amostra mais robusta, que poderá ser utilizada, eventualmente, como uma contraprova à análise que será feita pelas Forças Armadas. De acordo com O Estado de S. Paulo, a avaliação de membros do TSE e do TCU é a de que “essa é a melhor forma de checar as informações dos militares, se eles contestarem os resultados oficiais, por se tratar de instituição [o TCU] isenta na queda de braço”. Sobre a mesma temática, a Folha de S. Paulo publicou reportagem informando que o TCU enviou, em 21/09/2022, um ofício ao Ministério da Defesa contendo uma série de questionamentos sobre os critérios e os objetivos da checagem paralela das urnas que a referida pasta fará. Gerais ouvidos demonstraram insatisfação com os questionamentos e, segundo o jornal, o Ministério da Defesa ainda está analisando o documento para decidir se responde aos questionamentos. O Correio Braziliense destacou que, frente aos ataques de Jair Bolsonaro à segurança das urnas eletrônicas (sem apresentar provas), as eleições de 2022 passarão por uma tripla fiscalização: a tradicional checagem a cargo do TSE; a auditoria paralela das Forças Armadas; e a “fiscalização da fiscalização” exercida por membros do TCU. (Correio Braziliense – Política – 23/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 17/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 23/09/22; O Estado de S. Paulo – Política – 22/09/22)

Forças Armadas nas eleições III: jornal avaliou tom apaziguador e otimista de membros do Judiciário

O periódico Correio Braziliense publicou longa reportagem sobre o envolvimento das Forças Armadas no processo eleitoral, que alçou a instituição ao centro de controversas entre os poderes Executivo e Judiciário. O jornal lembrou que o convite para a participação de militares na comissão de transparência das eleições partiu do então ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, em setembro de 2021. Desde então, os questionamentos apresentados pelos militares ao TSE causaram diversos constrangimentos à condução do processo eleitoral, entendidos como interferências indevidas, e o próprio Barroso chegou a afirmar em evento acadêmico no exterior que “os militares estão sendo orientados a desacreditar o processo eleitoral do Brasil”. O Correio avaliou que o atual ministro do TSE, Alexandre de Moraes, adotou um tom conciliatório e de diálogo com os militares. Segundo o jornal, um dos primeiros compromissos de Moraes ao assumir o cargo foi uma reunião com o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, a qual simbolizou um apaziguamento. Prova disso foi a decisão da Justiça Eleitoral de incluir a “biometria e a presença de eleitores voluntários para o chamado teste de integridades das urnas eletrônicas”, propostas dos militares. Em outra reportagem, o Correio relatou a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes em episódio de podcast do jornal, no qual Mendes declarou que o processo eleitoral de 2022 está ocorrendo “dentro da normalidade”, embora tenha reconhecido o clima tenso e os casos de violência política. A respeito do envolvimento das Forças Armadas em tal processo, Mendes afirmou que possui convicção de que os militares nunca cogitaram avaliar medidas autoritárias do governo de Jair Bolsonaro e ponderou que os movimentos da sociedade civil em 11 de agosto de 2022 foram fundamentais na defesa do Estado Democrático de Direito, funcionando como um recado à caserna. O Correio também destacou que, na avaliação de Mendes, os militares assessoraram tecnicamente o processo eleitoral desde o início do uso de urnas eletrônicas no Brasil, mas atualmente a questão ganhou destaque em razão da excessiva politização. (Correio Braziliense – Política – 18/09/22; Correio Braziliense – Política – 21/09/22)

Supremo Tribunal Federal suspende, no período eleitoral, decretos que flexibilizam acesso da população a armas

Os periódicos O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense informaram que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu suspender, por nove votos a dois, trechos do decreto de Bolsonaro que flexibilizava o acesso da população a armas e munições. Segundo o Correio, o ministro do STF Edson Fachin foi o relator das ações, de autoria dos partidos de oposição Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido dos Trabalhadores (PT), os quais justificaram que as medidas do governo Bolsonaro são inconstitucionais e “representam “retrocesso” em direitos fundamentais, na medida em que facilitam, de forma “desmedida”, o acesso a armas e munições pelos cidadãos comuns”. O Estado informou que os ministros do STF Nunes Marques e André Mendonça foram os únicos que votaram contra a medida. Os jornais esclareceram que a decisão da corte está restrita ao período eleitoral, em razão do aumento do risco de violência política, embora o STF pretenda retomar o tema após o pleito de 2022. Com a decisão, a posse de armas está limitada àqueles que demonstrem necessidade concreta (profissional ou pessoal) e a compra de armamento de uso restrito circunscreve-se ao “interesse da própria segurança pública ou da defesa nacional”. De acordo com o Estado, o governo Bolsonaro explicou, em manifestação endereçada ao STF, que os decretos visavam “desburocratizar” procedimentos, concretizar promessas eleitorais e garantir a legítima defesa dos cidadãos. (Correio Braziliense – Política – 17/09/22; Correio Braziliense – Política – 21/09/22; O Estado de S. Paulo – Política – 21/09/22)

Em comício, ex-presidente Lula fez declarações sobre o papel das Forças Armadas

De acordo com o jornal Correio Braziliense, o ex-presidente da República e candidato à presidência nas eleições de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou em comício na cidade de Curitiba, estado do Paraná, que não é função das Forças Armadas fiscalizar o processo eleitoral. Lula afirmou: “Nós queremos as Forças Armadas preparadas, equipadas, bem formadas, para ninguém se meter a invadir o Brasil. Não queremos as Forças Armadas se metendo nas eleições do nosso país e nem querendo controlar as urnas”. O discurso do ex-presidente também citou que a sociedade civil não precisa de tutela. (Correio Braziliense – Política – 18/09/22)

Colunista afirmou que “bolsonarismo militar” não tem condições para efetuar golpe contra a democracia

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Janio de Freitas afirmou que o “bolsonarismo militar perdeu as condições de dar um golpe”. Para Freitas, apesar das ameaças contra a segurança da apuração das urnas feitas por setores das Forças Armadas, as circunstâncias necessárias para um golpe foram perdidas. O clima internacional que se instalou em defesa da democracia brasileira somado à indecisão que permeia o setor militar alinhado ao presidente Jair Bolsonaro têm capacidade, segundo o colunista, de “golpear o golpe”. (Folha de S. Paulo - Política - 25/09/22)

General Augusto Heleno criticou Lula e o Partido dos Trabalhadores

Em coluna opinativa ao jornal Correio Braziliense, o general da reserva do Exército Augusto Heleno, atual chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), criticou o candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva e defendeu a necessidade de afastá-lo novamente da política. Segundo o general, tanto o ex-presidente Lula quanto o Partido dos Trabalhadores (PT) trabalharam para dificultar os governos vigentes “por meio de ações, discursos e narrativas que desprezaram os interesses nacionais e o povo brasileiro”. Na coluna, o chefe do GSI ainda afirmou que atores alinhados ao ex-presidente “desconhecem intencionalmente” a aprovação positiva que os brasileiros têm das Forças Armadas. (Correio Braziliense - Opinião - 25/09/22)

Enquanto presidentes do TSE e do Legislativo organizam anúncio conjunto do resultado das eleições, Forças Armadas farão apuração paralela

O periódico O Estado de S. Paulo contrapôs as ações que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as Forças Armadas organizaram para o dia da eleição, 02/10/2022. Com o objetivo de mostrar coesão e minimizar o risco de contestação dos resultados pelo presidente da República e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) e pelas Forças Armadas, todos os sete ministros do TSE acompanharão juntos a apuração dos votos no prédio da instituição. Foram convidados também os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e do Tribunal de Contas da União

(TCU), Bruno Dantas. Assim, registrou o periódico, o resultado será anunciado com o aval dos presidentes de dois Poderes da República: do Legislativo e do Judiciário. No entanto, notou ainda o periódico, os militares não participarão desse evento e organizam uma apuração paralela, com agentes recolhendo boletins de urna em 300 dispositivos de votação espalhados pelo País, para comparar com a informação final divulgada pelo TSE. (O Estado de S. Paulo - Política - 30/09/22)

PT planeja modernizar e despolitizar as Forças Armadas

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, as propostas de governo do PT para um eventual mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República incluem a modernização das Forças Armadas, o afastamento dos militares da política e a estruturação de uma polícia de fronteira, de uma polícia florestal e de uma Guarda Nacional, afastando o Exército das ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O periódico informou também que a candidatura encomendou sugestões de especialistas na área de Defesa, como o ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed), Manuel Domingos Neto, que defende um modelo de transição para a profissionalização das Forças Armadas que abandone o alistamento obrigatório. O periódico também relatou que o debate do partido com os militares é dificultado pelas desconfianças entre ambos, que datam desde que foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), no governo de Dilma Rousseff, em 2012, para investigar graves violações aos direitos humanos cometidas, principalmente, durante a Ditadura Militar (1964-1985). Além disso, setores do PT têm tratado as Forças Armadas como “cúmplices da catástrofe que é o governo” do atual presidente Jair Bolsonaro (PL). Tentando manter o diálogo, pelo lado do partido, o ex-ministro da Defesa e ex-chanceler Celso Amorim afirmou ao periódico que considera a CNV como passado e que não quer “general de esquerda, mas legalista e consciente de seu dever”. Já os militares lembraram ao periódico da postura do general Edson Leal Pujol, que em abril de 2021 recusou interferência do presidente nas Forças Armadas, o que lhe custou o comando. Também dizem ter disposição para o diálogo institucional com o PT e um eventual governo Lula, mas acreditam ser difícil abandonar o serviço militar obrigatório em nome da profissionalização. Além disso, conforme informou ao periódico o professor de Filosofia e interlocutor de parte dos generais Denis Lerrer Rosenfield, os militares exigem a manutenção da Lei de Anistia, a não reabertura da CNV, a continuidade do sistema de promoções dos generais e que não se mexa no currículo das academias militares. (O Estado de S. Paulo - Política - 30/09/22)

OUTUBRO

Forças Armadas nas eleições I: militares forneceram apoio logístico e também se envolveram em ações fiscalizatórias

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, as Forças Armadas atuaram em duas frentes nas eleições de 02/10/2022: nas ações de “garantia de Votação e Apuração” voltadas a aspectos logísticos e de segurança; e na fiscalização da votação. Na primeira frente, foram mobilizados 34 mil militares para transportar as urnas e garantir a segurança de autoridades e eleitores em 585 municípios de 11 estados brasileiros. A Folha noticiou que o trabalho também envolveu a provisão de “proteção aeroespacial e cibernética”. O Correio Braziliense explicou que este tipo de atuação ocorre em articulação com o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, o qual se constitui por membros do “Tribunal Superior Eleitoral, polícias civis e militares, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), corpos de Bombeiro Militares, o Ministério da Defesa, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil”. Os jornais destacaram o clima tenso e a preocupação com a violência política que marcaram as eleições de 2022. No dia do primeiro turno, segundo o Correio, “houve 408 prisões em todo o país e 89 crimes comuns cometidos em áreas de votação — 66 deles contra candidatos”. Além disso, o Correio também destacou a tensão em torno da lisura do processo eleitoral, uma vez que o presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, fez diversas declarações sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas e mobilizou as Forças Armadas para em torno de questionamentos que pudessem pressionar a Justiça Eleitoral. Desta forma, a respeito da segunda frente de atuação dos militares no pleito – fiscalização – os jornais pontuaram a inédita vigilância que, segundo a Folha, envolveu três etapas: I) checagem inicial dos boletins que confirmam que as urnas não possuem votos, antes da votação ser aberta; II) teste de integridade das urnas, para verificar se o voto depositado é gravado corretamente; e III) registro de fotos de boletins de cerca de 400 urnas, após o encerramento da votação, para conferir se os votos que constavam não sofreriam mudanças ao chegarem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em reportagem, a Folha informou que apurou com auxiliares do Ministério da Defesa e com generais do Alto-comando do Exército qual seria o papel fiscalizatório das Forças Armadas, sendo esclarecido que “o objetivo da fiscalização não é contestar o resultado do pleito”.

Entretanto, também admitiram que se reportariam ao TSE caso encontrassem falhas no processo. (Correio Braziliense – Política – 02/10/22; Correio Braziliense – Política – 03/10/22; Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 01/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 02/10/22)

Forças Armadas nas eleições II: TSE divulga que teste de integridade realizado por militares atestou inexistência de fraude

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou no dia 06/10/2022 que a auditoria realizada por membros das Forças Armadas no processo de votação do primeiro turno das eleições, ocorrido em 02/10/2022, atestou a inexistência de fraude. Segundo o periódico, o teste de integridade mobilizou 58 seções e 2.044 eleitores e confirmou que “o voto digitado na urna coincidiu com o que ficou gravado no equipamento”. O presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, declarou que não houve qualquer divergência no teste, atingindo, portanto, cem por cento de aprovação. O Estado pontuou que, além da auditoria das Forças Armadas, o Tribunal de Contas da União (TCU) também realizou uma apuração simultânea de votos e atestou a confiabilidade das urnas eletrônicas. Entretanto, segundo o Estado, o Ministério da Defesa não havia se pronunciado sobre a fiscalização, justificando que “o trabalho está em andamento”. Além de atuar no teste de integridade, os militares também promoveram uma contagem paralela de votos. A Folha de S. Paulo, noticiou a expectativa para a divulgação do relatório das Forças Armadas com dados sobre as diversas etapas do processo eleitoral, com destaque para a checagem de boletins de urna, principal motivo de atrito entre o Ministério da Defesa e a corte eleitoral às vésperas do pleito. Segundo a Folha, no dia da votação do primeiro turno, militares de 153 municípios foram às seções para tirar fotos de cerca de 400 boletins de urna que foram enviados para uma equipe de técnicos das Forças Armadas concentrada no Ministério da Defesa, em Brasília. Questionado pela imprensa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ministro da Defesa, não quis comentar a fiscalização. Segundo a reportagem, o Ministério informou ao Tribunal de Contas da União (TCU) que encaminhará um relatório ao TSE em caso de divergências para que o órgão apure os dados. A Folha ainda afirmou que uma resolução da corte eleitoral prevê que as entidades fiscalizadoras poderão solicitar a verificação extraordinária dos sistemas eleitorais após a eleição, desde que sejam “relatados fatos e apresentados indícios e circunstâncias que a justifiquem”. O periódico afirmou que os militares foram orientados a realizar as etapas da fiscalização com trajes civis, portanto, sem fardas. A Folha ainda recordou que este foi o primeiro processo eleitoral com fiscalização realizada pelas Forças Armadas, após o ministro Luís Roberto Barroso ter incluído os militares na Comissão de Transparência Eleitoral (CTE) e na lista de entidades fiscalizadoras. De acordo com a reportagem, o objetivo inicial do convite era reduzir as críticas do presidente Jair Bolsonaro (PL) às urnas eletrônicas, mas o efeito foi o contrário: o chefe do Executivo aumentou os ataques ao sistema eleitoral e usou os questionamentos para desacreditar a Justiça Eleitoral. Os generais ouvidos pela Folha de S. Paulo afirmaram que a atuação das Forças Armadas busca ajudar no aprimoramento do processo eleitoral e não promover uma ruptura institucional. O Estado apurou, antes do dia da votação, que generais do Alto-comando do Exército se posicionaram a favor do respeito ao resultado das urnas, o que, na avaliação do jornal, minimizaria o impacto do processo de auditoria sobre o sistema eleitoral levado a cabo por militares. Ademais, de acordo com o periódico, fontes militares informaram que o resultado da auditoria não teria como objetivo atestar ou reprovar a confiança das eleições. Segundo a Folha, o ministro da Defesa deveria informar ao presidente Jair Bolsonaro sobre a regularidade das urnas eleitorais, visto que não conseguiu comprovar a existência de fraude. Com isso, espera-se que o presidente abandone a pauta do voto impresso e diminua as acusações sobre possíveis fraudes no sistema eleitoral. Em discurso após a divulgação dos resultados do primeiro turno, Bolsonaro disse que só irá se pronunciar sobre as urnas após a apresentação do relatório das Forças Armadas sobre o sistema de votação. O Estado de S. Paulo apurou com um general que participa do grupo que elabora um relatório final sobre a fiscalização das urnas pelas Forças Armadas que tal documento “vai demorar”. (Folha de S. Paulo - 03/10/22; Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 04/10/22; O Estado de S. Paulo – Política – 01/10/22; O Estado de S. Paulo – Política – 06/10/22; O Estado de S. Paulo – Política – 07/10/22)

Forças Armadas nas eleições III: observadores internacionais atestam segurança e transparência do processo eleitoral

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, em razão das tentativas do presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, de contestar a confiabilidade das urnas eletrônicas e lançar críticas à Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ampliou o número de observadores internacionais no pleito de 02/10/2022. Entre os presentes, estavam

representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e da União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore). Segundo a Folha, os relatórios dos observadores apontaram, de forma geral, que o processo eleitoral do primeiro turno foi “seguro e transparente”. O documento parcial publicado pela Transparência Eleitoral Brasil indicou que, embora o contexto tenha sido marcado por tensão, “principalmente por questionamentos das Forças Armadas às urnas”, não houve registro de inconsistência que comprometesse o sistema de votação. Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, Valdir Oliveira, superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Distrito Federal, avaliou que o convite para que as Forças Armadas participassem do processo eleitoral contribuiu para aumentar ainda mais o clima de desconfiança quanto à segurança das urnas eletrônicas. Entretanto, em sua avaliação, houve a confirmação da confiabilidade das urnas, assim como da agilidade de um sistema que funcionou sem contestações. (*Correio Braziliense – Opinião – 03/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 05/10/22*)

Forças Armadas nas eleições I: Ministério da Defesa ainda não divulgou relatório de auditoria

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais de uma semana após o primeiro turno das eleições, ocorrido em 02/10/2022, o Ministério da Defesa não divulgou o relatório com os dados da auditoria realizada por militares a respeito das urnas eletrônicas. Em razão da demora, o subprocurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Lucas Furtado, enviou ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que fosse solicitado ao Ministério da Defesa “(...) com a urgência que o caso requer, cópia do relatório de auditoria ou de documento correlato que revele o resultado da fiscalização daquele órgão acerca do processo eleitoral relativo ao primeiro turno de votação”. Segundo o *Correio*, esperava-se que o relatório conclusivo fosse divulgado pelo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, na noite do dia 02/10. Entretanto, militares declararam que a Justiça Eleitoral demorou para disponibilizar os boletins de urna e, ao longo da semana, justificaram que o trabalho fiscalizatório das Forças Armadas seguia “em andamento”, sem previsão de conclusão. O Estado informou, em reportagem, que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o TCU já haviam publicado seus relatórios, os quais atestaram a segurança das urnas eletrônicas. Segundo apuração do Estado, as “(...) Forças Armadas pretendem se limitar a entregar o relatório ao presidente Jair Bolsonaro”. Adicionalmente, a *Folha* mencionou, em reportagem, que Bolsonaro utiliza os militares em suas tentativas de desqualificar a segurança das urnas eletrônicas. O jornal esclareceu que, na avaliação de membros do TCU, o papel fiscalizatório assumido pelas Forças Armadas envolve recursos públicos e é passível de sanções por parte do Tribunal. Por sua vez, comandantes militares estariam insatisfeitos com a atuação do TCU, classificada por eles como “fiscalização da fiscalização”. (*Correio Braziliense – Política – 08/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 11/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 12/10/22; O Estado de S. Paulo – Política – 08/10/22*)

Forças Armadas nas eleições II: periódicos questionaram demora da Defesa em apresentar relatório de testes das urnas

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Janio de Freitas declarou aguardar o relatório das Forças Armadas sobre suas investigações e checagens do processo eleitoral. Segundo o colunista, depois dos reiterados ataques às urnas feitos pelos militares, “é razoável esperar que a Defesa e seu ministro cumpram o dever de informar o país sobre o assunto”. Em editorial, a *Folha* questionou a posição do Ministério da Defesa quanto ao relatório de auditoria do primeiro turno das eleições, que envolveu tanto a conferência de boletins quanto o teste de integridade das urnas eletrônicas. Na avaliação do jornal, a demora no posicionamento leva a crer que os militares, especialmente o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, tornaram-se instrumentos “contra o sistema eleitoral”, fazendo coro com a farsa do candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), que busca tumultuar o pleito e a Justiça Eleitoral. A *Folha* pontuou que o presidente da República instrumentaliza o “prestígio das Forças Armadas”, fato comprovado não apenas pela presença de militares da ativa e da reserva em seu governo, mas também na escolha do ex-ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, para vice em sua chapa de 2022. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Hélio Schwartzman pontuou que Jair Bolsonaro tem utilizado a máquina governamental para sua campanha à reeleição, causando um desequilíbrio na corrida eleitoral. Entre os fatores elencados pelo jornalista para validar sua argumentação, mencionou que o presidente mobilizou até as Forças Armadas para atos de campanha. Também o periódico *O Estado de S. Paulo*, em editorial, classificou como “estranho” que o Ministério da Defesa não divulgue os resultados de seus testes, mais de uma semana depois das eleições. O periódico lembrou que o ministro Oliveira “atuou para dar ares de legitimidade às suspeitas golpistas

de Bolsonaro”, mas impediu o acesso da imprensa ao gabinete em que ocorreu a apuração paralela do resultado das urnas. Além disso, o editorial reforçou que a fiscalização foi realizada com dinheiro público, sendo dever do Ministério divulgar os resultados. O periódico ainda considerou que o envolvimento das Forças Armadas na arena política é danoso para os militares e para o país, mas que, uma vez envolvidos, os militares têm de se manifestar a respeito da fiscalização que realizaram. Por fim, O Estado considerou que a demora na divulgação do relatório torna lícito supor duas hipóteses: ou se confirmou a confiabilidade do sistema eleitoral, contrariando as suspeitas golpistas de Bolsonaro, e por isso não pôde ser divulgado; ou os militares ainda não conseguiram concluir o trabalho, contrariando “a imagem de competência que as Forças Armadas construíram para si mesmas”. A jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna para o Estado, relembrou a característica de “mau militar” de Bolsonaro e argumentou que este não pretende moderar o que chama de “meu exército” em um possível segundo mandato, destacando um projeto autoritário. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 08/10/22; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 09/10/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 13/10/22; O Estado de S. Paulo – Opinião – 11/10/22; O Estado de S. Paulo – Política – 14/10/22)

Forças Armadas nas eleições I: jornal avaliou possível posição de um novo governo Lula na área de Defesa

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende, caso eleito, alterar a legislação aprovada no governo de Jair Bolsonaro, que passou a permitir que militares da ativa ocupem cargos públicos por tempo indeterminado. Anteriormente, militares da ativa que permanecessem por mais de dois anos em postos civis necessitavam ir para a reserva. De acordo com o jornal, o plano de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) prevê que membros das Forças Armadas se dediquem aos assuntos da Defesa, sua principal finalidade. A Folha ressaltou que o petista não busca criar atrito com os militares, embora generais da ativa e da reserva tenham declarado ao periódico que, em um possível novo governo Lula, temem mudanças em três áreas sensíveis: previdência militar; mudanças no currículo de formação nas escolas militares; e novos critérios para a promoção na carreira. A Folha também mencionou declarações de Lula a respeito da intenção de nomear um civil para o Ministério da Defesa, despolitizar as Forças Armadas e exonerar “quase 8.000 militares de cargos comissionados”. Entre os nomes cotados para a pasta da Defesa está o de Geraldo Alckmin, vice na chapa de Lula, que o jornal avaliou como tendo uma boa relação com os militares. (Folha de S. Paulo – Política – 16/10/22)

Forças Armadas nas eleições II: colunistas criticaram demora do Ministério da Defesa em divulgar relatório de auditoria das urnas eletrônicas

Em coluna opinativa no jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Jânio de Freitas questionou mais uma vez o papel do Ministério da Defesa na fiscalização do sistema eleitoral brasileiro e criticou a demora na divulgação de relatório sobre o sistema de votação do primeiro turno das eleições, ocorrido em 02/10/2022. Na avaliação de Freitas, a Defesa está cumprindo um papel oposto daquele que deveria assumir, uma vez que “(...) se coloca, ora como retaguarda, ora como parte ativa na desestabilização geral (...)” promovida pelo governo de Jair Bolsonaro. O jornalista argumentou que tal Ministério adotou uma postura de partidarismo político e quiçá conspiratória. Também em coluna para a Folha, o jornalista Elio Gaspari asseverou a inexistência de questionamentos a respeito do sistema de votação e avaliou que o Ministério da Defesa “(...) falou quando não devia, calou-se quando devia falar”, em alusão ao fato da Defesa ter feito coro às suspeitas de Bolsonaro quanto à segurança das urnas eletrônicas e, posteriormente, à demora em divulgar o relatório de auditoria do pleito. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 16/10/22)

Forças Armadas nas eleições III: Bolsonaro caracterizou urnas eletrônicas como “ultrapassadas” e “antigas”

Segundo os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, no dia 17/10/2022 o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que “não dá palpite” sobre as urnas eletrônicas, já que sua fiscalização está a cargo das Forças Armadas, mas caracterizou os equipamentos como ultrapassados e antigos, “da geração do final dos anos 90”. O candidato à reeleição declarou que as Forças Armadas são as responsáveis por todas as questões relacionadas à fiscalização das urnas, visto que integram a Comissão de Transparência Eleitoral; mas, segundo Bolsonaro, é unânime a opinião de que “não existe sistema impenetrável, sistema inviolável”. A Folha esclareceu que, ao contrário do que declarou o presidente, a tecnologia das urnas é atualizada periodicamente, sendo que, neste ano 39% das mais de 577

mil urnas distribuídas nas zonas eleitorais são do modelo 2020. O Estado também explicou que, como previsto, os militares recolheram boletins de urnas através da adoção do uso de amostragem, já que seria inviável recolher os boletins de todas as urnas e fazer uma apuração paralela. No total, foram fiscalizadas 462 seções eleitorais, onde os militares compareceram aos locais designados através de sorteio, e tiravam fotos dos boletins, além da coleta de dados através de um QR code, e então todos os dados foram processados na sede do Ministério da Defesa, em Brasília, onde o Bolsonaro foi acompanhar a apuração das urnas no primeiro turno das eleições. Até o dia 18/10/2022 nenhum resultado do trabalho da Defesa durante a apuração foi divulgado, o que segundo os jornais leva a concluir que nada importante ou urgente foi identificado, justificando a saída conformada de Jair Bolsonaro do Ministério da Defesa com o resultado da apuração. (Folha de S. Paulo - Política - 18/10/22; O Estado de S. Paulo - Política - 18/10/22)

Forças Armadas nas eleições IV: Ministério da Defesa afirmou que só entregará relatório sobre urnas após segundo turno

Segundo reportagens dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, determinou no dia 18/10/2022 que o Ministério da Defesa enviasse à corte os documentos sobre a auditoria das Forças Armadas no processo eleitoral no prazo de 48 horas. Além disso, Moraes pediu que sejam apresentadas as fontes de recursos utilizados para que as Forças Armadas fiscalizem o pleito. Os resultados da auditoria também foram solicitados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A Folha de S. Paulo reportou que aliados do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, afirmaram ao periódico que o pedido é amplo e impreciso. Eles argumentam que a fiscalização envolve diversas fases, como a verificação da integridade dos sistemas utilizados na urna e a checagem da totalização dos votos; e ainda acrescentaram que as Forças Armadas não realizam auditoria das urnas, mas sim a fiscalização do processo eleitoral, seguindo as resoluções do referido tribunal. Por outro lado, militares próximos ao ministro da Defesa preferem que o acesso aos relatórios internos da pasta não seja negado, evitando assim um atrito entre o TSE e a Defesa. Os três jornais mencionados noticiaram que, em resposta ao pedido de Moraes, o Ministério da Defesa afirmou no dia 19/10/2022 que só entregará o relatório da fiscalização do processo eleitoral após o fim do segundo turno. O Ministério também negou o envio de um relatório com as conclusões da fiscalização do primeiro turno das eleições ao presidente da República, Jair Bolsonaro (PL). “Devido à atual inexistência de relatório, não procede a informação de que ocorreu entrega do suposto documento a qualquer candidato”, afirmou a Defesa. No entanto, segundo a apuração do Estado, o presidente já tomou conhecimento do andamento das atividades dos militares, que não encontraram nenhuma irregularidade durante o primeiro turno. Em editorial, o Estado ponderou que há duas possíveis explicações para a resposta do Ministério da Defesa de que o relatório de fiscalização das eleições por membros das Forças Armadas será divulgado apenas 30 dias após o segundo turno: ou os militares são incompetentes para realizar tal tarefa, ou a fiscalização atestou um resultado diferente daquele desejado por Bolsonaro, que busca contestar as urnas em um intento golpista. Na avaliação do jornal, a resistência da pasta da Defesa em divulgar suas apurações leva à inferência de que “as Forças Armadas foram instrumentalizadas em nome do interesse privado de um dos candidatos à Presidência, o incumbente Jair Bolsonaro”. (Correio Braziliense - Política - 19/10/22; Correio Braziliense - Política - 20/10/22; Folha de S. Paulo - Política - 19/10/22; Folha de S. Paulo - Política - 20/10/22; O Estado de S. Paulo - Política - 19/10/22; O Estado de S. Paulo - Política - 20/10/22; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 21/10/22)

Proposta de Bolsonaro para aumentar número de assentos no Supremo Tribunal Federal remete à ato institucional da ditadura militar

Os jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo noticiaram que o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que, caso seja reeleito, pretende colocar em pauta uma proposta para o aumento do número de assentos no Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 16. Embora Bolsonaro tenha negado tal fala posteriormente, os jornais avaliaram que a proposta remete ao ato institucional número 2 (AI-2), da época da ditadura militar (1964-1985), que em 1965 aumentou o número de assentos no STF para garantir ao regime a indicação da maioria na Corte. O jornal Folha de S. Paulo entrevistou o historiador Carlos Fico, que lembrou que medidas de intervenção na Suprema Corte também foram tomadas por Getúlio Vargas na década de 1930, quando o número de seus membros foi reduzido de 15 para 11. O historiador ainda afirmou que, na hipótese de Jair Bolsonaro ganhar as eleições, a proposta de alteração no número de assentos no STF poderia chegar ao Congresso Nacional. Também aventou a

hipótese de que, em um eventual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Senado Federal, em sua versão mais conservadora, poderia levar adiante um processo de impeachment contra Alexandre de Moraes, gerando uma “desestabilização completa” nas relações entre os poderes. Em coluna opinativa para a Folha, o procurador regional da República e professor de Direito, Marcelo Beckhausen, avaliou que a proposta do aumento do número de ministros do STF “agrave pesadamente a Constituição”, fundamentada no equilíbrio entre os Poderes. O procurador mencionou que é necessário explicar qual seria a diferença entre a proposta e o que de fato ocorreu durante o regime militar, com o AI-2. Além disso, considerou semelhanças com o ocorrido na Venezuela no ano de 2003, momento em que “a Assembleia Nacional determinou que a Corte Suprema passasse de 20 para 32 juízes, indicados por parlamentares partidários do presidente Hugo Chávez”. (Correio Braziliense – Política – 17/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 16/10/22; Folha de S. Paulo – Tendências e Debates – 21/10/22)

Forças Armadas nas eleições I: Bolsonaro afirmou antes do segundo turno que Forças Armadas descartaram selo de credibilidade às urnas eletrônicas

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo reportaram que o presidente Jair Bolsonaro voltou a atacar as urnas eletrônicas utilizando as Forças Armadas. Em uma entrevista para o youtuber americano Ben Shapiro, Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas sustentam que “é impossível dar um selo de credibilidade” ao sistema de votação, devido às “muitas vulnerabilidades”. Segundo o presidente: “Temos uma eleição pela frente e o que nos traz certa confiança é que as Forças Armadas foram convidadas a integrar uma comissão de transparência eleitoral. E têm feito um papel atuante e muito bom nesse sentido. Contudo, eles me dizem que é impossível dar um selo de credibilidade, tendo em vista ainda as muitas vulnerabilidades que o sistema apresenta”. A Folha apontou, entretanto, que os militares nunca fizeram tal afirmação e que preveem para o começo de janeiro uma última etapa da fiscalização que realizam do sistema eleitoral. Em editorial, a Folha criticou o atraso das Forças Armadas em entregar o relatório de auditoria do primeiro turno, ocorrido em 02/10/2022, e destacou que, ao manter silêncio sobre as urnas, os militares estão ajudando Bolsonaro a semear confusão. Questionado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, alegou não ter condições de apresentar nem mesmo um relatório parcial, com conclusões preliminares, e disse que só será possível fazê-lo após o segundo turno. Segundo o periódico, caso fosse a intenção garantir a segurança das urnas e tranquilizar a população, bastaria apenas divulgar o resultado dos trabalhos feitos no primeiro turno, deixando claro que não encontraram nenhum indício de irregularidade, como parece evidente. Em coluna opinativa para a Folha, o jornalista Elio Gaspari criticou o posicionamento dos militares quanto à fiscalização do pleito e avaliou que a publicação tardia das conclusões “equivale a deixar a divulgação das análises do VAR durante uma partida de futebol para a manhã seguinte ao jogo”. (Correio Braziliense - Política - 26/10/22; Correio Braziliense - Política - 27/10/22; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 23/10/22; Folha de S. Paulo - Política - 26/10/22; O Estado de S. Paulo – Política - 26/10/22)

Forças Armadas nas eleições II: periódico apontou tentativa de Bolsonaro de tentar usar as Forças Armadas para ameaçar golpe

Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo comentou a denúncia do candidato à reeleição para a presidência da República, Jair Bolsonaro, de que emissoras de rádio não veicularam inserções publicitárias de sua campanha. Segundo o periódico, a denúncia foi arquivada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por falta de provas, mas a reação do presidente revelou seu espírito golpista e antirrepublicano: convocou uma reunião de emergência no Palácio da Alvorada com aliados políticos e com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O periódico considerou que “é óbvio que Bolsonaro só chamou os comandantes das três Forças para ameaçar a Nação”. Já os chefes militares foram à reunião, no entendimento do periódico, “porque foram convocados pelo comandante supremo das Forças Armadas, e não porque estejam alinhados ao golpismo”. O periódico considerou ainda que se trata de uma tentativa de tumultuar a eleição, constituindo crime eleitoral que deve ser apurado. (O Estado de S. Paulo - Política - 28/10/22)

Forças Armadas nas eleições III: TCU volta a cobrar Defesa por relatório de fiscalização das urnas

Segundo o periódico Correio Braziliense, o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrou que o Ministério da Defesa informe sobre a fiscalização inédita realizada nas urnas. A pasta desatendeu uma decisão do presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, que solicitava o envio

dos dados relativos ao primeiro turno, conforme novo ofício enviado à Defesa. A quatro dias do segundo turno, Dantas emitiu novamente o pedido de envio dos dados. Frente ao silêncio dos militares, o Ministério Público junto ao TCU solicitou a divulgação do resultado, mesmo que parcial, dos trabalhos de fiscalização ou auditoria elaborados pela equipe das Forças Armadas nas eleições. Segundo o Correio, após o primeiro turno, o TCU e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) garantiram que os testes nas urnas eletrônicas confirmaram que os votos digitados foram incluídos corretamente nos equipamentos. Em consonância com o posicionamento do atual presidente Jair Bolsonaro (PL), os militares não forneceram transparência a nenhum dado tocante às atividades de fiscalização. O Correio reforçou que o Ministério da Defesa declarou que não existe nenhum relatório pronto e que não entregou documentos a nenhum dos candidatos a presidente da República. (Correio Braziliense - Política - 27/10/22)

Forças Armadas nas eleições IV: Defesa encaminha sugestões de melhorias ao TSE pouco antes do segundo turno

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, faltando menos de uma semana para o segundo turno, o Ministério da Defesa e a Controladoria-Geral da União (CGU) encaminharam sugestões de “oportunidades de melhoria” ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a fiscalização do pleito de 30/10/2022. A principal adversidade levantada pelas duas pastas foi a baixa adesão por parte dos eleitores ao projeto-piloto do teste de integridade com biometria. Em resposta, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, declarou que só irá analisar as sugestões quando a Defesa e a CGU enviarem o relatório final da fiscalização da eleição. Segundo a Folha, entre as sugestões ao TSE, o Ministério da Defesa recomendou que para melhorar o projeto-piloto do teste de integridade com biometria no segundo turno, seria importante aumentar o número de participantes. Em consonância com a Defesa, a CGU afirmou ao TSE que apenas uma pequena parcela dos eleitores foi abordada para participar do teste, que mereceria maior divulgação. Julio Valente, secretário de Tecnologia de Informação do TSE, argumentou que não é possível garantir a participação de 82% do eleitorado, como havia sido sugerido pela Defesa, visto que o projeto-piloto do teste de integridade é voluntário. Valente ainda ressaltou o sucesso do teste, apontando que não houve nenhuma discrepância. A Folha lembrou que desde o fim do primeiro turno, em 02/10/2022, as Forças Armadas se negam a entregar os documentos sobre as etapas de fiscalização que compreendem a checagem dos boletins de urnas e acompanhamento do teste de integridade. Para a Defesa, o relatório final deve se tornar público somente quando as oito etapas previstas no plano de trabalho das Forças Armadas forem concluídas, com previsão para 05/01/2023. Segundo a Folha, os militares não encontraram nenhum problema que pudesse prejudicar o resultado do pleito. Foram identificadas apenas pequenas falhas, especialmente no teste de integridade, os problemas, segundo os relatos, foram mínimos e poderiam se transformar apenas em recomendações de aperfeiçoamento ao TSE. De acordo com o relato dos militares que acompanharam o processo, existiram casos em que as urnas foram desbloqueadas após o representante da Justiça Federal colocar três vezes o dedo no leitor, quando o correto seria liberar após quatro contatos. Além disso, diagnosticaram que o TSE demorou mais que o esperado para tornar disponíveis os boletins de urnas na internet, o que levou ao atraso da análise dos dados no dia do primeiro turno. Neste ano, 641 urnas foram submetidas ao teste, e segundo os resultados obtidos e divulgados pelo TSE no último dia 06/10/2022, a auditoria não encontrou nenhuma divergência e confirmou a lisura das eleições. (Folha de S. Paulo - Política - 27/10/22)

Generais endossam críticas ao TSE, mas negam ingerência no processo eleitoral

Em reportagem, a Folha de S. Paulo noticiou que ouviu cinco generais das Forças Armadas que fizeram eco ao discurso de Jair Bolsonaro sobre o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, exorbitar de suas decisões e cometer ilegalidades. Os referidos generais citaram decisões do TSE sobre direito de resposta concedido ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e consideraram que as denúncias sobre o suposto boicote da campanha bolsonarista em programas de rádio deveriam ser apuradas com mais rigor. Apesar das queixas, os militares ouvidos pela Folha afirmaram que as Forças Armadas não embarcariam em qualquer tipo de tese de adiamento das eleições, e que seu foco estava nas operações de Garantia de Voto e Apuração em apoio à Justiça Eleitoral. A reportagem também informou que a insatisfação do Ministério da Defesa com Alexandre de Moraes se deve também ao fato dele não ter acatado as sugestões da pasta sobre a necessidade de ajustes na fiscalização do pleito, afirmando que só analisará as demandas após a entrega, pelos militares, dos relatórios de fiscalização, o que o Ministério da Defesa prevê somente para o início de 2023. (Folha de S. Paulo – Política – 29/10/22)

Forças Armadas e a vitória de Lula nas eleições presidenciais

Um dia após a conclusão do processo eleitoral de 2022, os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* mencionaram as Forças Armadas em três textos, nos quais abordaram a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), na disputa presidencial. Em coluna opinativa intitulada “Pária, nunca mais”, o jornalista André Gustavo Stumpf afirmou, ao discorrer sobre a expectativa de comportamento dos “derrotados”, que resta aos militares, considerados por ele “incensados nos últimos tempos”, observar e bater continência ao novo presidente. Stumpf ainda ressaltou a importância da reconstrução das relações internacionais do país. Já Jorge Chaloub, professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em coluna opinativa para a *Folha*, apontou que “a vitória de Lula oferece um horizonte para a sobrevivência da ordem democrática de 1988”. Além disso, Chaloub lembrou que Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), não respeitou os limites democráticos e republicanos do uso da máquina pública em eleições e que, neste contexto, as Forças Armadas foram referidas como sua propriedade. Por último, uma reportagem da *Folha* apontou que Steve Bannon, ex-estrategista do ex-presidente americano Donald Trump, classificou a vitória de Lula como roubada, indicando que Bolsonaro não deveria reconhecê-la. Segundo o periódico, Bannon considera necessária a realização de auditoria urna a urna, com participação de partidos, tribunais e militares. Disse ainda que: “Nesse meio tempo, o presidente não deve aceitar sair”. (*Correio Braziliense* - Política - 31/10/22; *Folha de S. Paulo* - Tendências e Debates - 31/10/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 31/10/22)

NOVEMBRO

Após vitória de Lula, protestos golpistas clamaram por intervenção das Forças Armadas

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* noticiou que no dia do segundo turno das eleições, ocorrido em 30/10/2022, conforme a apuração indicava a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), grupos bolsonaristas no Telegram disparavam mensagens de fraude e pediam por ação das Forças Armadas mediante o acionamento do artigo 142 da Constituição Federal. O jornal esclareceu que a invocação de tal artigo se baseia em “tese infundada” que “permitiria uma intervenção dentro das regras do jogo”. Também pontuou que, ao longo de sua presidência, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), incitou declarações golpistas e proferiu diversas suspeitas sobre o sistema eleitoral, embora não tenha apresentado provas. Com a vitória de Lula confirmada, a *Folha* informou que apoiadores de Bolsonaro, candidato derrotado, iniciaram uma série de manifestações em pelo menos 18 estados da Federação e na capital federal, conclamando pautas golpistas. Segundo reportagem do periódico *Correio Braziliense*, um grupo de apoiadores de Bolsonaro levantou um acampamento em frente ao Quartel General do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU) de Brasília, no dia 01/11/2022. As demandas do grupo incluíam a intervenção militar, a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal, a instituição do voto impresso e o impedimento da posse de Lula. Entretanto, o jornal apontou que os manifestantes não queriam se posicionar como bolsonaristas; de modo que os organizadores do protesto pediram que faixas, bandeiras ou vestimentas com nome ou frase do atual presidente não fossem usadas. A estrutura do acampamento dispunha de barracas, alimentação e até arrecadação de dinheiro para que a manifestação se estendesse por tempo indeterminado. A *Folha* conversou com alguns generais que desempenham postos de comando de regiões militares, os quais classificaram os movimentos como democráticos e pacíficos, e avaliaram que “não há risco de apoio do Exército a um golpe contra a democracia”. Tal postura refletiu o posicionamento do Ministério da Defesa que, segundo o jornal, avaliou os movimentos como ordeiros e pacíficos, enquadrando-os no direito de livre manifestação e de reunião, garantidos pela Constituição Federal. Já o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, declarou em sessão pública no dia 03/11/2022: “Aqueles que criminosamente não estão aceitando [o resultado das eleições], aqueles que criminosamente estão praticando atos antidemocráticos serão tratados como criminosos”. (*Correio Braziliense* - Política - 02/11/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 01/11/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 04/11/22)

Derrotado, Bolsonaro conversou com militares sobre auditoria das urnas

De acordo com a reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, conversou com militares e pediu informações sobre o processo de auditoria das urnas eletrônicas conduzido pelo Ministério da Defesa nas eleições de 2022. Segundo relatos feitos à *Folha*, no dia seguinte ao segundo turno, 31/10/2022, Bolsonaro perguntou ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, se as Forças Armadas já haviam encerrado a fiscalização. Contudo, a resposta foi que a análise dos boletins de urna não havia sido concluída

e que, até aquele momento, nenhuma divergência havia sido encontrada. (Folha de S. Paulo - Política - 03/11/22)

Bolsonaristas pedem intervenção militar após o resultado das eleições

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, no dia seguinte ao segundo turno das eleições presidenciais de 31/10/22, grupos de manifestantes bolsonaristas bloquearam diversas rodovias no país, alegando uma suposta fraude eleitoral e pedindo intervenção militar. A partir do monitoramento de 146 grupos bolsonaristas no aplicativo de mensagens "Telegram", através do observador Folha/Quaest, o periódico identificou mensagens como "Artigo 142 urgente", "Exigimos as Forças Armadas agora", em referência ao artigo 142 da Constituição Federal, que dispõe sobre o papel das Forças Armadas. Ainda segundo a Folha, grupos armamentistas, parte da base eleitoral do presidente da República Jair Bolsonaro (PL) e beneficiados durante seu governo com diversos decretos e portarias que tornaram menos difícil o acesso às armas de fogo no Brasil, estariam participando em peso das manifestações em frente aos quartéis do Exército no país. No Distrito Federal, o Comando Militar do Planalto solicitou, em ofício ao governo estadual, auxílio na manutenção da segurança e da ordem pública no entorno do quartel-general, requisitando policiamento ostensivo e a presença de ambulâncias e funcionários do serviço de limpeza. Em reunião composta por aproximadamente 150 generais da ativa, o comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, descartou o uso de força ou repressão para encerrar os atos, apesar dos possíveis distúrbios nas regiões militares. De acordo com reportagem da Folha, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, solicitou às Polícias Cíveis e Militares, à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal a identificação dos líderes, organizadores e financiadores dos protestos, além dos veículos e caminhões que bloquearam rodovias ou participaram dos atos em frentes aos quartéis do Exército. (Folha de S. Paulo – Política – 01/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 07/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 08/11/22)

Livro relata motivações por trás de convivência de militares com atos antidemocráticos

De acordo com reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o recém-lançado livro 'Poder Camuflado', do jornalista Fábio Victor, aponta em diversos excertos exemplos da atuação de altos oficiais das Forças Armadas frente a situações cotidianas que envolvem a memória do período da Ditadura Militar (1964-1985). A convivência dos militares com o regime, demonstrada nessas situações, é utilizada para explicar a leniência com os atos antidemocráticos por parte de oficiais ocupantes de cargos no poder Executivo no período recente. A reportagem, ainda com base no livro, relatou o crescimento da presença dos militares na burocracia estatal. (Folha de S. Paulo – Política – 05/11/22)

Relatório da Defesa não apontou fraude em urnas

Segundo o periódico Correio Braziliense, o relatório da fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação (SEV) elaborado por técnicos das Forças Armadas foi encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo Ministério da Defesa. O resultado da auditoria nas urnas eletrônicas e dos sistemas de totalização e transmissão de dados não apontou nenhuma inconformidade, e nem colocou em dúvida a lisura dos resultados da eleição. No entanto, o documento levantou problemas hipotéticos que poderiam ocorrer e que não puderam ser verificados na fase de testes devido à dificuldade de acesso a todas as versões do código-fonte, apontou o Correio. Diante disso, os militares alegaram que, mesmo não encontrando inconformidades ou indícios de fraude, "a incapacidade de o Teste de Conformidade e do Projeto Piloto com Biometria reproduzirem, com fidelidade, as condições normais de uso das urnas eletrônicas que foram testadas não permite afirmar que o SEV está isento da influência de um eventual código malicioso que possa alterar seu funcionamento". O relatório da Defesa foi prontamente respondido pelo TSE. O presidente da corte, ministro Alexandre de Moraes, declarou que o documento não apresentou a existência de nenhuma fraude nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral de 2022. Além disso, declarou que as sugestões encaminhadas serão analisadas pelo tribunal. De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, ainda que não tenha identificado nenhuma inconformidade ou indício de fraude, a Defesa evita afrontar o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), declarando que não é possível assegurar a total confiabilidade do processo através de uma nota oficial publicada posteriormente à submissão do relatório. Dentre os problemas identificados pela pasta, o mais relevante seria a possibilidade de acesso à rede do TSE durante o processo de compilação, assinatura digital e lacração dos sistemas eleitorais. Para além dos problemas hipotéticos identificados, o Ministério alegou que os

técnicos tiveram dificuldades para analisar os códigos-fontes dos sistemas eleitorais por conta das restrições impostas pelo TSE. Segundo reportagem da Folha, a nota é “uma tentativa de controlar a narrativa sobre o relatório, cuja divulgação vinha sendo esperada com grande expectativa pela militância bolsonarista que tem ido às ruas”. Dessa forma, apesar de não trazer nenhuma nova informação, a nota “deu força e munição para a narrativa de que as eleições não teriam sido isentas”. (Correio Braziliense – Política – 10/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 10/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 11/11/22)

Periódico e autoridades comentaram relatório da Defesa e atos antidemocráticos

Em editorial, o periódico Folha de S. Paulo classificou como lamentável o “nanismo” do relatório apresentado pelo Ministério da Defesa, cujas dúvidas levantadas acerca do quão auditável seria o processo eleitoral sinaliza que “a pressão de Bolsonaro por um texto mais contundente logrou ao menos alimentar a retórica de redes sociais e portas de quartéis”. O editorial destacou que “não restou um fiapo de argumento capaz de sustentar algum questionamento ao resultado eleitoral”, o que explicaria o “malabarismo retórico” da nota lançada posteriormente pela pasta, segundo a qual “a ausência de fraude não implica sua inexistência”. A Folha conclui afirmando esperar dos militares que, nesta transição de governo, deixem “o palco que ocupam desde 2019”. O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), declarou que as Forças Armadas foram envolvidas em um processo que definiu como “uma coisa humilhante, deplorável”, e que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), deveria vir à público se desculpar com os militares por sua responsabilidade no ocorrido. Ainda segundo o periódico Folha de S. Paulo, Lula solicitou aos manifestantes pedindo intervenção militar em frente aos quartéis que voltassem para suas casas, sendo parte do jogo democrático aceitar o resultado das eleições. Já o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça afirmou a jornalistas que as manifestações, “desde que pacíficas e que respeitem os direitos fundamentais das outras pessoas”, são legítimas e devem ser respeitadas. (Folha de S. Paulo – Política – 08/11/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 11/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 11/11/22)

Jornal traçou perfis de generais cotados para o comando do Exército

Em reportagem, o periódico Folha de S. Paulo traçou os perfis de alguns dos generais de quatro estrelas dentre os quais o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), terá que escolher o próximo comandante do Exército. O jornal citou o tuíte do general Eduardo Villas Boas em 2018, às vésperas do julgamento do pedido de habeas corpus de Lula pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como marco nas relações entre civis e militares, além de fator determinante para garantir “previsibilidade e normalidade na relação com os fardados”. Nesse sentido, o general Tomás Miguel Miné Ribeiro, chefe do Comando Militar do Sudeste e ex-chefe de gabinete de Villas Boas, responsável pela redação do tuíte, é visto por membros da cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) com receio. Segundo o jornal, Ribeiro é considerado discreto e de boa interlocução com diversas forças políticas, tendo em seu currículo o cargo de ajudante de ordens do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Outras opções pouco viáveis, segundo a Folha, seriam os generais Valério Stumpf Trindade, atual chefe do Estado-Maior do Exército, e Estevam Theophilo, comandante de Operações Terrestres, ambos considerados próximos do bolsonarismo. Caso Riberio seja descartado por seu passado com Villas Boas, o segundo favorito ao posto seria o general Júlio Cesar de Arruda, chefe do Departamento de Engenharia e Construção e ex-comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), também considerado pelo jornal um perfil discreto e “cinzento politicamente”. (Folha de S. Paulo – Política – 08/11/22)

Relatório das Forças Armadas sobre as urnas eletrônicas e seus desdobramentos

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, em resposta a um pedido de investigação feito por senadores que apoiam o governo de Jair Bolsonaro (PL), a Procuradoria-Geral da República (PGR) constatou a inexistência de fato concreto no relatório do Ministério da Defesa sobre a fiscalização das urnas eletrônicas que justificasse uma apuração mais detalhada sobre o caso. O jornal noticiou que a PRG é mais uma instituição que rechaçou a hipótese de fraude eleitoral, já refutada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por observadores internacionais. Em coluna opinativa para a Folha, o jornalista Hélio Schwartzman comentou o relatório das Forças Armadas sobre as urnas eletrônicas. O colunista afirmou que as Forças Armadas, mesmo não encontrando fraude nas eleições, buscaram “refúgio em sutilezas da epistemologia”, pois consideram que a urna não está isenta de influência de códigos maliciosos que podem alterar o seu funcionamento. O colunista opinou

ainda que as Forças Armadas se acovardaram e se humilharam, já que poderiam ter recusado esse papel. No mesmo periódico, José Henrique Mariante, engenheiro e jornalista, ombudsman da Folha, criticou o editorial do jornal publicado em 11/11/2022 que dava como “caso encerrado” as dúvidas a respeito da lisura do processo eleitoral, uma vez que o relatório dos militares não indicou fraude. Entretanto, Mariante apontou que a Folha cometeu dois deslizes ao declarar o caso encerrado. Primeiro, desconsiderou que os militares passaram diversas mensagens para além do relatório, entre elas o ofício enviado pelo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em que afirmava ser possível fraudar o sistema e não deixar vestígios. Em segundo lugar, o jornal interpretou a nota conjunta das três Forças, divulgada em 11/11/2022, como um indicativo de que os comandantes descartavam um golpe para “anular as eleições”. Porém, Mariante avaliou que a Folha “passou batido” pelo parágrafo introdutório da nota, que atribui às Forças Armadas o papel moderador, uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Federal. Assim, o ombudsman da Folha argumentou que o caso está longe de ser encerrado e que o jornal necessita “evidenciar a recusa dos militares em pôr uma pedra no assunto”. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 13/11/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 12/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 15/11/22)

Com a continuidade de protestos golpistas em frente aos quartéis, colunas opinativas discutem a necessidade de despolitizar as Forças Armadas

A jornalista Cristina Serra afirmou em coluna opinativa ao jornal Folha de S. Paulo que um dos maiores desafios da democracia no Brasil é despolitizar as Forças Armadas. A colunista opinou que a nota emitida pelos comandantes militares acerca dos protestos em frente aos quartéis reivindica o papel inexistente de forças moderadoras. Ademais, Serra recomendou ao leitor o livro “Comentários a um delírio militarista”, organizado pelo historiador Manuel Domingos Neto, que analisa o “Projeto de Nação – O Brasil em 2035”, proposta relacionada ao Instituto General Villas Bôas que revela a autoimagem dos militares como “condutores iluminados do país, tutores dos demais poderes e de todas as dimensões da sociedade civil”. A colunista encerrou afirmando que “será complicado mandá-los de volta para os quartéis”. Em coluna para o mesmo periódico, o jornalista Bruno Boghossian argumentou que, nos últimos anos, a ação política do presidente Jair Bolsonaro foi a mesma verificada na cúpula das Forças Armadas, e, portanto, a nota conjunta publicada em 11/11/2022 “é apenas mais um manifesto político das Forças neste ciclo bolsonarista”. Na avaliação de Boghossian, a nota dos comandantes foi um endosso para as ações de golpistas nas portas dos quartéis, pois reconhece a insatisfação daqueles que não aceitaram o resultado da eleição e indica uma disposição das Forças Armadas em “fazer política com as armas que tem”. Já o jornalista Elio Gaspari, em texto opinativo para a Folha, avaliou que o relatório do Ministério da Defesa sobre a fiscalização do sistema eleitoral, divulgado em 09/11/2022, encerrou um “ciclo de tentativas de instrumentalização dos militares na vida política nacional”, que em sua avaliação teve início em abril de 2018, com o tuíte do então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, dirigido a influenciar o voto, no Supremo Tribunal Federal (STF), do julgamento de um habeas corpus em benefício de Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação de Gaspari, Bolsonaro tentou, mas não conseguiu utilizar politicamente os militares em seu favor. (Folha de S. Paulo - Opinião - 12/11/22; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 13/11/22)

General opinou sobre o papel das Forças Armadas na política brasileira

Em coluna opinativa ao jornal Correio Braziliense, o general de divisão Otávio Santana do Rêgo Barros, da reserva, discorreu sobre o papel das Forças Armadas no cenário brasileiro, o qual considera, atualmente, incerto. Rêgo Barros entende que “um sistema partidário fragmentado, uma elite civil despreocupada e uma sociedade alheia às missões de seus soldados” contribuíram para tal incerteza. Afirmou que o direito à participação na vida política “deve ser liderada exclusivamente pelos oficiais gerais da ativa, pertencentes ao alto comando de cada um das Forças Armadas, valendo-se da política como instrumento de ação em prol da organização, do aparelhamento e dos recursos orçamentário que colaborem para o cumprimento das missões legais”, deixando de fora o envolvimento com a política partidária. Ademais, o general mencionou a obra “Forças Armadas e Política no Brasil”, de José Murilo de Carvalho, para pontuar que “se a sociedade brasileira aspira a uma transição da categoria dos “desordeiros” para membro do clube dos desenvolvidos, e se ela precisa para tal conviver com as Forças Armadas, será preciso diálogo responsável e generoso que integre o soldado na sociedade e ponha um fim à sua secular orfandade”. (Correio Braziliense - Política - 14/11/22)

Para periódico, Forças Armadas têm postura impertinente frente aos protestos antidemocráticos

Em editorial, o periódico Folha de S. Paulo avaliou a nota conjunta dos comandantes das Forças Armadas publicada no dia 11/11/22 sobre as manifestações em frente aos quartéis militares após o resultado da eleição presidencial. O jornal definiu a nota como tortuosa, e os comentários dos militares sobre a situação política do país como impertinentes. O editorial afirmou que os militares reconheceram não haver solução para as disputas políticas fora da ordem constitucional, mas não se manifestaram quanto ao conteúdo subversivo e antidemocrático dos protestos, como os pedidos por intervenção militar. Segundo o jornal, “em vez de rechaçar os aventureiros, os comandantes arrogam-se um papel moderador que nunca coube às Forças Armadas e recomendam atenção às reclamações dos manifestantes, para que se faça sabe-se lá o quê.”. Na avaliação da Folha, o pronunciamento militar condenou as autoridades que cerceiam direitos, o que, de acordo com o editorial, é referência velada às decisões judiciais as quais censuraram apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas redes sociais. O editorial afirmou que os comandantes apelaram ao Poder Legislativo para a imposição de restrições à arbitrariedades e excessos dos demais poderes “como se coubesse aos fardados interpretar as leis e definir o papel a ser exercido pelas instituições democráticas”. A Folha ainda apontou a repercussão dos protestos antidemocráticos, afirmando que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, ordenou a desobstrução das vias públicas bloqueadas por protestos e autuação dos recalcitrantes, e concluiu que cabe às Forças Armadas, subordinadas ao poder civil há mais de três décadas, o respeito à Constituição. (Folha de S. Paulo - Opinião - 14/11/22)

Ministério Público Federal cobra investigação de responsáveis por atos antidemocráticos em frente ao quartel-general de Brasília

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o Ministério Público Federal (MPF) cobrou do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, e do comandante do Exército, general Marco Freire Gomes, dados para identificação dos responsáveis pela promoção e financiamento de atos antidemocráticos de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) em frente ao quartel-general de Brasília. A solicitação da Procuradoria Geral da República (PGR), assinada pela procuradora regional dos Direitos do Cidadão, Luciana Loureiro Oliveira, visa apurar “responsabilidades pela incitação das Forças Armadas contra os poderes constitucionais, por meio do seu chamamento ao não reconhecimento do resultado das eleições”. Segundo a reportagem, a procuradora afirmou que o sistema brasileiro de votação “não é objeto de qualquer questionamento sério e idôneo” e que o direito à manifestação só é lícito “quando exercido com autênticos propósitos sociais”. O Correio Braziliense noticiou que o Supremo Tribunal Federal (STF) está coletando dados providos pelo MPF, pela Polícia Federal (PF), além de polícias civis e militares, a respeito de líderes e financiadores de atos antidemocráticos que estão ocorrendo no país desde o resultado final das eleições, em 30/10/2022. Segundo o jornal, constam nos documentos levantados pelo STF nomes de “políticos, policiais e ex-policiais, servidores públicos, sindicalistas, fazendeiros, empresários do agronegócio e donos de estandes de tiro” envolvidos em bloqueio de estradas e de vias públicas, os quais poderão ser investigados. (Correio Braziliense – Política – 17/11/22; Folha de S. Paulo - Política - 14/11/22)

Equipe de transição de Lula demora para anunciar grupo de trabalho da Defesa

Segundo os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, na mesma semana em que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas realizaram três manifestações públicas a respeito do sistema eletrônico de votação, a equipe de transição do governante eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estava quase completa. Entretanto, faltavam as nomeações de dois grupos de trabalho (GT): a Defesa e a Inteligência. Em coluna, a jornalista Juliana Braga, da Folha apontou que ao invés de preferir uma estratégia que minasse o atual ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, nomeando rapidamente o GT da Defesa, prevaleceu no PT o entendimento de que era melhor evitar uma postura de confrontação, optando pelo diálogo com as forças. Além disso, Braga aventou que a equipe de transição enfrenta dificuldades para identificar alguém “capaz e disposto a assumir o desafio”, dada a proximidade entre o atual presidente, Jair Bolsonaro (PL), e a cúpula das Forças Armadas. O Correio Braziliense ressaltou que, entre os 285 indicados para os GTs de transição, até 17/11/2022 não havia nenhum militar, seja da ativa ou da reserva. Segundo o jornal, o coordenador da equipe de transição, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, insinuou que a dificuldade da relação com os militares

remete à associação entre testes e Bolsonaro. (Correio Braziliense – Política – 17/11/22; Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 17/11/22)

Protestos antidemocráticos permanecem na frente de prédios das Forças Armadas

Em reportagem, o periódico O Estado de S. Paulo noticiou a continuidade de atos antidemocráticos em frente a quartéis militares em diversos estados brasileiros e na capital federal. Em estado de vigília, manifestantes –na maioria pessoas idosas– clamam por intervenção militar e entoam mensagens antidemocráticas, ainda questionando o resultado da eleição presidencial de 2022. Segundo o jornal, tal movimento recebe o apoio e o financiamento de “políticos, policiais, sindicalistas e ruralistas”. (O Estado de S. Paulo – Política – 19/11/22)

Presidente eleito diz que pretende retomar normalidade na relação entre Forças Armadas e governo, mas ainda não indicou equipe de transição para a Defesa

De acordo com reportagem do periódico Correio Braziliense, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) afirmou, em visita à Portugal, que nunca teve problemas no convívio com as Forças Armadas em seu governo, ressaltando ainda os investimentos realizados em sua gestão (2003-2010) nas três Forças. A matéria ainda apontou que em sua fala, o presidente eleito afirmou que ao escolher os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, vai restabelecer a normalidade entre as Forças Armadas e o governo federal. Em outra reportagem, o Correio reportou que o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), justificou, mediante a ausência de indicações para o grupo de transição do governo na área de Defesa, que não há dificuldade na relação com os militares. Segundo Alckmin, Lula recuperava-se de uma cirurgia nas cordas vocais e, assim que retornasse a Brasília, anunciaria o grupo de trabalho. Conforme publicado em reportagem pela Folha de S. Paulo, a equipe de transição de Lula tem conversado com o ex-comandante do Exército, Edson Pujol, e o ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, durante a transição de governo. O jornal lembrou que, no curso de uma grave crise militar, o presidente da República Jair Bolsonaro demitiu o então ministro da Defesa, levando Pujol e os comandantes da Marinha e da Aeronáutica a pedirem demissão em seguida. Para a equipe de transição, segundo a Folha, Pujol e Azevedo desempenharam um papel importante em manter a institucionalidade durante um momento de crise e de tentativa de politização dos militares. Assim, a equipe de Lula tem buscado dar prioridade nas conversas com ex-dirigentes das três Forças Armadas, em um movimento para mostrar respeito às instituições. Além desses nomes, também têm sido procurados militares que ocuparam cargos do alto escalão durante os governos petistas. O grupo técnico da transição sobre a área de Defesa, no entanto, é o único que ainda não foi anunciado. Em coluna opinativa para a Folha, o jornalista Hélio Schwartzman expressou preocupação com o tom conciliador de Lula em relação aos militares, uma vez que entende ser necessário tomar sérias medidas frente ao papel que as Forças Armadas têm desempenhado no governo Bolsonaro. O jornalista destacou que o posicionamento dos militares em relação às urnas eletrônicas foi vergonhoso, assim como a não punição do general Eduardo Pazuello por manifestação política. Segundo Schwartzman, o novo governo deveria limitar a presença de oficiais da ativa e da reserva em postos da administração pública, além de fazer valer regras mais rígidas que impeçam manifestações políticas de militares. (Correio Braziliense - Política - 19/11/22; Correio Braziliense – Política – 23/11/22; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 23/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 24/11/22)

Bolsonaro reuniu-se com comandantes das Forças Armadas após TSE condenar partido por litigância de má-fé

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL) realizou uma reunião com os comandantes do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, da Marinha, Almir Garnier Santos, e da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Junior, no Palácio da Alvorada em 24/11/2022. Também participaram da conversa ministros e o general Walter Braga Netto, que foi candidato a vice-presidente. O tema da reunião, de acordo com os periódicos, foi a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que rejeitou a ação do PL, partido do presidente, para que parte dos votos no segundo turno das eleições fossem anulados e ainda condenou a coligação ao pagamento de multa por litigância de má-fé. A Folha e O Estado relataram também que generais do Exército ouvidos pelos periódicos afirmaram que o pedido do PL não estava bem fundamentado e que o caminho para o presidente contestar a decisão de Moraes é interpor recursos no próprio TSE ou no Supremo Tribunal Federal (STF). O periódico

Correio Braziliense ainda relatou que os generais mantêm críticas também à Justiça e a Moraes, entendendo que faltou um esforço de comunicação do TSE para explicar à população de forma simples os motivos da rejeição da ação. A Folha relembrou também que atos bolsonaristas cobram as Forças Armadas para que promovam um golpe e impeçam a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e que há temor entre políticos de que a multa imposta por Moraes possa inflamar os atos. O periódico também informou que, após o encontro com os comandantes, Bolsonaro confirmou presença na cerimônia de formatura de aspirantes da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende, estado do Rio de Janeiro, em 26/11/2022. (Correio Braziliense – Política – 25/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 25/11/22; O Estado de S. Paulo – Política – 25/11/22)

Comandantes das Forças Armadas preparam saída para antes da posse de Lula

Conforme o periódico O Estado de S. Paulo, os comandantes do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, da Marinha, Almir Garnier Santos, e da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Junior, planejam passar seus cargos para os oficiais-generais indicados pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em dezembro, antes da posse do presidente, em 01/01/2023. A Aeronáutica já tem a cerimônia de transferência marcada para 23/12/2022. As demais Forças estudam fazer o mesmo. O periódico indicou que a saída antecipada seria uma forma de prestigiar o atual ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que deverá ser substituído após a posse do presidente eleito. Auxiliares de Lula, no entanto, afirmaram ver no caso uma jogada política do atual presidente, Jair Bolsonaro (PL), como forma dos comandantes demonstrarem apoio a ele. O periódico relembrou também que as cúpulas militares se dizem legalistas, mas os atuais comandantes emitiram nota conjunta em defesa de manifestações bolsonaristas que ocorrem em frente aos quartéis com pedido de intervenção federal. O periódico ainda afirmou que caso a saída antecipada se confirme, o militar mais antigo de cada Força assumiria interinamente: no Exército, o nome mais provável é o do general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, atual comandante militar do Sudeste; na Aeronáutica, a escolha recairia em Marcelo Kanitz Damasceno, atual chefe do Estado-Maior da Força Aérea Brasileira (FAB); já a Marinha ainda estaria indefinida. Em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde questionou os motivos pelos quais Bolsonaro assinaria, em dezembro, os atos de nomeação dos novos comandantes escolhidos por Lula. “Para ser bonzinho? Manter as Forças Armadas sob algum controle de Bolsonaro? Confrontar o presidente legal? Tumultuar o país?”. A jornalista considerou que Bolsonaro deixa rastro de contaminação política e divisão interna nas Forças Armadas e que enquanto o ministro da Defesa, os comandantes e o general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas têm sido “condescendentes com os atos antidemocráticos em torno dos quartéis”, oficiais responsáveis já iniciaram o diálogo com o novo governo. Cantanhêde citou os avanços e projetos nas mãos de Lula que são de interesse das Forças Armadas: a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), o novo blindado do Exército, os caças Gripen NG da Aeronáutica, os submarinos da Marinha, além da manutenção do artigo 142 da Constituição, as regras específicas para militares na reforma da Previdência, a paridade entre o pessoal da ativa e da reserva e a autonomia das escolas militares e da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). A jornalista também considerou que a Defesa passa por seu pior momento e por grave divisão, demandando muito trabalho do novo governo. (O Estado de S. Paulo – Política – 25/11/22)

Coluna opinativa coloca em debate a nomeação de uma mulher para o Ministério da Defesa do Brasil

Em coluna opinativa para o periódico Correio Braziliense, o professor aposentado da Academia da Força Aérea, Antônio Carlos Will Ludwig, argumentou em defesa da nomeação de uma mulher para a chefia do Ministério da Defesa no novo governo. Entre os motivos elencados, o professor destacou o aumento progressivo de mulheres nas Forças Armadas, uma instituição “até então concebida como reduto masculino e machista”, embora tenha reconhecido que a presença feminina nos quartéis cresceu na mesma medida dos problemas enfrentados pelas mulheres, entre eles o assédio e o abuso sexual. Ludwig destacou que desde meados do século XX diversas mulheres chefiaram a pasta da Defesa em países como Canadá, Noruega, Índia, Finlândia e Chile, acrescentando que, no tenso contexto brasileiro, a nomeação de uma ministra “provavelmente terá o poder de acalmar os ânimos, desarmar os espíritos e criar um ambiente de conciliação”. (Correio Braziliense – Opinião – 23/11/22)

Silêncio de Bolsonaro em cerimônia militar contrasta com expressões do militarismo no país

Em reportagem, os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* noticiaram a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, em cerimônia de formatura de aspirantes a oficial-general na Academia Militar das Agulhas Negras, na cidade de Resende, no Rio de Janeiro, ocorrida em 26/11/2022. Os jornais salientaram que, diferentemente dos anos anteriores de seu mandato, o presidente não discursou. A *Folha* reportou que também estavam presentes na cerimônia o vice-presidente, Antônio Hamilton Martins Mourão, e os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, e da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Durante a formatura, o discurso do comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, fez menção ao presidente e às ideias centrais de sua campanha política: “Deus, pátria, família e liberdade”. Além disso, a *Folha* ressaltou que Bolsonaro tem sido criticado por politizar as Forças Armadas e instrumentalizá-las em momentos de crise. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Janio de Freitas criticou o posicionamento dos comandantes das três Forças, general Freire Gomes (Exército), almirante Almir Garnier Santos (Marinha) e tenente-brigadeiro Carlos Carlos de Almeida Baptista Junior (Aeronáutica), em razão da nota conjunta em que endossaram os atos antidemocráticos que estão ocorrendo em diversos locais do país, tal como em frente a prédios de instituições militares. Também reprovou o posicionamento dúbio do ministro da Defesa em relação à lisura do processo eleitoral, mesmo quando os especialistas do Exército já tinham atestado a inexistência de qualquer falha nas urnas eletrônicas. O jornalista classificou tais expressões como parte do “bolsonarismo militar” e avaliou que atualmente tal movimento reforça sinais da “persistência antidemocrática”. Também em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Vinicius Sassine ressaltou que se os protestos em frente a instituições militares já duram mais de um mês, certamente contam com a conivência de membros das Forças Armadas, como é o caso do Comando Militar da Amazônia, onde o general Achilles Furlan Neto admitiu que a fachada principal de entrada ao prédio fosse ocupada por barracas improvisadas em que os manifestantes instalaram até cozinha e banheiros químicos. De acordo com Sassine, além de expressarem paranoia e informações faltas, os protestos escancaram “[...] o pouco apreço de militares à democracia e às regras do jogo, o alinhamento ideológico a Bolsonaro, o apego a benesses e a insistência em interferir numa harmonia mínima entre os poderes”. Já a coluna do jornalista Luiz Carlos Azedo para o *Correio Braziliense*, embora tenha ressaltado que o governo Bolsonaro marcou o retorno dos militares ao poder, acompanhado do “fantasma do golpe de Estado”, pontuou que os protestos que pedem por intervenção militar e atacam o Judiciário “[...] não têm a adesão das Forças Armadas como instituição”. Em entrevista à *Folha*, professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Jorge Chaloub, avaliou que os protestos antidemocráticos em frente a prédios militares constituem parte das consequências da naturalização da violência política no Brasil. Chaloub também ponderou que em certa medida o poder Judiciário contribuiu para tal situação, uma vez que incluiu os militares no processo de fiscalização das urnas eletrônicas ao convidar as Forças Armadas para compor a comissão de transparência eleitoral. Em sua avaliação, trata-se de “[...] desvio de finalidade dos militares, não deveria ser tolerado”. (*Correio Braziliense – Política – 27/11/22; Correio Braziliense – Política – 02/12/22; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 27/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 27/11/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 02/12/22*)

Entrevistado aponta dois desafios do novo governo na área de Defesa e Forças Armadas

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, Arthur Trindade, ex-Secretário de Segurança do Distrito Federal, diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública elucidou, entre outros assuntos, duas questões que envolvem a Defesa nacional e as Forças Armadas. A primeira diz respeito à revisão da política de armamento pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Trindade, tal revisão requer a revogação de diversos decretos e portarias editados no governo de Jair Bolsonaro, os quais colidem com o Estatuto do Desarmamento. Conexo à temática está a falta de integração entre os sistemas de controle de armas e munições, um a cargo da Polícia Federal e outro sob responsabilidade do Exército, os quais precisam ser aperfeiçoados, na visão de Trindade. Além disso, o especialista indicou a necessidade de um recenseamento dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores de armas (CAC), uma vez que o “[...] afrouxamento das regras de controle por parte do Exército” permitiu um crescimento significativo do número de indivíduos com porte e posse de armas. Em relação ao outro ponto mencionado na entrevista, a transição no Ministério da Defesa, Trindade avaliou que a troca dos comandos das três forças dispensa a formação de uma comissão, uma vez que depende do critério de antiguidade.

Porém, a indicação do titular para a pasta da Defesa foi considerada mais complexa, pois implica na incumbência de despolitizar as Forças Armadas e “descontaminar o ambiente anti-Lula”. (Correio Braziliense – Cidades – 27/11/22)

Jornalista traçou paralelo entre o apoio ao golpe militar de 1964 e os protestos após as eleições de 2022

Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, o jornalista André Gustavo Stumpf discorreu sobre a ascensão dos militares ao poder em 1964 e o contexto político da época, afirmando que os mesmos indivíduos que participaram da “Marcha com Deus, Pátria e Família pela Liberdade”, passados alguns anos, com a adoção da tortura, censura e desrespeito aos direitos políticos dos cidadãos, voltaram às ruas do país para “gritar slogans em favor da liberdade, do fim do estado policial e da censura no teatro, na televisão, na música e nos jornais”. Para o jornalista, os arrependidos perceberam a extensão do erro e passaram a exigir o retorno dos militares aos quartéis. Outro aspecto da ditadura mencionado por Stumpf diz respeito à ausência de controle dos generais sobre o Exército, especialmente sobre o pessoal de informações e repressão, que tinha efetiva influência no poder. O texto abordou os protestos em frente aos quartéis após a derrota de Jair Bolsonaro (PL), que fizeram com que os generais “ficassem envaidecidos por serem lembrados como pais da Pátria”. O jornalista concluiu afirmando que “os brasileiros conhecem os passos dessa estrada. A história torna evidente o tamanho do equívoco. Esse pessoal na porta dos quartéis é massa de manobra, exatamente como foram os que desfilaram em 1964. Quem não se lembra de seus erros está condenado a repeti-los”. (Correio Braziliense - Opinião - 28/11/22)

Transição na área de Defesa continua a desafiar novo governo

Em editorial, o periódico Folha de S. Paulo argumentou pela nomeação de um ministro civil para a pasta da Defesa, considerando tal medida essencial para a normalização das relações com os militares. O jornal lembrou que a criação do Ministério da Defesa ocorreu tardiamente no Brasil, em 1999, e teve como objetivo a implementação de um modelo de controle civil sobre as Forças Armadas. A partir de então, os ministros que passaram pela pasta eram civis, entre políticos e diplomatas, sendo o governo de Michel Temer (2016-2018) o ponto de inflexão. Com Jair Bolsonaro (2019-2022), apenas generais da reserva foram indicados para a Defesa, momento em que também ocorreu considerável politização das Forças Armadas. Assim, a Folha avaliou que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, possui o desafio de “correção de rota”, retomando o modelo de subordinação militar. Porém, o jornal pontuou dificuldades na transição, entre elas a identificação de “interlocutores com a área militar”, dado o “ambiente envenenado por ressentimentos injustificáveis”. Adicionalmente, sugeriu limitar a nomeação de militares da ativa para cargos da administração pública, algo que se tornou prática comum no mandato de Bolsonaro. Sobre o mesmo assunto, o jornal Correio Braziliense publicou uma reduzida nota segundo a qual o senador Renan Calheiros, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apresentou no Senado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que, entre outros pontos, “proíbe a nomeação de militares da ativa ou da reserva no cargo de ministro da Defesa”. Em reportagens, o Correio, a Folha e O Estado de S. Paulo noticiaram que Lula abriu mão de nomear um grupo de trabalho para a transição na Defesa, considerada uma área sensível, decidindo anunciar diretamente o novo ministro e os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. Entretanto, os jornais informaram, em 29/11/2022, que a equipe de Lula anunciou José Múcio Monteiro, ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), para comandar a transição na Defesa e possivelmente assumir o Ministério. Segundo o Correio, o Alto Comando das Forças recebeu bem a possível escolha de Múcio para a chefia do Ministério e o consideraram “sensato” e “muito bem relacionado”. A Folha publicou que Múcio é apontado por aliados do petista como “uma solução para pacificar as Forças Armadas pela alta capacidade de articulação”, além de ser amigo pessoal de Lula. O jornal pontuou que o ex-ministro do TCU chegou a conversar com ex-comandantes militares, entre eles Juniti Saito (Aeronáutica), e teve uma reunião com Lula no dia 28/11/2022. O Estado e a Folha noticiaram que uma primeira possível crise na área estava se desenhando, a partir de uma decisão – combinada com Bolsonaro – dos comandantes das três Forças deixarem seus cargos na primeira semana de dezembro, o que segundo a Folha equivaleria a uma “declaração de insubordinação”. Frente a isso, a equipe do novo governo prepararia para breve o anúncio do titular para o Ministério da Defesa, que então anteciparia a indicação dos novos comandantes de cada Força. (Correio Braziliense – Política – 29/11/22; Correio Braziliense - Política - 30/11/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 29/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 29/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 30/11/22; O Estado de S. Paulo – Política – 29/11/22).

Defensoria Pública da União recomenda que novo governo revise política de militarização de escolas

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, a Defensoria Pública da União encaminhou à equipe de transição do novo governo um documento com orientações sobre a revogação de atos normativos editados durante a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022). Entre os pontos, está a proposta de revisão da política de escolas militares, visto que "a natureza das Forças Armadas é distinta da necessária em uma dinâmica educacional". Também se recomenda um exame dos decretos de armas e da política ambiental que autorizou atividades de mineração em terras indígenas e áreas da Amazônia. (Folha de S. Paulo – Política – 02/12/22)

Alto Comando do Exército poderá punir militares da ativa por assinarem texto anônimo em apoio a atos antidemocráticos

Reportagem da Folha de S. Paulo informou que a mobilização de alguns militares da ativa na coleta de assinaturas de uma carta apócrifa com recados contra o Poder Judiciário e a favor dos atos antidemocráticos em quartéis causou desconforto ao Alto Comando do Exército, o qual discute possíveis reações contra signatários do documento. Segundo a Folha, a maioria do generalato avaliou que o documento apócrifo, com a maioria das assinaturas de oficiais da reserva, não representa de forma fidedigna o pensamento majoritário da tropa. Comandantes falam ainda em possível abertura de processos administrativos por transgressão disciplinar contra militares da ativa que assinarem o texto. Segundo o jornal, o documento que passou a circular em grupos de WhatsApp é intitulado "carta dos oficiais da ativa ao Comando do Exército" e tem recebido assinaturas virtuais, inclusive de civis, e não é possível saber quantos militares da ativa de fato o endossaram. Na carta, o autor anônimo faz provocação ao Judiciário e ao Alto Comando do Exército. O texto também endossa as manifestações antidemocráticas que vem ocorrendo por todo o país e afirma ser natural e "justificável que o povo brasileiro esteja se sentindo indefeso, intimidado, de mãos atadas e busque nas FFAA [Forças Armadas], os 'reais guardiões' de nossa Constituição, o amparo para suas preocupações e solução para suas angústias", pedindo para que os comandantes apoiem ações para o "imediate restabelecimento da lei e da ordem, preservando qualquer cidadão brasileiro a liberdade individual de expressar ideias e opiniões". (Folha de S. Paulo - Política - 30/11/22)

DEZEMBRO

Colunistas comentaram sobre a politização e o futuro das Forças Armadas no próximo governo

Em coluna opinativa aos jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, jornalistas comentaram sobre o futuro das Forças Armadas no governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Para o colunista do Correio Luiz Carlos Azedo, o novo governo precisará despolitizar as Forças a partir da "volta dos militares às suas funções constitucionais". O colunista também defendeu a reforma do Ministério da Defesa e a "desmilitarização do governo", que conta hoje com oito mil militares em postos diversos da administração pública. Em coluna opinativa à Folha, o jornalista Janio de Freitas argumentou que o "golpismo" militar ainda persiste na forma de violência e que, portanto, a equipe de transição e o novo governo devem "ter essa percepção" ao lidar com esses atores. Ainda de acordo com o jornalista, o "compromisso militar com a ordem constitucional não é confiável". Na Folha, o jornalista Elio Gaspari, por sua vez, afirmou que a escolha do ministro da Defesa é uma etapa importante do processo de transição, "mas não é tudo". Para Gaspari, os futuros comandantes das Forças terão a imprescindível responsabilidade de "colocar ordem nas casas". Em coluna ao Correio, o jornalista André Stumpf fez uma retrospectiva histórica da relação entre civis e militares no Brasil desde a Proclamação da República até os dias atuais. Segundo Stumpf, a República brasileira tem uma origem militar, pois seus dois primeiros presidentes foram marechais do Exército. Também relembrou a tensão atual entre os militares e o processo eleitoral, afirmando que ninguém conseguiu provar possíveis fraudes no sistema eleitoral brasileiro. Para Stumpf, o resultado das tensões para o novo governo é a falta de uma equipe de transição para lidar com os militares. (Correio Braziliense - Política - 04/12/22; Correio Braziliense - Opinião - 05/12/22; Folha de S. Paulo - Política - 04/12/22)

Ataques do governo Bolsonaro contra o sistema eleitoral tiveram participação das Forças Armadas

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, membros das Forças Armadas agiram para causar e manter suspeitas sobre o sistema eleitoral brasileiro. De acordo com a Folha, que teve acesso a documentos do Ministério da Defesa e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) via Lei de Acesso à informação, os militares passaram 25 anos em silêncio e apenas começaram os

questionamentos durante o governo de Jair Bolsonaro. Segundo o jornal, principalmente no ano eleitoral de 2022, “as Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, chefiado pelo general Paulo Sérgio Nogueira, entraram no circuito para produzir os elementos necessários para os bolsonaristas continuarem com os ataques e a disseminação de desinformação.”. (Folha de S. Paulo - Política - 05/12/2)

Presidente eleito anunciou o novo ministro da Defesa e os novos comandantes das Forças Armadas

Conforme os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), anunciou em 09/12/2022 os nomeados para o comando de cinco ministérios, incluindo a Defesa. Os periódicos informaram que o escolhido foi José Múcio Monteiro, ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). O Correio Braziliense avaliou que o objetivo da antecipação do anúncio era permitir que os ministros já começassem a trabalhar com os respectivos grupos técnicos da transição com a autoridade de quem vai comandar as pastas, consideradas sensíveis. Os periódicos destacaram que a escolha de Monteiro para a Defesa, segundo partidos aliados ao governo eleito e membros do Supremo Tribunal Federal (STF), foi a forma de Lula enfrentar “com delicadeza e habilidade política” as dificuldades de interlocução do PT com os militares. De acordo com o Correio, Monteiro recebeu a tarefa de organizar diretamente a transição com as Forças Armadas. A Folha informou que Monteiro esperava a oficialização para conversar com os futuros comandantes e com nomes designados pelo governo do atual presidente Jair Bolsonaro para a transição. Os periódicos também anunciaram os escolhidos para assumir os comandos as Forças Armadas: no Exército, o general Julio Cesar de Arruda, atual chefe do Departamento de Engenharia e Construção; na Marinha, o almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, atual comandante de Operações Navais; e na Aeronáutica, o brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, atual chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. A escolha, segundo os periódicos, seguiu o critério tradicional de antiguidade, exceto na Marinha, onde Olsen é o segundo mais antigo, porém o oficial mais velho, o almirante de esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire, assumirá o posto de comandante do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. O movimento é visto, de acordo com os jornais, como um aceno da equipe de transição para diminuir as resistências de militares com a vitória de Lula. A Folha informou ainda que aliados do presidente eleito defendiam outros nomes, mais simpáticos ao PT, como Tomás Paiva ou Valério Stumpf no Exército. Mas membros do Alto Comando do Exército ouvidos pelo periódico disseram que a escolha é um sinal de que não haverá uma relação conflituosa entre o presidente e as Forças Armadas. O jornal lembrou também que a indicação deve reduzir a tensão entre as Forças, que discutem desde novembro, sob a liderança do atual comandante da Aeronáutica Carlos de Almeida Baptista Júnior, uma possível antecipação da passagem dos comandos para antes da posse de Lula. Segundo a Folha, houve uma reunião do Alto Comando do Exército, com a presença de 16 generais, na qual se deliberou que a Força não era favorável à antecipação da troca dos comandantes militares, evitando assim um desgaste com o governo eleito. Mesmo assim, o O Estado de S. Paulo afirmou que a escolha antecipada dos comandantes foi uma ação rápida de Lula para evitar uma possível crise militar no início do governo, possivelmente causada pela saída antecipada dos comandantes. (Correio Braziliense – Política – 03/12/22; Correio Braziliense - Política - 09/12/22; Folha de S. Paulo – Política – 03/12/22; Folha de S. Paulo - Política - 07/12/22; Folha de S. Paulo - Política - 09/12/22; O Estado de S. Paulo - Política - 09/12/22)

2 As forças armadas e o meio ambiente

A boiada passou

Neste capítulo, retratamos a cobertura do Informe Brasil do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas sobre a ação de militares em temas relacionados à Natureza, colocando em evidência a militarização da política ambiental no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Associada à ocupação de cargos relevantes por militares das forças armadas sem experiência com a preservação ambiental está a impregnação das diretrizes governamentais com uma perspectiva arcaica sobre o tema, denunciada por especialistas, comunidades amazônicas e funcionários de órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), da agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Ministério do Meio Ambiente, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em março de 2022, o etnógrafo Sydney Possuelo, ex-presidente da Funai, devolveu sua medalha do Mérito Indigenista, que na ocasião havia sido concedida pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, a Jair Bolsonaro. Possuelo destacou que a administração do ex-presidente Bolsonaro se concentrava em mobilizar ações contra os povos originários, como campanhas contra a demarcação de terras indígenas e a favor do uso destas terras para atividades econômicas, como o garimpo e a mineração. Anderson Torres, por sua vez, seria investigado e preso por participar de uma tentativa de golpe de Estado contra o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023. Foi encontrada em sua residência uma minuta para um decreto de suspensão das eleições de 2022. Quando da redação deste texto, as investigações e o processo legal continuam em andamento. Ainda, Torres foi identificado como um criador de aves silvestres que não seguia à risca as diretrizes dos órgãos ambientais para a prática. Uma empresa em nome de sua mãe, localizada no endereço atribuído à sua residência, foi autuada por irregularidades. Neste endereço, agentes encontraram 60 aves, entre elas espécimes atrativos para o tráfico de animais silvestres, como Bicudos e Curiós.

O compadrio das forças armadas brasileiras com esta política antiambiental pode ser observado na presença numerosa de militares entre os quadros dos principais órgãos ambientais do governo federal, encampando os interesses do ex-presidente e dificultando operações contra crimes ambientais. Também em março, um militar da Marinha escolhido pelo governo de Jair Bolsonaro para o cargo de coordenador regional da Funai foi preso pela Polícia Federal, acusado de intermediar o arrendamento de terras indígenas para pecuaristas na região do município de Ribeirão Cascalheira, no estado do Mato Grosso. Ainda no primeiro semestre, páginas mantidas por oficiais do Exército em redes sociais da Meta foram banidas por divulgarem notícias falsas sobre a atuação de ativistas em defesa da Natureza. Nessas páginas, eram veiculadas publicações que acusavam organizações não governamentais e grupos de ambientalistas de ameaçar a soberania nacional. Esta visão arcaica da preservação ambiental está em sintonia com o pensamento militar predominante para a Amazônia, por exemplo, concentrado na ocupação do território por meio da expansão urbana e da atividade produtiva.

A luta pela defesa da Natureza e das comunidades amazônicas produziu numerosos mártires em razão da violência perpetrada por aqueles interessados em destruir o meio ambiente. Uma lista de indígenas, camponeses, quilombolas, seringueiros e ambientalistas poderia se estender por estas páginas. A violenta destruição da Natureza se estende também contra os defensores da biodiversidade e do futuro deste mundo que é o nosso.

Em junho de 2022, um novo caso se somou a esse rol: o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips. Ambos foram mortos no Vale do Javari, no Amazonas. A região é a segunda maior terra indígena do país e as comunidades que nela vivem têm enfrentado a violência oriunda da exploração ilegal de seus recursos naturais. Representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Eliésio Marubo apontou para a conivência do Exército em relação à violência e à criminalidade na região. Segundo Eliésio, as forças armadas, em períodos anteriores, contribuíam em missões em defesa da vida na terra indígena do Vale do Javari; no entanto, assim como outros órgãos do governo do ex-presidente Bolsonaro, a atuação dos militares foi marcada por uma posição anti-indígena no período entre 2019 e 2022.

Com efeito, até mesmo o empenho das forças armadas na busca por Bruno Pereira e Dom Philips foi caracterizado pela morosidade. Coube às comunidades locais e à Univaja conduzir e coordenar o esforço na procura do indigenista e do jornalista, enquanto representantes militares acusavam a inacessibilidade da região como um fator para a demora. Entretanto, o Comando Militar da Amazônia afirmou, em 6 de junho, que as ações só seriam iniciadas “mediante acionamento por parte do escalão superior”. Dois dias depois, o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, voltou a negar atrasos no empenho das forças armadas na busca. Enquanto isso, as comunidades da região não mediam esforços para localizar Bruno e Dom, com esperanças de ainda encontrá-los

vivos. Os corpos de ambos os ativistas seriam encontrados no dia 15 de junho, uma lamentável notícia para a luta em favor da Natureza e dos povos da floresta.

Em agosto, noticiou-se a recusa do Ministério da Defesa para integrar operações contra invasores da Terra Indígena Bacajá, em São Félix do Xingu. A cidade foi um dos municípios com maior taxa de desmatamento em 2022, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, extraídos do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (2023). Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a ausência das forças armadas em operações contra ilegalidades ambientais, mesmo quando formalmente requisitadas pelos órgãos competentes, tornou-se recorrente no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mesmo a cooperação por meio da cessão de veículos e de outros recursos foi obstaculizada. Durante a gestão de Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente, investigou-se o uso de uma aeronave da Força Aérea Brasileira para transportar garimpeiros, como benesse concedida pelo ex-ministro.

Ao longo de todo o ano de 2022, indígenas, ambientalistas, servidores e outros ativistas destacaram a incompetência das forças armadas para liderar operações em favor da defesa da Natureza e das comunidades amazônicas. Como tônica do mandato de Bolsonaro, esta inépcia nos temas da preservação ambiental se aliou à omissão diante da violência contra as comunidades que vivem em relação profunda com o meio ambiente, e frente à predação contra a própria Natureza; ademais, ainda é possível mencionar a desinibição em promover a destruição dos recursos naturais brasileiros. Ao longo de quatro anos, o governo promoveu a escolha de militares e de figuras contrárias à preservação ambiental para coordenar órgãos como a Funai, o Ibama, e o Ministério do Meio Ambiente. Em outubro de 2022, 16 militares ocupavam cargos de coordenação na Funai, apesar de não terem qualquer experiência com a luta indígena por seus direitos.

A política antiambiental do ex-presidente esvaziou quadros técnicos, perseguiu servidores, achincalhou ambientalistas e lideranças indígenas. Por outro lado, apoiou garimpeiros e madeireiros, exaltou as aves de rapina da pecuária e da mineração, fez vistas grossas à violência no campo, nas áreas de preservação e nas terras indígenas. Essas ações foram denunciadas por ativistas, jornalistas e pela sociedade civil como um todo; agora, é preciso recuperar os efeitos desastrosos produzidos por um governo movido por uma política antiambiental.

Leonardo Dias de Paula

Mestre em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas

MARÇO

Ex-presidente da Funai citou marechal Rondon ao devolver honraria também concedida a Bolsonaro

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o etnógrafo e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Sydney Possuelo devolveu ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública sua Medalha do Mérito Indigenista, recebida em 1987, em protesto à concessão da mesma honraria ao presidente da República Jair Bolsonaro. Em carta endereçada ao ministro Anderson Torres, que assinou a portaria que condecorou Bolsonaro e outros integrantes do governo, Possuelo afirmou se sentir “ofendido” por receber a mesma homenagem entregue ao presidente, que faz campanha contra a demarcação de terras indígenas e propõe a mineração industrial dentro das reservas. O *Correio* destacou ainda que, segundo trechos da carta, os ataques de Bolsonaro aos povos autóctones – que, quando deputado federal, já sugeriu que o Exército brasileiro deveria ter “dizimado” índios – ofendem o Exército e a memória do marechal Cândido Mariano Rondon, que estimulou a criação do Parque Nacional do Xingu. De acordo com o periódico, Possuelo é o último representante de um grupo de estudiosos liderado pelos irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas-Bôas, e uma das maiores autoridades do país em povos isolados da região amazônica. (*Correio Braziliense* – Brasil – 18/03/22)

Militar nomeado por Bolsonaro na Funai foi preso pela Polícia Federal
Segundo o periódico *Folha de São Paulo*, o suboficial inativo da Marinha Jussielson Gonçalves Silva, coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, foi preso pela Polícia Federal em 17/03/2022 sob a acusação de intermediar o arrendamento de terras indígenas para pecuaristas. A operação, realizada em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), visou desarticular um esquema envolvendo fazendeiros, servidores da Funai e uma liderança da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo xavante. De acordo com o jornal, Silva foi um dos diversos militares que assumiram coordenações regionais da Funai sob o governo de Jair Bolsonaro, tendo sido nomeado em 18/03/2020. A Funai afirmou que o arrendamento de terras indígenas é

proibido e o coordenador será afastado da função. (Folha de S. Paulo – Ambiente – 18/03/22)

ABRIL

Oficiais do Exército tiveram páginas em redes sociais banidas por disseminar notícias falsas

Segundo publicado no *Correio Braziliense*, dois oficiais do Exército, cujos nomes não foram divulgados, tiveram suas páginas banidas das redes sociais da empresa Meta, que gerencia grandes plataformas, como Facebook e Whatsapp. O motivo do banimento seria a disseminação, por parte dos oficiais, de notícias falsas, por meio de perfis também falsos: neles, os oficiais se passavam por membros da sociedade civil e exaltavam a atuação das Forças Armadas. O conteúdo enganoso era diverso; no entanto, grande parte das publicações era referente à Amazônia. A dupla, “para tentar enganar as pessoas que recebiam [as publicações], falsificavam postagens utilizando fotos de entidades como o Greenpeace” e afirmavam que instituições, como a WWF, tinham o objetivo “vender a Amazônia” para estrangeiros, explicou o periódico. Por fim, o *Correio* ressaltou que as contas excluídas chegaram a atingir “mais de 1.170 curtidas no facebook” e possuíam mais de 23.000 seguidores no Instagram. (*Correio Braziliense* - Poder- 08/04/22)

Jornalista defendeu a participação das Forças Armadas na defesa do meio ambiente e da Amazônia

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Fernando Gabeira defendeu que a única saída para salvar a Amazônia de uma destruição é incluir as Forças Armadas num debate cordial, para que atuem ao lado de organizações não-governamentais (ONGs) pela preservação da floresta, por iniciativas de desenvolvimento sustentável e contra notícias falsas e visões equivocadas de desenvolvimento. O jornalista chamou a atenção para o fato de que governo e ONGs já atuaram em conjunto e com sucesso durante a pandemia para levar medicamentos, comida e oxigênio a locais necessitados, como exemplo de que é possível romper preconceitos. Também afirmou que dados da realidade como o aquecimento global, eventos climáticos extremos, elevação dos níveis dos mares e a guerra cibernética são ameaças reais à defesa nacional e, por isso, devem ser enfrentados pelas Forças Armadas: “sem a adesão das Forças Armadas, a Amazônia será destruída com mais rapidez e o desmatamento nos levará a um ponto de não retorno”. (*O Estado de S. Paulo* - Espaço Aberto - 15/04/22)

MAIO

Acordo sobre a Amazônia com o empresário Elon Musk gerou controvérsia nas Forças Armadas

Em sua coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Jânio de Freitas afirmou que o acordo entre o empresário sul-africano-canadense Elon Musk e o presidente da República Jair Bolsonaro põe as Forças Armadas sob um teste com relação à sua premissa orientadora. Para o colunista, a vinda do empresário ao Brasil se deu pela “caça de metais preciosos e outros [minérios]” que podem ser encontrados na Amazônia, uma região de “interesses nacionais permanentes” na linguagem e pensamento geopolítico militar brasileiro. Nesse sentido, ao aceitar, em um “acordo de boca”, o monitoramento da Amazônia por empresas estrangeiras, Bolsonaro teria feito emergir uma contradição interna nas Forças, na qual o apoio “ao ex-capitão com o qual se identificam” e a visão orientadora geopolítica de proteção da Amazônia se chocariam. Tal disputa de visões na instituição deixa o país, segundo Jânio de Freitas, em situação de lesa-pátria e entrega do “maior patrimônio natural do território” ao interesse nacional dos Estados Unidos. (*Folha de S. Paulo* - Política - 22/05/22)

JUNHO

Forças Armadas e Ministério da Defesa foram mobilizados para as buscas de indigenista e jornalista desaparecidos na Amazônia

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Marinha foi mobilizada para compor a equipe de busca e resgate do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal inglês *The Guardian*, e do indigenista Bruno Pereira, servidor da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), desaparecidos durante uma viagem pelo Vale do Javari, no Amazonas, em 05/06/22. De acordo com o jornal, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Marinha iniciaram as operações na região assim que tomaram conhecimento do caso. A Marinha informou que enviou na manhã de 06/06/22 uma equipe de busca e salvamento para Atalaia do Norte, composta por sete militares responsáveis pelas buscas nos rios Javari, Itaquai e Ituí, no interior do Amazonas. Na noite de 06/06/22, ainda segundo a *Folha de S. Paulo*, o Comando Militar da Amazônia, vinculado ao Exército, informou que estava a postos

para operações de busca, mas as ações só seriam "iniciadas mediante acionamento por parte do escalão superior", o que gerou questionamentos da sociedade civil e críticas por omissão das autoridades. Pouco depois, o Comando da Amazônia afirmou que integraria a operação. No dia 07/06/22, segundo a Folha, a Marinha, através do Comando de Operações Navais, informou o uso de um helicóptero, duas embarcações e uma moto aquática para reforçar as ações. Já o Ministério da Defesa divulgou um comunicado na noite de 07/06/22 afirmando que o Exército empregava 150 militares especialistas em operações em ambiente de selva desde o desaparecimento. Ainda de acordo com a Folha de S. Paulo, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, se pronunciou sobre o caso em 08/06/22 e justificou a impressão de que houve atraso no trabalho das Forças Armadas pela dificuldade de acesso ao Vale do Javari. Segundo o ministro, o helicóptero mais próximo é o de Manaus e estava pronto para atuar na manhã do dia 07/06/22. Apesar de negar atrasos, o ministro admitiu que "não tem a noção do que pode ter acontecido" aos desaparecidos. (Folha de S. Paulo - Política - 07/06/22; Folha de S. Paulo - Política - 10/06/22)

Dossiê denuncia esvaziamento e militarização da Funai

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, um dossiê produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela Indigenistas Associados - Associação de Servidores da Funai (INA), a Fundação Nacional do Índio (Funai) vem enfrentando um "esvaziamento orçamentário, assédio institucional, alinhamento com a agenda ruralista e omissões na esfera judicial". O documento apontou a militarização da fundação e a forte pauta anti-indígena promovida pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), que se posiciona contra a demarcação de terras indígenas. De acordo com o jornal, Bolsonaro já até tentou transferir a Funai para a alçada do Ministério da agricultura, o que foi barrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Folha apontou que, mesmo tendo sido criada em 1967, durante o regime militar (1964-1985), "a militarização atual do órgão [Funai] é sem precedentes", com 19 postos chefiados por oficiais das Forças Armadas, e com uma diretoria formada por dois policiais e um militar, além do presidente, Marcelo Xavier. Segundo a reportagem, o desaparecimento [agora confirmado assassinato] do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, é um sintoma do esvaziamento da fundação, na qual servidores sofrem perseguições. Em outra reportagem, a Folha de S. Paulo noticiou que, durante as buscas para encontrar Pereira e Phillips, linha de frente composta por indígenas e associações reclamaram da ausência do Exército para enfrentar o problema e da falta de coordenação das buscas por parte dos órgãos oficiais. (Folha de S. Paulo - Política - 14/06/22)

Assassinato de indigenista e de jornalista no Amazonas: povos indígenas cobram atuação do Exército contra violência

De acordo com o periódico Correio Braziliense, apesar do avanço nas investigações sobre o assassinato do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, ocorrido em junho de 2022 na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas, povos indígenas acusam o governo federal de não oferecer propostas concretas para coibir o crime e a violência na região. O procurador jurídico da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Eliésio Marubo, reforçou o alerta sobre a insegurança e acusou o Exército, que segundo ele foi um parceiro no passado, de ter uma atuação "anti-indígena", assim como outros órgãos do governo federal. Segundo o periódico, a Univaja propõe que seja baixado um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na região do Alto Solimões para que as Forças Armadas possam atuar contra a falta de segurança, as ameaças e as organizações criminosas que vêm sendo denunciadas há muito tempo. (Correio Braziliense - Brasil - 24/06/22)

JULHO/AGOSTO Ministério da Defesa ignorou pedido de ajuda para remoção de invasores de terra indígena

Conforme o periódico Folha de S. Paulo, a Polícia Federal (PF) solicitou auxílio das Forças Armadas na logística e na montagem de alojamentos provisórios para agentes da PF e da Força Nacional de Segurança, numa complexa ação de retirada de invasores e gado da terra indígena Trincheira/Bacajá, na região de São Félix do Xingu, Pará, no fim de julho. O Ministério da Defesa, porém, disse em nota ter informado à PF sobre "possibilidade de apoio em data posterior", devido à falta de recursos financeiros e a necessidade de medidas adequadas de preparação. No mesmo período, ainda segundo a nota, as Forças Armadas auxiliam a Secretaria de Operações Integradas, do Ministério da Justiça, em ações na terra indígena yanomami, em Roraima, e em apoio à operação Guardiões do Bioma, em Humaitá,

Amazonas. O periódico relatou que a ausência das Forças Armadas em operações semelhantes contra atividades ilegais passou a ser constante e que investigadores ligados a inquéritos sobre garimpo em terras indígenas afirmaram que não têm obtido o fornecimento de aeronaves para as ações. Mesmo sem o apoio da Defesa, pontuou o periódico, a operação na terra indígena Trincheira/Bacajá, onde vivem indígenas das etnias kayapó e xikrin, é conduzida pela PF desde o dia 24/07/2022. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 05/08/22)

SETEMBRO

Ex-presidente do Ibama apontou como ineficaz o uso do Exército na Amazônia

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a região da Amazônia se encontra em crise com violações ambientais, invasão de terras indígenas e presença de organizações criminosas, e todas essas questões vêm sendo ignoradas durante o período eleitoral. No mês de agosto de 2022 foram registradas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) 45 mil focos de incêndio, sendo o maior número desde 2010. Segundo Suely Araújo, ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o atual posicionamento do governo federal de mobilizar as Forças Armadas no comando de operações de preservação não é eficaz, pois a fiscalização exige muito preparo e técnica, sendo os agentes ambientais os mais adequados. Por fim, Araújo pontuou que “militares podem ajudar, mas a concepção das operações tem que estar com o Ibama e com o ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade]”. (*Correio Braziliense - Brasil - 06/09/22*)

OUTUBRO

Coluna opinativa destaca preocupação com a internacionalização da Amazônia

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador brasileiro em Washington, capital dos Estados Unidos, discorreu sobre o tema da internacionalização da Amazônia, motivado por fala recente do presidente colombiano, Gustavo Petro, segundo o qual a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os Estados Unidos pretendem estender suas ações na América do Sul para além do combate ao narcotráfico. Barbosa chamou a atenção para uma possível ingerência na região amazônica, especialmente no combate às queimadas, e retomou o posicionamento do ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim (2007-2011), segundo o qual o Brasil deveria ter reservas quanto à expansão da área de atuação estratégica da OTAN. Na avaliação do ex-embaixador em Washington, a posição de Jobim coincidia, à época, com as preocupações das Forças Armadas e da diplomacia brasileira, sendo urgente a retomada da preocupação com a soberania nacional. (*O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 11/10/22*)

Diversos coordenadores regionais da Funai não possuem experiência relacionada aos povos indígenas, entre eles militares

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, dos 39 atuais coordenadores regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai), dezessete não possuem em seus currículos nenhuma palavra relacionada aos povos indígenas ou ao indigenismo. Entre os coordenadores, o jornal destacou a presença de militares das Forças Armadas e de policiais, alguns dos militares com experiência na missão de paz no Haiti e em incursões em comunidades na cidade do Rio de Janeiro. O jornal acrescentou que 25 coordenadores nunca haviam passado pela Funai e chegaram ao cargo durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Atualmente, 16 militares ocupam esses postos. (*Folha de S. Paulo - Cotidiano - 19/10/22*)

NOVEMBRO

Entrevistado aponta dois desafios do novo governo na área de Defesa e Forças Armadas

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, Arthur Trindade, ex-Secretário de Segurança do Distrito Federal, diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública elucidou, entre outros assuntos, duas questões que envolvem a Defesa nacional e as Forças Armadas. A primeira diz respeito à revisão da política de armamento pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Trindade, tal revisão requer a revogação de diversos decretos e portarias editados no governo de Jair Bolsonaro, os quais colidem com o Estatuto do Desarmamento. Conexo à temática está a falta de integração entre os sistemas de controle de armas e munições, um cargo da Polícia Federal e outro sob responsabilidade do Exército, os quais precisam ser aperfeiçoados, na visão de Trindade. Além disso, o especialista indicou a necessidade de um recenseamento dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores de armas (CAC), uma vez

que o “[...] afrouxamento das regras de controle por parte do Exército” permitiu um crescimento significativo do número de indivíduos com porte e posse de armas. Em relação ao outro ponto mencionado na entrevista, a transição no Ministério da Defesa, Trindade avaliou que a troca dos comandos das três forças dispensa a formação de uma comissão, uma vez que depende do critério de antiguidade. Porém, a indicação do titular para a pasta da Defesa foi considerada mais complexa, pois implica na incumbência de despolitizar as Forças Armadas e “descontaminar o ambiente anti-Lula”. (Correio Braziliense – Cidades – 27/11/22)

3 As forças armadas sob escrutínio

Os laços entre Bolsonaro e as forças armadas continuaram sob investigação

O capítulo apresenta uma coletânea que explora a permanência da atenção da imprensa à vinculação entre as forças armadas e o governo de Jair Bolsonaro, com destaque significativo para possíveis casos de corrupção e uso indevido de recursos. O tema da presença de militares na gestão da pandemia da covid-19 continuou na pauta em 2022, assim como o uso indevido de aeronaves militares, compras ilícitas, supersalários e má utilização de recursos públicos de forma geral.

Em relação aos militares e a covid-19, o periódico Folha de S. Paulo apontou que dois ex-militares - um general e um tenente-coronel - do Exército Brasileiro, ambos funcionários do Ministério da Saúde, foram os responsáveis pela má distribuição, armazenamento e logística de vacinas pediátricas aos estados da União, em 2022. O general foi responsável pela decisão de não abrir licitação para a contratação de uma empresa que fizesse tanto o armazenamento quanto o transporte de vacinas da Pfizer. O coronel corroborou com o cenário: na esfera de transporte, provocou atraso em voos, e na esfera de armazenamento, orientou o congelamento das doses acima da temperatura recomendada.

Outra questão nesta seara envolveu a hidroxicloroquina. O jornal Folha de S. Paulo iniciou o ano destacando que os lotes do medicamento estavam encalhados, já que dos aproximadamente um milhão de comprimidos, apenas 25,5% foram enviados aos hospitais militares e o restante ficou estocado no Exército Brasileiro. O tema da hidroxicloroquina marchou adiante, visto que o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou indícios de fraude em licitações envolvendo laboratórios das Forças Armadas para compra de insumos para produção de cloroquina anterior à pandemia.

Os jornais também exploraram o tema da vacinação entre os militares, apontando que a cobertura vacinal destes era menor do que aquela verificada na população adulta. O principal fator dessa discrepância é a desobrigação da vacina e a falta de estímulos à segunda dose contra a covid-19, atreladas à ausência de diretrizes sobre imunização na Força Aérea Brasileira e Marinha do Brasil. Cabe mencionar que, nessa questão, o Exército, sob comando do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, editou um conjunto de diretrizes a serem adotadas durante a pandemia que incluía a vacinação para a volta ao trabalho, fato que marcou um entrave entre Jair Bolsonaro e Nogueira. O periódico Folha de S. Paulo, através da Lei de Acesso à Informação, verificou que em janeiro de 2022 apenas 68% do efetivo do Exército estava com a primeira dose da vacina. Convém destacar que no final de setembro de 2021, 90% da população brasileira adulta estava com a primeira dose completa.

Outro assunto que colocou as forças armadas nos holofotes dos jornais durante 2022 foi a compra de viagra, fato noticiado tanto pela Folha de S. Paulo quanto pelo Correio Braziliense. O primeiro jornal ocupou-se em colunas opinativas e humorísticas para desdenhar sobre os remédios. O colunista Elio Gaspari, em um tom sarcástico e humorado, imaginou como seria uma carta do general George S. Patton, que comandou tropas estadunidenses na Segunda Guerra Mundial, endereçada ao ex-ministro da Defesa. Ruy Castro, também colunista, seguiu o mesmo caminho de Gaspari ao adotar o tom irônico, apontando que é preocupante que os militares estejam “com a pressão lá no alto, a ponto de explodir as artérias, e com os ligamentos, músculos e tendões em pandarecos”. Ainda apontou, se por acaso Jair Bolsonaro perdesse as eleições, os viagras não resolveriam as coisas. A roteirista Flávia Boggio, em coluna para o periódico, ridicularizou por meio de piadas e trocadilhos a aquisição de Viagra pelo Exército e a suposta compra de próteses penianas infláveis. Por fim, o roteirista Renato Terra usou trocadilhos para afirmar que “não há forças nem armadas nos quartéis brasileiros”.

Já o Correio Braziliense noticiou que o deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) apresentou à Câmara dos Deputados um requerimento para que o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ministro da Defesa à época, explicasse a vultosa compra dos comprimidos [viagra]. O deputado também questionou a pasta da Defesa sobre compras de remédios para calvície entre 2018 e 2020, como também a aquisição de cortes bovinos, peixes e bebidas nobres entre janeiro de 2021 e fevereiro de 2022. Em julho de 2022, o jornal apontou que o TCU confirmou o superfaturamento de viagra pelas forças armadas. No edital que destinaria as pílulas para o Hospital Naval Marcílio Dias o valor do medicamento aparecia 2,5 vezes mais caro do que o previsto. Diante disso, o TCU solicitou ressarcimento do valor gasto indevidamente. Finalmente, sobre esse assunto, o Correio Braziliense noticiou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL-SP) criticou a cobertura da mídia dos remédios, uma vez que eles seriam utilizados para combater tanto hipertensão arterial quanto doenças reumatológicas, e não para outros fins. Bolsonaro ainda afirmou que “apanha todo dia de uma imprensa que tem muita má-fé e ignorância, não procura saber por que comprou os seus 50 mil comprimidos de Viagra”.

O uso indevido de aeronaves da Força Aérea Brasileira seguiu na pauta dos jornais, assim como nos anos anteriores. Neste caso, os envolvidos foram o ex-comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, sua mãe e esposa que usaram da força no trecho Brasília-Rio de Janeiro para fins pessoais. Garnier tentou justificar que a mobilidade ocorreu por motivos de trabalho, que aconteceria dois dias depois da viagem; no entanto, sua mãe e esposa não estavam envolvidas em reuniões oficiais. O jornal Folha de S. Paulo foi responsável por noticiar esse assunto e ainda informou que a Marinha se negou a divulgar os nomes das pessoas que viajaram naquele voo. O periódico apenas teve acesso aos dados por meio da Lei de Acesso à Informação mediante decisão da Controladoria-Geral da União.

O ex-deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) teve destaque nos jornais O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense, pois além de ter sido responsável por evidenciar a compra dos viagens, desempenhou um papel importante em outros assuntos como: compras ilícitas e supersalários. A respeito das primeiras, em entrevista ao Correio Braziliense, Vaz denunciou que através delas há uma tentativa de esconder dados e também seria uma forma do próprio ex-presidente Bolsonaro distorcer a imagem das Forças Armadas.

Sobre os supersalários, o político revelou que no auge da pandemia da covid-19, militares da ativa estavam recebendo salários acima do teto previsto de R\$ 39.293,23. O general Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, da Defesa e vice na chapa à reeleição de Bolsonaro, por exemplo, recebeu R\$ 926 mil em apenas dois meses de 2020. Elias Vaz solicitou explicações do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ministro da Defesa, e afirmou: "a nossa preocupação é que Bolsonaro esteja utilizando esses benefícios como instrumento de cooptação de alguns setores das Forças Armadas, representando uma ameaça à democracia". Sobre seu protagonismo nessas questões envolvendo os militares, Elias Vaz chegou a ser indagado por um general se ele era contra as Forças. O general pode ter se esquecido que o deputado possui prerrogativa para realizar investigações, ainda mais nas esferas orçamentárias.

Cristiano Manhães

Especialista em Defesa Nacional pela Facultad de la Defensa (FADENA/UNDEF)

FEVEREIRO

Periódico apontou oficiais do Exército como responsáveis por falhas na distribuição de vacinas infantis

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o general da reserva Ridauto Lucio Fernandes e o tenente-coronel do Exército Reginaldo Ramos Machado, ambos funcionários em postos-chave no Ministério da Saúde, estiveram no comando da distribuição conturbada dos primeiros lotes de vacinas pediátricas aos estados, ainda no ano passado. A decisão do general de não abrir licitação para a contratação de uma empresa que fizesse o armazenamento e transporte de 100 milhões de doses da vacina da Pfizer, somada às orientações problemáticas do tenente-coronel no que concerne ao transporte dos imunizantes, provocou o atraso de voos e o congelamento das doses acima da temperatura recomendada. Questionado sobre o caso, o Ministério da Saúde afirmou que a contratação da Intermodal Brasil Logística (IBL) – empresa sem experiência com o Sistema Único de Saúde (SUS) – “seguiu os procedimentos legais necessários” e que, portanto, houve apenas um “desencontro”, ocasionado pela orientação de Ramos Machado de buscar as vacinas pediátricas diretamente nos aeroportos, contrariando o protocolo de transporte dos imunizantes até as centrais de armazenamento. De acordo com o periódico, as falhas na entrega das vacinas infantis contra a covid-19 estão sendo investigadas pelo Ministério da Saúde. (Folha de S. Paulo - Saúde - 30/01/22)

Estoque de hidroxicloroquina está parado em posse do Exército

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, os lotes de hidroxicloroquina enviados pelo governo dos Estados Unidos e pela empresa farmacêutica Sandoz, que o governo federal pretendia utilizar como ponto central do combate à pandemia de Covid-19, estão encalhados. O Exército, de acordo com a reportagem, distribuiu cerca de 255 mil doses a hospitais militares, e ainda possui estoque atual de 745 mil comprimidos. O medicamento, por não ter eficácia comprovada, deixou de servir ao combate à pandemia no Sistema Único de Saúde (SUS), porém o governo federal continua sem se posicionar contrariamente a seu uso. Esta política de incentivo à distribuição dos medicamentos virou alvo de apurações de órgãos de controle do Ministério Público Federal (MPF), de ações no Supremo Tribunal Federal (STF) e foi citada nos pedidos de indiciamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia. Desde o fim de 2021, o governo tenta destinar o estoque do Exército a estados que queiram usar a hidroxicloroquina em

tratamentos indicados na bula, que não inclui a Covid-19. Anteriormente ao recebimento dos lotes enviados pelos Estados Unidos, o governo brasileiro destinou ao SUS mais de 5,4 milhões de unidades de cloroquina produzidas no Laboratório do Exército ou desviadas do programa de malária. (Folha de S. Paulo - Equilíbrio e Saúde - 07/02/22)

TCU apontou fraude em licitações das Forças Armadas para produção de cloroquina

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, um documento do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou indícios de fraude em licitações envolvendo laboratórios das Forças Armadas para compra de insumos para produção de cloroquina. O documento apontou que a fraude teria ocorrido em 26 licitações, entre 2018 e 2021. De acordo com a Folha, 15 dessas licitações, voltadas exclusivamente a empresas de pequeno porte ou microempresas, foram vencidas pela Sulminas Suplementos e Nutrição, que não se enquadra nessa condição. De acordo com a reportagem, essas 15 licitações foram feitas pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, pelo Laboratório Farmacêutico da Marinha e pelo Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de outra que envolve aquisições da Aeronáutica. O periódico informou que a Sulminas Suplementos, fornecedora de insumo para a cloroquina produzida pelo Exército e contratada também pela Marinha e o Farmanguinhos, recebeu R\$ 6,1 milhões da União desde 2019. A segunda empresa do grupo, Sul de Minas Ingredientes, contratada pelas mesmas instituições, recebeu R\$ 6,2 milhões do governo federal desde 2019. O jornal relembrou que, para atender a um pedido do presidente da República Jair Bolsonaro, o então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, viabilizou um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório do Exército, com R\$ 1,1 milhão em recursos federais destravados a partir de março de 2020 para combater a Covid-19. A Folha informou que o Exército e a Marinha não responderam aos questionamentos. Em nota, a Aeronáutica declarou que o planejamento para compras de insumos ocorreu em 2019, antes da pandemia. (Folha de S. Paulo - Saúde - 18/02/22)

Vacinação contra covid entre militares registra cobertura inferior aos índices da população adulta

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a vacinação entre militares registra cobertura inferior ao restante da população adulta em geral, mesmo incluindo adolescentes. A desobrigação da vacina, a falta de estímulos à segunda dose e a ausência de diretrizes sobre a imunização levaram a esse resultado. Por meio da Lei de Acesso à Informação, a Folha acessou os registros de vacinação das Forças Armadas que revelou que em 24/01/22 apenas 68% dos membros do Exército haviam concluído o primeiro ciclo de imunização. O jornal informou que os comandantes da Aeronáutica e da Marinha, tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior e o almirante esquadra Almir Garnier Santos, respectivamente, não editaram diretrizes específicas para seus contingentes, ao passo que o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, foi o único a editar um conjunto de diretrizes a serem adotadas durante a pandemia. A Folha relembrou que a atitude do general Paulo Sérgio incomodou o presidente da República, Jair Bolsonaro, e a cúpula do Exército cogitou prestar esclarecimento sobre o documento, fazendo chegar ao presidente que não houve mudança quanto à obrigatoriedade da vacinação. (Folha de S. Paulo – Saúde – 22/02/22)

ABRIL

Deputado federal exige esclarecimento sobre compra de medicamentos destinados às Forças Armadas

Segundo reportagem do periódico Correio Braziliense, o deputado federal Elias Vaz, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), apresentou à Câmara dos Deputados um requerimento para que o atual ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, explique a compra de 35.320 comprimidos de Viagra, medicamento indicado para o tratamento de disfunção erétil, destinados às Forças Armadas. Além disso, segundo o jornal, também consta no Portal da Transparência a licitação para a compra de dois medicamentos para o combate à calvície: Minoxidil e Finasterida, com gastos de R\$2,1 mil entre 2018 e 2020. Em sua fala, o deputado comentou sobre o sofrimento dos brasileiros com os reajustes nos preços de medicamentos, enquanto o governo do presidente Jair Bolsonaro fez essas compras “acima do preço de mercado”, questão sobre a qual o deputado federal Marcelo Freixo, do mesmo partido de Vaz, requisitou ao Ministério Público Federal (MPF) uma apuração sobre possível superfaturamento. Ademais, de acordo com o periódico, o deputado Elias Vaz já havia denunciado na Câmara a compra de picanha, salmão, filé

mignon, cervejas, conhaque e uísque, entre fevereiro de 2021 e fevereiro 2022, período que abarca a gestão do general Walter Braga Netto na Defesa (março de 2021 a março de 2022). (Correio Braziliense - Política - 12/04/22)

Presidente da República e colonistas comentaram a aquisição de Viagra pelo Exército

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o presidente da República, Jair Bolsonaro, criticou a cobertura midiática acerca da compra de 35.320 comprimidos de Viagra destinados ao Exército, uma vez que a quantidade de medicamentos adquiridos, nas palavras de Bolsonaro, “não é nada”. Segundo o presidente, “as Forças Armadas compram Viagra para combater a hipertensão arterial e, também, as doenças reumatológicas”. Bolsonaro afirmou que “apanha todo dia de uma imprensa que tem muita má-fé e ignorância, não procura saber por que comprou os seus 50 mil comprimidos de Viagra”. Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, intitulada “De George Patton para Braga Netto”, o colonista Elio Gaspari, em um tom sarcástico e humorado, imaginou como seria uma carta do general George S. Patton endereçada para o ex-ministro da Defesa. Na carta, o general Patton, que comandou tropas norte-americanas na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, ridiculariza a compra do medicamento feita durante a gestão de Braga Netto e afirma que se renderia ao primeiro-sargento alemão antes de deixar registrado na farmácia do regimento que o general Patton mandou buscar sua cota de Viagra. Também em coluna para a Folha, Ruy Castro ironizou a compra de medicamentos e a declaração do presidente de que os militares não utilizam o fármaco em função de suas “performances sexuais”, mas em decorrência da sua eficácia no tratamento da hipertensão arterial e das doenças reumáticas. Para o colonista, é ainda mais preocupante que os militares estejam “com a pressão lá no alto, a ponto de explodir as artérias, e com os ligamentos, músculos e tendões em pandarecos”, já que caso Bolsonaro perca as eleições, instigando seus apoiadores a tomarem as ruas, “como reagirão nossas hipertensas e reumáticas Forças Armadas, supostas detentoras do poder armado no país (...) irão combatê-los ou aderir? Seja como for, não será o Viagra que resolverá”. A roteirista Flávia Boggio, em coluna para a Folha, ridicularizou por meio de piadas e trocadilhos a aquisição de Viagra pelo Exército e a suposta compra de próteses penianas infláveis, também usadas para impotência sexual. Dentre as diversas anedotas, a colonista colocou que “a compra é defendida até por eleitores de Bolsonaro (...) uma coisa é o cidadão morrer de Covid, a outra é o Exército apresentar baixa entre os membros”. Em coluna humorística na Folha de S. Paulo, o roteirista Renato Terra também fez uso de piadas e trocadilhos para ridicularizar as compras do Exército e afirmou que a investigação faz “parte de uma estratégia para blindar o governo com uma cortina de piadas”. O autor fez trocadilho com a expressão “cortina de fumaça”, nome que se dá a uma tática de desinformação na qual se atrai a atenção da opinião pública para histórias polêmicas, mas de menor relevância, ignorando outras de maior impacto. E completou: “Ninguém fala mais dos escândalos diários de corrupção, das rachadinhas, dos pastores ou das mansões. Só se comenta que não há forças nem armadas nos quartéis brasileiros”. (Correio Braziliense - Política - 14/04/22; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 13/04/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 14/04/22, Folha de S. Paulo - Ilustrada - 14/04/22; Folha de S. Paulo - Ilustrada - 15/04/22).

JUNHO

Comandante da Marinha usou avião da Aeronáutica para viagem de família

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o almirante de esquadra e comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, utilizou uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) para levar a mãe e a esposa de Brasília para o Rio de Janeiro, no dia 24 de dezembro de 2021. Garnier alegou motivos de trabalho para a viagem, apesar de seus únicos compromissos terem ocorrido no dia 27 de dezembro. Segundo a Folha, nenhuma das reuniões envolvia as duas familiares, apesar de sua esposa, Selma Foligne Crespino de Pinho, ocupar um cargo na Secretaria-Geral da Presidência da República. A reportagem afirmou ainda que a Marinha se negou três vezes a informar a lista de passageiros do voo, tendo Garnier alegado que não divulgaria os nomes para “preservar a imagem e a honra dos tripulantes”. O periódico conseguiu os dados por meio da Lei de Acesso à Informação somente após decisão favorável da Controladoria-Geral da União. Procuradas, a Marinha e a Aeronáutica não comentaram o caso. (Folha de S. Paulo - Política - 04/06/22)

Periódico entrevistou parlamentar autor de denúncias contra as Forças Armadas

Em entrevista concedida ao jornal Correio Braziliense, o deputado federal Elias Vaz (PSB-GO), que denunciou compras ilícitas das Forças Armadas, afirmou acreditar que há uma tentativa de esconder os dados e que, em sua opinião, quem está deturpando a

imagem das Forças é o próprio presidente da República, Jair Bolsonaro. O parlamentar afirmou que as Forças Armadas deveriam esclarecer para toda a população a compra milionária de medicamentos e que as investigações estão encontrando muitos casos de corrupção como os que foram divulgados recentemente. O entrevistado acrescentou que foi intimidado por um general, que o teria indagado sobre o que ele teria contra as Forças Armadas, tendo ele respondido que estava apenas cumprindo seu papel de investigar. O entrevistado ainda comentou sobre o "orçamento secreto", que considera um "escândalo". Por fim, Elias Vaz afirmou considerar que as compras superfaturadas feitas pelas Forças Armada, e escondidas pelo governo federal, são fortes indícios de que existe muita corrupção no governo atual. (Correio Braziliense - Política - 06/06/22)

JULHO

TCU constatou superfaturamento na aquisição de viagra pelas Forças Armadas

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou superfaturamento na compra do medicamento viagra pelas Forças Armadas. Segundo a reportagem, o edital de aquisição dos medicamentos para o Hospital Naval Marcílio Dias possuía o valor estimado de R\$ 22.226,40, porém a aquisição foi realizada por R\$ 55.188,00. Tendo isso em vista, o jornal informou que o TCU solicitou ressarcimento do valor gasto indevidamente. (Correio Braziliense - Poder - 09/07/22)

No governo Bolsonaro, ao menos 28 militares foram condenados pelo Tribunal de Contas da União

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o Tribunal de Contas da União (TCU) condenou 28 militares por má utilização de recursos públicos desde o início de 2019. Essas condenações se originam de oito processos, abertos entre 2014 e 2020, cuja maioria dos réus são oficiais superiores. Dentre os condenados, 19 são do Exército, três da Aeronáutica e seis da Marinha. Entre os anos de 2015 e 2018, 15 militares foram condenados. Ministros da corte avaliam que, mesmo que nem todas as condenações tenham ocorrido durante o governo de Jair Bolsonaro, esse aumento é devido ao espaço inédito que vem sendo ocupado por militares na Esplanada dos Ministérios. De acordo com um dos ministros, ao ocupar maior quantidade de cargos, os militares ganham mais influência sobre o orçamento, resultando em maior atenção do TCU à categoria. O Ministério da Defesa não se posicionou sobre o assunto, afirmando que esse tema diz respeito a cada uma das Forças. (Folha de S. Paulo - Política - 27/07/2022)

AGOSTO

Deputado federal identificou remuneração extraordinária de militares

De acordo com a reportagem do O Estado de S. Paulo, um levantamento feito pelo deputado do Partido Socialista Brasileiro de Goiás, Elias Vaz, revelou uma série de "supersalários" dados aos militares da ativa em 2020, no auge da pandemia de covid-19, por meio de remuneração extraordinária. A remuneração alçou montantes que ultrapassam a casa do R\$ 1 milhão, explicou o periódico. O general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, por exemplo, recebeu R\$ 926 mil em apenas dois meses de 2020. Conforme publicação do Correio Braziliense, foi solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) que barrasse o pagamento dos contracheques. Braga Netto é um entre vários casos da apuração que chamam a atenção. O ex-ministro teria recebido, além do salário mensal, o valor bruto de R\$ 925.950,40. Elias Vaz solicitou explicações do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ministro da Defesa, e afirmou: "a nossa preocupação é que Bolsonaro esteja utilizando esses benefícios como instrumento de cooptação de alguns setores das Forças Armadas, representando uma ameaça à democracia". (Correio Braziliense - Política - 12/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 11/08/22).

4 Ditadura

Ditadura, Memória e Justiça

O presente capítulo retrata uma série de acontecimentos noticiados pelos principais jornais brasileiros no ano de 2022 que revelam a necessidade da implementação de políticas de memória e justiça a respeito da ditadura civil-militar ocorrida no país entre os anos de 1964 e 1985. Como fica demonstrado no resumo dos fatos que aqui se apresenta, o uso da memória sobre o período, bem como a disputa sobre sua construção e posse, tornou-se central no debate político que se desenvolveu ao longo do ano.

Como evidência, um dos primeiros casos do ano foi reportado pelo periódico Folha de S. Paulo, no dia 30 de janeiro de 2022, no formato da coluna opinativa do jornalista Elio Gaspari, que defendeu a divulgação dos nomes dos professores responsáveis por conceder títulos de doutores honoris causa aos presidentes militares da ditadura, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Na visão do jornalista, para evitar atos de repetição, era necessário expor o nome dos professores interessados em bajular os presidentes da época. Uma semana depois, o Estado de S. Paulo noticiou o lançamento do livro “Mordaça: Histórias De Música E Censura Em Tempos Autoritários”, de autoria dos jornalistas João Pimentel e Zé McGill, que aborda o processo de censura não só política, mas também moral e orientada por um viés conservador, exercido sobre composições de artistas da época. No segundo semestre, também tivemos outros dois lançamentos similares: em setembro a Folha noticiou o lançamento do documentário “O Silêncio que Canta por Liberdade”, que investiga o impacto da repressão da ditadura civil-militar (1964-1985) sobre a música e a cultura do Nordeste e o de um segundo livro, noticiado em novembro, com o tema ‘Poder Camuflado’, do jornalista Fábio Victor, que demonstra a ligação existente entre a convivência do alto oficialato das Forças Armadas com a valorização de um discurso autoritário ligado à memória do regime ditatorial e a leniência desses com os atos antidemocráticos da atualidade.

Em março, o Correio Braziliense entrevistou o historiador Jaime Pinsky, que relembrou a criação do projeto Debate e Crítica, revista de ciências humanas e sociais que ele coordenou durante a ditadura civil-militar e que tinha como objetivo permitir aos intelectuais do período lançar um olhar crítico ao regime, ao contrário do que fazia a mídia da época, que contribuía para a construção da narrativa de que os governos militares eram eficientes, honestos, capazes e até mesmo democráticos. No mesmo mês, a Folha e O Estado destacaram a morte do chamado cabo Anselmo, que foi enterrado no dia 16 de março de 2022 com o nome falso de Alexandre da Silva Montenegro. De acordo com os periódicos, José Anselmo dos Santos integrava a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) quando liderou uma greve de militares, que acabou servindo como um dos antecedentes diretos do golpe de 1964. Depois de fugir da prisão e ir para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha, cabo Anselmo retornou ao Brasil e tornou-se colaborador da repressão, delatando seus colegas da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No final de sua vida, tornou-se próximo de figuras da extrema direita, como o escritor Olavo de Carvalho, e em 2019 chegou a ser homenageado por deputados bolsonaristas na Assembleia Legislativa de São Paulo.

No último dia do mês de março, diversos veículos noticiaram a publicação, por parte do Ministério da Defesa, da Ordem do Dia 31 de março de 2022, assinada pelo então ministro, general Walter Braga Netto, e pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O texto afirmava que o golpe militar de 1964 foi um “marco histórico da evolução política brasileira” e que as Forças Armadas agiram para “restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil”. Em consonância, também ganhou destaque a solicitação do Ministério Público Federal (MPF), ainda no dia 31, de que a Justiça determinasse a retirada dessa Ordem do Dia. Complementarmente, na mesma data, 89 entidades da sociedade civil, integrantes do Pacto Pela Democracia, divulgaram uma carta criticando a exaltação ao golpe pelo governo.

No primeiro dia do mês de abril, em uma cerimônia que marcou trocas nos ministérios e a saída de Braga Netto da Defesa, o então presidente Jair Bolsonaro elogiou a ditadura e, segundo O Estado de S. Paulo, realizou comparações elogiosas entre seu governo e o governo de militares. Em contrapartida, após as falas de Bolsonaro na cerimônia, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso fez uso de sua conta na rede social Twitter para criticar a ditadura civil-militar, denunciando as violações de direitos praticadas na época. Por sua vez, Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do ex-presidente da República, ironizou o episódio de tortura sofrido pela jornalista Miriam Leitão durante a ditadura, no qual ela, grávida, foi trancada em uma sala escura com uma cobra. Diversos veículos de comunicação registraram também as manifestações de indignação por parte de políticos, jornalistas, acadêmicos, cientistas e artistas em relação a esta fala do deputado.

Ainda na primeira metade de abril, a Folha de S. Paulo publicou reportagem que indicava que o juiz federal Luís Antonio Johnson di Salvo, do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, havia negado indenização para vítimas do

regime militar. A publicação pontuou que o juiz, à época, havia indicado apoio ao regime por meio de uma carta ao então presidente da República, Ernesto Geisel, na qual o parabenizava e expressava "solidariedade" e "sincera confiança". Sendo assim, entidade representativa das vítimas solicitava que o juiz indicasse suspeição para julgar os casos que envolvem o regime.

Também no mês de abril ocorreu um dos episódios que ganhou maior destaque no noticiário brasileiro: a publicização da existência de 10 mil horas de gravações de sessões do Superior Tribunal Militar (STM) acessadas por Fernando Fernandes, pesquisador e advogado criminalista, e Carlos Fico, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O conteúdo dos áudios, referente ao período de 1975 a 1985, inclui falas que comprovam que os ministros da Corte Militar sabiam das graves violações de direitos cometidos pelas Forças Armadas durante a ditadura. O tema foi discutido em diferentes editoriais e colunas de opinião, os quais levantaram, dentre outras questões, a evidência da conivência do STM com a continuidade do uso da tortura pelo regime, o questionamento sobre a pertinência da manutenção da Justiça Militar e como a Lei de Anistia permite a continuidade da impunidade relativa às graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura. Por outro lado, o então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, ironizou a possível investigação dos casos de tortura apontados pelo material divulgado: "Apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô (risos). Vai trazer os caras do túmulo de volta?". O presidente do STM, o general Luiz Carlos Gomes Mattos, também foi irônico, chamou a divulgação dos áudios de notícia tendenciosa e afirmou que ela seria ignorada pelo órgão. Diante destes fatos, os principais periódicos do país publicaram, ao final do mês, uma série de editoriais e artigos opinativos que indicavam a utilização crescente de um discurso de valorização da ditadura civil-militar por parte de integrantes do governo federal, em especial pelo ex-presidente Jair Bolsonaro - que junto ao seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, havia prestado homenagem ao general Newton Cruz por ocasião de seu falecimento, em 15 de abril de 2022, chamando-o de herói. Os textos também apontavam a importância da pesquisa histórica para evitar que o revisionismo levasse a um apagamento das violências e agressões cometidas pelo regime, além de argumentarem que a Lei de Anistia tem sido utilizada para garantir a impunidade aos crimes cometidos no período.

A Folha de S. Paulo destacou, no dia 16 de maio, os 10 anos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Chamados a contribuir, historiadores apontaram a importância da comissão, avaliaram que suas recomendações não foram assumidas como políticas de Estado e afirmaram que seu legado fora ofuscado pela conjuntura política do momento. Um indicativo da resistência às recomendações da CNV foi o caso noticiado pela Folha, no qual o prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), vetou um projeto de lei que alterava o nome da praça ministro Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça do governo Médici, para praça Lourenço Carlos Diaféria. De acordo com a reportagem, Nunes argumentou que Buzaid não havia sido condenado por crimes de lesa-humanidade ou por graves violações de direitos humanos e que o nome do cronista Diaféria não está no banco de referências em direitos humanos para nomeação de logradouros e, portanto, a mudança não seria possível.

No dia 30 de maio foi noticiado pelo O Estado de S. Paulo e pela Folha de S. Paulo que o grupo empresarial Volkswagen enfrenta denúncia, também divulgada pela imprensa alemã, de ter utilizado trabalho escravo durante construção em uma área agrícola às margens do Rio Amazonas, entre os anos de 1974 e 1986. É a segunda vez que o grupo é investigado por crimes cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira, sendo que em 2020 a Volkswagen concordou em pagar R\$36 milhões em indenização a familiares de ex-funcionários denunciados pelo serviço de segurança da empresa e torturados pelo aparato repressivo ditatorial.

Os meses de junho e julho foram marcados por colunas opinativas que trataram do papel que Jair Bolsonaro desempenha na apologia à ditadura. Em junho, o Estado de S. Paulo destacou o posicionamento autoritário e antirrepublicano do ex-presidente, bem como o sentimento de revanchismo deste em relação à Constituição Federal de 1988, o que pôde ser observado por meio da luta que Bolsonaro empreendeu contra instituições como o STF. Em julho foi a vez da Folha afirmar que Jair Bolsonaro não é "qualquer representante", e sim "o mais radical polo tensionador à direita da memória sobre a ditadura", na medida em que declara que militares mataram pouco, exalta torturador, zomba de torturados e de familiares de desaparecidos. Ainda em julho, o jurista Almir Pazzianotto, em coluna opinativa no Estado, tratou de diferentes episódios de violência política ocorridos na história recente do país e apontou que era papel do então presidente da República conclamar apoiadores e opositores a realizarem eleições pacíficas.

No início do mês de agosto, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram a divulgação da nova Carta aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito. O Estado indicou que, assim como o governo ditatorial desqualificou a primeira carta, escrita em 1977, Jair Bolsonaro reagiu à nova carta dizendo: "Não precisamos de nenhuma cartinha". No mesmo mês, o jornalista André Gustavo Stumpf, ao narrar sua experiência na cobertura da posse do general Costa e Silva, indicou que a disputa entre facções do Exército esteve presente ao longo de toda a história do Estado moderno brasileiro e que, atualmente, o Exército havia encontrado na candidatura de Bolsonaro uma via de participação política.

A tônica do noticiário do mês de agosto seguiu pautada na relação de apoio e aprovação de Jair Bolsonaro à ditadura, com os jornais repercutindo afirmações inverídicas e declarações de teor golpista dadas pelo ex-presidente a diferentes veículos de comunicação. Ainda assim, pesquisa publicada pela Folha indicou que o número de

apoiadores da ditadura era de apenas 7%, o menor desde 1989, e que 75% dos entrevistados apoiavam a democracia.

No mês de outubro foram noticiadas duas propostas aventadas no governo Jair Bolsonaro que remetiam a medidas tomadas durante a ditadura civil-militar. A primeira, que depois foi negada pelo então presidente, fazia referência ao aumento no número de assentos no STF, de 11 para 16, o que se assemelharia ao proposto pelo AI-2 e que visava garantir ao regime a maioria na Corte. A segunda foi um estudo proposto pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a alteração do índice de reajuste do salário mínimo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a expectativa ou meta de inflação. Medida semelhante foi adotada pelo governo Castelo Branco e foi criticada por diminuir o poder aquisitivo dos trabalhadores.

O início do mês de novembro, período posterior ao segundo turno das eleições ocorridas em 30 de outubro, foi marcado por notícias relativas às ações de grupos bolsonaristas que não aceitaram o resultado do pleito e passaram a pedir a intervenção das Forças Armadas com base em interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Federal. No dia 01 de novembro, o Correio Braziliense noticiou a montagem de um acampamento em frente ao Quartel General do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU) de Brasília. Dentre as reivindicações do grupo estavam a intervenção militar, a prisão de ministros do STF, a instituição do voto impresso e o impedimento da posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. A este respeito, a Folha de S. Paulo reportou ter consultado alguns generais que classificaram o movimento como pacífico e democrático, posicionamento semelhante ao adotado pelo Ministério da Defesa. Como contraponto, em 03 de novembro, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, declarou que "Aqueles que criminosamente não estão aceitando [o resultado das eleições], aqueles que criminosamente estão praticando atos antidemocráticos serão tratados como criminosos". No final do mês, o jornalista André Gustavo Stumpf discorreu sobre a ascensão dos militares ao poder em 1964 e o contexto político da época, traçando um paralelo com os protestos em todo o país após o resultado das eleições de 2022. Como conclusão, Stumpf apontou que "os brasileiros conhecem os passos dessa estrada. A história torna evidente o tamanho do equívoco. Esse pessoal na porta dos quartéis é massa de manobra, exatamente como foram os que desfilaram em 1964. Quem não se lembra de seus erros está condenado a repeti-los".

Maria Cecília de Oliveira Adão
Docente no Claretiano - Centro Universitário

Marcela Furlan de Cena
Graduanda em Rel Internacionais na UNIFESP

FEVEREIRO

Colunista defendeu divulgar nomes de concessionários de títulos a Costa e Silva e Médici

Em coluna opinativa no jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Elio Gaspari defendeu a divulgação dos nomes dos professores responsáveis por conceder títulos de doutores honoris causa aos presidentes da ditadura militar (1964-1985) Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Os títulos foram dados no século passado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estão atualmente em processo de suspensão pela reitoria da universidade. Na visão do colunista, mais do que a cassação dos títulos, é preciso expor o nome daqueles "professores titulares, interessados em bajular os presidentes", que votaram pela concessão do "mimo" aos generais, para que se possa, assim, evitar "a repetição das palhaçadas" vividas durante o regime militar. (Folha de S. Paulo - Poder - 30/01/22)

Lançado livro sobre músicas censuradas na ditadura militar

Uma reportagem no jornal O Estado de S. Paulo contou sobre o livro "Mordaça: Histórias De Música E Censura Em Tempos Autoritários", de autoria dos jornalistas João Pimentel e Zé McGill. A obra trata da repressão que grandes figuras artísticas do período da ditadura militar (1964-1985) sofreram em suas composições. Os autores entrevistaram as principais vítimas da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), principalmente após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que endureceu o regime. Nomes como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Paulinho da Viola, Marcos Valle, Geraldo Azevedo, Jards Macalé, João Bosco, Jorge Mautner, Ivan Lins, Paulo César Pinheiro, Martinho da Vila, Eduardo Gudin, Joyce Moreno, entre outros, contaram suas experiências com o órgão repressor. O livro mostra que até uma letra errada, como a troca de A por Z, era motivo de indagação pelos censores, que viam ameaça ao regime em quase tudo. Os autores destacaram também que os censores não necessariamente eram pessoas qualificadas ao cargo, podendo ser esposas de militares ou até ex-jogadores de futebol. Além dos casos mais notáveis, como "Apesar

de Você” ou “Cálice”, de Gil e Chico, ou “O Mestre Sala do Mares”, de Bosco e Aldir Blanc, a obra ainda explorou casos menos conhecidos, como “Canção da Despedida”, de Geraldo Azevedo e Geraldo Vandré, e “Sagarana”, de Paulo César Pinheiro, inspirado na obra de Guimarães Rosa, na qual os censores suspeitavam haver um “código secreto”. O periódico relatou que a censura não acabava em questões políticas, mas a moral e os bons costumes também eram supervisionados no período. Gilberto Gil comentou sobre isso: “O comum entre a prisão de 1968 e a de 1976 é a tentativa de censura no sentido mais amplo. A primeira, política, a segunda, mais moralista. É aquilo que falo sobre o conservadorismo. São eles tentando, insistentemente, resistir ao deslocamento”. Segundo o jornal, os autores não conversaram com nenhum antigo censorador, pois a maioria possui idade avançada ou já faleceu. (O Estado de S. Paulo - Cultura e Comportamento - 12/02/22)

Atualização do Código Penal Militar foi aprovada na Câmara dos Deputados

Segundo o jornal Correio Braziliense, a Câmara dos Deputados aprovou em 17/02/22 um projeto de lei da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que atualiza o Código Penal Militar (CPM) para compatibilizá-lo com o Código Penal comum e a Constituição Federal de 1988. O jornal destacou que uma das alterações propostas é a supressão do artigo 166 do CPM, que considera crime a publicação ou crítica pública e indevida a um ato de superior hierárquico. O texto vai agora ao Senado. (Correio Braziliense - Política - 18/02/22)

MARÇO

Historiador falou sobre projeto crítico à ditadura militar

Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, o historiador Jaime Pinsky contou sobre o projeto que encabeçou, durante a ditadura militar (1964-1985), para criar uma publicação de ciências humanas e sociais com objetivo de divulgar um olhar crítico quanto ao regime, contrariando o tratamento da mídia hegemônica, que colaborava para a narrativa de um governo eficiente, honesto, capaz e até democrático. Apresentou, em conjunto com o sociólogo José de Souza Martins, a ideia ao professor universitário Florestan Fernandes, já considerado à época um intelectual notório, a fim de obter uma proteção mínima da provável repressão militar ao projeto. Pinsky, no artigo, afirmou que Florestan disse que a chance de serem presos pelo regime era enorme, mas, apesar disto, concordou em participar. A publicação, que visava tirar os intelectuais do isolamento a que o regime militar os submeteu, foi denominada “Debate&Crítica” e reuniu diversas personalidades, com posicionamentos divergentes, porém dedicadas a enfrentar um inimigo comum. (Correio Braziliense - Opinião - 07/03/22)

Justiça Militar aceitou recurso para julgar policiais militares

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo respondeu afirmativamente a um pedido da Defensoria Pública do estado sobre a revisão de uma sentença que absolveu dois policiais militares em um caso de estupro dentro de uma viatura policial. O juiz Silvio Hiroshi Oyama, da Justiça Militar, aceitou o pedido da defensoria sobre o caso, afirmando “não haver razão para que pessoas ofendidas por crimes militares tenham menos prerrogativas que vítimas de crimes comuns”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 12/03/22)

Cabo que atuou como agente duplo na ditadura foi enterrado com nome falso

Conforme publicado pelos periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o cabo da Marinha José Anselmo dos Santos foi enterrado, no dia 16/03/22, com o nome falso de Alexandre da Silva Montenegro, no cemitério Nossa Senhora de Montenegro, em Jundiá, após falecer por ocorrência de um mal súbito. De acordo com as reportagens, Anselmo integrava a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) quando liderou uma greve dos militares, que acabou servindo como um dos antecedentes diretos do golpe militar de 1964. Após ser cassado e preso, o marinheiro fugiu da prisão e foi para Cuba, onde treinou táticas de guerrilha. De volta ao Brasil, o ex-militar foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e aceitou delatar seus colegas da Vanguarda Popular Revolucionária em troca de proteção. Os jornais destacaram a proximidade do cabo a figuras de extrema-direita, como o escritor Olavo de Carvalho, nos seus últimos anos de vida. Anselmo chegou a ser homenageado por deputados bolsonaristas na Assembleia Legislativa de São Paulo em 2019. (Folha de S. Paulo - Política - 17/03/22; O Estado de S. Paulo - Política - 17/03/22)

Ministério da Defesa publicou a Ordem do Dia em defesa ao golpe militar de 1964 e atraiu críticas de entidades e do Ministério Público

Segundo os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça, no dia 31/03/22, que determinasse a retirada de uma Ordem do Dia alusiva ao movimento golpista que iniciou a ditadura militar em 31/03/64, publicada no dia 30/03/22 pelo Ministério da Defesa e assinada pelo então ministro, general Walter Braga Netto, e pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A publicação diz que o golpe militar (1964-1985) foi um “marco histórico da evolução política brasileira” e que as Forças Armadas agiram para “restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil”. Segundo o Correio, foi um dos últimos atos de Braga Netto à frente da pasta, pois assumiu o cargo de assessor especial do Gabinete Pessoal do presidente da República, Jair Bolsonaro, com quem deve formar chapa, como candidato a vice-presidente, nas eleições de 2022. De acordo com a Folha, o MPF já havia questionado em 2019 a divulgação de um vídeo comemorativo ao golpe nos canais de comunicação da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), requerendo do governo que não voltasse a exaltar o regime ditatorial. Segundo O Estado, a representação do MPF desta vez afirmou que o governo “reitera em ato ilícito” e demonstrou “verdadeiro menoscabo” em relação à Constituição Federal, às leis e ao Estado Democrático de Direito. A Folha destacou ainda que 89 entidades da sociedade civil, integrantes do Pacto Pela Democracia, divulgaram uma carta em 31/03/22 criticando a exaltação ao golpe pelo atual governo. O documento registra que “O regime autoritário imposto pelo golpe militar de 1964 ceifou vidas, com cerca de 434 pessoas mortas, mais de 20 mil cidadãos e cidadãs brasileiras torturadas, além da perseguição e do afastamento da vida pública de quase 5.000 representantes políticos em todo país. A censura imposta a estudantes, jornalistas, artistas e intelectuais deixou cicatrizes profundas nas instituições e na sociedade brasileiras”. Também na Folha de S. Paulo, o jornalista Reinaldo Azevedo afirmou, em coluna opinativa, que a Ordem do Dia “entra para a história como uma das peças mais desavergonhadas da República em razão das mentiras que conta, das conclusões a que chega e das ameaças que embute”. O jornalista ainda questionou a política do “medo do comunismo”, a partir da qual setores da sociedade e a chamada “terceira via” da disputa eleitoral têm resistido a adotar atitudes que possam favorecer o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva e, assim, permitido as ameaças de golpe do presidente e das Forças Armadas. A Folha de S. Paulo informou também que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ingressou com uma representação na Procuradoria Geral da República para que a Ordem do Dia fosse retirada do portal do Ministério da Defesa. (Correio Braziliense - Política - 01/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 31/03/22; Folha de S. Paulo - Política - 01/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 01/04/22

Em cerimônia que marcou trocas nos Ministérios e saída de Braga Netto da Defesa, Bolsonaro elogiou a ditadura militar

Segundo os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro adotou um tom eleitoral em seu discurso na cerimônia realizada em 31/03/22 no Palácio do Planalto e que marcou a substituição dos ministros que disputarão cargos nas eleições de 2022, com ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e defesa da ditadura militar (1964-1985). Segundo a Folha, Bolsonaro afirmou que na ditadura “todos aqui tinham direito de ir e vir, e sair do Brasil, trabalhar, constituir família, de estudar”, referindo-se ao deputado federal Daniel Silveira, seu apoiador, que resistia à decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes que o obrigou a utilizar tornozeleira eletrônica. O dispositivo foi instalado após a cerimônia. Em outro momento, segundo a Folha, Bolsonaro afirmou que o general Humberto de Alencar Castello Branco chegou à presidência, em abril de 1964, pelo Congresso Nacional, ignorando que antes do pleito houve um golpe que derrubou o então presidente da República João Goulart, diversos parlamentares foram cassados e que o general era candidato único ao cargo, dando início ao regime de exceção. O Estado de S. Paulo informou também que Bolsonaro fez comparações entre os governos militares e o seu, elogiando obras como a da Zona Franca de Manaus, ignorando também que a lei que estabelecia sua criação foi promulgada no governo de Juscelino Kubitschek, em 1957, tendo sua instalação efetivada em 1967 no governo do general Castello Branco. Segundo a Folha de S. Paulo, a cerimônia marcou também a saída do general Walter Braga Netto do Ministério da Defesa, que deverá ser candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Bolsonaro. O general Paulo Sérgio Nogueira assumiu a pasta e em seu lugar como comandante do Exército ficou o general Marco Antônio Freire Gomes. Segundo

a Folha, a expectativa de membros das Forças Armadas é que o general Sérgio Nogueira seja mais cauteloso e menos alinhado aos arroubos de Bolsonaro, evitando expor o Ministério a embates com as demais Instituições. Já O Estado de S. Paulo relatou que o ministro do STF Luís Roberto Barroso utilizou o Twitter para criticar a ditadura militar após as falas de Bolsonaro na cerimônia. O ministro denunciou o exílio forçado, a censura, o cancelamento das eleições presidenciais, o fechamento do Congresso Nacional, cassações e proibições de manifestações públicas. Também elogiou o período democrático desde 1988 como “o mais longo período de estabilidade institucional da vida brasileira”, no qual o país melhorou indicadores sociais e econômicos. O Estado também informou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) usou as redes sociais para falar sobre o golpe militar, afirmando que a Justiça Eleitoral celebra “a importância e a fundamentalidade do patrimônio democrático, da liberdade das cidadãs e dos cidadãos e do Estado Democrático de Direito”. (Folha de S. Paulo - Política - 01/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 01/04/22)

ABRIL

Colunista comentou a ordem do dia alusiva ao 31 de março assinada por Braga Netto

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, Cristina Serra comentou a ordem do dia alusiva ao 31 de março, destinada aos quartéis, assinada pelo ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e pelos três comandantes militares, acerca do golpe de 1964. A colunista assinalou que o conteúdo do documento é uma tentativa de reescrever a história e que o acontecimento de 64 se tratou de um golpe militar empresarial, que empobreceu e perseguiu o povo, não um movimento ou revolução. Ademais, Serra comentou que o texto condensa o pensamento bolsonarista, premeditando a violência que irá reger o processo eleitoral de 2022. Serra relembrou ainda os ataques do presidente da República, Jair Bolsonaro, às urnas, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (Folha de S. Paulo - Opinião - 02/04/22)

Eduardo Bolsonaro zombou de tortura sofrida pela jornalista Miriam Leitão durante a ditadura

Segundo reportagens dos periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o deputado federal e filho do presidente da República, Eduardo Bolsonaro (PL-SP), ironizou um dos episódios de tortura sofrido pela jornalista Miriam Leitão durante a ditadura militar, no qual ela foi trancada em uma sala escura com uma cobra, enquanto estava grávida. A jornalista publicou em uma rede social sua coluna para o jornal O Globo e escreveu: “Qual é o erro da terceira via? É tratar Lula e Bolsonaro como iguais. Bolsonaro é inimigo confesso da democracia. Coluna de domingo”. O filho do presidente reagiu compartilhando uma imagem de tal coluna com a legenda: “Ainda com pena da [emoji de cobra]”. Segundo as reportagens citadas, o deputado já defendeu o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), e seu pai, Jair Bolsonaro, costuma defender a ditadura e já prestou homenagens a Carlos Brilhante Ustra, coronel condenado em uma ação sobre sequestro e tortura durante o regime militar. Diversos políticos, jornalistas, acadêmicos, cientistas e artistas manifestaram sua indignação com a publicação de Eduardo Bolsonaro, e dois partidos políticos – o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a Rede Sustentabilidade – entraram com o pedido de cassação de seu mandato no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar, alegando que declaração foi “criminosa, repugnante e abjeta” e que “apologia à tortura é crime e quem a pratica deve se submeter aos rigores da legislação”. Ainda sobre linguagem alusiva à ditadura, a coluna opinativa do jornalista e escritor Álvaro Costa e Silva na Folha discorreu acerca das expressões utilizadas pelo presidente Jair Bolsonaro, tal como “ponta da praia”, que é uma gíria utilizada inicialmente no período ditatorial pelos militares, fazendo referência a uma base em Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro, onde presos políticos foram executados. O jornalista também citou a expressão “dentro das quatro linhas”, significando a possibilidade de se rebelar e não aceitar o resultado das urnas, “jogar fora das quatro linhas é dar golpe contra as instituições”, afirmou Costa e Silva. Ele ainda caracterizou Bolsonaro como um “general golpista que se finge de democrata”, pois ao passo que se candidata a presidente, também defende o golpe de 64. (Folha de S. Paulo - Política - 04/04/22; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 05/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 05/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 04/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 05/04/22)

Morre jurista que defendeu os direitos humanos e se opôs à ditadura

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o jurista e professor universitário Dalmo Dallari faleceu no dia 08/04/22 aos 90 anos de idade devido a um grave caso de insuficiência respiratória. O professor possui um histórico de defesa dos Direitos Humanos e enfrentamento da ditadura militar no Brasil, além de ser considerado um dos mais importantes juristas do país, lecionando na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Quando a ditadura iniciou no país, em 1964, Dallari atuou como resistência democrática e oposição ao regime, prestando apoio jurídico e denunciando casos de violação dos Direitos Humanos. O jurista recebeu homenagens importantes, inclusive da ex-presidenta Dilma Rousseff, que tuitou a frase "com a morte de Dalmo Dallari, o Brasil perde um dos maiores juristas de sua história e um grande defensor da democracia e do Estado de Direito. Sempre esteve do lado certo da história: contra os golpes, como o que foi cometido contra mim, e contra violência do estado". O jornal *O Estado de S. Paulo* também publicou matéria sobre a morte do jurista. O periódico citou diversas homenagens que Dallari recebeu, entre elas de seu ex-aluno e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que comentou "Com inteligência, coragem e sabedoria, Dalmo Dallari foi um exemplo para gerações de professores e estudantes". Outro ex-aluno, o ex-prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, citou que Dallari foi um "gigante da cidadania". (*Correio Braziliense* - Brasil - 09/04/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 09/04/22)

Juiz que rejeitou indenizar vítimas da ditadura indicou apoio ao regime e é contestado

Segundo reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, o juiz federal Luís Antônio Johonsom di Salvo, do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região, que recentemente negou indenizações a vítimas da ditadura militar no Brasil, indicou apoio ao regime na época por meio de uma carta ao então presidente da República, Ernesto Geisel, para parabenizá-lo e expressar "solidariedade" e "sincera confiança". A Associação Heinrich Plagge, que representa ex-empregados da Volkswagen que sofreram perseguição política durante a ditadura, cobra que o magistrado declare suspeição para julgar casos que envolvam o regime. De acordo com o periódico, o juiz federal reverteu decisões que condenavam o Estado a pagar indenização por danos morais aos perseguidos políticos e, dentre os argumentos para negar os pagamentos, ele afirmou que as pessoas sabiam dos riscos de se posicionarem contra o regime. (*Folha de S. Paulo* - Política - 14/04/22)

Periódicos discutiram a vida do general Newton Cruz, defensor do regime militar, e um deles recordou Egídio Ferreira Lima, defensor da Democracia

O jornal *Correio Braziliense* relatou a vida de duas personalidades da época do regime militar (1964-1985) falecidas recentemente. A primeira foi Egídio Ferreira Lima, deputado estadual durante o regime militar, cujos direitos políticos foram cassados em 13/12/68, pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Lima, segundo a reportagem, recuperou seus direitos políticos após a Lei da Anistia, decretada em agosto de 1979, pelo então presidente da República João Batista Figueiredo. Já em abril de 1984, Lima votou pela emenda Dante de Oliveira, exigindo a realização de eleições diretas para o Palácio do Planalto naquele ano, como um defensor das campanhas das Diretas Já. Por outro lado, o periódico destacou a carreira marcada por polêmica do general Newton Araújo de Oliveira e Cruz, que foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) nos anos de 1977 a 1983. Segundo o jornal, o general Cruz fez parte da linha dura do regime, sendo apontado como participante da tentativa de atentado ao Riocentro em 1981 e pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) como um dos militares praticantes de tortura, nunca sendo julgado pelos crimes que cometeu. Entretanto, segundo a reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Cruz ficou conhecido por "não ter impedido o atentado ao Riocentro", apesar de seu conhecimento prévio, e por suas "falas polêmicas e jeito agressivo", como quando mandou um jornalista calar a boca, ao mesmo tempo em que o agarrou pelo braço e pelo pescoço, em 1983. Ainda em 1983, o general teria se envolvido no Caso Alexandre von Baumgarten. Ainda segundo *O Estado de S. Paulo*, foi um dos responsáveis pela destruição, um ano antes de deixar o posto, de diversos documentos do regime. Assim como o *Correio Braziliense*, a *Folha de S. Paulo*, o apontou como um dos 6 acusados do atentado do Riocentro, e como um dos principais críticos à reabertura dos arquivos e um dos poucos fortemente acusados durante o regime militar. Por fim, a *Folha de S. Paulo* lembrou da entrevista concedida pelo general, em que confessou saber da informação sobre o atentado

do Riocentro com 2 horas de antecedência. (Correio Braziliense - Política - 17/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 17/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 17/04/22)

Gravações do Superior Tribunal Militar I: áudios indicam caso de tortura durante o regime militar e vice-presidente da República Hamilton Mourão debochou de possível investigação

Segundo reportagens dos periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, 10 mil horas de gravações de sessões do Superior Tribunal Militar (STM), acessadas por Fernando Fernandes, pesquisador e advogado criminalista e Carlos Fico, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apontaram episódios de tortura durante o regime militar (1964-1985). O conteúdo dos áudios, referente ao período de 1975 a 1985, se resume a falas de ministros e almirantes sobre os episódios de tortura que chegavam para a análise da Corte. De acordo com os jornais, na sessão de 19/10/76, em áudio atribuído ao almirante Julio de Sá Bierrenbach foi dito: "Senhores ministros, já é tempo de acabarmos de uma vez por todas com os métodos adotados por certos setores policiais de fabricarem indiciados, extraindo-lhes depoimentos perversamente pelos meios mais torpes, fazendo com que eles declarem delitos que nunca cometeram, obrigando-os a assinar declarações que nunca prestaram". Uma fala atribuída ao general Augusto Fragoso, de 09/06/78, mencionou que "Eu, nesses 50 e tantos anos de serviço, vivendo crises militares de 1930, 1932 e 1935, nunca vi, nunca ouvi, acusações desse jaez feitas a órgãos do Exército. Acho que nosso Exército, seguindo exemplo das forças irmãs, devia rapidamente se recolher aos afazeres profissionais", e ainda "Não posso deixar assim passar em brancas nuvens essas acusações que foram feitas na tribuna contra esses órgãos do Exército. E sabemos que muitas delas são destituídas completamente de fundamento, mas algumas delas têm aparência de veracidade". Em outro trecho, atribuído ao general Rodrigo Octávio, é relatado, em 24/06/77, o aborto sofrido por Nádia Lúcia do Nascimento aos três meses de gravidez em decorrência de tortura por meio de "choques elétricos em seu aparelho genital" no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão de repressão política sob comando do Exército que agia no combate à oposição ao regime. Desse modo, nota-se que os áudios comprovam que os ministros da Corte Militar sabiam das violações de direitos cometidos pelo Exército durante a ditadura, se dividindo na época entre aqueles que acreditavam na necessidade de apurar as denúncias e aqueles que duvidavam da veracidade do depoimento dos denunciantes. Segundo os jornais, o Exército, quando procurado, declarou que o STM é um órgão do Judiciário e não vai se manifestar sobre os áudios. O senador Humberto Costa, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, se manifestou afirmando que "temos a obrigação de investigar qualquer tipo de denúncia de desrespeito aos direitos humanos, particularmente na temática de tortura, em especial no momento que vivemos, em que alguns daqueles que viveram e apoiaram a ditadura partem para uma defesa do que eles chamam de virtudes do regime militar" e completou "É bom lembrar que, há pouco, a ordem do dia das três Forças Militares e do ministro foi no sentido de louvar o golpe militar e os anos de ditadura". Já o vice-presidente da República Hamilton Mourão, de acordo com a apuração do Correio Braziliense, ironizou a possível investigação dos casos de tortura apontados pelo material divulgado. "Apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô. Vai trazer os caras do túmulo de volta?" disse, na chegada ao Palácio do Planalto, afirmando ainda que "História, isso já passou, né? É lógico, você tem que conhecer a História. A História, ela sempre tem dois lados ao ser contada. Então, vamos lembrar: aqui houve uma luta, dentro do país, contra o Estado brasileiro, por organizações que queriam implantar a ditadura do proletariado aqui. Era um regime que na época atraía, vamos dizer assim, uma grande quantidade da juventude brasileira e, também, parcela da sociedade, mas que perderam essa luta. Ah, houve excessos? Houve excesso de parte a parte". Ainda, de acordo com os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, o senador Costa, considerou as denúncias muito graves e encaminhou um ofício ao STM com a finalidade de obter as gravações. Personalidades como o senador Renan Calheiros e o advogado e presidente do grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo, Ariel de Castro Alves, criticaram as falas do vice-presidente. (Correio Braziliense - Poder - 18/04/22, Correio Braziliense - Poder - 18/04/22; Correio Braziliense - Política - 19/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 18/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 19/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 20/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 18/04/22)

Gravações do Superior Tribunal Militar II: jornais e especialistas analisaram e se posicionaram sobre os áudios revelados e falas de Hamilton Mourão

Em editorial, o periódico *O Correio Braziliense* discorreu sobre os áudios obtidos por Carlos Fico, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), caracterizando as revelações como “estrangeiras”. O jornal destacou as torturas sofridas por mulheres como Nádia Lúcia do Nascimento, que sofreu um aborto após agressões físicas nos porões do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), além da jornalista Miriam Leitão, que foi colocada grávida em uma cela escura junto a uma cobra, e que hoje foi quem tornou os áudios públicos. O editorial destacou a necessidade de “passar a limpo” parte da história do período ditatorial, com a aprovação ou não dos defensores dessa parte do passado brasileiro, e ainda citou ao fim a frase da economista Zeina Latif ao *Correio*, afirmando que “militares se limitem ao quartéis”, ao lembrar a forte representação militar no atual governo, finalizou dizendo que “repetir esse descalabro é inaceitável”, ao se referir ao regime militar, lembrando as consequências na economia, com a inflação, o aumento da desigualdade social, o endividamento público, e obviamente, a tortura. E em análise do jornalista e colunista do *Correio*, Luiz Carlos Azevedo, as falas do general da reserva e vice-presidente da República Hamilton Mourão, ao afirmar que “apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô. (risos). Vai trazer os caras do túmulo de volta?”, traduzem a repulsa das Forças Armadas em tratar do tema com um olhar autocrítico e democrático. Essa negação é legitimada pela “anistia recíproca”, que ao fim do regime militar marcou um importante passo na libertação de presos políticos. Ao contrário do que afirmou Mourão, outros 97 militares envolvidos em torturas ainda estão vivos em lista publicada pelo Instituto Vladimir Herzog, segundo o colunista. Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* se referiu como “piada de mau gosto” ao apontar uma mesma lógica dos anos de chumbo no Superior Tribunal Militar (STM), e colocou como ainda pior a defesa do presidente da República Jair Bolsonaro de que civis sejam julgados pela Justiça Militar por eventuais ofensas às Forças Armadas. Ademais, em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo* o colunista Hélio Schwartzman apontou que os ministros do STM estavam cientes dos abusos cometidos, e mesmo assim, não colocaram um fim àquilo que eles próprios definiram como covardia, descumprindo assim suas obrigações. Schwartzman concluiu que os áudios de ministros do STM são o mais novo episódio em uma sequência de notícias que desmoralizam as Forças Armadas, como a má gestão do Ministério da Saúde por um militar, as denúncias de corrupção no uso da verba do covid-19, e a aquisição de dezenas de milhares de comprimidos de Sildenafil, o genérico do Viagra. Segundo ele, “Incompetência, roubalheira e pusilanidade é o resumo do noticiário militar. E há ainda o golpismo permanente. Vai ficando cada vez mais difícil sustentar que as Forças Armadas se modernizaram e democratizaram.” (*Correio Braziliense* – Opinião – 19/05/22; *Correio Braziliense* – Política – 19/04/22; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 19/04/22; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 20/04/22; *Folha de S. Paulo* – Política – 20/04/22)

Gravações do Superior Tribunal Militar III: áudios confirmaram ilegalidade em cassação de Moreira Alves

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, em áudios divulgados pelo *O Globo*, e confirmados pelo *O Estado*, o general Rodrigo Octavio, do Superior Tribunal Militar (STM) afirmou que cassação de Marcio Moreira Alves (1936-2009) foi ilegal. O parlamentar do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), teve seu mandato cassado em 1968 pelo Ato Institucional nº 5, após realizar um discurso considerado ofensivo às Forças Armadas, além disso era opositor do regime. O caso veio à tona após a divulgação de áudios pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico, que provou a parcialidade nos julgamentos dos STM, relativizando as denúncias de tortura e ignorando a lei, e o caso do ex-deputado demonstrou isso. Após o AI-5, jornalistas e políticos que se posicionassem publicamente contra o regime eram perseguidos, e punidos, Moreira foi exilado e só retornou ao Brasil após a Lei de Anistia em 1979. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 19/04/22)

Gravações do Superior Tribunal Militar IV: jornalistas criticaram a Justiça Militar e falas do presidente do Superior Tribunal Militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Luiz Carlos Gomes Mattos, ironizou a divulgação de áudios que comprovam a prática de tortura durante o regime militar

(1964-1985). O ministro e general do Exército aproveitou a abertura da sessão plenária para comentar os áudios, classificando-os como tendenciosos, cujo objetivo seria influenciar a opinião pública contra as Forças Armadas. Segundo ele, “Não têm nada para buscar hoje, vão buscar no passado, rebuscar o passado. Só varrem um lado, não varrem o outro. É sempre assim. Nós já estamos acostumados com isso”. E concluiu dizendo: “Não temos resposta nenhuma para dar. Simplesmente ignoramos uma notícia tendenciosa, que nós sabemos o motivo. Aconteceu durante a Páscoa. Garanto que não estragou a Páscoa de ninguém. A minha não estragou”. Em coluna opinativa à Folha de S. Paulo, o colunista Thiago Amparo condenou a negligência do presidente do STM frente aos áudios divulgados, a respeito das torturas ocorridas durante o regime militar. Para o colunista, o episódio “é a epifania de que precisávamos para afirmar o que há muito deveria ser dito: a Justiça Militar deve ser abolida”. Na perspectiva de Amparo, os processos envolvendo militares deveriam ser julgados pela Justiça Comum, seguindo o exemplo da Argentina e de outros países latino-americanos, e levando em consideração o viés autoritário do STM onde 10 dos 15 ministros são militares da ativa, tendo em dez anos condenado apenas um general. Já o jornalista Marcelo Coelho, em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, vai mais além e propõe a revogação da Lei de Anistia de 1979. Segundo ele, a Lei de Anistia visou acelerar o processo de redemocratização e realocar os militares para os quartéis; assim, a esquerda aceitou “por comodismo e medo” o pacto e engoliu os anos de perseguição política e violação de direitos. Entretanto, Coelho apontou que em vista dos desdobramentos atuais, seja no sentido de esquecer o período ditatorial ou no ímpeto de ressuscitá-lo, “revogar a Lei da Anistia não é mais uma questão de remexer o passado. É uma imposição, com vistas ao futuro que desejamos ter”. Para o autor, não se pode promover impunidade a quem se vangloria dos crimes cometidos no passado. (Correio Braziliense - Política - 20/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 20/04/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 21/04/22; Folha de S. Paulo - Ilustrada - 21/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 20/04/22)

Gravações do Superior Tribunal Militar V: estudiosos avaliaram a importância dos áudios divulgados sobre as violações cometidas pelo regime militar

O periódico Folha de S. Paulo, ouviu quatro historiadores e um cientista político a respeito dos áudios que comprovam a prática de tortura durante o regime militar (1964-1985) e o conhecimento das autoridades sobre as violações de direitos que ocorriam na época. Segundo Marcos Napolitano, autor e historiador da Universidade de São Paulo, os áudios são achados documentais importantíssimos “por revelar os mecanismos de funcionamento do sistema jurídico da repressão política e a lógica processual e argumentativa que instruiu os juízes militares”; e continuou dizendo que eles revelam “os pontos de contato e tensão entre o sistema legal (baseado na tipificação do ‘crime político’ em nome da segurança nacional e nos ritos processuais) e o sistema paralegal de repressão (baseado em interrogatório sob torturas para extrair informações e em execuções extrajudiciais)”. Para Napolitano, a Justiça Militar foi uma “justiça de regime”, além de ser uma justiça corporativa. O cientista político e professor João Roberto Martins Filho endossou que o Superior Tribunal Militar (STM) não tomou atitudes contra os torturadores durante o regime militar e denotou que “até para os oficiais da geração da Guerra Fria, marcados por um anticomunismo arraigado, aquele grau de barbaridade da repressão começou a incomodar”. Por sua vez, o autor e historiador José Murilo de Carvalho apontou que apesar de os áudios não apontarem algo novo em termos de evidência dos atos inconstitucionais cometidos, eles revelam o reconhecimento por parte de juízes militares da existência dessas práticas. Segundo Murilo de Carvalho, a divulgação dos áudios vai contra posicionamentos recentes por parte do governo; “A sistemática negação da tortura por parte dos militares, e hoje também do governo, sofre forte golpe. Em contraste com as do Chile e da Argentina, as Forças Armadas brasileiras nunca admitiram a tortura e assassinato de presos”. Nesse mesmo viés, o professor Rodrigo Patto Sá Motta afirmou que os áudios chamam a atenção pública para a realidade da ditadura, que vem sendo negada por nostálgicos do período. Por fim, a historiadora Dulce Pandolfi também mencionou a Lei da Anistia e a narrativa que foi imposta no sentido de silenciar as denúncias de violações de direitos. Segundo ela, “O problema é que a ditadura brasileira sempre negou a existência da tortura, e a Lei da Anistia, que não aborda o tema da tortura, acabou isentando os torturadores. Daí a importância enorme desse material”. (Folha de S. Paulo - Política - 20/04/22)

“Homenagens a torturadores substituí lugar de torturados”, diz Socióloga

Em coluna opinativa do jornal Folha de S. Paulo, a colunista e socióloga, Angela Allonso, comentou “[Hoje, em homenagens] os torturados foram substituídos pelos torturadores”. A coluna se deu no contexto da morte do general reformado Newton Araújo de Oliveira e Cruz, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Na ocasião, o presidente da República Jair Bolsonaro depositou no túmulo do militar uma coroa de flores, acompanhada de uma faixa com os dizeres “tributo à democracia”. Seu filho, o deputado Federal Eduardo Bolsonaro, acompanhou o pai nas homenagens e acrescentou que o general foi “um GRANDE HERÓI da resistência brasileira contra o comunismo em favor da liberdade”, conforme publicação. Pai e filho, “transmutam figura-chave da ditadura em paladino democrata”, comentou a colunista. O SNI foi símbolo da repressão durante o regime militar (1964-1985), período que, desde a Comissão Nacional da Verdade, tem sido enaltecido por movimentos de extrema direita, relembrou Allonso. A socióloga apontou o revisionismo - “em vez de ditadura, revolução” e acrescenta: “fala-se de luta de igual para igual entre soldados da liberdade e terroristas comunistas. A equivalência é uma fantasia, mas prospera como fogo em pólvora pela internet, em círculos vedados a juízo divergente”. A morte do general reformado foi seguida da revelação de áudios, pelo historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carlos Fico, que atestam a tortura institucionalizada na ditadura, esclareceu Allonso. A colunista, por fim, afirmou: “Mourão disse que a tortura é ‘história, isso já passou.’ Não passou, está aí na berlinda. O passado, como o presente e o futuro, se disputa todo dia. (Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 22/04/22)

Em entrevista, Economista disse que “Lugar de militares é no quartel, não no governo

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, Zeina Latif, doutora em economia pela Universidade de São Paulo (USP), com passagens por algumas das maiores instituições financeiras do país, criticou o excesso de fardados ocupando cargos estratégicos do governo, gerando um atraso para o país e ajudando a minar a credibilidade das Forças Armadas. A economista afirmou que “o regime militar [1964-1985], em boa medida, foi responsável pela década perdida de 1980. Não que não tenhamos cometido os nossos próprios erros” e ressaltou que a participação dos militares em cargos do governo é falta de organização das elites, o que gera uma fraqueza em nossa democracia. (Correio Braziliense - Economia - 17/04/22)

Periódico analisou sobre a possibilidade de uma “nova Frente Ampla”

Em coluna opinativa do periódico Folha de S. Paulo, o jornalista, professor e escritor, Ricardo Viveiros, analisou sobre a possibilidade de uma aliança entre um conjunto de líderes, “sem vaidades ou pretensões” com a finalidade de derrotar o presidente da República Jair Bolsonaro, e se unir em um só nome para candidato à presidência da República. O jornalista relembrou as articulações formadas após o golpe militar de 1964 formando uma Frente Ampla em oposição à ditadura. Joao Goulart não aceitava se unir a Carlos Lacerda, até que depois de reunião intermediada pelo deputado Federal Renato Archer do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro (MDB-RJ) em setembro de 1967 ambos abandonaram as desavenças, levando boa parte dos parlamentares do MDB a aderir a Frente Ampla, e depois com o Ato Institucional nº 5, esses opositores sofreram as consequências de se opor ao regime. Ao fim, Viveiros refletiu que a “coesão de esforços para vencer um opositor é caminho válido, mas o que a história registra é frustrante”, chegando até os dias atuais, questionando a possibilidade de candidatos como Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista e João Dória, do Partido da Social Democracia Brasileira, deixarem seus próprios interesses e constituírem uma Frente Ampla. (Folha de S. Paulo – Opinião – 19/04/22)

Editorial reafirmou importância da transparência sobre o regime militar

Segundo o editorial do periódico O Estado de S. Paulo, a divulgação, por parte da jornalista Miriam Leitão, de gravações em áudio de sessões do Superior Tribunal Militar entre 1975 e 1985 mostrou a importância da transparência na pesquisa histórica sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985). Ainda segundo o jornal, o trabalho de pesquisa histórica é imprescindível, principalmente no momento que o país atravessa, em que existe “um esforço deliberado para negar ou minimizar as violências e agressões cometidas pelo regime”. O Estado citou o Ato Institucional Nº 5, afirmando ter sido “uma brutalidade do regime militar contra a população brasileira”. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 25/04/22)

Coluna avalia carreira política de Mourão

Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Alvaro Costa e Silva comentou sobre a atuação do atual vice-presidente da República, general da reserva Hamilton Mourão, que irá concorrer ao cargo de senador pelo estado do Rio Grande do Sul nas próximas eleições. O jornalista comentou que, no início do mandato, Mourão era apelidado de "Mozão" e visto como um homem cordial, racional e democrático, diferente da imagem de general "linha-dura" que anteriormente possuía. O general teria passado a representar o "poder moderador" no país, no sentido de que a presença do Exército no Palácio do Planalto conseguiria conter o autoritarismo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o texto, essa atuação não seria mais do que uma falsidade, uma vez que Mourão, quando presidia o Clube Militar, exaltava o golpe militar de 1964 e o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, não surpreendendo ao fazer uma piada com a tortura de opositores políticos do regime. (Folha de S. Paulo - Opinião - 23/04/22)

MAIO

Presidente do Supremo Tribunal Militar é alvo de ação de deputado federal

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o deputado federal Rui Falcão (PT-SP) entrou com uma representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), general Luís Carlos Gomes Mattos, pedindo seu afastamento do cargo. A atitude foi motivada, segundo a reportagem, pela fala do general no dia 19/04/ 2022, na qual minimizou áudios divulgados recentemente em que ministros do STM na década de 1970 relatavam torturas contra opositores políticos durante a ditadura militar (1964-1985). O general declarou que "simplesmente ignoramos uma notícia tendenciosa, que nós sabemos o motivo. Aconteceu durante a Páscoa. Garanto que não estragou a Páscoa de ninguém. A minha não estragou". Ainda de acordo com a matéria, Mattos se pronunciou afirmando que "vira e mexe decidem rebuscar o passado" e que "Nós já estamos acostumados com isso". (Folha de S. Paulo - Política - 02/05/22)

Jornalista comentou a impunidade dos crimes da Ditadura Militar

Em coluna opinativa no periódico Correio Braziliense, o jornalista Fábio Grecchi comentou a morte do general Newton Araújo de Oliveira e Cruz, em 15/04/2022. O militar é suspeito de envolvimento no atentado do Riocentro, em 1981, e na morte do escritor e jornalista Alexandre von Baumgarten, em 1982. Segundo o colunista, Cruz "safou-se pela Lei da Anistia", aprovada em 1979 e que garantiu a impunidade aos crimes cometidos na Ditadura Militar (1964-1985). Para o colunista, ainda hoje nega-se que nas Forças Armadas existam marginais, num "ideal fajuto de pureza e integridade" que, potencializado pela Lei da Anistia e somada ao "provincianismo religioso", ao "reacionarismo pedestre" e à "várzea ideológica" proporcionadas pelo governo do presidente da República Jair Bolsonaro, resultam em deboche. Ele citou como exemplo os áudios de sessões do Superior Tribunal Militar (STM), divulgados em 17/04/2022, nos quais se debate e se comenta a tortura de presos políticos durante a Ditadura, tratados com ironia pelo atual presidente do STM, general Luis Carlos Gomes Mattos. (Correio Braziliense – Opinião – 13/05/22)

Historiadores analisaram o legado da Comissão Nacional da Verdade

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que completou dez anos no dia 16/05/22, tem seu legado ofuscado pela conjuntura política atual. A Comissão teve por finalidade apurar violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, embora o grupo tenha se debruçado especialmente na análise dos casos ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985), por meio da promoção de audiências públicas, análise de documentos e fotos, e coleta de depoimentos de vítimas e acusados. As análises foram conduzidas por sete conselheiros, designados pela então presidente da República, Dilma Rousseff (2011-2016), e contaram com a colaboração de dezenas de pesquisadores e assessores. O relatório da CNV afirmou que as violações de direitos humanos ocorreram como resultado de ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro, com decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares, incluindo a participação direta de membros das Forças Armadas em atos de violência. De acordo com o historiador Fernando Perlatto, desde a criação da CNV em 2014, a defesa aberta da ditadura, a relativização das torturas ocorridas no período e os pedidos para a instalação de um novo regime militar no Brasil têm se tornado cada vez mais frequentes. Sobre essa mudança na conjuntura, ele afirmou: "Não podemos esquecer que o projeto para a instalação da comissão foi aprovado no Congresso Nacional. Pensemos hoje

o que seria um projeto como esse submetido ao Congresso. Havia uma conjuntura política favorável". Já a professora do departamento de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Caroline Silveira Bauer, apontou que "desde que o relatório foi entregue nós só tivemos retrocessos nas políticas de memória relativas a ditadura militar". Em sua avaliação, nenhuma das medidas recomendadas pelo relatório final foram assumidas como política de Estado, desde 2014. A Folha ressaltou que, nos últimos anos, as Forças Armadas e o Ministério da Defesa têm se manifestado nos meses de março celebrando o regime militar e que o legado da CNV é ofuscado pela crise envolvendo diferentes Poderes e as Forças Armadas, além das insinuações golpistas do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), defensor do período da ditadura militar. (Folha de S. Paulo - Política - 16/05/22)

Prefeito de São Paulo vetou projeto de mudança de nome de praça que homenageia ministro da ditadura

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), vetou um projeto de lei que alterava o nome da praça ministro Alfredo Buzaid para praça Lourenço Carlos Diaféria. Segundo a reportagem, apesar de reconhecer a iniciativa, Nunes declarou que a mudança de nome de vias e logradouros públicos só é possível se a autoridade for condenada por crimes de lesa-humanidade ou por graves violações de direitos humanos, o que, de acordo com ele, não é o caso de Buzaid. Além disso, o prefeito afirmou que o nome do cronista Diaféria não está no banco de referências em direitos humanos para nomeação de logradouros. O jornal explicou que Buzaid foi ministro da Justiça no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), durante a ditadura militar (1964-1985), sendo lembrado por seu apoio ao AI-5, ato institucional que inaugurou o período mais repressor do regime. Celina Diaféria, filha de Lourenço, se pronunciou sobre o caso: "Sinto que atravessamos um momento em que não se diferencia uma ditadura de uma democracia, e a manutenção da democracia pressupõe a luta pela preservação da memória de quem lutou para conquistá-la". (Folha de S. Paulo - Política - 16/05/22)

Colunista analisou tensões pré-1964 e a conjuntura atual

Em coluna opinativa no periódico Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo abordou a ditadura militar (1964-1985) e sua relação com os dias atuais. De início, Azedo fez um trocadilho no título de sua coluna com o livro em que Ferdinando Carvalho retrata a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com a frase "lembrai-vos de 1964! Não custa nada", e então discorreu acerca de alguns pontos da história brasileira no período da ditadura militar. O colunista destacou que muito do que os militares e a direita brasileira falam sobre a esquerda é uma reprodução do trabalho de Carvalho, que lançou em 1980 uma "tentativa desesperada" de impedir o processo de redemocratização. Segundo o colunista, tal pensamento influenciou inclusive militares que hoje estão na reserva e ocupam cargos no governo, como o caso de Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). (Correio Braziliense - Política - 17/05/22)

JUNHO

Volkswagen é acusada na Justiça por trabalho escravo durante a ditadura

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o grupo empresarial alemão Volkswagen enfrenta novas acusações relacionadas à ditadura militar no Brasil (1964-1985), desta vez por práticas de trabalho escravo entre 1974 e 1986. A informação foi divulgada por diversos veículos de mídia alemães no dia 29/05/22, segundo os quais as denúncias examinadas pela Justiça brasileira alegam que a empresa implementou "práticas análogas à escravidão" e "tráfico de pessoas", além de acusar o grupo de cumplicidade a "violações sistemáticas de direitos humanos". Tais violações teriam ocorrido durante a construção de um sítio agrícola para o comércio de carnes, localizado às margens do rio Amazonas, denominado "Companhia Vale do Rio Cristalino". Os jornais afirmaram que a imprensa alemã, ao consultar depoimentos e relatórios policiais, constatou que os trabalhadores contratados para desmatar cerca de 70 mil hectares de terra eram maltratados por intermediários e guardas armados. Nos depoimentos constam relatos de maus tratos a trabalhadores que tentaram fugir, desaparecimentos suspeitos, emprego de estupro como punição e mortes decorridas de agressões. O procurador responsável pela investigação, Rafael Garcia, disse à imprensa alemã que as práticas da empresa "eram uma forma de escravidão moderna" e afirmou que a Volkswagen "não só manifestamente aceitou essa forma de escravidão, como a encorajou, pois era mão de obra barata". A reportagem d'O Estado destacou que a empresa já havia enfrentado a Justiça brasileira por

ações no período ditatorial em decorrência de sua colaboração, confirmada por um relatório independente solicitado pela própria Volkswagen em 2016, com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo e com o Destacamento de Operações de Informações (DOI), do 2º Exército. Em 2020, o grupo concordou em pagar R\$ 36 milhões de indenização a famílias de ex-funcionários torturados ou mortos durante a ditadura. Os ex-funcionários e suas famílias disseram que o serviço de segurança da empresa no Brasil colaborou com os militares para identificar possíveis suspeitos, que foram detidos e torturados. O periódico afirmou que este episódio foi a primeira vez que uma empresa alemã aceitou ser responsabilizada por violações de direitos humanos após o fim do regime nazista. (Folha de S. Paulo - Economia - 30/05/22; O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios - 30/05/22)

Periódico comentou simpatia de Bolsonaro à ditadura militar

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, toda a trajetória política do presidente da República Jair Bolsonaro é marcada pelo sentimento de revanchismo contra a Constituição Federal de 1988. O editorial destacou a indignação do atual presidente com o fim da ditadura militar (1964-1985) e a redemocratização, afirmando ser ele uma das pessoas públicas que mais fizeram apologia do regime. O jornal citou ainda a simpatia do bolsonarismo pelo Ato Institucional n.º 5 (AI-5), afirmando haver, por um lado, uma profunda identificação com o decreto, e, por outro, uma divergência quanto à concepção de liberdade expressa na Constituição, uma vez que, de acordo com o texto, Bolsonaro e seus aliados entendem a liberdade como "autorização irrestrita para cada um, de maneira irresponsável e impune, fazer o que bem entender, sem respeitar os outros e seus direitos." O editorial concluiu que as batalhas atuais tanto contra as eleições, quanto contra instituições brasileiras como o Supremo Tribunal Federal (STF), expressam a posição autoritária e antirrepublicana do presidente. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 27/06/22)

JULHO

Coluna opinativa destacou idas e vindas do autoritarismo no Brasil

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o historiador e pesquisador Murilo Cleto destacou a formação da memória social crítica à ditadura no Brasil. O historiador apontou que as seguidas vitórias eleitorais de políticos perseguidos durante o regime militar (1964-1985) foram indicativas da incorporação dessa memória social às políticas de Estado, somadas ao desenvolvimento de importantes iniciativas como a "Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos", projeto "Memórias Reveladas" e a mais conhecida "Comissão Nacional da Verdade". Por outro lado, Cleto avaliou que, em uma "crise com o pacto social de 1988", o povo brasileiro decidiu em 2018 ser governado por um presidente que representa os mesmos projetos que culminaram no golpe de 1964, voltando a pedir nas ruas um novo regime ditatorial. O historiador apontou que Jair Bolsonaro não é "qualquer representante", e sim "o mais radical polo tensionador à direita da memória sobre a ditadura", na medida em que declara que militares mataram pouco, exalta torturador, zomba de torturados e de familiares de desaparecidos. Assim, Bolsonaro construiu o governo com o maior número de militares na ativa e ameaça constantemente a democracia, em uma escalada golpista. Por fim, Cleto afirmou que "outubro é logo ali, mas é também lá atrás", alegando que nessas eleições o povo brasileiro pode corrigir o erro cometido em 2018. (Folha de S. Paulo - Opinião - 12/07/22)

Jurista analisa violência política no país e menciona ditadura

Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, o jurista Almir Pazzianotto Pinto dissertou sobre a violência na vida política brasileira, destacando alguns dos episódios violentos da história do país, dentre eles o período do regime militar (1964-1985, a misteriosa morte do prefeito Celso Daniel, o homicídio que vitimou a vereadora Marielle Franco e a punhalada desferida por Adélio Bispo de Oliveira em Jair Bolsonaro. Sobre a ditadura, Pazzianotto Pinto afirmou que "Anistia significa perpétuo silêncio sobre crimes cometidos pelos anistiados. Logo, dispenso-me da tarefa de examiná-los. Seria péssimo para o Brasil manter sangrando as chagas causadas pela ditadura militar e opositores envolvidos na luta armada". Almir concluiu atribuindo a Bolsonaro a obrigação de conchamar apoiadores e adversários a celebrarem um tratado de não agressão durante a campanha eleitoral: "Houve época em que disputas eleitorais desaguavam em sangrentas revoltas armadas. [...] A campanha eleitoral deve se desenvolver de maneira pacífica, como é próprio do Estado de Direito Democrático". (O Estado de S. Paulo - Política - 25/07/22)

AGOSTO

Com nova Carta aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito, jornais traçaram paralelos com regime militar

No contexto de divulgação da Carta aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo traçaram paralelos entre o atual momento e a ditadura militar (1964-1985). O Estado publicou que a primeira Carta aos Brasileiros lançada na mesma Faculdade foi desqualificada pelo governo da ditadura em 1977, de acordo com documentos dos órgãos de repressão política mantidos no Arquivo Nacional. A carta dirigida ao governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) solicitava o fim do regime e a redemocratização. Ainda segundo o periódico, o presidente Jair Bolsonaro se manifestou contra a nova Carta dizendo “Não precisamos de nenhuma cartinha”. Em entrevista à Folha, a advogada Maria Eugênia Silva Telles, testemunha privilegiada da primeira Carta aos Brasileiros, afirmou a necessidade de defender o que conquistamos com o fim da ditadura. Para Maria Telles, estamos vivendo em um ambiente de ameaças de que nossas liberdades possam ser revogadas a qualquer momento. Ela também declarou que não esperava que a segunda carta aos brasileiros tivesse tanta adesão, além de comentar sobre a repercussão da mídia, a adesão da população e as expectativas para a leitura da nova carta, agendada para 11/08/2022. (Folha de S. Paulo - Política - 01/08/22; O Estado de S. Paulo – Política – 01/08/22)

Coluna retratou momentos do regime militar no Brasil

Em coluna opinativa no periódico Correio Braziliense, o jornalista André Gustavo Stumpf discorreu sobre sua experiência na cobertura da solenidade de posse do presidente da República, eleito por via indireta, general Artur da Costa e Silva (1967-1969). O jornalista retratou o general como o porta-voz dos militares da linha dura, de inclinação ao fechamento do regime, e relatou que, apesar de seus discursos iniciais sobre restaurar o regime democrático, terminou por instaurar o ato institucional mais duro de todos: o AI-5. Nesse sentido, Stumpf afirmou que a disputa entre facções do Exército esteve presente em toda a história do Brasil moderno e que, ao longo dos 21 anos que os militares estiveram no poder, o saldo de exilados chegou aos 10 mil, cerca de 300 mortos e desaparecidos, 7.387 acusações por subversão e 4.682 cassados. Ademais, o jornalista enfatiza que o Exército encontrou na candidatura de Jair Bolsonaro, ex-capitão expulso do Exército por criticar os baixos salários, um caminho. (Correio Braziliense - Política - 02/08/22)

Pedido de anistia de suposta amante do ex-presidente Figueiredo é desengavetado pelo governo Bolsonaro

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, um pedido de reconsideração de anistia de uma ex-servidora federal, que diz ter sido amante do ex-presidente militar João Baptista Figueiredo, será revisto após 12 anos pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). Edine Sousa Correia, demitida do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao fim da ditadura (1964-1985), quando José Sarney assumiu a Presidência, alega ter sido vítima de perseguição política, uma vez que Figueiredo não possuía uma boa relação com seu sucessor. Segundo o jornal, o pedido de anistia foi barrado, em 2004, devido à falta de provas; e o recurso da defesa nunca foi analisado. Atualmente, o processo tramita na Comissão de Anistia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cuja criação objetiva reparar vítimas e responsabilizar agentes da ditadura. A referida comissão já recebeu mais de 79 mil pedidos de indenização, dos quais 74 mil foram arquivados e 4006 aguardam análise. A reportagem acrescentou que o pedido de reparação da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), pelo tempo em que foi presa e torturada, foi negado em 2022. O referido ministério foi acusado de paralisar e negar pedidos em massa durante o governo Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Política - 08/08/22)

Afirmções de Bolsonaro sobre a ditadura militar repercutiram

O presidente da República, Jair Bolsonaro, participou de transmissões ao vivo no podcast Flow e no canal no YouTube Cara a Tapa. Durante as duas entrevistas, o presidente comentou sobre o período da ditadura militar (1964-1985). Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, em sua entrevista para o canal Cara a Tapa, Bolsonaro “admitiu que houve ‘coisa errada’ na ditadura [...] mas não falou sobre as pessoas que foram mortas pelo regime”. De acordo com a notícia, trabalhos feitos pela Comissão Nacional da Verdade identificaram 434 mortes e desaparecimentos de pessoas durante a ditadura. Já em

entrevista ao podcast, o presidente disse que “quem cassou João Goulart não foram os militares, foi o Congresso Nacional [e] foi tudo de acordo”. Para o jornalista Elio Gaspari, a afirmação de Bolsonaro traz “impropriedades” e “é tóxica”, sobretudo em um país em que, por vezes, não se lembra da sua história. (Folha de S. Paulo - Política - 14/08/22)

Colunista comparou Bolsonaro aos presidentes da ditadura militar

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, o jornalista Ruy Castro comparou os militares que presidiram o Brasil durante a ditadura militar (1964-1985) com o presidente da República, Jair Bolsonaro. O jornalista elencou características de personalidade e comportamentais de cada um deles: Humberto de Alencar Castello Branco acreditava ser um intelectual; Artur da Costa e Silva orgulhava-se de saber mais matemática que o músico e compositor Chico Buarque; Emílio Garrastazu Médici frequentava jogos de futebol no estádio do Maracanã com um radinho de pilha; Ernesto Geisel mantinha a cara “amarrada”, “engessado” num paletó-saco; e João Figueiredo engrossava contra quem o contrariasse. Afirmando que todos eram igualmente detestáveis, o jornalista fez a ressalva de que eles tinham um projeto para o Brasil e, em nome do desenvolvimento, cercaram-se de “cérebros poderosos” na equipe econômica do governo, citando Roberto Campos, Eugenio Gudin, Otavio Gouveia de Bulhões, Antônio Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen. Ao fim, o jornalista fez uma provocação a respeito da quantidade de militares que compõem o governo: “Eu me pergunto o que Castello, Costa, Médici, Geisel e Figueiredo estariam achando do Brasil de hoje (...). Talvez os militares que fazem parte deste governo possam responder”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 19/08/22)

Apoio à ditadura está em menor patamar desde 1989

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o apoio à ditadura está nos níveis mais baixos após as declarações golpistas do presidente da República Jair Bolsonaro. Os dados do Datafolha divulgados pelo periódico indicam que o apoio à democracia está em seu pico desde 1989, representando 75% dos entrevistados, ao passo que os que defendem a ditadura diminuíram para 7%. De acordo o jornal a reação da sociedade veio através de um ato que reuniu milhares de pessoas na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e contou com apoio de várias entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e centrais sindicais. (Folha de S. Paulo - Política - 20/08/22)

SETEMBRO

Série brasileira abordará o impacto da repressão militar na música e cultura nordestinas

Reportagem do periódico Folha de S. Paulo apresentou a série brasileira 'O Silêncio que Canta por Liberdade', que investiga o impacto da repressão da ditadura militar (1964-1985) sobre a música e a cultura do Nordeste. A série, com estreia prevista para 16/09/2022 no canal Music Box Brazil, conta com depoimentos de artistas como Moraes Moreira, Gilberto Gil, Alceu Valença, Chico César e Gal Costa. De acordo com Úrsula Corona, idealizadora da série, "Cada episódio traz ao espectador o mundo de dentro de cada artista e de como a sua arte foi fundamental para a resignificação e superação de tempos tão difíceis. A música foi a ferramenta fundamental para o silêncio ser superado". (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 05/09/22)

OUTUBRO

Proposta de Bolsonaro para aumentar número de assentos no Supremo Tribunal Federal remete à ato institucional da ditadura militar

Os jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo noticiaram que o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que, caso seja reeleito, pretende colocar em pauta uma proposta para o aumento do número de assentos no Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 16. Embora Bolsonaro tenha negado tal fala posteriormente, os jornais avaliaram que a proposta remete ao ato institucional número 2 (AI-2), da época da ditadura militar (1964-1985), que em 1965 aumentou o número de assentos no STF para garantir ao regime a indicação da maioria na Corte. O jornal Folha de S. Paulo entrevistou o historiador Carlos Fico, que lembrou que medidas de intervenção na Suprema Corte também foram tomadas por Getúlio Vargas na década de 1930, quando o número de seus membros foi reduzido de 15 para 11. O historiador ainda afirmou que, na hipótese de Jair Bolsonaro ganhar as eleições, a proposta de alteração no número de assentos no STF poderia chegar ao Congresso Nacional. Também aventou a hipótese de que, em um eventual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Senado Federal, em sua versão mais conservadora, poderia levar adiante um processo de impeachment contra Alexandre de Moraes, gerando uma “desestabilização completa” nas relações entre os poderes. Em coluna opinativa para a

Folha, o procurador regional da República e professor de Direito, Marcelo Beckhausen, avaliou que a proposta do aumento do número de ministros do STF “agrave pesadamente a Constituição”, fundamentada no equilíbrio entre os Poderes. O procurador mencionou que é necessário explicar qual seria a diferença entre a proposta e o que de fato ocorreu durante o regime militar, com o AI-2. Além disso, considerou semelhanças com o ocorrido na Venezuela no ano de 2003, momento em que “a Assembleia Nacional determinou que a Corte Suprema passasse de 20 para 32 juízes, indicados por parlamentares partidários do presidente Hugo Chávez”. (Correio Braziliense – Política – 17/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 16/10/22; Folha de S. Paulo – Tendências e Debates – 21/10/22)

Proposta da Economia para congelar o salário mínimo foi colocada em prática durante a ditadura militar

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, um estudo do governo de Jair Bolsonaro avaliou um pacote de mudanças que alteraria a correção do salário mínimo pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC), substituindo-o pela expectativa ou pela meta de inflação. A Folha lembrou que tal proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, já foi aventada durante a ditadura militar (1964-1985), mas sem sucesso. Segundo o periódico, a política salarial do presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) foi extremamente criticada por usar de um modelo que diminuía o poder aquisitivo dos trabalhadores, resultando em uma revisão da lei salarial de 1968. (Folha de S. Paulo - Mercado - 24/10/22)

NOVEMBRO

Após vitória de Lula, protestos golpistas clamaram por intervenção das Forças Armadas

Em reportagem, a Folha de S. Paulo noticiou que no dia do segundo turno das eleições, ocorrido em 30/10/2022, conforme a apuração indicava a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), grupos bolsonaristas no Telegram disparavam mensagens de fraude e pediam por ação das Forças Armadas mediante o acionamento do artigo 142 da Constituição Federal. O jornal esclareceu que a invocação de tal artigo se baseia em “tese infundada” que “permitiria uma intervenção dentro das regras do jogo”. Também pontuou que, ao longo de sua presidência, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), incitou declarações golpistas e proferiu diversas suspeitas sobre o sistema eleitoral, embora não tenha apresentado provas. Com a vitória de Lula confirmada, a Folha informou que apoiadores de Bolsonaro, candidato derrotado, iniciaram uma série de manifestações em pelo menos 18 estados da Federação e na capital federal, conclamando pautas golpistas. Segundo reportagem do periódico Correio Braziliense, um grupo de apoiadores de Bolsonaro levantou um acampamento em frente ao Quartel General do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU) de Brasília, no dia 01/11/2022. As demandas do grupo incluíam a intervenção militar, a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal, a instituição do voto impresso e o impedimento da posse de Lula. Entretanto, o jornal apontou que os manifestantes não queriam se posicionar como bolsonaristas; de modo que os organizadores do protesto pediram que faixas, bandeiras ou vestimentas com nome ou frase do atual presidente não fossem usadas. A estrutura do acampamento dispunha de barracas, alimentação e até arrecadação de dinheiro para que a manifestação se estendesse por tempo indeterminado. A Folha conversou com alguns generais que desempenham postos de comando de regiões militares, os quais classificaram os movimentos como democráticos e pacíficos, e avaliaram que “não há risco de apoio do Exército a um golpe contra a democracia”. Tal postura refletiu o posicionamento do Ministério da Defesa que, segundo o jornal, avaliou os movimentos como ordeiros e pacíficos, enquadrando-os no direito de livre manifestação e de reunião, garantidos pela Constituição Federal. Já o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, declarou em sessão pública no dia 03/11/2022: “Aqueles que criminosamente não estão aceitando [o resultado das eleições], aqueles que criminosamente estão praticando atos antidemocráticos serão tratados como criminosos”. (Correio Braziliense - Política - 02/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 01/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 04/11/22)

Livro relata motivações por trás de convivência de militares com atos antidemocráticos

De acordo com reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o recém-lançado livro ‘Poder Camuflado’, do jornalista Fábio Victor, aponta em diversos excertos exemplos da atuação de altos oficiais das Forças Armadas frente a situações cotidianas que envolvem a memória do período da Ditadura Militar (1964-1985). A convivência dos militares com o regime, demonstrada nessas situações, é utilizada para explicar a leniência com os atos antidemocráticos por parte de oficiais ocupantes de cargos no poder Executivo no período

recente. A reportagem, ainda com base no livro, relatou o crescimento da presença dos militares na burocracia estatal. (Folha de S. Paulo – Política – 05/11/22)

Jornalista traçou paralelo entre o apoio ao golpe militar de 1964 e os protestos após as eleições de 2022

Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, o jornalista André Gustavo Stumpf discorreu sobre a ascensão dos militares ao poder em 1964 e o contexto político da época, afirmando que os mesmos indivíduos que participaram da “Marcha com Deus, Pátria e Família pela Liberdade”, passados alguns anos, com a adoção da tortura, censura e desrespeito aos direitos políticos dos cidadãos, voltaram às ruas do país para “gritar slogans em favor da liberdade, do fim do estado policial e da censura no teatro, na televisão, na música e nos jornais”. Para o jornalista, os arrependidos perceberam a extensão do erro e passaram a exigir o retorno dos militares aos quartéis. Outro aspecto da ditadura mencionado por Stumpf diz respeito à ausência de controle dos generais sobre o Exército, especialmente sobre o pessoal de informações e repressão, que tinha efetiva influência no poder. O texto abordou os protestos em frente aos quartéis após a derrota de Jair Bolsonaro (PL), que fizeram com que os generais “ficassem envaidecidos por serem lembrados como pais da Pátria”. O jornalista concluiu afirmando que “os brasileiros conhecem os passos dessa estrada. A história torna evidente o tamanho do equívoco. Esse pessoal na porta dos quartéis é massa de manobra, exatamente como foram os que desfilaram em 1964. Quem não se lembra de seus erros está condenado a repeti-los”. (Correio Braziliense - Opinião - 28/11/22)

5 Militares no governo

Neste capítulo, versamos sobre a presença militar em cargos governamentais durante o último ano do governo de Jair Bolsonaro. Tal período seguiu a tendência verificada desde 2019, com a nomeação de militares da ativa e da reserva para posições estratégicas tanto nas chefias de ministérios como em outras entidades dos mais diversos setores, a exemplo da presidência da Petrobrás e de cargos de coordenação na Fundação Nacional do Índio (Funai), atualmente denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Logo no início de 2022, os jornais retomaram um tema de grande destaque no ano anterior: a presença militar no Ministério da Saúde e as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, que indicaram uma série de crimes cometidos por membros da corporação castrense, entre eles o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Nos rescaldos deste imbróglio, que não gerou nenhuma condenação efetiva até o momento, os jornais destacaram as falhas no armazenamento e na distribuição de vacinas pediátricas para os estados brasileiros, nomeando o general da reserva Ridauto Lúcio Fernandes e o tenente-coronel do Exército Reginaldo Ramos Machado - que ocuparam cargos chave no Ministério da Saúde - como responsáveis por tal crise logística que gerou uma série de consequências, principalmente atrasos na vacinação de crianças contra a covid-19.

Ainda na seara dos problemas de gestão que geraram impactos negativos na implementação de políticas públicas, os jornais destacaram, em março de 2022, o caso do suboficial inativo da Marinha Jussielson Gonçalves Silva, então coordenador regional da Funai, preso pela Polícia Federal. Sua prisão ocorreu sob a acusação de arrendamento de terras indígenas para pecuaristas. Após esse episódio, em junho, um dossiê produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela Indigenistas Associados - Associação de Servidores da Funai (INA) - apontou o esvaziamento e a militarização da Funai, junto a uma pauta crescentemente anti-indígena promovida pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro. Na época, a Funai tinha cerca de 19 postos ocupados por oficiais das Forças Armadas, além de uma diretoria formada por dois policiais e um militar. Além da militarização, durante o período, observou-se que dos 39 coordenadores regionais da Funai, 17 não possuíam em seus currículos nenhuma experiência relacionada aos povos indígenas. Desses coordenadores, 25 chegaram ao cargo no governo de Jair Bolsonaro sem terem passado pela Funai em outro momento e 16 eram militares.

Subindo para os cargos do mais alto escalão, as conexões entre os militares no governo Bolsonaro e o clima pré-eleitoral foram ficando cada vez mais evidentes. Em março de 2022, um grupo de militares iniciou uma mobilização de apoio em prol do presidente da Petrobrás na época, general Joaquim Silva e Luna. Isso ocorreu após os filhos de Jair Bolsonaro se mostrarem insatisfeitos e questionarem o trabalho do general em razão dos aumentos no preço dos combustíveis. Apesar dos esforços de militares, o general Silva e Luna foi substituído na presidência da Petrobrás pelo ex-secretário do Ministério de Minas e Energia, José Mauro Coelho. Os jornais avaliaram que a queda do general do importante posto estratégico também foi reflexo da ineficiência das articulações políticas do então ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Albuquerque, o qual, no mês seguinte, deixou o ministério alegando ser uma decisão de "caráter pessoal". Por fim, os jornais pontuaram que, na visão de membros das Forças Armadas, tais mudanças no núcleo militar do governo foram respostas necessárias à escalada dos preços dos combustíveis, ponto sensível para a campanha de reeleição de Bolsonaro.

O ano de 2022 também foi marcado pela continuidade das tensões entre o Planalto e o Poder Judiciário, motivadas principalmente por críticas do chefe do Executivo. Apesar do ambiente preocupante, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin e Alexandre de Moraes foram pessoalmente convidar Bolsonaro para a cerimônia de posse nos respectivos cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No breve encontro entre tais autoridades, também estavam presentes os três comandantes das Forças Armadas. Havia a expectativa de que o ex-ministro da Defesa e general de Exército da reserva, Fernando Azevedo e Silva, assumisse a Diretoria-Geral do TSE, mas este desistiu do cargo alegando problemas de saúde e questões familiares. Não obstante, surgiram rumores de que a desistência se relacionava aos ataques proclamados pelo presidente da República ao TSE.

Outro assunto abordado pelos jornais, logo nos primeiros meses do ano, dizia respeito aos possíveis candidatos à vice-presidência na chapa encabeçada por Jair Bolsonaro nas eleições. Enquanto ministros do "centrão" pressionavam pela indicação da então ministra da Agricultura, Tereza Cristina, Bolsonaro já indicava a preferência por seguir com um militar na vice-presidência, apontando a possível candidatura de Walter Braga Netto, então ministro da Defesa. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, também demonstrou interesse na vice-presidência. Ao final de março, Braga Netto foi substituído na pasta da Defesa pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, fato que aumentou as expectativas sobre a chapa Bolsonaro-Braga Netto.

De outro lado, o então pré-candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, fazia discursos apontando para a necessidade de desmilitarização do governo e de despoliticização das Forças Armadas, além de prometer a exoneração de aproximadamente 8.000 militares que ocupavam cargos comissionados. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), em 2020, o número de militares em cargos no governo federal mais do que dobrou em relação ao governo de Michel Temer (2016-2018): de 2.765 em 2018, para 6.157 em 2020. Já um levantamento do Poder360 no mesmo ano (2020) apontou 8.450 militares em cargos comissionados, a partir de dados coletados via Lei de Acesso à Informação. Os jornais também divulgaram amplamente uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo a qual houve um aumento de 193% na presença de militares em postos governamentais entre 2013 e 2021, com maior crescimento em cargos mais altos da administração pública e de maior prestígio. Um ponto de destaque foi a presença castrense em ministérios estratégicos, como no caso da Economia (um militar em 2013 e 84 em 2021); do Meio Ambiente (um militar em 2013; 21 militares em 2021); da Saúde (sete militares em 2013 e 40 em 2021); e da Educação (dois militares em 2013 e 15 em 2021).

A militarização da administração pública também foi acompanhada por denúncias de irregularidades. Os jornais deram destaque para uma auditoria da Controladoria Geral da União que apontou problemas no acúmulo de funções simultâneas por militares e no recebimento de salários acima do teto constitucional. Ademais, foram identificados casos de militares que extrapolaram o período de dois anos para exercer cargo fora das Forças Armadas. Os dados analisados faziam referência à situação encontrada em dezembro de 2020 e a estimativa do jornal O Estado de S. Paulo era de que tais irregularidades geraram um montante de aproximadamente R\$5,2 milhões que deveriam ser devolvidos aos cofres da União. Outro fato noticiado envolveu problemas na contratação de 2.000 militares da reserva para atuarem no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com a justificativa de que estes auxiliariam em serviços administrativos com a finalidade de diminuir o tempo de espera dos usuários. A ação, que mobilizou os ministérios da Economia e da Defesa, a Casa Civil e a Presidência da República, levantou questionamentos a respeito da qualificação de tais militares para executarem o trabalho, para o qual foram remunerados com acréscimo de 30% ao salário que ganhavam na inatividade.

Com a eleição de Lula, o final do ano foi marcado por assuntos sobre a transição e os desafios da área de Defesa. Os jornais noticiaram que, embora o novo governo tenha apontado a urgência na desmilitarização da administração pública, prevaleceu a postura não-confrontacionista em relação às Forças Armadas. As dificuldades para a nomeação de um grupo de trabalho para lidar com a transição na Defesa fez com que o anúncio do novo ministro fosse antecipado. A opção de Lula por José Múcio Monteiro, anunciada em 09 de dezembro de 2022, significou, de um lado, o retorno de um civil à chefia da pasta da Defesa, após uma sucessão de ministros militares desde o governo de Michel Temer (2016-2018); por outro, apontava para uma solução apaziguadora, colocando um político e ex-ministro do Tribunal de Contas da União para lidar com os tensionamentos causados pelos quatro anos de politização da caserna. Nos últimos dias do ano, foram anunciados os novos comandantes das Forças: no Exército, o general Júlio César de Arruda; na Marinha, o almirante Marcos Sampaio Olsen; e na Aeronáutica, o brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno. Todos foram escolhidos com base no critério de antiguidade.

Juliana Bigatão Puig

Docente do curso de Rel. Internacionais da Unifesp

Ríllari Ferreira Castro e Silva

Mestranda no PPGRI San Tiago Dantas

FEVEREIRO Militares participaram de encontro entre o presidente e ministros do STF

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, em meio a uma tensão entre o Palácio do Planalto e o Poder Judiciário, o presidente da República Jair Bolsonaro teve um breve encontro com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin e Alexandre de Moraes, os quais convidaram o presidente para a cerimônia de posse da nova direção do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O encontro contou com a presença de três comandantes das Forças Armadas, o general Paulo Sérgio, o almirante Almir Garnier e o tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista, além do ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. (Folha de S. Paulo – Política – 08/02/22)

Periódico apontou oficiais do Exército como responsáveis por falhas na distribuição de vacinas infantis

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o general da reserva Ridauto Lucio Fernandes e o tenente-coronel do Exército Reginaldo Ramos Machado, ambos funcionários em postos-chave no Ministério da Saúde, estiveram no comando da distribuição conturbada dos primeiros lotes de

vacinas pediátricas aos estados, ainda no ano passado. A decisão do general de não abrir licitação para a contratação de uma empresa que fizesse o armazenamento e transporte de 100 milhões de doses da vacina da Pfizer, somada às orientações problemáticas do tenente-coronel no que concerne ao transporte dos imunizantes, provocou o atraso de voos e o congelamento das doses acima da temperatura recomendada. Questionado sobre o caso, o Ministério da Saúde afirmou que a contratação da Intermodal Brasil Logística (IBL) – empresa sem experiência com o Sistema Único de Saúde (SUS) – “seguiu os procedimentos legais necessários” e que, portanto, houve apenas um “desencontro”, ocasionado pela orientação de Ramos Machado de buscar as vacinas pediátricas diretamente nos aeroportos, contrariando o protocolo de transporte dos imunizantes até as centrais de armazenamento. De acordo com o periódico, as falhas na entrega das vacinas infantis contra a covid-19 estão sendo investigadas pelo Ministério da Saúde. (Folha de S. Paulo - Saúde - 30/01/22)

Bolsonaro assume preferência por um vice militar para compor sua chapa

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, em meio a decisões acerca de quem deveria assumir o posto de candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro no pleito de 2022, os ministros do chamado “centrão” pressionaram pela indicação da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, enquanto o atual presidente deseja um novo militar, o ministro da Defesa Walter Braga Netto. O jornal apurou que Bolsonaro confia na ministra, mas prefere a indicação do general Braga Netto, com quem “se sente mais à vontade”. De acordo com o Estado, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, também se movimentou almejando o posto, e em conversas reservadas o presidente afirmou que ele seria como um “seguro” contra processos de impeachment. Apesar das tensões com o atual vice, o general Hamilton Mourão, Bolsonaro se referiu a ele como um cunhado e afirmou que “você casa e tem que aturar o cunhado do teu lado. Você não pode mandar o cunhado embora”. O senador Flávio Bolsonaro (PL- RJ), filho do presidente, se posicionou a favor da indicação de Tereza Cristina, e não outro militar. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/22)

General abriu mão do cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral

Conforme veiculado pelo periódico Correio Braziliense, o ex-ministro da Defesa e general de Exército da reserva, Fernando Azevedo e Silva, desistiu de assumir o cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alegando problemas de saúde e questões familiares. Contudo, de acordo com a reportagem, a recusa do cargo teria sido motivada pelo desconforto causado pelos ataques do presidente da República, Jair Bolsonaro, à lisura do sistema eleitoral. (Correio Braziliense - Política - 17/02/22)

MARÇO

Militares se pronunciaram em defesa do presidente da Petrobras

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, militares de alta patente iniciaram uma movimentação em favor do atual presidente da Petrobrás, o general Joaquim Silva e Luna. A movimentação teve início após os filhos do presidente da República, Jair Bolsonaro, expressarem seu descontentamento com a gestão do general, principalmente em razão do aumento no preço dos combustíveis. Sob a liderança do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, os militares se reuniram para “convencer Bolsonaro de que não há nada de errado na política de preços da Petrobras”, alegando que as medidas aprovadas no Congresso Nacional seriam suficientes para “aparar as arestas da empresa”, a fim de persuadir a ala mais próxima de Bolsonaro a não trocar Silva e Luna pelo engenheiro Rodolfo Landim. No dia 14/03/2022, Mourão afirmou que o general Silva e Luna é resiliente e pode aguentar a pressão; entretanto, quando consultado, negou integrar o movimento de apoio ao general. O presidente da Petrobrás, em resposta às alegações, disse que não deixará o cargo e, segundo o jornal, não demonstra constrangimento. (Folha de S. Paulo - Mercado - 15/03/22)

Militar nomeado por Bolsonaro na Funai foi preso pela Polícia Federal

Segundo o periódico Folha de São Paulo, o suboficial inativo da Marinha Jussielson Gonçalves Silva, coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, foi preso pela Polícia Federal em 17/03/2022 sob a acusação de intermediar o arrendamento de terras indígenas para pecuaristas. A operação, realizada em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), visou desarticular um esquema envolvendo fazendeiros, servidores da Funai e uma liderança da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo xavante. De acordo com o jornal, Silva foi um dos diversos militares que assumiram coordenações regionais da Funai sob o governo de Jair Bolsonaro, tendo sido nomeado em 18/03/2020. A Funai

afirmou que o arrendamento de terras indígenas é proibido e o coordenador será afastado da função. (Folha de S. Paulo – Ambiente – 18/03/22)

Substituição da presidência da Petrobrás afetou a representatividade do Exército no Conselho da estatal

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a preocupação do presidente da República Jair Bolsonaro com o impacto da alta dos preços dos combustíveis em sua campanha de reeleição levou a substituição do general Joaquim Silva e Luna do comando da Petrobrás. O militar será substituído pelo economista Adriano Pires, atual diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura e ex-assessor na Agência Nacional de Petróleo (ANP). De acordo com a coluna opinativa da jornalista Juliana Braga para a Folha de S. Paulo, oficiais ouvidos sob a condição de anonimato criticaram a substituição e avaliaram que o general Silva e Luna sofreu as consequências pela ineficiência das articulações políticas do ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Albuquerque. Os oficiais afirmaram que a substituição não resolverá o problema do aumento dos preços dos combustíveis e que a solução seria a “aprovação de um fundo capaz de amortizar as oscilações internacionais do petróleo”. Além disso, a coluna opinativa apontou que o almirante Albuquerque manterá a predominância de nomes ligados à Marinha no Conselho de Administração da Petrobrás, com a indicação do oficial da reserva Ruy Flaks Schneider, que já comandou o Conselho de Administração da Eletrobrás, e também o almirante Luiz Henrique Cairoli, próximo do ministro de Minas e Energia e também do comandante da Marinha, o almirante Garnier Santos. Com a saída do general Silva e Luna da presidência, segundo a coluna, não haverá mais representantes do Exército no Conselho. (*Correio Braziliense - Economia - 29/03/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 29/03/22*)

Novo decreto prevê aumento de gratificações de representatividade aos militares

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro e o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, assinaram no dia 17/03/22 um decreto que prevê a ampliação das alternativas de pagamento de gratificação de representação a militares. Esse benefício amplia de 2% a 10% na renda básica dos militares, e com o novo decreto, eventos culturais e desportivos passam a integrar os eventos que contemplam o benefício, além de outros nove tipos de serviços fora da sede, como serviços de engenharia, cartografia, escolta e perícia, que também poderão receber a gratificação eventual e o estabelecimento de regras para cálculo da remuneração de pensionistas e inativos. De acordo com a matéria, a assinatura do decreto é uma estratégia de Bolsonaro, aliado ao general Braga Netto, para ganhar apoio em sua reeleição. Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que não há inovações no decreto quanto ao pagamento da gratificação “em razão do exercício de cargos de comando, direção ou chefia”, entretanto, segundo a *Folha*, a pasta e o ministro da Economia não se manifestaram acerca dos questionamentos sobre o impacto do decreto nos cofres públicos. (*Folha de S. Paulo - Política - 29/03/22*)

Em cerimônia que marcou trocas nos Ministérios e saída de Braga Netto da Defesa, Bolsonaro elogiou a ditadura militar

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro adotou um tom eleitoral em seu discurso na cerimônia realizada em 31/03/22 no Palácio do Planalto e que marcou a substituição dos ministros que disputarão cargos nas eleições de 2022, com ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e defesa da ditadura militar (1964-1985). Segundo a *Folha*, Bolsonaro afirmou que na ditadura “todos aqui tinham direito de ir e vir, e sair do Brasil, trabalhar, constituir família, de estudar”, referindo-se ao deputado federal Daniel Silveira, seu apoiador, que resistia à decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes que o obrigou a utilizar tornozeleira eletrônica. O dispositivo foi instalado após a cerimônia. Em outro momento, segundo a *Folha*, Bolsonaro afirmou que o general Humberto de Alencar Castello Branco chegou à presidência, em abril de 1964, pelo Congresso Nacional, ignorando que antes do pleito houve um golpe que derrubou o então presidente da República João Goulart, diversos parlamentares foram cassados e que o general era candidato único ao cargo, dando início ao regime de exceção. *O Estado de S. Paulo* informou também que Bolsonaro fez comparações entre os governos militares e o seu, elogiando obras como a da Zona Franca de Manaus, ignorando também que a lei que estabelecia sua criação foi promulgada no governo de Juscelino Kubitschek, em 1957, tendo sua instalação efetivada em 1967 no governo do general Castello Branco. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a cerimônia marcou também a saída do general Walter Braga Netto do Ministério da Defesa, que deverá ser candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Bolsonaro. O general Paulo Sérgio Nogueira assumiu a pasta e em seu lugar

como comandante do Exército ficou o general Marco Antônio Freire Gomes. Segundo a Folha, a expectativa de membros das Forças Armadas é que o general Sérgio Nogueira seja mais cauteloso e menos alinhado aos arroubos de Bolsonaro, evitando expor o Ministério a embates com as demais Instituições. Já O Estado de S. Paulo relatou que o ministro do STF Luís Roberto Barroso utilizou o Twitter para criticar a ditadura militar após as falas de Bolsonaro na cerimônia. O ministro denunciou o exílio forçado, a censura, o cancelamento das eleições presidenciais, o fechamento do Congresso Nacional, cassações e proibições de manifestações públicas. Também elogiou o período democrático desde 1988 como “o mais longo período de estabilidade institucional da vida brasileira”, no qual o país melhorou indicadores sociais e econômicos. O Estado também informou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) usou as redes sociais para falar sobre o golpe militar, afirmando que a Justiça Eleitoral celebra “a importância e a fundamentalidade do patrimônio democrático, da liberdade das cidadãs e dos cidadãos e do Estado Democrático de Direito”. (Folha de S. Paulo - Política - 01/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 01/04/22)

ABRIL

Ex-presidente Lula defendeu a remoção de 8 mil militares de cargos comissionados

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou em reunião da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no dia 04/02/2022 que pretende remover 8.000 militares de cargos comissionados caso seja eleito, pois são “pessoas que não prestaram concursos”, declarou. Na reunião, o pré-candidato à presidência mencionou a necessidade de uma base forte da esquerda no Congresso Nacional, para desafios como “desfazer o desmonte de instituições que eles fizeram”, ao se referir aos militares no governo de Jair Bolsonaro. Segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2020, o número de militares em cargos no governo federal mais do que dobrou em relação ao governo de Michel Temer (2016-2018): de 2.765 em 2018, para 6.157 em 2020. Um levantamento do Poder360 no mesmo ano (2020) apontou 8.450 militares em cargos comissionados, a partir de dados coletados via Lei de Acesso à Informação. (Correio Braziliense - Política - 05/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 05/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 05/04/22)

Bolsonaro defendeu Ministério da Defesa e Forças Armadas em encontro com oficiais-generais promovidos

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, discursou em encontro com militares no Palácio do Planalto, na cerimônia de cumprimento aos oficiais-generais promovidos. Em seu pronunciamento, Bolsonaro se dirigiu diretamente às Forças Armadas, ao dizer que “Se a pátria um dia voltar a nos chamar, por ela tudo faremos. Até mesmo em sacrifício da própria vida”. Embora não tenha feito comentários diretos sobre a eleição, Bolsonaro mencionou uma batalha do “bem contra o mal”, sem especificar qual é essa batalha ou quem está em cada lado dela. O presidente também defendeu a função do ministro da Defesa, caracterizando-a como aquela capaz de “fazer o país rumar em direção à normalidade, ao progresso e à paz”, sendo que parte importante disso seria o fato do ministro da Defesa possuir “a tropa em suas mãos”. Nesse mesmo sentido, Bolsonaro elogiou a posição do Ministério da Defesa no combate à covid-19, pois segundo ele, esse foi o primeiro Ministério a se apresentar para tal missão. O jornal pontuou que ao tratar sobre a pandemia, Bolsonaro também elogiou a gestão do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, durante a crise no Amazonas que ocorreu no início de 2021. Além disso, afirmou que não há corrupção em seu governo e que esse mal foi praticamente vencido no país. Por fim, Bolsonaro também culpou os “interesses pessoais de alguns poucos que podem muito”. Segundo o presidente, as questões ideológicas tornam conturbada a vida no país; e afirmou que “lá atrás foi mais difícil e vencemos. Agora, venceremos também”, de novo sem especificar a que tempo estava se referindo. (Folha de S. Paulo - Política - 06/04/22)

Jornal criticou falta de transparência no setor público

Em editorial, o jornal Correio Braziliense criticou a falta de transparência na Esplanada dos Ministérios, em que a prática de sonegar informações de interesse público tem se tornado cada vez mais cotidiana. O periódico condenou a decisão do chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que se recusou a informar, por meio da Lei de Acesso à Informação, as agendas sobre os encontros, no Palácio do Planalto, entre o presidente da República e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Ambos os pastores são acusados de pedirem propinas a prefeitos para a liberação de verbas do Ministério da Educação. O argumento para o sigilo é de que as informações poderiam colocar em risco a segurança do presidente e de seus familiares. Não obstante, o editorial relembrou o sigilo de 100 anos

determinado pelo Alto Comando do Exército sobre o processo que isentou o general Eduardo Pazuello de punição, mesmo ele tendo contrariado as regras das Forças Armadas, uma vez que subiu em palanque do presidente da República, Jair Bolsonaro, em um comício no Rio de Janeiro. Para o Correio, casos como estes não devem ser normalizados, dado que a ausência de transparência abre espaço para manipulação de informações, de forma que “imperado o sigilo, além de os cidadãos não saberem o que ocupantes de cargos públicos estão fazendo, jamais poderão cobrar como são gastos os impostos que pagam (...) é o ambiente perfeito para malfeitos”. (Correio Braziliense - Opinião - 14/04/22)

Em entrevista, Economista disse que "Lugar de militares é no quartel, não no governo"

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, Zeina Latif, doutora em economia pela Universidade de São Paulo (USP), com passagens por algumas das maiores instituições financeiras do país, criticou o excesso de fardados ocupando cargos estratégicos do governo, gerando um atraso para o país e ajudando a minar a credibilidade das Forças Armadas. A economista afirmou que “o regime militar [1964-1985], em boa medida, foi responsável pela década perdida de 1980. Não que não tenhamos cometido os nossos próprios erros” e ressaltou que a participação dos militares em cargos do governo é falta de organização das elites, o que gera uma fraqueza em nossa democracia. (Correio Braziliense - Economia - 17/04/22)

Jornalista e humorista discutiram sobre a reputação das Forças Armadas

Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, o humorista e escritor Ricardo Araújo Pereira comentou sobre as últimas aquisições feitas pelo Exército. De maneira cômica, o autor comentou que os comprimidos de Viagra comprados pela Força fez crescer, diferentemente do esperado, o nariz, em uma referência às mentiras feitas pelo Ministério da Defesa, que alegou que a compra seria para tratamento de doenças pulmonares. Por fim, o autor satirizou o comunicado emitido pelo órgão que terminava com o lema do Exército “Braço forte, Mão amiga”, interpretado de forma lasciva. Em contrapartida, Jânio de Freitas em coluna opinativa no jornal Folha de S. Paulo expôs que nenhuma instituição demonstrou maiores perdas do que as Forças Armadas, em particular o Exército. A questão é histórica, segundo o autor, indo desde Floriano Peixoto e Hermes da Fonseca, mas com o mandato do presidente da República Jair Bolsonaro, é notável e cheia de significados a forma como cartunistas, humoristas, comentaristas profissionais e leitores falam sobre o Exército, com sarcasmo e deboche. O autor traçou a proximidade das características de Bolsonaro com as Forças Armadas, no qual os dois tentam instaurar a “visão da ditadura sem ditadura”, sendo a visão para exploração da Amazônia, costumes, relações internacionais, indígenas, cultura e minorias. Com tanta proximidade assim, é claro que as outras questões também não passariam distantes como a falta de competência, ou a própria ignorância, a normalização dos abusos de poder, escândalos, e tudo isso com um toque único: do ridículo. (Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 17/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 17/04/22)

Militares indiciados na CPI da covid-19 entraram na corrida eleitoral

Segundo o jornal Folha de S. Paulo em decorrência da falta de responsabilização judicial dos indiciados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, realizada no ano passado, militares como o ex-ministro da Saúde e general de divisão do Exército, Eduardo Pazuello, concorrerão a uma vaga na Câmara dos Deputados. Além dele, o ex-titular da Defesa, general Walter Braga Netto, que pretende compor a chapa com o presidente da República Jair Bolsonaro. O jornal ainda explicou sobre a paralisação do relatório na Procuradoria Geral da República (PGR) responsável por processar criminalmente os envolvidos, visto que o processo está há quase um semestre em “fase preliminar”. (Folha de S. Paulo - Política - 17/04/22)

Colunistas discutiram os efeitos da presença de militares na política e no governo Bolsonaro

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Vinicius Sassine evidenciou a forte ligação entre o presidente da República, Jair Bolsonaro, e os generais do Exército durante seu mandato, alegando que, a partir de pensamentos coincidentes, não há a presença de uma moderação mútua. Nesse contexto, o jornalista apontou para a falta de represália aos comportamentos dos militares durante o mandato, citando como exemplos o deboche do vice-presidente, general Hamilton Mourão, e do general Luis Carlos Gomes Mattos sobre a tortura na ditadura; a comemoração do golpe militar de 1964; o comportamento dos generais do Alto-Comando; as operações na Amazônia e as demarcações estratégicas de terras indígenas “de olho em reservas minerais”; os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF); o envolvimento do general Villas Bôas, comandante do Exército de 2015 a 2019, no julgamento do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e a posterior indicação de Villas Bôas, por Bolsonaro, para um

cargo no Planalto; a garantia de perdão ao ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por parte do ex-ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, que também lutou pelo perdão ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). Além disso, Sassine também discorreu sobre o uso do Exército por Bolsonaro em seus ataques às urnas eletrônicas, afirmando que os generais são “avessos à transparência e crítica”, e apontou para essa relação à medida que se aproximam as eleições presidenciais de 2022. Por outro lado, o general de divisão da reserva Otávio Santana do Rêgo Barros, em coluna opinativa no jornal Correio Braziliense, defendeu a realização de estudos mais aprofundados sobre o papel das Forças Armadas na sociedade brasileira. Rêgo Barros citou o livro do professor José Murilo de Carvalho – “Forças Armadas e a política no Brasil” (Editora Todavia, 2005)– e questionou se o governo do presidente Jair Bolsonaro é de fato militarizado. Ademais, pontuou sobre os gastos militares “percentualmente baixos em relação ao PIB”, sobre a profissionalização das Forças Armadas, a maturidade da democracia brasileira e o envolvimento das Forças Armadas no cenário político. O general ainda afirmou que é necessário “suturar logo a ferida” que coloca em tensão civis e militares, de modo a impedir que se chegue ao ponto em que, citando o artigo 142 da Constituição Federal, um dos Poderes da República “tenha que se valer das Forças Armadas para a recomposição da lei e da ordem”. Já o advogado e professor Silvio Almeida, em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, afirmou que o Brasil não é mais um país democrático, pois “pessoas com armas na cintura” se sentem autorizados a participar do debate público. Segundo o professor, em sociedades minimamente organizadas, militares são proibidos de opinar sobre política porque “não é possível negociar em termos republicanos com pessoas armadas”. Ele também negou que a Constituição Federal dê às Forças Armadas a condição de poder moderador. Por fim, cobrou da sociedade que evite reagir ao medo das armas com paralisia e capitulação, e que tenha coragem, como virtude cívica para a ação política. (Correio Braziliense – Opinião – 29/04/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 26/04/22; Folha de S. Paulo – Política – 29/04/22)

Coluna avalia carreira política de Mourão

Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Alvaro Costa e Silva comentou sobre a atuação do atual vice-presidente da República, general da reserva Hamilton Mourão, que irá concorrer ao cargo de senador pelo estado do Rio Grande do Sul nas próximas eleições. O jornalista comentou que, no início do mandato, Mourão era apelidado de “Mozão” e visto como um homem cordial, racional e democrático, diferente da imagem de general “linha-dura” que anteriormente possuía. O general teria passado a representar o “poder moderador” no país, no sentido de que a presença do Exército no Palácio do Planalto conseguiria conter o autoritarismo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o texto, essa atuação não seria mais do que uma falsidade, uma vez que Mourão, quando presidia o Clube Militar, exaltava o golpe militar de 1964 e o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, não surpreendendo ao fazer uma piada com a tortura de opositores políticos do regime. (Folha de S. Paulo - Opinião - 23/04/22)

MAIO

Presidente do Supremo Tribunal Militar é alvo de ação de deputado federal

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o deputado federal Rui Falcão (PT-SP) entrou com uma representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), general Luís Carlos Gomes Mattos, pedindo seu afastamento do cargo. A atitude foi motivada, segundo a reportagem, pela fala do general no dia 19/04/ 2022, na qual minimizou áudios divulgados recentemente em que ministros do STM na década de 1970 relatavam torturas contra opositores políticos durante a ditadura militar (1964-1985). O general declarou que “simplesmente ignoramos uma notícia tendenciosa, que nós sabemos o motivo. Aconteceu durante a Páscoa. Garanto que não estragou a Páscoa de ninguém. A minha não estragou”. Ainda de acordo com a matéria, Mattos se pronunciou afirmando que “vira e mexe decidem rebuscar o passado” e que “Nós já estamos acostumados com isso”. (Folha de S. Paulo - Política - 02/05/22)

Participação das Forças Armadas no processo eleitoral repercutiu negativamente

Conforme coluna no periódico Folha de S. Paulo, o convite do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à participação das Forças Armadas na Comissão de Transparência para o pleito de 2022 gerou críticas entre membros dos poderes Legislativo e Judiciário. Na visão do senador Renan Calheiros (MDB-AL), a decisão foi um equívoco e uma ingenuidade: “o presidente Jair Bolsonaro e setores militares do Ministério da Defesa acabaram assaltando e aparelhando a sua participação nessa comissão”, e acrescentou: “Se aproveitaram da boa vontade do ministro Barroso”. Entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o TSE, também houve quem avaliasse que o convite aos militares foi um erro, e que “a atuação dos militares no colegiado tem sido no sentido de

fortalecer a retórica de Bolsonaro de questionar a segurança do pleito". Em conversas reservadas, magistrados avaliaram que o convite acabou se tornando um "verdadeiro tiro no pé". A opinião contrária ao convite se estendeu também sobre as próprias Forças Armadas: na visão de integrantes do Exército, a participação acaba sendo um constrangimento por inevitavelmente politizar a instituição, explicou o periódico. Em coluna opinativa, o professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), Oscar Vilhena Vieira, ressaltou que "[o convite] não transferiu e nem poderia ter transferido competência exclusiva do Poder Judiciário às Forças Armadas, à OAB ou ao Tribunal de Contas da União, presentes na Comissão. Propor o contrário sinaliza intenção de sabotar o processo eleitoral e usurpar competência do Poder Judiciário". Na visão de Eliene Cantanhêde, jornalista e colunista, a participação dos militares permitiu que Bolsonaro estivesse "dentro do TSE", destacando que o presidente foi bem-sucedido em unir as Forças Armadas e o "centrão" na sua "sanha contra as eleições". (Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 06/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 06/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/05/22)

Saída do ministro de Minas e Energia repercutiu nas Forças Armadas

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a saída do almirante Bento Albuquerque do Ministério de Minas e Energia foi vista pelas Forças Armadas como a resposta que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), precisava dar em relação ao aumento dos preços dos combustíveis. O jornal avaliou que, na visão de militares, Albuquerque ocupava um cargo político, e seu afastamento foi entendido como "bem mais tranquilo que a exoneração do general Silva e Luna do comando da Petrobras". Diferentemente da situação com o ex-comandante da Petrobras, que deixou o cargo dizendo-se traído por Bolsonaro, a reportagem afirmou que o ex-ministro não foi alvo de um processo longo de "fritura" pública como outros militares que ocuparam cargo no governo. (Folha de S. Paulo - Política - 16/05/22)

Colunistas discutiram golpismo de Bolsonaro e das Forças Armadas

Em coluna opinativa para o periódico Correio Braziliense, o jornalista Antônio Machado comparou a situação ocorrida após a derrota de Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, com o que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), pode realizar em sua tentativa golpista. A diferença, comentou o autor, seria que Trump tentou aliciar as Forças Armadas sem sucesso. Segundo Machado, teria sido um erro acreditar que, incluindo o Exército na comissão técnica do processo eleitoral, Bolsonaro cessaria os ataques às urnas eletrônicas. Para ele, atualmente não há mais dúvidas nas Cortes superiores e no Congresso Nacional de que Bolsonaro é induzido, sobretudo pelo "generalato palaciano", e induz os setores militares a pressionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, solicitou pedido de audiência com o atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, para tratar de assuntos relativos ao tribunal e ao Exército, sendo respondido por Edson Fachin que eleição é assunto para "forças desarmadas". Por outro lado, em coluna opinativa na Folha de S. Paulo, o jornalista Jânio de Freitas avaliou que o comentário tecido pelo ministro Fachin teria sido o que os bolsonaristas precisavam ouvir. Ademais, Freitas ressaltou as diferenças entre as Forças, com a Marinha e a Aeronáutica num "silêncio espectador". Por fim, o colunista relatou que a responsabilidade constitucional das Forças Armadas é proporcionar livre exercício do direito ao voto, em que a segurança que lhes cabe é física e objetiva. Complementarmente, o doutor em Filosofia e professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Wilson Gomes, comentou a relação entre os militares e Bolsonaro. Segundo o professor, analistas políticos acreditam que os comandantes das tropas e quem fala em nome delas compartilham do mau sentimento que seria um golpe, mas a verdade seria que, enquanto os dois generais bolsonaristas Augusto Heleno e Luiz Eduardo Ramos se dispõem a intimidações e ameaças, o golpismo se garante nos porões, com utilização do jornalismo para entregar suas ameaças, emitidas no conforto dos bastidores. Gomes lembrou o tuíte do general Villas Boas em abril de 2018 como indício de que o governo sempre foi golpista, e de que haveria dois golpes: uma ameaça arbitrária de tomada do poder e mudança das regras do jogo, e um golpe por meio de "tramoia, farsa, embuste, logro, fraude". (Correio Braziliense - Opinião - 15/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 15/05/22; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 15/05/22)

JUNHO

Estudo apontou que presença militar em cargos civis do governo federal triplicou desde 2013

Os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo reportaram que, segundo uma pesquisa conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve um aumento de 193% na presença de militares em postos governamentais entre 2013 e 2021. Em 2013, 370 posições eram ocupadas por representantes das Forças Armadas, frente a 1.085 cargos públicos em 2021,

número três vezes maior. Os periódicos destacaram que esse aumento aconteceu, em grande parte, na gestão do presidente da República Jair Bolsonaro, que vem ampliando o espaço das Forças Armadas dentro do Executivo. O estudo também apontou que a lógica da ocupação se alterou, de modo que a presença militar passou a se concentrar em cargos mais altos e em ministérios que o governo considera estratégicos. De acordo com a pesquisa do Ipea, os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) apresentam a maior ocupação de militares, sendo que esses postos gozam de prestígio e poder administrativo dentro do aparato governamental. Segundo os dados, 381 militares ocupavam esses cargos em 2018; já em 2021 esse número saltou para 742. Em 2013, o Ministério da Economia tinha um militar, mas em 2021 eram 84 em postos DAS e FCPE, representando um aumento percentual de 8.000%. No Ministério do Meio Ambiente também só havia um militar em 2013, enquanto que 21 militares o ocupavam em 2021. No Ministério da Saúde, marcado pela passagem do general Eduardo Pazuello, a variação nesse mesmo período foi de 7 militares para 40. Já na Educação houve uma alta de 650% nas funções comissionadas para militares, com um aumento de 2 para 15 postos. Segundo o Estado, para o professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) Piero Leirner, os militares no governo promovem um aparelhamento do Estado, especialmente com Bolsonaro. Para ele, há uma inegável relação entre o aumento da atuação dos militares e os resultados obtidos pela atual gestão, notando que os maiores crescimentos de participação militar ocorreram em ministérios que sofrem fortes críticas. (Correio Braziliense - Política - 01/06/22; O Estado de S. Paulo - Política - 01/06/22)

Cresce número de militares nas eleições

O periódico Folha de S. Paulo publicou que, de acordo com o deputado federal Roberto Sebastião Peternelli Junior (União -SP), conhecido como General Peternelli, 50 militares manifestaram interesse em concorrer nas eleições deste ano, podendo esse número aumentar. O Rio de Janeiro é o estado com maior número de candidatos, seguido por Distrito Federal e São Paulo. Segundo a Folha, os partidos escolhidos para filiação dos candidatos militares situam-se entre o Centro e a Direita. (Folha de S. Paulo - Política- 06/06/22)

Dossiê denuncia esvaziamento e militarização da Funai

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, um dossiê produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela Indigenistas Associados - Associação de Servidores da Funai (INA), a Fundação Nacional do Índio (Funai) vem enfrentando um "esvaziamento orçamentário, assédio institucional, alinhamento com a agenda ruralista e omissões na esfera judicial". O documentou apontou a militarização da fundação e a forte pauta anti-indígena promovida pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), que se posiciona contra a demarcação de terras indígenas. De acordo com jornal, Bolsonaro já até tentou transferir a Funai para a alçada do Ministério da agricultura, o que foi barrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Folha apontou que, mesmo tendo sido criada em 1967, durante o regime militar (1964-1985), "a militarização atual do órgão [Funai] é sem precedentes", com 19 postos chefiados por oficiais das Forças Armadas, e com uma diretoria formada por dois policiais e um militar, além do presidente, Marcelo Xavier. Segundo a reportagem, o desaparecimento [agora confirmado assassinato] do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, é um sintoma do esvaziamento da fundação, na qual servidores sofrem perseguições. Em outra reportagem, a Folha de S. Paulo noticiou que, durante as buscas para encontrar Pereira e Phillips, linha de frente composta por indígenas e associações reclamaram da ausência do Exército para enfrentar o problema e da falta de coordenação das buscas por parte dos órgãos oficiais. (Folha de S. Paulo - Política - 14/06/22)

JULHO

Auditoria apontou irregularidades em cargos ocupados por militares

Conforme reportagem dos periódicos O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, mais de 2.300 militares ocupam postos irregulares no governo de Jair Bolsonaro (PL), de acordo com auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU). Os dados se concentram em dezembro de 2020 e denunciam problemas como o acúmulo de funções simultâneas por militares e o recebimento dobrado de salários e benefícios que extrapolam o teto constitucional. O número de militares que passaram a trabalhar para o governo durante a gestão de Jair Bolsonaro triplicou, ultrapassando a marca de 6 mil pessoas, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU). O Estado afirmou que o relatório se baseou no cruzamento de informações que então foram confrontadas com dados recebidos do Ministério de Defesa pela CGU sobre pagamentos feitos a militares e seus pensionistas, encontrando casos de "ocupação simultânea de cargos militares e civis sem nenhum tipo de amparo legal ou normativo para isso", casos extrapolando prazos de atuação paralela de

militares, bem como recebimento salarial acima do teto, sem sofrer “nenhum tipo de abatimento em seus vencimentos”. Segundo a Folha, a irregularidade mais comum é a de militares que já estouraram o tempo de dois anos permitido para exercer cargo fora das Forças Armadas, com 930 registros. A segunda que mais aparece, com 729 militares, é daqueles que não possuem “incidência de rubrica do abate-teto”; ou seja, sem o desconto dos valores recebidos acima do teto definido pela Constituição Federal (que no momento chegava à R\$ 39 mil). Ademais, encontram-se irregularidades como a de militares sem o amparo legal para realizar função como agente civil (558), valor insuficiente no abatimento do teto (110), e militares com tempo de dois anos excedido por “necessidade temporária de excepcional interesse público” (36). De acordo com o Estado, estima-se que R\$ 5,139 milhões seriam devolvidos aos cofres públicos, se todos os casos irregulares levassem à devolução da quantia excedente. O resultado final do relatório denuncia graves indícios de irregularidades, e buscou um “amplo estudo normativo, em busca de todos os regramentos relacionados ao tema”, excluindo cenários de amparo legal para as situações de vínculo simultâneo, apontando ainda uma fragilidade na gestão dos recursos humanos no governo federal. Não houve declaração afirmando se os indícios de irregularidades foram confirmados e quais medidas foram tomadas pelos Ministérios da Defesa e Economia, bem como pelas Forças Armadas. Inicialmente, após ser procurado pelo O Estado, o Exército afirmou que os casos de vínculos civil e militar merece “uma análise pormenorizada, trazendo oportunidade de correção de possíveis inconsistências”, e depois, após realizar uma nova análise constatou que “a maior parte das inconsistências corresponderia, em princípio, a acumulações potencialmente lícitas, amparadas pela legislação”, mas o jornal destacou que os dados tratados pela auditoria já consideravam diversas exceções que permitem o trabalho paralelo licitamente. Por fim, as Forças declararam que já avisaram suas unidades “para fins de regularização”, e após questionamento a Aeronáutica e a Marinha não prestaram esclarecimentos. (Folha de S. Paulo - Política - 13/07/22; O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios - 12/07/22)

Colunista afirmou que “metamorfose” na gestão derrotou a hegemonia militar no governo Bolsonaro

Em coluna opinativa ao Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que o governo do presidente Jair Bolsonaro sofreu uma “metamorfose” ao longo de seu mandato. Para o colunista, no início, o governo Bolsonaro se colocava acima da sociedade e tinha “características bonapartistas”. Além disso, o governo era constituído por um número de militares maior do que os governos da ditadura militar (1964-1985), o que reforçava o seu “apoio nas Forças Armadas” para governar. Contudo, segundo Azedo, as consequências do “colapso do sistema de saúde pública [causado] pelo general da reserva e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello” derrotaram a hegemonia militar e conformaram a metamorfose na gestão de Bolsonaro, agora representada por um governo “reacionário de viés populista”, mais alinhado aos políticos de centro. (Correio Braziliense - Política - 17/07/22)

AGOSTO Número de candidaturas militares nas eleições de 2022 se mantém expressivo

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, a quantidade de agentes de forças de segurança concorrendo a cargos nas eleições cresceu pela segunda vez consecutiva. São 1.858 policiais, bombeiros e militares concorrendo em 2022, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um aumento de 27,5% em relação ao ano de 2018. No entanto, o número de candidatos membros das Forças Armadas, ativos ou reformados, permaneceu estável, com queda de 305 para 300 neste ano. (Folha de S. Paulo - Política - 17/08/22)

SETEMBRO Colunista criticou a atuação Marcos Pontes na pasta da Ciência e Tecnologia

Em coluna para o periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Reinaldo José Lopes criticou a atuação do ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações do governo de Jair Bolsonaro, e atual candidato ao senado federal, Marcos Cesar Pontes, tenente-coronel reformado da Força Aérea. O colunista relembrou dois episódios em que Pontes teve que “escolher entre os fatos e a subserviência ao credo do bolsonarismo”. Em 2019, os dados detectados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicavam aumento no desmatamento da Amazônia e o presidente da República Jair Bolsonaro insinuou que o físico Ricardo Galvão, presidente do Instituto, estaria “à serviço de alguma ONG”. Segundo Lopes, Pontes não defendeu os números do INPE e exonerou Galvão. Outro incidente ocorreu no auge da pandemia de covid-19, entre abril e outubro de 2020, quando Pontes anunciou com estrépito o suposto sucesso do vermífugo nitazoxanida contra a doença. Entretanto, Lopes esclareceu que, numa busca desesperada por soluções mágicas e boas notícias para o governo, os dados utilizados pelo então ministro ainda estavam na fase de testes in vitro - meses depois, os testes clínicos não detectaram efeito real

sobre a progressão da doença. Segundo o colunista, esses episódios indicam que Pontes é um “invertebrado moral, que faz qualquer negócio em nome da sobrevivência política”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 16/09/22)

O governo Bolsonaro impõe sigilo de 100 sobre apuração disciplinar do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello

O periódico O Estado de São Paulo, realizou um levantamento dos sigilos de 100 anos impostos pelo governo Bolsonaro, e foram encontrados pelo menos 65 casos, dentre eles estão pedidos ao exército sobre investigação disciplinar do Ex - ministro da Saúde Eduardo Pazuello. Outros escândalos do governo também encontram-se nesta lista, como o caso do Ministério da Educação e até mesmo nomes de visitantes da primeira - dama Michelle Bolsonaro no Palácio da Alvorada. Ainda segundo o periódico, até o caso de Pazuello as sindicâncias concluídas de militares podiam ser vistas por qualquer cidadão, “Ao negar acesso a informações do general, o Exército usou como base o artigo 31 da LAI, que trata da proteção de dados pessoais e assegurar sua preservação por uma século.” (O Estado de São Paulo - política - 26/09/2022)

OUTUBRO Forças Armadas nas eleições I: jornal avaliou possível posição de um novo governo Lula na área de Defesa

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende, caso eleito, alterar a legislação aprovada no governo de Jair Bolsonaro, que passou a permitir que militares da ativa ocupem cargos públicos por tempo indeterminado. Anteriormente, militares da ativa que permanecessem por mais de dois anos em postos civis necessitavam ir para a reserva. De acordo com o jornal, o plano de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) prevê que membros das Forças Armadas se dediquem aos assuntos da Defesa, sua principal finalidade. A Folha ressaltou que o petista não busca criar atrito com os militares, embora generais da ativa e da reserva tenham declarado ao periódico que, em um possível novo governo Lula, temem mudanças em três áreas sensíveis: previdência militar; mudanças no currículo de formação nas escolas militares; e novos critérios para a promoção na carreira. A Folha também mencionou declarações de Lula a respeito da intenção de nomear um civil para o Ministério da Defesa, despolitizar as Forças Armadas e exonerar “quase 8.000 militares de cargos comissionados”. Entre os nomes cotados para a pasta da Defesa está o de Geraldo Alckmin, vice na chapa de Lula, que o jornal avaliou como tendo uma boa relação com os militares. (Folha de S. Paulo – Política – 16/10/22)

Diversos coordenadores regionais da Funai não possuem experiência relacionada aos povos indígenas, entre eles militares

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, dos 39 atuais coordenadores regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai), dezessete não possuem em seus currículos nenhuma palavra relacionada aos povos indígenas ou indigenismo. Entre os coordenadores, o jornal destacou a presença de militares das Forças Armadas e de policiais, alguns dos militares com experiência na missão de paz no Haiti e em incursões em comunidades na cidade do Rio de Janeiro. O jornal acrescentou que 25 coordenadores nunca haviam passado pela Funai e chegaram ao cargo durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Atualmente, 16 militares ocupam esses postos. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 19/10/22)

NOVEMBRO Oficial investigado pelo STF será transferido do Palácio do Planalto para comando de batalhão do Exército

Reportagem do periódico Folha de S. Paulo relatou a transição do tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid da chefia da Ajudância de Ordens da Presidência da República, cargo de confiança do presidente, para o comando de um batalhão do Exército em Goiânia, estado de Goiás. A transição já estaria definida desde antes do processo eleitoral, conforme relataram generais sob condição de anonimato, e adicionaram que Cid, após a promoção durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), “precisa passar por um cargo de comando para conseguir novas promoções e sonhar com o generalato”. Entretanto, a reportagem apontou a possibilidade da transferência ter ligação com investigações do Supremo Tribunal Federal (STF) que têm como alvo o tenente-coronel, sobre possíveis movimentações financeiras ilegais para pagar despesas pessoais da família do atual presidente da República. (Folha de S. Paulo – Política – 05/11/22)

Jornal traçou perfis de generais cotados para o comando do Exército

Em reportagem, o periódico Folha de S. Paulo traçou os perfis de alguns dos generais de quatro estrelas dentre os quais o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), terá que escolher o próximo comandante do Exército. O jornal citou o tuíte do general Eduardo Villas Boas em 2018, às vésperas do julgamento do pedido de habeas corpus de Lula pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como marco nas relações entre civis e militares, além de fator determinante para garantir “previsibilidade e normalidade na relação com os fardados”. Nesse sentido, o general Tomás Miguel Miné Ribeiro, chefe do Comando Militar do Sudeste e ex-chefe de gabinete de Villas Boas, responsável pela redação do tuíte, é visto por membros da cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) com receio. Segundo o jornal, Ribeiro é considerado discreto e de boa interlocução com diversas forças políticas, tendo em seu currículo o cargo de ajudante de ordens do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Outras opções pouco viáveis, segundo a Folha, seriam os generais Valério Stumpf Trindade, atual chefe do Estado-Maior do Exército, e Estevam Theophilo, comandante de Operações Terrestres, ambos considerados próximos do bolsonarismo. Caso Riberio seja descartado por seu passado com Villas Boas, o segundo favorito ao posto seria o general Júlio Cesar de Arruda, chefe do Departamento de Engenharia e Construção e ex-comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), também considerado pelo jornal um perfil discreto e “cinzento politicamente”. (Folha de S. Paulo – Política – 08/11/22)

Equipe de transição de Lula demora para anunciar grupo de trabalho da Defesa

Segundo os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, na mesma semana em que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas realizaram três manifestações públicas a respeito do sistema eletrônico de votação, a equipe de transição do governante eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estava quase completa. Entretanto, faltavam as nomeações de dois grupos de trabalho (GT): a Defesa e a Inteligência. Em coluna, a jornalista Juliana Braga, da Folha apontou que ao invés de preferir uma estratégia que minasse o atual ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, nomeando rapidamente o GT da Defesa, prevaleceu no PT o entendimento de que era melhor evitar uma postura de confrontação, optando pelo diálogo com as forças. Além disso, Braga aventou que a equipe de transição enfrenta dificuldades para identificar alguém “capaz e disposto a assumir o desafio”, dada a proximidade entre o atual presidente, Jair Bolsonaro (PL), e a cúpula das Forças Armadas. O Correio Braziliense ressaltou que, entre os 285 indicados para os GTs de transição, até 17/11/2022 não havia qualquer militar, seja da ativa ou da reserva. Segundo o jornal, o coordenador da equipe de transição, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, insinuou que a dificuldade da relação com os militares remete à associação entre testes e Bolsonaro. (Correio Braziliense – Política – 17/11/22; Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 17/11/22)

DEZEMBRO TCU analisa contratação de militares para cargos no INSS

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o Tribunal de Contas da União (TCU) previa a análise, no dia 07/12/2022, de possível ilegalidade na contratação de cerca de 2.000 militares da reserva para cumprirem funções administrativas no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As contratações ocorreram em 2020, com a finalidade de diminuir as filas que se avolumaram durante a pandemia, e envolveu os ministérios da Economia, da Defesa, a Casa Civil e a própria Presidência da República. Os militares da reserva passaram a receber 30% a mais do que ganhavam na inatividade. De acordo com a Folha, investigava-se a suspeita de que as contratações teriam ferido os “princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade”. Alegou-se também que a experiência militar não era “determinante para o bom exercício e atendimento das necessidades do trabalho temporário a ser contratado”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 07/12/22)

Colunista comentou livro sobre a trajetória de Bolsonaro no Exército

Em coluna para o jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Ruy Castro comentou o “longo caminho de Jair Bolsonaro”, descrito no livro “Poder Camuflado”, de Fabio Victor, para reverter o status de “persona non gratissima” no Exército no início dos anos 1990 – com o histórico de militar expulso por terrorismo e proibido de entrar nos quartéis – até se tornar presidente da República e chefe supremo das Forças Armadas. De acordo com Castro, “talvez Bolsonaro não fosse tão tosco. Talvez tenha aprendido a ler a cabeça dos militares. Talvez os tenha convencido de que, no poder, botaria em prática as ideias deles.”. O jornalista considerou que todas essas opções estão corretas. (Folha de S. Paulo - Opinião - 09/12/22)

Colunistas comentaram sobre a politização e o futuro das Forças Armadas no próximo governo

Em coluna opinativa aos jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, jornalistas comentaram sobre o futuro das Forças Armadas no governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Para o colunista do Correio Luiz Carlos Azedo, o novo governo precisará despolitizar as Forças a partir da “volta dos militares às suas funções constitucionais”. O colunista também defendeu a reforma do Ministério da Defesa e a “desmilitarização do governo”, que conta hoje com oito mil militares em postos diversos da administração pública. Em coluna opinativa à Folha, o jornalista Janio de Freitas argumentou que o “golpismo” militar ainda persiste na forma de violência e que, portanto, a equipe de transição e o novo governo devem “ter essa percepção” ao lidar com esses atores. Ainda de acordo com o jornalista, o “compromisso militar com a ordem constitucional não é confiável”. Na Folha, o jornalista Elio Gaspari, por sua vez, afirmou que a escolha do ministro da Defesa é uma etapa importante do processo de transição, “mas não é tudo”. Para Gaspari, os futuros comandantes das Forças terão a imprescindível responsabilidade de “colocar ordem nas casas”. Em coluna ao Correio, o jornalista André Stumpf fez uma retrospectiva histórica da relação entre civis e militares no Brasil desde a Proclamação da República até os dias atuais. Segundo Stumpf, a República brasileira tem uma origem militar, pois seus dois primeiros presidentes foram marechais do Exército. Também lembrou a tensão atual entre os militares e o processo eleitoral, afirmando que ninguém conseguiu provar possíveis fraudes no sistema eleitoral brasileiro. Para Stumpf, o resultado das tensões para o novo governo é a falta de uma equipe de transição para lidar com os militares. (Correio Braziliense - Política - 04/12/22; Correio Braziliense - Opinião - 05/12/22; Folha de S. Paulo - Política - 04/12/22)

6 O Sete de setembro

Nesta seção do Anuário, retratamos o ocorrido em 7 de setembro de 2022, marco das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil. Assim como nos anos anteriores da presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022), a data foi acompanhada por controvérsias envolvendo o vínculo entre as Forças Armadas e o governo então vigente. Porém, no ano de 2022, novos elementos se incorporaram ao imbróglio, em razão da proximidade das eleições presidenciais.

O tradicional desfile de 7 de setembro que ocorre na capital federal, Brasília, transformou-se em palco político e eleitoral, misturando as formalidades do cerimonial e a campanha de reeleição de Bolsonaro. Dois momentos foram particularmente captados pela imprensa: a declaração do então presidente, antes do desfile cívico, de que “a história pode se repetir”, entendida pela audiência como uma alusão ao golpe de 1964; e o discurso de Bolsonaro logo após o desfile, em tom de comício, acompanhado pelo vice-presidente à época, general Hamilton Mourão, e pelo candidato a vice na campanha de 2022, general Walter Souza Braga Netto.

Já no Rio de Janeiro, onde Bolsonaro esteve na tarde do dia 07, houve o cancelamento do habitual desfile militar na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade, e os atos políticos de apoiadores do então presidente se concentraram na orla da praia de Copacabana, tradicional reduto bolsonarista. Os jornais informaram que alguns comandantes de quartéis militares no Rio enfatizaram para a tropa as normativas do Regulamento Disciplinar do Exército, que proíbe manifestação político-partidária. Também foi noticiada uma notificação do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro às três Forças para que diferenciassem os eventos oficiais dos atos políticos, já que estava prevista a mobilização de militares durante oito horas de programação na capital carioca. Na véspera dos eventos, ocorreu um acidente com três paraquedistas militares, nas imediações do Forte de Copacabana, durante os ensaios. Fortes rajadas de vento desviaram os paraquedistas do trajeto, causando ferimentos.

Além do tom crítico adotado pelos jornais ao reportarem o Bicentenário da Independência, quase que lamentando a data ter coincido com o último mês da campanha de reeleição de Bolsonaro, os veículos de imprensa aproveitaram para publicar algumas entrevistas e peças opinativas que resgatavam a origem do caráter militar das comemorações do 7 de setembro, situando-a no período da Ditadura Militar (1964-1985), especialmente no ano de 1972, no governo de Emílio Garrastazu Médici. Embora a Independência do Brasil não tenha qualquer relação com um movimento militar, a tentativa de vincular tais aspectos por parte do então presidente, em 2022, reforça o caráter autoritário de seu governo.

Juliana Bigatão Puig

Docente do curso de Rel. Internacionais da Unifesp

AGOSTO

Jair Bolsonaro afirmou que Forças Armadas participarão dos desfiles de 7 de setembro em Brasília e no Rio de Janeiro

De acordo com reportagens dos jornais Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro afirmou, em evento no dia 30/07/22, que as Forças Armadas participarão dos desfiles do dia 7 de setembro, que acontecerão em Brasília, conforme a tradição, e também no Rio de Janeiro. Bolsonaro disse ainda que as Forças irão participar “ao lado de seus apoiadores dos atos governistas” durante as comemorações dos 200 anos de independência do país. A Folha de S. Paulo apontou que o ato tem caráter “político e eleitoral”, pois ocorrerá praticamente um mês antes do pleito de 2022. (Correio Braziliense - Política - 31/07/22; Folha de S. Paulo - 05/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 31/07/22)

General Augusto Heleno afirmou que tensão política não desembocará em atos violentos durante o 7 de Setembro

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general da reserva Augusto Heleno, afirmou descartar a possibilidade de violência durante a comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil. O ministro, responsável pelo setor de monitoramento da segurança e inteligência no governo, disse que a tensão política existente “não desembocará em atos violentos” e que

o “7 de Setembro será muito tranquilo e com clima de festa”. O general ainda afirmou que existe “muito papo e nenhuma ação” por parte dos grupos polarizados. (Folha de S. Paulo - Política - 14/08/22)

Exército cancelou desfiles de 7 de setembro

Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo considerou prudente a decisão do Exército de cancelar o desfile do 7 de setembro no Rio de Janeiro, pois a presença dos militares apresentava uma clara tentativa de uso político das Forças Armadas, podendo levar à associação do ato ao apoio dos mesmos a um determinado partido ou candidato. Além do evento na Avenida Atlântica, também foi cancelada a tradicional parada militar na Avenida Presidente Vargas, no centro da capital fluminense, com a previsão de comemorações do bicentenário da Independência do Brasil sem público ou desfile. Para o jornal, o uso político das Forças Armadas não foi o único fator decisório, tendo o setor de inteligência do Exército detectado a possibilidade de divulgação de material violento por setores radicais do bolsonarismo, o que levaria a tumulto e à necessidade de intervenção militar pelo decreto de Garantia de Lei da Ordem (GLO). O periódico apontou que “definitivamente, o governo de Jair Bolsonaro não apenas é incapaz de promover a paz, a ordem e a civilidade, como estimula o exato contrário”, e por fim ressaltou que o 7 de setembro “não pode ser convertido em tempo de ameaça ou de medo, antíteses da cidadania e da liberdade”. (O Estado de S. Paulo - Política - 23/08/22)

Comemoração do 7 de setembro no Rio de Janeiro mobilizará oito horas de apresentação das Forças Armadas

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), pretende transformar a comemoração do 7 de setembro, que em 2022 marca do bicentenário da Independência, em um evento de “demonstração de apoio popular”. Além da mudança do local da celebração no Rio de Janeiro –do tradicional centro da cidade para a praia de Copacabana – a data será marcada pela mobilização das Forças Armadas em oito horas de programação, com a previsão de parada com navios militares, salto de paraquedistas na orla, salvas de canhão e apresentação da Esquadilha da Fumaça. A Folha também noticiou que o evento no Rio de Janeiro terá a presença de Bolsonaro no encerramento, momento em que seus apoiadores organizam uma manifestação em motocicletas. Segundo o jornal, há grande expectativa e apreensão em torno da carga política do evento, junto à imprevisibilidade do comportamento do presidente. (Folha de S. Paulo – Política – 30/08/22)

SETEMBRO

O 7 de setembro: expectativas quanto ao papel das Forças Armadas

Segundo reportagem do periódico O Estado de S. Paulo, articuladores do movimento pró-democracia que teve como marco a leitura pública da “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito”, em 11/08/2022, afirmaram estado de “vigília” contra o risco de arroubos autoritários no bicentenário da independência do Brasil. O professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena, afirmou que “Neste ano vamos ter um movimento de rua muito estridente, mas não acredito em risco de uma ação desestabilizadora por parte das Forças Armadas. Sob esse ponto de vista, estou mais otimista agora do que estava no 7 de setembro do ano passado”. Ainda de acordo com a matéria, os integrantes do movimento acompanharam a preparação para as manifestações em apoio a Jair Bolsonaro (PL) através da interlocução com representantes dos militares, polícias e diplomatas. Outras duas matérias do mesmo veículo também abordaram os atos do dia da Independência. Em destaque, afirmou-se que o comício de Bolsonaro na cidade do Rio de Janeiro ocorreria simultaneamente à parada naval da Marinha, à apresentação da esquadilha da fumaça e à saudação dos canhões do Forte de Copacabana. A manchete da reportagem considerou que esta sincronia expressa o uso das ações militares por Bolsonaro, como meio de reforçar o ato eleitoral no 7 de setembro. Por último, reportagem do O Estado de S. Paulo destacou que grupos que pregam “intervenção militar com Bolsonaro no poder”, como o Patriotas do QG, conseguiram o aval da Polícia Militar para estacionar carros de som na Avenida Paulista durante as manifestações na cidade de São Paulo. O desfile cívico no Ipiranga ficou a cargo do Comando Militar do Sudeste (CMSE), mobilizando mais de 6 mil militares das três Forças e 117 veículos da Marinha e do Exército. Bolsonaro não participou do evento em São Paulo, concentrando sua agenda em Brasília, pela manhã, e no Rio de Janeiro no período da tarde, onde, apesar de o desfile militar do Comando Militar do

Leste (CML) ter sido cancelado, ocorreram festejos militares na orla de Copacabana. Segundo a jornalista e escritora Cristina Serra, em coluna no jornal Folha de S. Paulo, as Forças Armadas estão envolvidas em uma situação perigosa ao se relacionarem com o presidente Jair Bolsonaro nos desfiles de 7 de setembro. A jornalista destacou a mobilização de equipamentos militares para os atos, como aviões, navios e canhões, o que caracterizou como uma “promiscuidade institucional explícita”. Segundo Serra, atingiu-se um ponto em que a segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) precisou ser reforçada e a localização dos ministros foi tratada com sigilo, buscando a segurança dos mesmos. Por fim, a colunista enfatizou que é uma “infelicidade que as comemorações do bicentenário da independência aconteçam com Bolsonaro no poder”, e acrescentou que “em menos de um mês, estará diante de nós a chance promissora de inaugurarmos um novo país”. Já a jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, avaliou que Bolsonaro tinha no bicentenário e no 7 de Setembro “seu último lance, ou última ofensiva, para tentar virar o jogo, ou a guerra”, visto que, apesar das suas investidas, não conseguiu prejudicar o favoritismo do ex-presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva. A jornalista entende que Bolsonaro usa as Forças Armadas como uma demonstração de força, atribuindo ao Rio de Janeiro um importante papel nas comemorações do 7 de setembro, por representar o maior reduto bolsonarista. Na avaliação de Cantanhêde, as Forças Armadas ficariam “mais uma vez de joelho... para fazer o que seu mestre mandar, como o general Pazuello”. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 06/09/22; O Estado de S. Paulo - Política - 05/09/22; O Estado de S. Paulo - Coluna do Estadão - 05/09/22; O Estado de S. Paulo - Política - 05/09/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/22)

O 7 de setembro: tensões sobre a participação de militares em atos político-partidários

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, militares e aliados do presidente Jair Bolsonaro organizaram uma logística na tentativa de separar os eventos do bicentenário da independência dos atos de campanha eleitoral durante o 7 de setembro, prevendo ao menos três estruturas para discursar no Rio de Janeiro e em Brasília. Generais e aliados do presidente declararam ao jornal que “a criação de espaços variados (...) tem o objetivo de tentar separar a comemoração oficial de momentos de campanha política”, visto o receio de novos ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) por parte de Bolsonaro durante as comemorações, o que poderia destruir a construção do armistício entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as Forças Armadas. Tal armistício, de acordo com a Folha, se refere aos sinais do presidente do TSE, Alexandre de Moraes, ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, de que aceitará as sugestões de “alterar o modelo do teste de integridade” sugerido pelo Exército. Havia ainda o temor da reação de Bolsonaro frente à decisão do ministro Edson Fachin de suspender algumas partes do decreto de armas às vésperas do 7 de setembro, o que militares ouvidos pela Folha declararam ser uma “medida descabida”, visto que a justificativa de Fachin foi a de conter a violência eleitoral. Para os militares, tal suspensão poderia significar justamente o contrário, acirrando mais os ânimos. No Rio de Janeiro, as Forças Armadas tinham uma programação de oito horas de evento para a comemoração do bicentenário, com 29 salvas de canhão no Forte de Copacabana, parada com navios militares, esquadrilha da fumaça, salto de paraquedistas e apresentação de banda militar. Houve ainda o aconselhamento de comandantes de quartéis de que os militares devem evitar permanecer em atos políticos após os eventos oficiais, com a leitura, em alguns quartéis, do Regulamento Disciplinar do Exército, que proíbe manifestação político-partidária. Segundo a Folha, o presidente Bolsonaro demonstrou diversas tentativas de politização das Forças, como ao usar as expressões “meu Exército” e “minhas Forças Armadas”, e ao defender o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de qualquer punição após ter participado de ato político em apoio ao presidente. Bolsonaro ainda fez uma mudança na programação dos eventos de 7 de setembro no Rio de Janeiro, alterando a localização do desfile cívico-militar, além de ter pedido à Marinha e à Força Aérea Brasileira que participassem de um ato próximo à orla carioca, o que levou a uma mudança de planejamento nas Forças para atender ao presidente. A Folha de S. Paulo também noticiou que o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro notificou o Exército, a Marinha e a Aeronáutica para tratar de planos para prevenir envolvimento de militares em manifestações político-partidárias, evitando que eventos oficiais e atos políticos sejam confundidos. Segundo reportagem da Folha, no dia 06/09/22 o Exército emitiu um comunicado interno informando que os eventos do Dia da Independência organizados pelos militares não possuem caráter político-partidário. Destacou-se ainda que não há “determinação específica em relação à participação de militares da ativa em eventuais

manifestações políticas previstas para o dia 7 de setembro". (Folha de S. Paulo - Política - 06/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 06/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 07/09/22)

O 7 de setembro: paraquedistas sofrem acidente em treino no Rio de Janeiro

Segundo reportagem dos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, ao menos três paraquedistas militares se feriram durante treinamento para as festividades dos 200 anos de Independência do Brasil na cidade do Rio de Janeiro. O Comando Militar do Leste justificou que rajadas de vento tiraram os paraquedistas das imediações do Forte de Copacabana e os empurraram para as ruas internas do bairro de Ipanema. O paraquedista Izaquiel Luiz caiu em cima de uma árvore e sofreu ferimentos graves, mas foi estabilizado após ser levado para o hospital. Já o suboficial da Aeronáutica Roberto Pereira caiu no telhado de um imóvel e sofreu ferimentos leves. O treinamento era composto pela equipe de Salto Livre do Exército Brasileiro (Cometas) e a Equipe de Salto Livre da Força Aérea Brasileira (Falcões). (*Correio Braziliense* - Política - 07/09/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 07/09/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 06/09/22)

O 7 de setembro: intelectuais refletem sobre o sentido da Independência do Brasil na ditadura militar e no governo Bolsonaro

Em entrevista para o periódico *Folha de S. Paulo*, o sociólogo André Botelho afirmou que o caráter militar das comemorações do 7 de setembro se iniciou no regime militar (1964-1985); mais especificamente em 1972. Segundo ele: "Foi feita toda uma reinterpretação para associar a Independência a um movimento militar que, historiograficamente falando, não existe". Além disso, Botelho argumentou que foi na ditadura que os desfiles militares se tornaram uma demonstração de força e autoridade sobre a sociedade. Em certa semelhança com a realidade atual, segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, as festividades do Sesquicentenário da Independência, comemoradas durante o regime militar (1972), faziam parte de um plano estratégico dos militares para imprimir na sociedade os seus valores. Dentro desse contexto, a reportagem apontou que os militares se utilizaram do retorno dos restos mortais de Pedro 1º, da figura de Tiradentes, da seleção brasileira de futebol, e do milagre econômico para gerar uma "dimensão simbólica representada por um nacionalismo viril, bélico", como explicou o professor de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico. Em coluna opinativa para o *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo sustentou essa temática e a comparou com o presente. Segundo ele, em ambos momentos históricos existe um resgate da memória da Independência em favor de um projeto político. Azedo afirmou que na ditadura "criou-se uma comissão governamental em parceria com Instituto Histórico e Geográfico com a tarefa de resgatar as lutas pela Independência, com objetivo de fortalecer os vínculos entre o projeto de institucionalização do regime autoritário então vigente e o sentimento nacionalista do povo". Entretanto, Azedo afirmou que no momento atual a apropriação da memória histórica por Bolsonaro tem na busca por uma reeleição sua principal razão. (*Correio Braziliense* - Política - 07/09/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 07/09/22)

O 7 de setembro: campanha da reeleição se sobrepõe ao desfile cívico-militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a comemoração do bicentenário da independência foi marcada, em Brasília, por diversas manifestações, principalmente de apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro. Entre estas, havia "faixas para que Bolsonaro acione as Forças Armadas" no estabelecimento da ordem. Já em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, manifestantes levaram cartazes que pediam que "as Forças Armadas e o presidente criminalizassem o comunismo no Brasil". Na cidade de São Paulo, era possível ver faixas, inclusive escritas em inglês, que pediam o acionamento das Forças Armadas pelo presidente. A *Folha* também noticiou que, na manhã do 7 de setembro, antes do desfile cívico-militar, Bolsonaro mencionou momentos de tensão política e declarou que a "história pode se repetir", o que segundo o jornal fazia alusão ao golpe militar de 1964. Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, Bolsonaro transformou o 7 de setembro em um comício que foi acompanhado por uma multidão. Após o tradicional desfile em Brasília, o presidente discursou em um carro de som, do lado oposto da avenida, acompanhado do vice-presidente, Hamilton Mourão, e do candidato a vice na campanha de 2022, Walter Souza Braga Netto. Em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Vinicius Torres Freire avaliou que Bolsonaro se apropriou da data comemorativa da independência para fazer campanha à reeleição. Para Freire, militares

que participaram nos desfiles em Brasília e no Rio de Janeiro foram “coniventes com a corrupção institucional”. (Correio Braziliense – Política – 08/09/22; Folha de S. Paulo – Política – 08/09/22; O Estado de S. Paulo – Política – 08/09/22)

O 7 de setembro: jornal relembra que comemoração dos 150 anos de independência do Brasil foi marcada por atrito entre o regime militar e a igreja católica

Reportagem do periódico O Estado de S. Paulo lembrou que a comemoração dos 150 anos de independência do Brasil, realizada em 1972, foi marcada por disputas entre a igreja católica e o regime militar (1964-1985), na época, chefiado por Emílio Garrastazu Médici. A matéria baseou-se em documentos de órgãos da repressão política guardados no Arquivo Nacional, que indicam que após a Conferência Nacional de Bispos no Brasil (CNBB) optar por não se engajar nas comemorações propostas pelo governo militar, programando a missa para o dia 3 de setembro, o Centro de Informações do Exército (CIE), órgão repressivo ligado diretamente ao ministro da Força, elaborou um documento apontando a insatisfação com a igreja e pedindo a transferência da data para o 7 de setembro. As declarações da Informação 3204S/102-S3-CIE, de 24 de agosto de 1972, também registram a resposta do bispo Ivo Lorscheiter, o qual informou que a CNBB “julga impossível a mencionada mudança ‘pois entendeu dar a essa programação uma caracterização estritamente religiosa, com moldura de discricção e recolhimento’”. O documento também assinala a resposta de representantes do regime militar, de acordo com o qual “Como se pode verificar, a atitude da CNBB foi um ato para desprestigiar as festas, podendo ser classificado de inamistoso e uma provocação direta ao País.” Segundo os documentos analisados pelo Estado, os agentes secretos do regime militar passaram a monitorar as movimentações e correspondências dos líderes religiosos, interceptando documentos como “Mensagem da Comissão Representativa da CNBB no Sesquicentenário da Independência” e “A Igreja e o Sesquicentenário”. O Serviço Nacional de Inteligência (SNI) acompanhou a cerimônia de recepção à imagem de Nossa Senhora Aparecida na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 1.º de setembro de 1972 e, também, se infiltrou na missa do dia 3, celebrada por bispos e com representantes das igrejas melquita e maronita. (O Estado de S. Paulo - A fundo - 05/09/22)

...

7 Política externa e defesa

A Defesa e os temas com interface internacional

Nesta seção do Anuário, reunimos os principais assuntos da cobertura jornalística sobre a política de defesa do Brasil e sobre os temas militares com interface internacional. De forma sintética, o material jornalístico explorou o impacto externo de algumas pautas domésticas, além de ter enfatizado o posicionamento brasileiro perante o principal acontecimento bélico de 2022: a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Durante o primeiro semestre, o aprofundamento das tensões na região da Europa oriental e suas consequências políticas, sociais e econômicas suscitaram questionamentos a respeito de qual seria a posição do Brasil frente ao conflito. Num primeiro momento, a viagem de Jair Bolsonaro à Moscou, a convite do presidente russo, Vladimir Putin, ocorrida no mês de fevereiro às vésperas da escalada militar, ganhou destaque nos principais jornais nacionais. De modo geral, a imprensa sugeriu que o encontro poderia levar a um desgaste das relações do Brasil com a Ucrânia, com os Estados Unidos e também com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Na comitiva enviada à Moscou também estavam presentes o secretário Especial de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha, e o ministro da Defesa à época, general Walter Souza Braga Netto, que declarou à imprensa que a visita à Rússia “[...] não atrapalha [as relações com os países da OTAN], são coisas distintas. Conversamos com todos os países do mundo. Continuamos parceiros da OTAN”. E afirmou: “O Brasil está aberto à negociação.”

As primeiras notas do Ministério das Relações Exteriores a respeito da invasão russa na Ucrânia, consumada em 24 de fevereiro de 2022, apresentavam tom cauteloso e neutro, ressaltando a tradição diplomática brasileira de zelar pela paz e pela solução negociada de conflitos. Entretanto, o então vice-presidente, Hamilton Mourão, declarou aos veículos de imprensa que o Brasil deveria adotar um claro posicionamento de condenação do ataque russo, posição que logo foi desautorizada por Bolsonaro. Em editorial de 25 de fevereiro de 2022, o Correio Braziliense avaliou que a posição de neutralidade poderia colocar o país em uma “linha de tiro” entre os Estados Unidos e a Rússia, enquanto o colunista da Folha de S. Paulo, Bruno Boghossian, avaliou que a atuação brasileira naquela ocasião representava um “desarranjo diplomático”, principalmente em razão do fato de Bolsonaro ter elogiado Putin e prestado solidariedade ao povo russo às vésperas da eclosão da guerra.

Em meio ao recrudescimento das ações militares em território ucraniano, as forças armadas brasileiras foram mobilizadas a partir da Operação Repatriação, organizada por um esforço coordenado pelos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Relações Exteriores, da Infraestrutura, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Saúde. Com o emprego de duas aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), a Operação cobriu o trecho Brasília-Varsóvia, na Polônia, levou auxílio humanitário – itens médicos e alimentos – e trouxe ao Brasil 68 passageiros que deixaram a Ucrânia. Importante mencionar que em agosto de 2022, o general da reserva Carlos Alberto Santos Cruz, ex-ministro do governo Bolsonaro e que já ocupou cargos de destaque em missões de paz, aceitou o convite para comandar uma investigação da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a guerra na Ucrânia.

Em abril de 2022, o governo alemão procurou o Exército brasileiro para viabilizar a doação de blindados de defesa antiaérea modelo Flakpanzer Gepard para a Ucrânia. Devido à invasão russa, a Alemanha havia anunciado o envio de unidades para a defesa ucraniana, mas faltava munição para os canhões utilizados, que deixaram de ser operados no país europeu em 2010. Embora os blindados continuem a ser operados no Brasil desde a aquisição de 34 unidades pelo Exército em 2013, o pedido de doação de munição do sistema antiaéreo não obteve sucesso. De acordo com Centro de Comunicação Social do Exército à época, a entidade não havia recebido “nenhum pedido para fornecimento de munição [...] para a Alemanha, a fim de ser encaminhada à Ucrânia” e a doação, portanto, não se concretizou. Na visão de um diplomata ouvido pela Folha de S. Paulo, a doação era de fato “altamente improvável”, tendo em vista a “posição de neutralidade crítica à guerra” defendida pelo governo Bolsonaro no período.

Outro tema que ganhou destaque foi a repercussão internacional do papel dos militares brasileiros nas eleições de 2022. Os questionamentos de setores das forças armadas às urnas eletrônicas, fazendo coro às infundadas dúvidas lançadas por Bolsonaro quanto à confiabilidade do sistema eletrônico de votação, preocuparam atores internacionais e resultaram no aumento do número de observadores internacionais do processo eleitoral, que incluiu representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e da União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore). Além disso, em julho de 2022, congressistas do Partido Democrata nos Estados Unidos exigiram a abertura de uma investigação sobre a atuação das forças armadas brasileiras nas eleições para apurar possíveis interferências ou manipulações. Um mês depois, a posição antidemocrática de Bolsonaro criou entraves à negociação de mísseis norte-americanos que seriam adquiridos pelo Exército brasileiro.

Além disso, temas como a soberania da Amazônia, a proteção das fronteiras e o tráfico internacional de drogas também figuraram nos periódicos nacionais, tal como em anos anteriores. A viagem do empresário sul-africano-canadense Elon Musk ao Brasil, em maio, por exemplo, gerou divergências entre setores das forças armadas, sobretudo após o acordo realizado entre Musk e o ex-presidente Bolsonaro. Parte da caserna considerou que os objetivos do empresário caracterizavam um aumento da capacidade de influência internacional na região, sendo, portanto, um risco à soberania do país.

Em julho de 2022, Brasília sediou a XV Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), na qual membros do Ministério da Defesa trataram de temas de defesa e segurança com representantes de mais de 30 países americanos. No evento, o discurso do ministro da Defesa à época, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, reafirmou o compromisso brasileiro com a Carta Democrática Interamericana da OEA. A fala, no entanto, dividiu opiniões: para a Folha, o ministro reiterava que não haveria “tolerância para aventuras e tumulto na região”, enquanto que para o Correio a afirmação não garantia o afastamento de ideias bolsonaristas da caserna.

Ainda em 2022, a Justiça Militar da União publicou sentença condenatória a um integrante da Força Aérea Brasileira. O segundo-sargento Manoel da Silva Rodrigues foi condenado por tráfico internacional de drogas. O caso ocorreu em junho 2019, quando o militar foi detido na Espanha por transportar 39 quilos de cocaína em aeronave da FAB. De acordo com os jornais brasileiros, após a prisão do sargento, a Polícia Federal iniciou novas investigações que incidem sobre outros integrantes das forças armadas suspeitos de participar de esquemas de tráfico de drogas.

Ismara Izepe de Souza
Docente do Departamento de Rel. Internacionais da UNIFESP

Beatriz Grasiano Campos
Graduanda em Rel. Internacionais na UNIFESP

FEVEREIRO

Sargento da Aeronáutica foi condenado por tráfico internacional de drogas

Segundo reportagens dos periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, a Justiça Militar da União condenou por unanimidade o segundo-sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Manoel da Silva Rodrigues a 14 anos e 6 meses de prisão, além de multa pelo crime de tráfico internacional de drogas. O julgamento teve início no dia 15/02/22 por videoconferência, realizado na 11ª Circunscrição Judiciária Militar, em Brasília, integrada pelos componentes do Conselho Permanente de Justiça. A corte foi presidida pelo juiz federal da Justiça Militar Frederico Magno de Melo Veras, além de três capitães e um coronel da Aeronáutica, definidos por sorteio. O sargento foi detido em junho de 2019 com 39 quilos de cocaína em um dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), responsável por apoiar a comitiva do presidente da República, Jair Bolsonaro, em viagem para reuniões da cúpula do G20, no Japão. Segundo o jornal, a defesa do sargento pediu que, em caso de condenação, o tempo de prisão cumprido na Espanha seja considerado para abater da sentença, e que o acusado seja julgado pelo Código Penal Militar, devido à pena mais branda para tráfico internacional, até cinco anos, do que a Lei das Drogas, que prevê pena de até 15 anos. A expulsão do militar ainda depende de uma condenação definitiva, e o resultado do julgamento pode ser “objeto de recurso junto ao Superior Tribunal Militar (STM)”. Além disso, segundo investigações, Rodrigues embarcou cocaína em pelo menos sete viagens oficiais antes de ser preso na Espanha, e, de acordo com a Polícia Federal, as investigações apontam que pelo menos outros quatro militares da Aeronáutica também participavam do esquema de tráfico em missões oficiais nacionais e internacionais. Segundo o juiz, Rodrigues utilizou os conhecimentos de militar para se esquivar da fiscalização de suas bagagens, onde estava armazenada a droga. De acordo com os jornais, o advogado Thiago Diniz Seixas, tentou diminuir a pena, argumentando que Rodrigues não exportou drogas, apenas transportou e, por isso, não seria nada além de uma “mula do tráfico”. (Correio Braziliense - Brasil - 15/02/22; Correio Braziliense - Política - 16/02/22; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 16/02/22)

Comandante da Marinha desistiu de integrar comitiva brasileira para Moscou

Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que o comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, não estava na comitiva do presidente da República Jair Bolsonaro que viajou no dia 14/02/2022 para Moscou, a

convite do presidente russo Vladimir Putin. Segundo a coluna, o almirante testou positivo para a Covid-19, e era o único comandante das Forças Armadas confirmado na comitiva, que incluiu o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, e o secretário de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha. De acordo com o colunista, a Defesa foi o assunto “cabeludo” da pauta de Bolsonaro e Putin, devido à historicamente limitada cooperação militar entre os dois países, decorrente da aliança do Brasil com os Estados Unidos. O jornalista citou como exemplos dessa limitação a decisão do comandante da Força Aérea, brigadeiro Carlos Almeida Batista, de rejeitar o sistema antiaéreo Pantsir-S1 oferecido pelos russos, alegando incompatibilidade conceitual, e o esfriamento do programa de compra iniciado em 2012 de 12 helicópteros de ataque Mi-35M. Entretanto, o colunista discorreu que outros interesses brasileiros poderiam levar a uma cooperação militar com a Rússia, como o programa do submarino nuclear (Prosub), e alegou que, nesse contexto, a desistência do comandante da Marinha “pode ter sido providencial”. (Correio Braziliense - Política - 15/02/22)

Ministro da Defesa negou desgaste com a OTAN frente às negociações russas

De acordo com reportagem do jornal Correio Braziliense, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, negou que as reuniões do governo brasileiro com a Rússia irão desgastar o Brasil com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelos Estados Unidos, em meio às recentes tensões internacionais. “Não atrapalha, são coisas distintas. Conversamos com todos os países do mundo. Continuamos parceiros da OTAN. Temos interesse também aqui, como todo país. O Brasil está aberto à negociação”, destacou o ministro. Segundo o Correio, o chefe da Defesa afirmou que a reunião se trata de uma “conversa” sobre “todas as áreas que envolvem transferência de tecnologia”. Braga Netto, no entanto, foi enfático ao dizer que não trataria da tensão com a Ucrânia durante seu encontro com o ministro russo. (Correio Braziliense - Política - 18/02/22)

Invasão russa na Ucrânia gera repercussões no Brasil

Conforme reportado pelos periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, diversas figuras da política brasileira se posicionaram em relação ao conflito no Leste Europeu, com a invasão da Ucrânia pela Rússia. O presidente da República, Jair Bolsonaro, que retornou de visita à Rússia menos de duas semanas do início do conflito, evitou tecer comentários sobre o mesmo, reproduzindo nota do Ministério das Relações Exteriores (MRE) com orientações para os brasileiros saírem da Ucrânia. A nota, em tom cauteloso e neutro, fez referência à defesa da resolução negociada e pacífica do conflito. Por sua vez, o vice-presidente Hamilton Mourão foi mais enfático, discordando da invasão e apontando que é necessária uma resposta à altura do ataque russo para que se evite uma repetição do erro das concessões dadas a Hitler no pré-Segunda Guerra Mundial. Em transmissão ao vivo, Bolsonaro amenizou a fala de seu vice, argumentando que tal posicionamento não seria de sua competência. Nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional nas casas legislativas, a opinião vigente foi a de que o Brasil deve assumir uma posição mais ativa para que a Rússia deixe o território ucraniano, fazendo uso de sua posição temporária no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); mesmo assim, as comissões expressaram grande preocupação com as consequências do conflito para a economia brasileira, porém evitaram condenar a Rússia explicitamente. Já a diplomacia brasileira teve a tarefa de se equilibrar entre as posições norte-americana e russa, o que se evidenciou nos discursos do embaixador brasileiro no CSNU, Ronaldo Costa Filho. Sem responsabilizar o governo russo pelo conflito, o embaixador disse que “a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial, soberania e independência política de um membro da ONU é inaceitável”. Em vista dessas movimentações, em especial as do presidente, o encarregado de negócios da embaixada dos Estados Unidos, Douglas Koneff, disse esperar um posicionamento do governo brasileiro e ressaltou que falas que condenam as ações russas têm efeito em amenizar a crise no Leste Europeu. O encarregado de negócios da embaixada ucraniana, Anatoliy Tkach, também disse esperar, por parte do Brasil, uma condenação ao ataque russo. Segundo reportagem do Correio Braziliense, até o dia 25/02/22, 180 brasileiros haviam se cadastrado junto à embaixada do Brasil na Ucrânia para serem retirados do país. Entretanto, segundo o Itamaraty, a ausência de “condições de segurança” e logística dificultaram tal operação. A recomendação do MRE foi que os cidadãos brasileiros seguissem as orientações das autoridades locais; os que moram ao leste deveriam tentar se deslocar para os países vizinhos, enquanto os que moram em Kiev, capital ucraniana, deveriam permanecer na cidade. (Correio Braziliense – Mundo – 25/02/22; Correio

Braziliense – Mundo – 25/02/22; Folha de S. Paulo – Mundo – 25/02/22; Folha de S. Paulo – Mundo – 25/02/22)

Especialistas avaliam resposta brasileira ao conflito na Ucrânia

Os jornais brasileiros publicaram diversas peças opinativas sobre a posição do Brasil em relação à invasão da Rússia na Ucrânia. Em editorial, o periódico Correio Braziliense alertou que além dos problemas econômicos, o conflito pode colocar o Brasil em uma “linha de tiro” entre os Estados Unidos e a Rússia. Já o colunista Bruno Boghossian apontou, em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, que o presidente Jair Bolsonaro se viu em uma situação complicada ao ter viajado a Moscou e prestado solidariedade ao povo russo nas vésperas da eclosão do conflito, além de ter espalhado a impressão que Putin não estava interessado na invasão. Ainda segundo o colunista, o “desarranjo diplomático” causado pelo presidente acarretou respostas atrasadas e vazias. Em coluna opinativa para o jornal O Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde criticou Bolsonaro, que avaliou mal os prenúncios do conflito. Segundo ela, isso é demonstrado também pela falta de um plano para a evacuação dos cidadãos brasileiros que se viram presos na zona de guerra. Para a jornalista, o país se vê limitado a condenar verbalmente o conflito e se preparar para as consequências econômicas do enfrentamento armado. (Correio Braziliense – Mundo – 25/02/22; Correio Braziliense – Opinião – 25/02/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 25/02/22; O Estado de S. Paulo – Política – 22/02/22)

MARÇO

Força Aérea Brasileira se prontificou a disponibilizar apoio a brasileiros na Ucrânia

Segundo o jornal Correio Braziliense, diante do conflito entre Ucrânia e Rússia, a Força Aérea Brasileira (FAB) colocou de prontidão dois aviões para cidadãos brasileiros que desejem retornar ao país. O Correio confirmou ainda o envio do cargueiro KC-390 Millennium a Varsóvia (Polônia), carregado com 11,5 toneladas de materiais de ajuda humanitária, financiados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), com saída do Brasil prevista para o dia 07/03/22. Oito funcionários do MRE também foram enviados à capital polonesa para avaliar a situação dos brasileiros no exterior e, em caso de necessidade, solicitar o deslocamento das outras duas aeronaves. O periódico também informou que o cargueiro, previsto para retornar ao Brasil no dia 10/03/22, tem capacidade estimada para transporte de 80 pessoas sentadas. Há, segundo o MRE, uma estimativa de 110 brasileiros com desejo de voltar ao país. (Correio Braziliense - Mundo - 28/02/22; Correio Braziliense - Mundo - 04/03/22)

Generais participaram de reunião para definir posicionamento do governo brasileiro quanto ao conflito entre Rússia e Ucrânia

De acordo com o jornal Correio Braziliense, o governo brasileiro contrariou a tradição diplomática do país e se opôs à postura da maioria das democracias ocidentais ao se posicionar favoravelmente à Rússia no conflito com a Ucrânia. Uma semana antes do início da guerra, o presidente da República Jair Bolsonaro (PL) fez uma visita oficial à Rússia, durante a qual elogiou Vladimir Putin e declarou solidariedade ao país, que já estava na iminência de invadir a Ucrânia. Ainda segundo a reportagem, Bolsonaro convocou uma reunião de emergência para tratar do posicionamento a ser assumido pelo governo, da qual participaram o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto; o chanceler Carlos França, e os ministros general Luiz Eduardo Ramos, secretário-Geral da Presidência, e general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, além do assessor da Presidência para Assuntos Estratégicos, Filipe Martins. Ao menos três membros da reunião teriam defendido que o Brasil deveria seguir a posição dos Estados Unidos perante o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil votou pela aprovação da resolução, proposta pelos EUA, que condenava a invasão russa em território ucraniano. Contudo, a Rússia, que preside o Conselho e é membro permanente do grupo, exerceu o poder de veto. O general Carlos Chagas, ouvido pelo periódico, afirmou que “a posição de neutralidade é condizente com a tradição diplomática do Brasil, mas a viagem oficial até a Rússia e as palavras do presidente não são de neutralidade, mas, sim, de uma preferência aos interesses da Rússia. Não sei o que leva os generais que estão com o presidente a sugerir isso. Não tenho essa informação, sei pelo que li nos noticiários, mas também não vi ninguém desmentindo que o general Braga Netto e o general Luiz Eduardo Ramos estavam aconselhando o presidente nesse sentido. Pelos dados que tenho e pelo que eu aprendi e estudei no Exército, eu entendo que o Brasil deveria se colocar de acordo

com nossos interesses. Não se justifica uma posição pró-Rússia". (Correio Braziliense - Mundo - 07/03/22)

FAB concluiu Operação Repatriação

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, a chamada Operação Repatriação foi concluída com a chegada em Brasília, no dia 10/03/2022, de 52 adultos e 16 menores de idade resgatados do conflito na Ucrânia. Realizada em conjunto pelo Ministério da Defesa e a Força Aérea Brasileira (FAB), a operação levou 11,6 toneladas ajuda humanitária fornecida pelo Ministério da Saúde e doações, como purificadores de água, itens médicos e alimentos; e trouxe ao Brasil 43 brasileiros, 19 ucranianos com laços familiares brasileiros, cinco argentinos e um colombiano. A operação forneceu passagens para aqueles que precisaram se deslocar para suas cidades de origem. Segundo os jornais, o governo brasileiro também fornecerá o visto de acolhida humanitária aos ucranianos trazidos ao Brasil, com possibilidade de conversão para visto permanente. No momento, não há previsão de outro voo como esse. Segundo o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, o restante dos brasileiros registrados na embaixada de Kiev, capital ucraniana, poderia ser trazido em voos comerciais. Vale notar que 34 brasileiros permanecem na Ucrânia, ao passo que 200 já fugiram para países vizinhos, segundo estimativas. Em coluna opinativa para a Folha, o jornalista e mestre em ciências políticas Bruno Boghossian ressaltou a falta de habilidade com a qual o atual presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), tem lidado com situações emergenciais, e citou como exemplo de resposta tardia o resgate dos cidadãos que fugiram do conflito na Ucrânia, ocorrido quase 15 dias após o início dos confrontos. Por outro lado, em coluna opinativa no periódico O Estado de S. Paulo, o jornalista J. R. Guzzo relatou o feito sob outra perspectiva, pontuando que trazer de volta um avião militar com refugiados é uma operação complicada devido ao espaço aéreo ucraniano fechado e à necessidade de aprovação para essa operação. O jornalista enfatizou ainda que várias outras medidas com relação à guerra na Ucrânia foram tomadas. (Correio Braziliense - Mundo - 11/03/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 06/03/22; Folha de S. Paulo - Mundo - 11/03/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/03/22; O Estado de S. Paulo - Internacional - 08/03/22)

Especialistas afirmaram que sanções à Rússia já têm repercussão na indústria de defesa nacional

Segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, 12 helicópteros de ataque modelo Mi-35M operados pela Força Aérea Brasileira (FAB), fabricados na Rússia, entraram em processo de desativação, previsto para se concluir até 31 de dezembro de 2022. Com menos de dez anos de uso, as aeronaves foram "úteis e eficazes, inclusive no combate a voos ilícitos" na Amazônia, porém estão sendo "aposentadas" pela falta de dinheiro, de acordo com a Aeronáutica. No entanto, especialistas ouvidos pelo periódico indicaram que as razões por trás da desativação dos helicópteros Mi-35M são, na verdade, as recentes sanções dos Estados Unidos à Rússia, fruto dos desdobramentos da guerra comercial entre os dois países. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 13/03/22)

ABRIL

Chefe do Estado-Maior do Exército alertou para a necessidade de o Brasil estar preparado para a guerra

Conforme reportagem do Correio Braziliense, em ocasião da solenidade de promoção de oficiais-generais, o general Marcos Antônio Amaro dos Santos - chefe do Estado-Maior do Exército - ressaltou a necessidade de o Brasil estar preparado para a guerra. O contexto do comentário se referia às tensões entre Rússia e Ucrânia. Segundo o general "[a guerra] chega mais cedo para os despreparados. Assim, devemos ter poder dissuasório para desencorajar, com meios convencionais, ameaças à nossa soberania". O militar acrescentou a sua afirmação a "ilustração da invasão da Ucrânia" e concluiu: "não é nenhum luxo para um país soberano ter forças armadas em condições de ser empregadas" e que seria função do Estado "disponibilizar recursos orçamentários para a Defesa". (Correio Braziliense - Poder - 08/04/22)

Exército brasileiro foi procurado pela Alemanha para viabilizar doação de blindados à Ucrânia

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a Alemanha quer a ajuda do Brasil para viabilizar a doação de blindados Flakpanzer Gepard, de defesa antiaérea, para a Ucrânia se defender da Rússia, que invadiu o país em fevereiro de 2022. Segundo o periódico, o modelo deixou de

ser operado na Alemanha em 2010, mas o país vendeu ao Exército brasileiro, em 2013, 34 unidades blindadas, visando a segurança de grandes eventos como a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Passados os eventos, o Exército teria procurado a Alemanha para revender os blindados, sem sucesso. De acordo com a Folha, a Alemanha anunciou em 26/04/22 o envio de unidades para a Ucrânia, mas esbarrou na falta de munição. A KMW, fabricante do Gepard, tem apenas 23 mil cartuchos de 35 mm usados pelos canhões do modelo contra alvos aéreos em baixa altitude. Com uma cadência de 1.100 tiros por minuto, isso dá pouco mais de 20 minutos de operação em apenas um blindado. A reportagem citou a tentativa alemã de adquirir 300 mil cartuchos do Brasil e da Jordânia, únicos países, além da Romênia, que operam o veículo. No entanto, o Centro de Comunicação Social do Exército informou que não recebeu nenhum pedido. Um diplomata em Brasília, sob a condição de anonimato, afirmou que é altamente improvável que o governo do presidente da República Jair Bolsonaro efetive a venda, devido à sua posição de neutralidade crítica à guerra. (Folha de S. Paulo – Mundo – 29/04/22)

MAIO

Novo livro explora participação das Forças Armadas brasileiras na Guerra das Malvinas

Em reportagem, o jornal O Estado de S. Paulo comentou a publicação do livro “Brasil e a Guerra das Malvinas: Entre Dois Fogos”, do professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) João Roberto Martins Filho, que trata da participação do Brasil na Guerra das Malvinas, que completa 40 anos em 2022. De acordo com o periódico, que teve acesso ao livro que será publicado somente em julho, o esquema montado pelas Forças Armadas brasileiras na Argentina funcionava como uma rede de espionagem para burlar a censura ditatorial da época que, ironicamente, era criticada pelos militares brasileiros. O regime militar brasileiro ajudou com armas e inteligência os argentinos, ao mesmo tempo em que tentaram manter uma boa relação com o Reino Unido. Segundo a reportagem, Martins Filho afirma na obra que o Brasil obteve informações da Argentina, decifrando o código das comunicações criptografadas da chancelaria do país. Em meio à Guerra Fria e à má interpretação da posição que seria tomada pelos Estados Unidos na guerra, uma das principais preocupações da Junta Militar Brasileira era obter informações sobre a ajuda da União Soviética, de Cuba e da Líbia à Argentina. Por fim, o Brasil ainda teria desmontado e examinado um míssil inglês, aproveitando uma oportunidade única da guerra: um AGM-45 Shrike, de fabricação americana, que estava em um bombardeiro Vulcan que pousou no Rio de Janeiro por não conseguir se restabelecer em voo. O avião voltou das Malvinas, onde disparou dois mísseis que bombardearam o aeroporto de Port Stanley, capital da ilha, e se dirigia à base de Ascensão. De acordo com a obra, antes de devolver aos ingleses o Brasil teria aberto e examinado o equipamento. (O Estado de S. Paulo - Política - 01/05/22)

Diretor de Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos teria discutido eleições brasileiras com generais

Segundo publicação dos periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, William Burns, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, veio ao Brasil em julho de 2021 e se encontrou com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, e com o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem. Na visita, Burns reforçou que “as eleições não são um tópico com o qual devêssem brincar e que Bolsonaro deveria cessar as críticas ao sistema brasileiro”. A publicação do Correio retomou uma reportagem feita pela agência de notícias Reuters, que destacou não ser comum a CIA dar “recados políticos”. Segundo o Correio, Heleno afirmou que a conversa com Burns “jamais ocorreu” e que a notícia da Reuters não era verdadeira. (Correio Braziliense - Política - 06/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/05/22)

Sargento detido com cocaína na Espanha foi excluído da FAB

Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo informaram que o sargento da Aeronáutica Manoel da Silva Rodrigues, detido na Espanha em junho de 2019 com 39 quilos de cocaína em um dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) que davam apoio à comitiva do presidente da República, Jair Bolsonaro, foi excluído definitivamente dos quadros da Força em 12/05/2022. Segundo o Correio Braziliense, a FAB afirmou em nota que a demora para a efetiva expulsão ocorreu por “cumprimento aos devidos trâmites administrativos de intimação do militar”. A Folha informou que ele já havia sido condenado a seis anos de prisão pela justiça na Espanha, onde continua detido há quase três anos. Em

fevereiro, foi condenado pela Justiça Militar brasileira a 14 anos e seis meses de prisão e multa por uso da estrutura da corporação para o tráfico de drogas. O Correio ainda informou que, desde a prisão de Rodrigues, a Polícia Federal abriu cinco fases da Operação Quinta Coluna, que investiga a suspeita de que outros integrantes das Forças Armadas tenham sido cooptados por um esquema de tráfico internacional de drogas. (Correio Braziliense – Brasil – 13/05/22; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 13/05/22; O Estado de S. Paulo – Política – 13/05/22)

Acordo sobre a Amazônia com o empresário Elon Musk gerou controvérsia nas Forças Armadas

Em sua coluna para o jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Jânio de Freitas afirmou que o acordo entre o empresário sul-africano-canadense Elon Musk e o presidente da República Jair Bolsonaro põe as Forças Armadas sob um teste com relação à sua premissa orientadora. Para o colunista, a vinda do empresário ao Brasil se deu pela “caça de metais preciosos e outros [minérios]” que podem ser encontrados na Amazônia, uma região de “interesses nacionais permanentes” na linguagem e pensamento geopolítico militar brasileiro. Nesse sentido, ao aceitar, em um “acordo de boca”, o monitoramento da Amazônia por empresas estrangeiras, Bolsonaro teria feito emergir uma contradição interna nas Forças, na qual o apoio “ao ex-capitão com o qual se identificam” e a visão orientadora geopolítica de proteção da Amazônia se chocariam. Tal disputa de visões na instituição deixa o país, segundo Jânio de Freitas, em situação de lesa-pátria e entrega do “maior patrimônio natural do território” ao interesse nacional dos Estados Unidos. (Folha de S. Paulo - Política - 22/05/22)

JULHO

Congressistas americanos exigem investigação sobre possível interferência das Forças Armadas do Brasil nas eleições

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, deputados democratas propuseram uma emenda ao Orçamento de Defesa dos Estados Unidos para 2023 que exige uma investigação sobre todas as ações tomadas pelas Forças Armadas do Brasil com relação às eleições presidenciais de outubro de 2022. A Folha e O Estado detalharam que os pontos a serem investigados incluem interferência na contagem de votos, manipulação para tentar reverter o resultado, promoção de desconfiança sobre o processo eleitoral e encorajamento de manifestações golpistas. A comprovação de um desses pontos pode fazer com que o Brasil seja enquadrado na Seção 7008 do Orçamento, que prevê o fim da assistência de segurança dos Estados Unidos a países em que haja golpe de Estado, colocando em risco a condição do Brasil de aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), obtida em 2019. (Correio Braziliense - Política - 08/07/22; Folha de S. Paulo - Mundo - 08/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 08/07/22)

Evento reuniu ministros de Defesa em Brasília

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o Ministério da Defesa realizou no mês de julho, em Brasília, a XV Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), evento que reuniu representantes de 34 países do continente (XV) para discutir pautas do setor de defesa e segurança. Questões eleitorais e outros temas envolvendo o papel das Forças Armadas na “pacificação da população polarizada” estavam sendo cogitados para serem tratados no evento, bem como o ciberespaço e os fluxos migratórios. De acordo com a Folha, durante a abertura do evento, o Ministro da Defesa do Brasil, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, disse respeitar a Carta Democrática Interamericana: “Da parte do Brasil, manifesto respeito à carta da Organização dos Estados Americanos, OEA, e à Carta Democrática Interamericana e seus valores, princípios e mecanismos”. Além disso, Nogueira elogiou as reuniões bilaterais marcadas para a Conferência e afirmou apoiar as diretrizes do evento, como a “cooperação e integração entre os Estados membros” e a defesa da “soberania de cada Estado e ordenamento jurídico de cada país”. Em editorial, a Folha destacou a fala do ministro, alegando que apesar de partir de um entusiasta das políticas bolsonaristas, “a reafirmação do compromisso com os princípios da OEA não deixa de ser um reconhecimento de que não há tolerância para aventuras e tumulto na região”. Também em editorial, o jornal Correio Braziliense frisou que a fala de Oliveira está longe de afastar os militares do movimento bolsonarista, que está engajado em minar a lisura das eleições de outubro. Segundo reportagens dos periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd J. Austin III, cobrou a defesa da democracia e o controle civil dos militares durante a XV CMDA. Em seu discurso, Austin defendeu a

importância de forças militares “prontas, capazes e sob firme controle civil”, e prezou pela transparência e não-corrupção dos Ministérios de Defesa. Além disso, o secretário apontou que durante a pandemia de Covid-19 o “Estado de Direito, os direitos humanos e a dignidade humana foram atacados”, e que os países das Américas “não estão apenas unidos pela geografia”, argumentando que há uma aproximação de “interesses e valores comuns” na forma de um “profundo respeito pelos direitos humanos, o compromisso com o Estado de Direito e a devoção à democracia”. De acordo com autoridade de Defesa norte-americana em condição de anonimato, o tom do discurso de Austin buscou reforçar que os militares brasileiros respeitem o sistema democrático. (Correio Braziliense - Política - 26/07/22; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 26/07/22; Folha de S. Paulo - Mundo - 27/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 27/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 27/07/22; Correio Braziliense - Opinião - 28/07/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 29/07/22)

AGOSTO

Legisladores norte-americanos travam venda de mísseis ao Exército brasileiro

Segundo os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o pedido de cerca de 220 mísseis antitanque Javelin pelo Exército brasileiro está parado há meses nos Estados Unidos da América, por preocupação política de legisladores americanos com as falas antidemocráticas e os ataques ao sistema eleitoral feitos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). O pedido no valor de US\$ 100 milhões foi feito enquanto o ex-presidente Donald Trump ainda ocupava a Casa Branca, no fim de 2021, com a aprovação do Departamento de Estado dos EUA. As informações foram passadas à agência Reuters, através de duas pessoas próximas ao assunto. Os mísseis ganharam fama após o uso pelas tropas ucranianas contra blindados russos, e vem causando preocupações no governo Biden, que está em alerta frente às declarações de Bolsonaro. O secretário de Defesa americano, Lloyd Austin, chegou a pedir “respeito à democracia do Brasil”, em uma reunião em julho, e o diretor da CIA, William Burns, afirmou à assessoria de Bolsonaro que deveriam “parar de minar a confiança no processo eleitoral do País”. Porém, os jornais avaliaram que o presidente ignorou as preocupações do governo americano, visto que realizou uma reunião com embaixadores estrangeiros na qual voltou a atacar as urnas, defendendo a contagem paralela de votos pelas Forças Armadas. O pedido de compra de mísseis levantou questionamentos do porquê o país precisaria desse tipo de armamento no momento, visto que as Forças Brasileiras se concentram na proteção das fronteiras do país e em realizar missões internacionais de paz. O pedido acabou travado em uma tentativa dos democratas americanos de enviar uma mensagem ao presidente Bolsonaro e às Forças Armadas brasileiras. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, apesar das tensões, os EUA ainda se mostram abertos à venda de armamentos ao Brasil, visto que o país “tem o direito de adquirir equipamentos militares como achar melhor”. (Folha de S. Paulo - Mundo - 09/08/22; O Estado de S. Paulo - Internacional - 09/08/22)

General brasileiro aceitou convite para comandar investigação da ONU na Ucrânia

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o general da reserva Carlos Alberto Santos Cruz aceitou o convite do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, para liderar uma missão internacional de apuração que investigará uma explosão ocorrida no final de julho num centro de detenção em Olenivka, na região separatista pró-Rússia de Donetsk, na Ucrânia, e que deixou dezenas de prisioneiros de guerra ucranianos mortos. Segundo a Folha, a missão será instalada a pedido dos governos da Rússia e da Ucrânia que, desde o ataque, vêm trocando acusações mútuas sobre quem ordenou a ação. Guterres defendeu que a investigação seja “livre para encontrar os fatos” e “sem interferência de nenhum lugar”. O Estado ressaltou que Guterres elogiou Santos Cruz como “um oficial respeitado com mais de 40 anos de experiência nacional e internacional em segurança pública e militar, inclusive como comandante de missões de paz.” Já o Correio lembrou que o general ganhou notoriedade ao produzir um relatório no qual analisou o funcionamento das missões de paz pelo mundo, conhecido como Santos Cruz Report. Os periódicos ressaltaram que o general comandou a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), entre 2007 e 2009, e a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), entre 2013 e 2015. (Correio Braziliense - Mundo - 19/08/22; Folha de S. Paulo - Mundo - 19/08/22; O Estado de S. Paulo - Internacional - 19/08/22)

Marinha do Brasil recebeu novo submarino com cinco anos de atraso

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a Marinha do Brasil recebeu, em 01/09/2022, o submarino S-40 Riachuelo, primeiro de uma série de embarcações fruto de acordo militar do país com a França assinado em 2009. O periódico destacou que o submarino deveria ter entrado em operação em 2017, mas o cronograma atrasou devido a inconsistências orçamentárias e a desafios inerentes a esse tipo de construção. O plano prevê a construção de quatro submarinos de propulsão diesel-elétrica de desenho francês, baseado no modelo Scorpène, estaleiro, base naval e o desenvolvimento de mais uma embarcação com propulsão nuclear, orçado à época em 6,5 bilhões de euros, cerca de 7,3 bilhões de euros em valores corrigidos (R\$ 37,7 bilhões atualmente). Os demais submarinos estavam previstos para entrega até 2022 (Humaitá em 2019, Tonelero em 2020 e Angostura em 2022), mas a especulação, conforme a reportagem, é que o último modelo entre em operação apenas em 2025. Já o submarino de propulsão nuclear tem uma data fantasia de entrega em 2034, mas acredita-se que o fim da próxima década seja mais provável. O periódico ainda observou que o Brasil caminha para ter a mais poderosa frota submarina da América do Sul. Com o Riachuelo, a Marinha do Brasil tem seis submarinos, mesmo número do Peru, que opera modelos mais antigos. A Folha também destacou a fala do comandante da Marinha, Almir Garnier: “O Riachuelo representa um investimento em soberania. Já foram gerados mais de 20 mil empregos diretos e cerca de 40 mil indiretos”. (Folha de S. Paulo - Política - 02/09/22)

OUTUBRO

Forças Armadas nas eleições III: observadores internacionais atestam segurança e transparência do processo eleitoral

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, em razão das tentativas do presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, de contestar a confiabilidade das urnas eletrônicas e lançar críticas à Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ampliou o número de observadores internacionais no pleito de 02/10/2022. Entre os presentes, estavam representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e da União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore). Segundo a Folha, os relatórios dos observadores apontaram, de forma geral, que o processo eleitoral do primeiro turno foi “seguro e transparente”. O documento parcial publicado pela Transparência Eleitoral Brasil indicou que, embora o contexto tenha sido marcado por tensão, “principalmente por questionamentos das Forças Armadas às urnas”, não houve registro de inconsistência que comprometesse o sistema de votação. Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, Valdir Oliveira, superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Distrito Federal, avaliou que o convite para que as Forças Armadas participassem do processo eleitoral contribuiu para aumentar ainda mais o clima de desconfiança quanto à segurança das urnas eletrônicas. Entretanto, em sua avaliação, houve a confirmação da confiabilidade das urnas, assim como da agilidade de um sistema que funcionou sem contestações. (Correio Braziliense – Opinião – 03/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 05/10/22)

Coluna opinativa destaca preocupação com a internacionalização da Amazônia

Em coluna opinativa para o jornal O Estado de S. Paulo, Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador brasileiro em Washington, capital dos Estados Unidos, discorreu sobre o tema da internacionalização da Amazônia, motivado por fala recente do presidente colombiano, Gustavo Petro, segundo o qual a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os Estados Unidos pretendem estender suas ações na América do Sul para além do combate ao narcotráfico. Barbosa chamou a atenção para uma possível ingerência na região amazônica, especialmente no combate às queimadas, e retomou o posicionamento do ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim (2007-2011), segundo o qual o Brasil deveria ter reservas quanto à expansão da área de atuação estratégica da OTAN. Na avaliação do ex-embaixador em Washington, a posição de Jobim coincidia, à época, com as preocupações das Forças Armadas e da diplomacia brasileira, sendo urgente a retomada da preocupação com a soberania nacional. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 11/10/22)

8 Segurança pública

Apresentamos neste capítulo uma síntese dos principais acontecimentos reportados pelos jornais da grande mídia no Brasil envolvendo as forças armadas e as questões de segurança pública no ano de 2022.

O tema de maior recorrência nas páginas dos periódicos dizia respeito aos decretos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) que flexibilizaram a posse e o porte de armas, assim como seus impactos para a legislação estabelecida no Estatuto do Desarmamento, de 2003. Segundo os jornais, o Brasil atingiu no ano de 2022 o marco de cerca de 1 milhão de armas portadas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs), ou seja, um arsenal que circula do país para além dos profissionais habilitados das forças de segurança.

Tal questão envolve as forças armadas porque o Exército é o órgão responsável pelo Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) e, em julho de 2022, a força admitiu não ser capaz de gerar relatórios a respeito do acervo de armas adquiridas por CACs. Os dados foram requisitados pelo Instituto Sou da Paz, via Lei de Acesso à Informação. O Exército respondeu que os erros no sistema de registro de armas e munições e a falta de padronização do banco de dados impediam o detalhamento dos tipos e calibres de armas em posse de CACs. As falhas no Sigma foram exploradas pelos jornais que, no mesmo mês, noticiaram que um membro de facção criminosa obteve o registro de CAC, mesmo respondendo a processos por homicídio qualificado, roubo e tráfico de drogas.

Em agosto, o Exército passou a divulgar que estava fiscalizando e atuando estandes e clubes de tiro pertencentes a CACs que funcionavam irregularmente, fosse por falta de alvará ou suspeita de venda de munições contrabandeadas. No mês seguinte, os jornais informaram que, devido à campanha eleitoral e ao risco aumentado de violência política, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, expediu liminar que vetava aos CACs a autorização de compra de armas de uso restrito, decisão que foi cumprida pelo Exército.

Em meados de setembro, o Ministério da Defesa foi interrogado por um jornal sobre a presença de representantes de empresas do setor armamentista na sede da pasta, em Brasília. Entretanto, o órgão respondeu que não poderia fornecer tais informações em razão de inconsistências no banco de dados que guardam tais registros, entre 2019 e março de 2023. O Exército, por sua vez, respondeu que sete representantes do setor de armas estiveram na Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC). Já no Palácio do Planalto, houve ao menos 12 visitas. A gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Natália Pollachi, ressaltou à imprensa que tais visitas não são ilegais. Porém, indicavam a relação entre o então governo e a pauta armamentista. A mídia, por sua vez, alertou para o fato de que as visitas ocorreram em datas próximas à publicação de normas que flexibilizaram o acesso a armas no país.

O sistema de controle ineficiente e facilitação legal do acesso a armas tornam ainda mais dramáticos os problemas na segurança pública no país. Adicionalmente, os jornais destacaram que 23 representantes da chamada “bancada dos CACs” foram eleitos para o Congresso Nacional no pleito de 2022, inclusive o líder do movimento Proarmas. Com isso, entre os desafios ao presidente eleito estão a questão armamentista e os percalços do Exército com o Sigma.

Juliana Bigatão Puig

Docente do curso de Rel. Internacionais da Unifesp

FEVEREIRO

Estado de calamidade pública em Petrópolis levou governo a acionar o Exército

De acordo com a Folha de S. Paulo, o governo federal reconheceu estado de calamidade pública no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, que sofreu com inundações, enxurradas e deslizamentos após as fortes tempestades de 15/02/22, vitimando ao menos 113 pessoas. Além dos recursos da União, o Exército, por meio do Comando Conjunto Leste, passou a atuar no município para ajudar as vítimas. O periódico informou que o apoio começou a partir de 16/02/22, com emprego de tropas, viaturas e equipamentos. O Ministério da Defesa publicou no Diário Oficial da União de 17/02/22 uma portaria que determina o emprego temporário das Forças Armadas em ações de apoio à Defesa Civil, com acionamento das tropas da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, sediada em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. O jornal noticiou ainda que o Comando Conjunto Leste afirmou em nota ter disponibilizado caminhões, ambulâncias e equipes de primeiros

socorros, com condições para ampliar o apoio e auxiliar desabrigados. O jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna para o *Correio Braziliense*, lembrou que, na década de 1970, cobriu uma tragédia causada por deslizamento de encosta em Petrópolis. Na época, o periódico *Diário de Petrópolis* preparou uma série de reportagens sobre a especulação imobiliária e a ocupação irregular das encostas na cidade. Segundo o jornalista, a série teve ampla repercussão, mas provocou forte reação do mercado imobiliário e da extrema-direita locais, que acusaram o jornalista Diógenes Dagoberto Costa, ex-sargento da Aeronáutica expulso após o golpe militar de 1964, e o diretor do jornal, Paulo Antônio Carneiro, de serem comunistas. Após isso, segundo o colunista, oficiais do Batalhão de Caçadores do Exército atuaram para enquadrar os dois na Lei de Segurança Nacional e adotar censura prévia ao jornal. O colunista relacionou o poder local da especulação imobiliária ao aumento de escala das tragédias que se repetem em Petrópolis desde então, culminando nos deslizamentos de 15/02/22. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 18/02/22; *Correio Braziliense* - Política - 18/02/22).

MARÇO

Periódico comentou a revogação de portarias sobre monitoramento de armas

Editorial do periódico *Folha de S. Paulo* criticou os decretos de flexibilização do Estatuto do Desarmamento, emitidos durante os três primeiros anos do governo do presidente da República Jair Bolsonaro, responsáveis por expandir a circulação de armas no país, enquanto negligencia o controle e fiscalização. Em 2020 foram revogadas pelo presidente três portarias do Comando Logístico do Exército para monitoramento e identificação de armamentos, cujo sistema é capaz de, segundo o editorial, "compartilhar dados relativos ao registro de caçadores, atiradores, colecionadores, militares e policiais com o sistema ligado ao Ministério da Justiça". Ademais, o periódico afirmou que, segundo dados obtidos, o Ministério da Defesa e o Exército permanecem sem avanços na tentativa de integrar os sistemas de ambos os órgãos. Segundo o texto, essa "política de permissividade armamentista" se baseia "apenas em ideologia". (Folha de S. Paulo - Opinião - 01/03/22)

Flexibilização de regras permite uso civil de armas e munições exclusivas das Forças Armadas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a venda de munições para colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) dobrou em 2021, chegando a 61,3 milhões de unidades, contra 28,5 milhões em 2020. A reportagem afirmou que o aumento do número de armas e munição em posse de CACs se deve à série de normas do governo do presidente da República Jair Bolsonaro (PL), citando como exemplo os decretos que passaram a permitir que qualquer atirador desportivo possa comprar até 60 armas, podendo chegar a adquirir 180 mil munições anualmente. O governo federal já publicou 15 decretos presidenciais, 19 portarias, dois projetos de lei e duas resoluções que flexibilizam as regras. Segundo o jornal, tais medidas não só ampliam o acesso da população a armas e munições como também enfraquecem os mecanismos de controle e fiscalização de artigos bélicos. Além disso, o discurso do presidente corrobora para tamanho crescimento, através de afirmações como "tem que todo mundo comprar fuzil, pô. Povo armado jamais será escravizado", dita por Bolsonaro, de acordo com o periódico, a apoiadores em agosto de 2021. Com a justificativa de dar segurança jurídica à categoria, o Projeto de Lei 3.723/2019, do governo federal, pode beneficiar ainda mais esse público. Ele está sob a relatoria do senador Marcos do Val (Podemos-ES), que também é CAC, e ainda será votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ). O projeto de lei é conhecido como "PL da Bala Solta", e altera pontos importantes da legislação sobre controle de armas e munições no país, prevendo, por exemplo, que os atiradores e caçadores transportem uma arma curta muniçada e pronta para uso, em qualquer horário e trajeto para o local da prática de tiro. Ivan Marques, advogado e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacou que o governo facilitou o acesso da população a armas e munições e deu acesso a calibres que antes eram permitidos só a policiais e às Forças Armadas. Procurado pelo jornal, o Exército não quis se manifestar. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/03/22)

MAIO

Supremo Tribunal Militar mantém condenação de oito militares do Exército

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Supremo Tribunal Militar (STM) rejeitou um recurso apresentado pelos militares do Exército condenados pelo assassinato do músico Evaldo Rosa dos Santos, que teve o carro alvejado com mais de 80 tiros, e do catador de recicláveis Luciano Macedo, baleado ao tentar ajudar a família que estava no veículo. Os ministros recusaram um habeas corpus para anular o julgamento, que atribuiu penas que

vão de 28 anos a 31 anos e seis meses de reclusão em regime fechado. A defesa dos militares alegou constrangimento ilegal, argumentando que durante o julgamento a acusação apresentou documentos que não constavam no processo, especificamente um vídeo sobre a lesividade do tiro de fuzil. A advogada solicitou um novo julgamento “imparcial”, declarando que não pode se manifestar sobre aquelas provas, e que o prejuízo para a defesa havia sido flagrante. A conclusão do plenário apontou que o pedido não completou os requisitos para ser analisado em habeas corpus. O relator, Lúcio Mário de Barros Góes, dispôs que a defesa tentou usar o habeas corpus para apressar, de maneira indevida, o andamento do processo. (Correio Braziliense - Brasil - 12/05/22)

Marinha realizou exercício no estado de Minas Gerais

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, a Marinha concluiu no dia 18/05/2022 o maior exercício já realizado no estado de Minas Gerais, mobilizando 700 militares com o objetivo de adestrar a tropa, treinar tempo de resposta para situações reais de emergência e avaliar a capacidade do equipamento. De acordo com o jornal, esse tipo de treinamento é realizado na Amazônia devido à grande quantidade de rios na região. Entretanto, dessa vez o exercício operacional foi realizado no lago de Furnas, localizado perto do cânion que desabou em janeiro deste ano, na cidade de Capitólio (MG). (Folha de S. Paulo - Política - 18/05/22)

JUNHO

Assassinato de indigenista e de jornalista no Amazonas: povos indígenas cobram atuação do Exército contra violência

De acordo com o periódico Correio Braziliense, apesar do avanço nas investigações sobre o assassinato do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, ocorrido em junho de 2022 na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas, povos indígenas acusam o governo federal de não oferecer propostas concretas para coibir o crime e a violência na região. O procurador jurídico da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Eliésio Marubo, reforçou o alerta sobre a insegurança e acusou o Exército, que segundo ele foi um parceiro no passado, de ter uma atuação “anti-indígena”, assim como outros órgãos do governo federal. Segundo o periódico, a Univaja propõe que seja baixado um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na região do Alto Solimões para que as Forças Armadas possam atuar contra a falta de segurança, as ameaças e as organizações criminosas que vêm sendo denunciadas há muito tempo. (Correio Braziliense - Brasil - 24/06/22)

JULHO

Exército afirmou não ser capaz de detalhar o acervo de armas e munições nas mãos de caçadores, atiradores e colecionadores

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o Exército admitiu não ser capaz de detalhar o acervo de armas adquiridas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) no país. Ao receber um pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI) pelo Instituto Sou da Paz, o Exército afirmou que não poderia produzir relatórios devido à falta de padronização do banco de dados de cadastros dos CACs. Além disso, as Forças Armadas também reconheceram a existência de erros no preenchimento de armas e munições e alegaram a inviabilidade de corrigir tais problemas, o que, segundo o gerente de projetos do Instituto, Bruno Langeani, dificulta a fiscalização. A falta de modernização e integração de diversos órgãos do Exército preocupa especialistas: a assessora do Instituto Igarapé, Michele dos Ramos, enfatizou que “o cenário é mais preocupante se considerar o impacto das mudanças desde 2019, que facilitaram o acesso a armas e munições desses grupos”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 03/07/22)

Exército autorizou registro para compra de armas por integrante de facção criminosa

De acordo com a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, um membro da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) conseguiu obter registro de caçador, atirador e colecionador (CAC) no Exército, apesar de responder a 16 processos por crimes como homicídio qualificado, roubo e tráfico de drogas. Segundo a Folha, ele apresentou à corporação somente a certidão negativa de antecedentes criminais na segunda instância, emitida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O Exército, por sua vez, aceitou a certidão, sem exigir a versão do documento da Justiça de primeira instância, que teria exposto sua ficha criminal. O Estado acrescentou que o homem ainda apresentou uma declaração de idoneidade falsa. Com o registro de CAC, emitido em junho de 2021, o homem comprou duas carabinas, um fuzil, duas pistolas, uma espingarda e um revólver, em

valor que supera R\$ 60 mil. A Folha lembrou que o Exército admitiu recentemente não conseguir produzir relatórios detalhados sobre os tipos de armas registradas no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) por CACs. Já o Estado destacou a fala de Bruno Langeani, do Instituto Sou da Paz, de que o caso mostra as fragilidades do Exército com os requisitos para compra de armas, sem relação com as mudanças recentes da legislação que facilitou o acesso de CACs ao arsenal. O Exército não retornou contato com nenhum dos periódicos. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/07/22; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 22/07/22)

AGOSTO

Comando de Defesa Cibernética do Exército adquire ferramenta para acessar celulares

De acordo com a reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o Comando de Defesa Cibernética do Exército fez uma inédita aquisição, comprando um equipamento capaz de extrair dados de telefones celulares. A ferramenta é capaz de extrair dados de sistemas de nuvem dos dispositivos e registros públicos salvos em redes sociais como Twitter, Instagram e Facebook. A contratação ocorreu nos últimos dias de 2021, época em que o comandante do Exército era Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, atual ministro da Defesa. Segundo o jornal, os documentos de contratação elaborados para a unidade do Exército não discriminam quais aparelhos celulares seriam acessados, e nem qual é o fundamento jurídico para esse tipo de acesso a dados privados. A Folha ressaltou que o general Heber Garcia Portella, à frente do Comando de Defesa Cibernética, questionou a lisura das urnas eletrônicas, embasando o discurso golpista do atual presidente da República Jair Bolsonaro (PL) frente ao sistema eleitoral do Brasil. Um dos documentos formulados para a contratação da ferramenta buscou apresentar como justificativa para a aquisição o histórico de demandas apresentadas ao Comando de Defesa Cibernética. Sem detalhar as atividades que ocorrem no centro, o documento apenas declarou que a aquisição da ferramenta seria “suficiente para viabilizar o trabalho” que é realizado naquele comando. O pedido oficial para realizar a aquisição do equipamento partiu do coronel Alexander Vicente Ferreira, chefe de gabinete do Comando de Defesa Cibernética. De acordo com os documentos de contratação, a escolha do Exército foi a solução Cellebrite UFED, e a empresa TechBiz Forense Digital, única provedora da ferramenta no Brasil, foi contratada em 28/12/2021. O valor da contratação é de R\$528 mil, com validade da data do contrato até 27/12/2024. A Folha questionou se a empresa fornece equipamentos a alguma organização pública que se assemelhe à atuação do Centro de Defesa Cibernética do Exército, e a TechBiz respondeu que não há órgão que se assemelhe à natureza do Centro, devido à especificidade de sua atuação. A ferramenta que foi adquirida para o Comando de Defesa Cibernética é capaz de atender as etapas de proteção, extração, armazenamento e indexação de dados. O equipamento deve alcançar 41 funções no processo de extração de dados de celulares, sendo: acessar dados mesmo em aparelhos que estejam bloqueados, recuperar imagens e localizações apagadas, permitir foco em pessoas com reconhecimento facial automático, analisar mensagens de e-mail não lidas, entre diversas outras funções. (Folha de S. Paulo - Política - 04/08/22)

Fiscalizações do Exército identificaram irregularidades em clubes de tiro, locais de venda e CACs

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, fiscalizações do Exército revelaram irregularidades e culminaram na autuação de estandes, clubes de tiro e locais de venda pertencentes a caçadores, atiradores e colecionadores (CACs). A Folha teve acesso aos documentos elaborados pela instituição, que mostravam as empresas e CACs autuados. Dentre as irregularidades constam a falta de regulação, fiscalização e controle de pessoas no estabelecimento, o funcionamento sem alvará e sem plano de segurança, a suspeita de recebimento de munições por contrabando e o armazenamento de armas acima do limite permitido. Segundo a notícia, as medidas adotadas pelo atual governo federal ampliaram o acesso da população a armas e munições e, ao mesmo tempo, enfraqueceram “os mecanismos de controle e fiscalização de artigos bélicos”. Outra reportagem da Folha ressaltou que, no momento em que o Brasil atingiu a marca de 1 milhão de armas portadas por CACs, o Exército admitiu ser incapaz de elaborar documentos com detalhes sobre os tipos e calibres de tais armamentos, fruto da falta de padronização e da desatualização do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma). (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 28/08/22; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 01/09/22)

SETEMBRO

Braga Netto interfere e a decisão do Exército de proibir o tiro recreativo foi revista

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, o general da reserva e candidato à vice-presidência na chapa de Jair Bolsonaro, Walter Souza Braga Netto, buscou reverter a decisão do Exército que proibia o tiro recreativo, o que prejudicaria o eleitorado armamentista, que, em sua maioria, apoia a reeleição do presidente. De acordo com o jornal, o deputado da base governista Pedro Lupion (Progressistas), incomodado com a decisão do Exército, recorreu a Braga Netto para lidar com o acontecido. O Estado informou que César Mello, candidato a deputado estadual pelo mesmo partido de Lupion, publicou registros do diálogo entre este e Braga Netto no aplicativo whatsapp, em que Braga Netto havia escrito “Lupion, resolvido. Estão corrigindo”. Porém, segundo o jornal, Mello apagou o registro da conversa e Braga Netto negou qualquer pressão para reverter a decisão que prejudicaria o eleitorado armamentista. O candidato à vice-presidência justificou ao Estado, por meio de sua assessoria, que o próprio Exército havia identificado a “inconsistência” da decisão. (O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/22)

Por imposição do STF, Exército suspendeu autorizações para aquisição e armas restritas

O periódico Folha de S. Paulo informou que o Exército suspendeu a autorização de compra de armas de uso restrito por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) com base na decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin. A suspensão vale apenas para armas de uso restrito, como o fuzil, sob o argumento de aumento do risco de violência política na campanha eleitoral. A decisão de Fachin suspendeu decretos do presidente da República Jair Bolsonaro que autorizavam, por exemplo, atiradores esportivos a comprar até 60 armas e adquirir 180 mil munições por ano. De acordo com o periódico, o debate sobre esses decretos já estava em andamento no STF desde o primeiro semestre de 2021, mas foi paralisado por um pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques. Em suas decisões, Fachin fez referência ao tempo que Marques tem demorado para retomar o julgamento e afirmou que há urgência “à luz dos recentes e lamentáveis episódios de violência política”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 16/09/22)

Forças armadas deixam de fiscalizar importação de armas controladas até final de 2022

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, as Forças Armadas abriram mão de fiscalizar produtos importados controlados, entre eles armas, até 1º de janeiro de 2023. O jornal esclareceu que a retomada da fiscalização deveria ocorrer em setembro, mas foi adiada até o fim do mandato do presidente. (O Estado de S. Paulo – Política – 18/09/22)

Ministério da Defesa afirmou não possuir dados sobre a entrada de lobistas do setor armamentista na sede da pasta

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o Ministério da Defesa respondeu negativamente a um pedido do jornal sobre a relação de lobistas e representantes do setor armamentista que visitaram a sede da pasta. O pedido foi feito através da Lei de Acesso à Informação (LAI), mas a Defesa disse que registrou uma “inconsistência no aplicativo que acessa o banco de dados, fato que gerava a possibilidade de corrupção dos dados armazenados” entre janeiro de 2019 e março de 2021, impedindo assim o fornecimento dessas informações. De acordo com o pedido de acesso à informação mais antigo, entretanto, houve a circulação de ao menos três representantes da indústria de armas e de entidades armamentistas na sede do ministério até abril de 2019, registrando-se 12 entradas. A lista inclui o CEO da DelFire Arms, Augusto de Jesus Delgado Jr, Misael Antônio de Sousa, diretor da empresa Realiza Imports, e Rafael Mendes de Queiroz, representante da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições (Aniam). O Exército negou que as visitas ocorreram e só enviou os dados após um segundo recurso da LAI, em que foi anexado um documento com informação sobre a circulação de sete representantes do setor de armas na Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército, assinado pelo ex-ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto. Segundo a Folha, Rafael Mendes de Queiroz lidera o número de entradas, totalizando 24; seguido por Marcos Pollon, aliado do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), e Salesio Nuhs, CEO global da Taurus. No Palácio do Planalto foram registradas 38 entradas de, ao menos, 12 pessoas ligadas ao setor armamentista. A gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Natália Pollachi, alertou à Folha que as visitas não são ilegais, mas indicam uma propensão clara do governo a favor das pautas armamentistas. Como aponta a reportagem, as

circulações aconteceram também próximas às publicações de normas que flexibilizaram o acesso às armas. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 21/09/22)

Supremo Tribunal Federal suspende, no período eleitoral, decretos que flexibilizam acesso da população a armas

Os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense* informaram que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu suspender, por nove votos a dois, trechos do decreto de Bolsonaro que flexibilizava o acesso da população a armas e munições. Segundo o *Correio*, o ministro do STF Edson Fachin foi o relator das ações, de autoria dos partidos de oposição Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido dos Trabalhadores (PT), os quais justificaram que as medidas do governo Bolsonaro são inconstitucionais e “representam “retrocesso” em direitos fundamentais, na medida em que facilitam, de forma “desmedida”, o acesso a armas e munições pelos cidadãos comuns”. O Estado informou que os ministros do STF Nunes Marques e André Mendonça foram os únicos que votaram contra a medida. Os jornais esclareceram que a decisão da corte está restrita ao período eleitoral, em razão do aumento do risco de violência política, embora o STF pretenda retomar o tema após o pleito de 2022. Com a decisão, a posse de armas está limitada àqueles que demonstrem necessidade concreta (profissional ou pessoal) e a compra de armamento de uso restrito circunscreve-se ao “interesse da própria segurança pública ou da defesa nacional”. De acordo com o Estado, o governo Bolsonaro explicou, em manifestação endereçada ao STF, que os decretos visavam “desburocratizar” procedimentos, concretizar promessas eleitorais e garantir a legítima defesa dos cidadãos. (*Correio Braziliense – Política – 17/09/22; Correio Braziliense – Política – 21/09/22; O Estado de S. Paulo – Política – 21/09/22*)

OUTUBRO

Flexibilização de normativas viabiliza porte de armas por atiradores esportivos

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* informou que uma auditoria da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e Segurança Pública do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o transporte de armas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) significa na prática o direito ao porte, em razão de uma série de regras que foram flexibilizadas. A auditoria foi realizada no Exército, órgão responsável pela concessão de registro a CACs e por emitir a chamada guia de tráfego, documento necessário para que um CAC transporte seu armamento para a prática desportiva ou de caça. Segundo o jornal, em 2015, uma nota técnica do Exército aumentou de um para três anos a validade da guia de tráfego. Em 2019, o governo de Jair Bolsonaro ampliou uma portaria de 2017 e autorizou o transporte da arma pronta para o uso, alterando a norma vigente até então, que permitia apenas o transporte de armamento sem munição por CACs. Especialistas em segurança pública entendem que as medidas de flexibilização para a posse de armas colocam o Brasil cada dia mais distante do Estatuto do Desarmamento. Em declaração ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Natália Pollachi, destacou que a atual regulamentação “(...) permite que um atirador esportivo recém-cadastrado compre até 60 armas”. O Estado noticiou três casos recentes em que armas de CACs foram utilizadas em tiros em escola e feminicídios e procurou o Exército para comentar as ações adotadas. O Exército respondeu que: “Foram instaurados processos administrativos para o esclarecimento dos fatos e a adoção das medidas legalmente previstas na esfera de competência da Força”. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/10/22; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/10/22*)

Com 23 candidatos eleitos, cresce apoio dos CACs no Poder Legislativo

Segundo reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, 23 representantes da pauta armamentista foram eleitos no pleito de 02/10/2022. O grupo que apoia colecionadores, atiradores e caçadores, conhecidos como CACs, terá 16 deputados e sete senadores. Ao todo, foram 18,6 milhões de votos para esses candidatos, o que possibilitou a formação de uma “bancada dos CACs”. A lista de CACs eleitos baseia-se nos candidatos que receberam apoio do movimento Proarmas, maior associação armamentista nacional; sendo que o líder do movimento, Marcos Pollon (PL), foi o deputado mais votado no Mato Grosso do Sul. De acordo com o jornal, os resultados da eleição geraram euforia entre os membros do movimento. Forte apoiador da causa armamentista, Eduardo Bolsonaro disse em live que a nova composição do Congresso facilitará modificações no Estatuto do Desarmamento. Nota-se que junto dos CACs, as forças de segurança também obtiveram uma eleição expressiva. Segundo um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 34

policiais e militares foram eleitos para a Câmara; seis a mais que em 2018. (O Estado de S. Paulo - Política - 05/10/22)

Especialistas em segurança pública apontam falhas em sistema do Exército para o controle de armas

O periódico Folha de S. Paulo entrevistou a advogada e socióloga Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, e a cientista política Ilona Szabó, presidente do Instituto Igarapé, a respeito do sistema de controle de armas no Brasil, classificado como "ineficiente e parcial". Segundo o jornal, ambas especialistas em segurança pública assinalaram os percalços enfrentados pelo Estatuto do Desarmamento, de 2003, diante das flexibilizações no controle de armas no país e destacaram a dificuldade crescente para integrar os dois sistemas de registro de armas atualmente em vigor, um sob a alçada do Exército Brasileiro e outro da Polícia Federal. Como resultado, cada vez mais civis tem acesso a armas que deveriam ser restritas às forças de segurança. Szabó apontou que desde 2019 houve uma aceleração do desmonte do controle de armas no país e explicou que o Exército, principal instituição responsável pela fiscalização de armas e munições no Brasil, atestou recentemente "(...) que os dados dos seus sistemas de controle são falhos e que ele é incapaz de fornecer informações precisas sobre as armas registradas no país". Carolina Ricardo esclareceu que o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), centralizado na Polícia Federal, não se integrou ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), aos cuidados do Exército, embora a legislação preveja tal integração. A diretora-executiva do Instituto Sou da Paz também apontou que em 2020 houve a publicação de diversas portarias do Exército para modernizar o Sigma, mas foram revogadas pelo presidente da República Jair Bolsonaro (PL). Assim, o Sigma enfrenta uma série de problemas e é incapaz de gerar relatórios precisos sobre o registro de armas ou auxiliar em buscas por categoria e tipo de armamento. As declarações das especialistas se contrapuseram à entrevista do presidente da Taurus, Salesio Nuhs, que declarou ao jornal que o Brasil "continua com o maior e o melhor sistema de controle de venda de armas e munições do mundo" e que não houve flexibilização da legislação. (Folha de S. Paulo - Economia - 10/10/22; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 13/10/22)

Exército abriu processo administrativo contra ex-deputado por irregularidade em porte de arma

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o Exército iniciou um processo administrativo contra o ex-deputado Roberto Jefferson em razão das irregularidades identificadas no dia 23/10/2022, quando o ex-deputado resistiu à ordem de prisão, atirou usando um fuzil e duas granadas contra agentes da Polícia Federal. Segundo a Folha, o registro de caçador, atirador e colecionador (CAC) de Jefferson está suspenso e, mesmo se estivesse regular, o ex-deputado não poderia ter armamento no Rio de Janeiro, pois o endereço informado em seu registro é de Brasília, capital federal. (Folha de S. Paulo - Política - 25/10/22)

NOVEMBRO

Falhas em sistema de controle do Exército permitiram circulação de munição ilegal no país

Em reportagem, o jornal Folha de S. Paulo noticiou que o Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições (Sicovem) do Exército apresentou diversas falhas que permitiram que um grupo criminoso atuante no estado do Maranhão inserisse uma enorme quantidade de munição ilegal no país, cerca de 60 toneladas. Os dados foram obtidos a partir de uma investigação da Polícia Civil e da Promotoria do Maranhão, a qual identificou a fraude com base em análise de dados do Sicovem, entre novembro de 2020 e março de 2022. Segundo a Folha, o Exército não foi capaz de notar a fraude, mesmo sendo primária e de fácil visualização por leigos, que consistia no uso do mesmo número de Certificado de Registro de Arma de Fogo (Craf) para diferentes vendas de munições, com uso de nomes possivelmente falsos. Na avaliação do gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, a negligência do Exército na fiscalização de armas e munições "(...) tem um impacto gigantesco não só de segurança pública, mas até de defesa nacional". A Folha informou que o Exército não comentou sobre a fraude identificada no Sicovem, restringindo-se a emitir uma nota por meio da qual afirmou que "permanece cooperando com os órgãos envolvidos na investigação, a quem serão prestados eventuais esclarecimentos adicionais". (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/11/22)

Soldado da FAB foi morto por colega de profissão

Segundo reportagem do jornal Correio Braziliense, um soldado da Força Aérea Brasileira (FAB) foi baleado por um colega militar no dia 19/11/2022 em alojamento na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Familiares e amigos da vítima, o militar Kauan Jesus de Cunha Duarte, esperam que “a Justiça tome as devidas providências em cima do culpado”. Segundo o jornal, a investigação ficará a cargo da Aeronáutica por se tratar de um crime entre militares. (Correio Braziliense - Cidades - 20/11/22)

Entrevistado aponta dois desafios do novo governo na área de Defesa e Forças Armadas

Em entrevista ao jornal Correio Braziliense, Arthur Trindade, ex-Secretário de Segurança do Distrito Federal, diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública elucidou, entre outros assuntos, duas questões que envolvem a Defesa nacional e as Forças Armadas. A primeira diz respeito à revisão da política de armamento pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Trindade, tal revisão requer a revogação de diversos decretos e portarias editados no governo de Jair Bolsonaro, os quais colidem com o Estatuto do Desarmamento. Conexo à temática está a falta de integração entre os sistemas de controle de armas e munições, um a cargo da Polícia Federal e outro sob responsabilidade do Exército, os quais precisam ser aperfeiçoados, na visão de Trindade. Além disso, o especialista indicou a necessidade de um recenseamento dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores de armas (CAC), uma vez que o “[...] afrouxamento das regras de controle por parte do Exército” permitiu um crescimento significativo do número de indivíduos com porte e posse de armas. Em relação ao outro ponto mencionado na entrevista, a transição no Ministério da Defesa, Trindade avaliou que a troca dos comandos das três forças dispensa a formação de uma comissão, uma vez que depende do critério de antiguidade. Porém, a indicação do titular para a pasta da Defesa foi considerada mais complexa, pois implica na incumbência de despolitizar as Forças Armadas e “descontaminar o ambiente anti-Lula”. (Correio Braziliense – Cidades – 27/11/22)

